



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1223

Segunda-feira - 22 de Abril de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Biguaçu	2
Caçador	7
Camboriú	13
Campo Alegre	18
Campos Novos	20
Canoinhas	54
Capinzal	54
Catanduvas	74
Chapadão do Lageado	75
Concórdia	82
Cordilheira Alta	92
Coronel Martins	96
Curitibanos	97
Ermo	97
Forquilha	97
Fraiburgo	98
Garopaba	101
Gaspar	108
Governador Celso Ramos	121
Guaramirim	122
Herval d'Oeste	122
Ibiam	123
Imbituba	123
Ipumirim	127
Irineópolis	131
Itaiópolis	133
Itapoá	134
Joaçaba	134
Lauro Muller	136
Lebon Regis	138
Luzerna	138
Macieira	140
Maracajá	140
Maravilha	143
Marema	143
Meleiro	149
Navegantes	150
Paial	151
Palhoça	152
Papanduva	168
Passos Maia	172
Paulo Lopes	172
Porto Belo	173
Porto União	175
Rio do Sul	175
Santa Rosa do Sul	178
São Bento do Sul	179
São Domingos	184

São João do Sul	184
São Lourenço do Oeste	186
Schroeder	187
Timbé do Sul	191
Timbó	191
Três Barras	214
Tunápolis	214
Turvo	216
Vargem Bonita	217
Videira	217
Vitor Meireles	224

Consórcios

CIGA	224
CINCO	224
CIS/AMREC	225

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria N° 230/2013

PORTARIA N° 230/2013

Concede Licença sem Vencimento.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA SEM VENCIMENTO, a servidor efetivo, MARCELI HILLESHEIN DECKER, ocupante do cargo de ANIMADOR DE TERCEIRA IDADE, a partir de 03 de abril de 2013 a 02 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de abril de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 22 de abril de 2013.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Portaria Nº 231/2013

PORTARIA Nº 231/2013

Concede Licença Premio.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 621/1993,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, uma LICENÇA PREMIO, a servidor efetivo, MARIA MARGARIDA RICHARTZ RODEN, ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, no mês de abril /2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de abril de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 22 de abril de 2013.

Aviso de Licitação Nº 038/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 038/2013; Modalidade: Pregão Presencial Nº. 027/2013; Tipo: Menor Preço por Item; Sistema: Registro de Preço; Objeto: aquisição parcelada de material expediente, gráfico e permanente para Prefeitura Municipal de Antonio Carlos. Entrega dos envelopes e abertura: 09:00 (nove) horas do dia 06/05/2013 na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 18 de Abril de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 052/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 052/2013; Modalidade: Pregão Presencial Nº. 037/2013; Tipo: Menor Preço por Item; Sistema: Registro de Preço; Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços em reposição de pavimentação Asfáltica (tapa buraco), através do uso de unidade móvel alto propulsora acoplada em caminhão especial à realização de pequenos reparos em todas as vias públicas de pavimentação asfáltica do Município de Antonio Carlos. Entrega dos envelopes e abertura: 09:00 (nove) horas do dia 03/05/2013 na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 18 de Abril de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 053/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 053/2013; Modalidade: Pregão Presencial Nº. 038/2013; Tipo: Menor Preço por Item; Objeto: contratação de empresa especializada para prestar serviços de perfuração com perfuratriz manual e desmonte de rochas com uso de explosivo, em diversos locais do Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: 14:00 (quatorze) horas do dia 03/05/2013 na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 18 de Abril de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Biguaçu**PREFEITURA****Portaria 1394 de 18 de Abril de 2013**

PORTARIA 1394 de 18 de abril de 2013

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DAS SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;
CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;
CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;
CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar os servidores:

ADAILTON AMARO LINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Administrativo Regional de Três Riachos;
ALCIDES ADRIANO COSTA, ocupante do Cargo efetivo de Vigia;
ALEXANDRE DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Operacional;
ALINE MARIA VENANCIO DE SIMAS; ocupante do Cargo Temporário de Atendente da Criança e do Adolescente;
ANESIO EGIDIO RICHARTZ, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Agricultura;
ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriurário, da Secretaria Municipal da Fazenda;
ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador

de Máquinas;
 ASSIS RAMIRO DO AMARAL, Agente de Saúde Pública à disposição;
 BRUNO CELIO DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente da Saúde Bucal;
 CARLOS HENRIQUE RECH, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Transito da Secretaria de Transportes;
 CARLOS ZULMAR ALBINO, ocupante do Cargo Temporário de Operário Braçal;
 CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;
 CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Obras e Infra-estrutura;
 CHARLES CORREIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras Públicas;
 CHARLES EDGARD HOFFMANN, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar;
 DANIEL BARBI DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;
 DANIEL FRANCISCO GASPAS FILHO, ocupante do Cargo Temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);
 DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;
 DAVID DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;
 DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;
 DILMAR FRANCHINI, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar;
 DIOGO DEMARCHI SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
 DIONEY AVANCINI DE FARIA, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar;
 DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
 DOUGLAS FERNANDES DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Pesca e Maricultura;
 DULCIMAR ANTONIO GRANDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
 EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
 EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;
 EDUARDO LOPES JONKER, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Administração;
 EDUARDO MARQUES, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquina;
 EDUARDO PINTO GUILHERME, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Administração Regional de Sorocaba;
 EMERSON JOSE PAULI, ocupante do cargo não provido de Operador de Máquina;
 EUNICE ESTEFANINI ROCHA MULLER, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;
 FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais - Servente;
 FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
 FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Topógrafo;
 FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de Jardineiro;
 FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Topógrafo;
 FRANCISCO DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Jardineiro;
 FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
 GABRIEL ARTHUR LOEFF, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral do Orçamento Participativo;
 GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
 GABRIELA SCHMITZ DO AMARAL, ocupante do Cargo Temporário de Técnica em Enfermagem;

GLEYSER NERES FURTADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
 GILNEI GOMES GARCEZ, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;
 HERON FELÍCIO PEREIRA, ocupante do Cargo de Superintendente de Saúde;
 IRINEU DAVI KUHNEN, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Integração Regional;
 ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;
 JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
 JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
 JERUSA CELI MARTINS, ocupante do Cargo Temporário de Enfermeira da Família;
 JOÃO ANTONIO ROMEU DE CASTRO, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
 JOÃO PEREIRA FILHO, ocupante do cargo Efetivo de Operário Braçal;
 JOEL FRANCISCO PINHEIRO, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;
 JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceiteiro;
 JONATHAN JUNKES DOS SANTOS, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente de Educação Infantil;
 JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
 JOSÉ ANTONIO CUNHA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Manutenção da Secretaria Municipal de Obras;
 JOSÉ VALDEMAR DA SILVEIRA, ocupante do Cargo em Comissão de Secretário Municipal;
 JUCÉLIA SONIA GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Abrigo Institucional;
 JUCÉLIO LOURENÇO DA COSTA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Administração Regional de Cachoeiras;
 KLEBER GENTIL KUHN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Orçamentos e Projetos;
 LAUDEMIR CLOVIS PASTORELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar;
 LEANDRO ADRIANO DE BARROS, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Saúde;
 LEANDRO MARCILIO RODRIGUES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Exatonia;
 LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
 LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde;
 LIDIANE PERGHER MACHADO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Transporte Escolar;
 LUIZ FERNANDO BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;
 LUIZ HENRIQUE DALPRÁ, ocupante do Cargo Temporário de Operário Braçal;
 MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
 MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;
 MARCELO LUIZ GALVÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
 MÁRCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professora;
 MARCO ANTONIO PARO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;
 MARLENE DE OLIVEIRA ÁVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário I;
 MARILU GONZAGA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
 MATIAS ARLINDO NAU, ocupante do Cargo Temporário de

Calceteiro;
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
NATHAN LUZ BELRAND, ocupante do Cargo Temporário de Psicólogo;
NELSON ANTONIO DE LIMA, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;
NELSON CESAR OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral;
OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do cargo temporário de Calceteiro;
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do cargo não provido de Operador de Máquina;
OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;
PAULO PRIM, ocupante do Cargo Temporário de Carpinteiro;
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Endemias;
PAULO RODRIGO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura;
PEDRO JOÃO DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Calceteiro;
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;
PRISCILA HOFFMANN, ocupante do Cargo Temporário de Enfermeira da Família;
RAFAEL RUDIGER, ocupante do Cargo Comissionado Chefe de Gabinete do Vice-Prefeito;
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal,
ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;
SILVANA CESCONETO DA SILVA GARCIA, ocupante do Cargo Efetivo de Assistente Social;
SAUL FREITAS DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão da Vigilância em Saúde;
SAULO CESAR GALLIANI, ocupante do Cargo Efetivo de Carpinteiro;
SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
THIAGO ALEXANDRE PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo efetivo de Operário Braçal;
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;
TIAGO STEPHANI, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
VALDIR MANOEL DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Manutenção de Equipamentos Urbanos;
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Administração Regional de Santa Catarina;
VANESSA CARELLO GALLIANI, ocupante do Cargo Temporário de Atendente da Criança e do Adolescente;
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquina;
WANDERLEY DELLA GUSTINA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;
WILLIAM HABYEUTTER KALESKI, ocupante do cargo temporário de Atendente da Criança e do Adolescente;
ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da citada Secretaria e em situações considerações especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 18 de abril de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1395 de 18 de Abril de 2013

PORTARIA nº 1395 de 18 de abril de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Vilson Coelho, ocupante do cargo temporário de Motorista III, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Vilson Coelho, detentor do cargo de provimento temporário de Motorista III, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/04/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/04/2013.

Biguaçu, 18 de abril de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1396 de 18 de Abril de 2013

PORTARIA nº 1396 de 18 de abril de 2013

Concede Demissão ao (a) Servidor (a) Patricia Alexandre Souza da Costa, ocupante do cargo temporário de Professor II (20 horas), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Demissão ao (a) servidor (a) Patricia Alexandre Souza da Costa, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II (20 horas), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/04/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/04/2013.

Biguaçu, 18 de abril de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1397 de 18 de Abril de 2013

PORTARIA nº 1397 de 18 de abril de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SIRLEI DE SIQUEIRA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse SIRLEI DE SIQUEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/04/2013 a 06/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/04/2013.

Biguaçu, 18 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1398 de 18 de Abril de 2013

PORTARIA nº 1398 de 18 de abril de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JULIETTE TURAZZI, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JULIETTE TURAZZI, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/02/2013 a 31/03/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/02/2013.

Biguaçu, 18 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1399 de 18 de Abril de 2013

PORTARIA nº 1399 de 18 de abril de 2013

Nomeia Jandira Margarida Vieira, para exercer o cargo em comissão de Assistente de Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Jandira Margarida Vieira, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Assistente de Educação Infantil, nível CC-5, Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/04/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/04/2013.

Biguaçu, 18 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1400/2013

PORTARIA Nº 1400/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JACQUELINE SANTANA MELO, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3516/2013 em anexo no período de 05/04/2013 a 03/06/2013.

Biguaçu, 18 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1401/2013

PORTARIA Nº 1401/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARCIA PATRICIA PEREIRA, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3802/2013 em anexo no período de 15/04/2013 a 22/04/2013.

Biguaçu, 18 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1402/2013

PORTARIA Nº 1402/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELAINE CRISTINA SOUZA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3477/2013 em anexo no período de 01/04/2013 a 15/04/2013.

Biguaçu, 18 de abril de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1403/2013

PORTARIA Nº 1403/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DIOGO ADRIANO, ocupante do Cargo temporário de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3694/2013 em anexo no período de 10/04/2013 a 14/04/2013.

Biguaçu, 18 de abril de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1404/2013
PORTARIA Nº 1404/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) funcionário (a), VALMIR LOURENÇO MACEDO, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3669/2013 em anexo no período de 31/03/2013 a 14/04/2013.

Biguaçu, 18 de abril de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1405/2013
PORTARIA Nº 1405/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) funcionário (a), VANDERLEI MAURICIO NAZARIO, ocupante do Cargo efetivo de BIBLIOTECÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3698/2013 em anexo no período de 11/04/2013 a 18/04/2013.

Biguaçu, 18 de abril de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1406/2013
PORTARIA Nº 1406/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) funcionário (a), LEANDRO SILVA ROSA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3622/2013 em anexo no período de 10/04/2013 a 16/04/2013.

Biguaçu, 18 de abril de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1408/2013
PORTARIA Nº 1408/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) funcionário (a), GLEYSON NERES FURTADO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL) - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3699/2013 em anexo no período de 06/04/2013 a 01/06/2013.

Biguaçu, 18 de abril de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1409 de 18 de Abril de 2013
PORTARIA nº 1409 de 18 de abril de 2013

Concede ao servidor Nair Sperandio Marcelino, detentora do cargo de provimento efetivo, inativo, de Auxiliar de Serviços Gerais I, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente, nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:
Art. 1º Conceder ao servidor Nair Sperandio Marcelino, brasileira, detentora do cargo de provimento efetivo, inativo, de Auxiliar de Serviços Gerais I, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011. Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor fixado para o piso mínimo dos servidores públicos municipais, observada a aplicação do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º A Gratificação concedida será custeada exclusivamente pelo Tesouro Municipal, observada a aplicação do art. 140 da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos são retroativos a 01/02/2012.

Biguaçu, 18 de abril de 2012.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 46/2013 PMB

Informamos aos interessados no PP 46/2013 PMB, que tem como objeto "a contratação de empresa especializada em manutenção corretiva e preventiva de ar-condicionado", que devido à impugnação feita pela empresa SUPERAR LTDA, o referido processo será republicado, sendo retificado o seguinte:
Fica incluído no item VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

1- A Empresa licitante deverá apresentar Certidão Atualizada de Pessoa Jurídica junto ao CREA e com responsável técnico habilitado como Engenheiro Mecânico ou Técnico de 2º grau e com habilitação em Refrigeração e Ar-Condicionado, detentores de atestado de responsabilidade Técnica para execução de serviços de características compatíveis com os serviços objeto dessa Licitação.

2- A comprovação da qualificação técnica dar-se-á pela apresentação de Certidão (ões) de Acervo Técnico - CAT, emitidas (a) pelo CREA, desde que atendam as exigências de cada tipo de serviço, admitindo-se a Certidão de Acervo Técnico de serviço específica, expedida pelo CREA.

2.1- A comprovação do vínculo profissional dar-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Contrato Social, se integrante dos quadros societários; ou
- b) Registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social; ou
- c) Ficha de Registro de Empregado juntamente com o registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social; ou
- d) Contrato de Trabalho.

Sendo assim o Pregão será reaberto na seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

Até às 13:45 horas, do dia 06/05/2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 14:00 horas, do dia 06/05/2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.
Sem mais para o momento.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Contrato Número 10.077/2013 - DI 42/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.077/2013

PROCESSO: DL 42/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COFFEE BREAK E DEMAIS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS, NAS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO E VIG. EPIDEMIOLÓGICA E PROGRAMAS DE SAÚDE. CUMPRE SALIENTAR QUE, ESTÁ DISPENSA SE DA EM VIRTUDE DE QUE, O PREGÃO PRESENCIAL 31/2013, NENHUM INTERESSADO ESTEVE PRESENTE, COM FULCRO NO ART. 24, V, LEI 8.666/93

Contratado: FLORENTINA MARIA VARGAS ME

Valor: R\$ 22.051,45 (VINTE E DOIS MIL E CINQUENTA E UM REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Caçador

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 262

LEI COMPLEMENTAR Nº 262, de 18 de abril de 2013.

Dispõe sobre a concessão de revisão geral aos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Caçador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica concedido aos Servidores Públicos Ativos, Inativos e Pensionistas, revisão geral de seus vencimentos, na forma especificada abaixo, extensivo aos Inativos e Pensionistas com paridade, referente às perdas salariais verificadas no período de 12 (doze) meses, de acordo com o Índice Geral de Preços Médio - IGPM, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, a serem repassados da seguinte forma:

I - 3% (três por cento) a contar de 1º de abril de 2013;

II - 3% (três por cento), a partir de 1º de julho de 2013;

III - 2,25% (dois vírgula vinte e cinco por cento), a partir de 1º de outubro de 2013.

Parágrafo único. Excetuam-se do recebimento da revisão geral prevista neste artigo, os Servidores nomeados em cargos de provimento em comissão, os detentores de mandato eletivo e os agentes políticos.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no art. 1º, fica fixado o Piso Salarial dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, na forma que segue:

I - R\$ 736,05 (setecentos e trinta e seis reais e cinco centavos), a contar de 1º de abril de 2013;

II - R\$ 758,13 (setecentos e cinquenta e oito reais e treze centavos), a partir de 1º de julho de 2013;

III - R\$ 775,19 (setecentos e setenta e cinco reais e dezenove centavos), a partir de 1º de outubro de 2013.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de abril de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 263

LEI COMPLEMENTAR Nº 263, de 18 de abril de 2013.

Dispõe sobre a concessão de revisão geral anual aos Agentes Comunitários de Saúde.



O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica concedido aos Agentes Comunitários de Saúde, revisão geral anual de seus vencimentos, no índice de 9% (nove por cento), seguindo o percentual de reajuste do salário mínimo nacional, conforme prevê o art. 9º da Lei Complementar nº 222, de 17 de agosto de 2011, que Dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e dá outras providências.

Parágrafo único. Aos demais servidores ocupantes de empregos públicos criados pela referida Lei, será assegurada revisão geral anual da remuneração na mesma data e índices dos demais servidores do Quadro de Pessoal da Administração Municipal.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de abril de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.987

L E I Nº 2.987, de 18 de abril de 2013.

Autoriza alienar bens móveis inservíveis de propriedade do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, pelo preço mínimo de avaliação, os bens móveis inservíveis de propriedade do Município de Caçador, descritos nos incisos a seguir:

I - um Automóvel Gol Power 4 portas, Marca Volkswagen, ano 2007, Modelo MI Power Total Flex, placas MDQ8444, Renavan nº 924858877, chassi nº 9BWCBO5W58T031555, no estado em que se encontra, avaliado em R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais);

II - um Automóvel Gol CLI/CL 1.8, Marca Volkswagen, ano 1995, placas LWW4435 Renavan nº 634376098, chassi nº 9BWZZ377ST036360, no estado em que se encontra, avaliado em R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais);

III - um Automóvel Corsa HATCH HB MAXX 1.4 (sinistrado), 4 portas, ano 2010/2011, placas MHA8026, Renavan nº 210455861, chassi nº 9BGXH68P0BC103601, no estado em que se encontra, avaliado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

IV - um Automóvel Gol City 1.0, marca Volkswagen, ano 2006, placas MFM8231, Renavan nº 877005648, chassi nº 9BWCA-05W46P045214, no estado em que encontra, avaliado em R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

V - um Automóvel Gol 1.0, marca Volkswagen, CL Star, ano 1992, placas LZJ3874 Renavan nº 541830953, chassi nº 9BWZZ30ZNT029773, no estado em que se encontra, avaliado em R\$ 3.000,00 (três mil reais);

VI - um Automóvel Uno Mille EP 1.0, ano 1995, placas LZK7080, Renavan nº 646733699, chassi nº 9BD146107S5670973, no estado em que se encontra, avaliado em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);

VII - um Automóvel Courier, placas MDF 5587, Renavan nº 837809959, chassi nº 9BFNSZPPA5B965385, com 2 portas, Marca Ford, modelo 1.6L, ano 2004, no estado em que se encontra, avaliado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

VIII - um Automóvel Tempra IE, marca Fiat, 4 portas, ano 1996, cor cinza, placas HUT3895, Renavan nº 657508179, chassi nº 9BD159044T9163344REM, no estado em que se encontra, avaliado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

IX - um Microônibus Volkswagen 28P, ano 1999, placas MAO 3253, Renavan nº 719358159, chassi nº 9BWVTAV63XR03409, no estado em que se encontra, avaliado em R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais);

X - um Caminhão Basculante 608, marca Mercedes Benz, ano 1985, placas MAA7917, Renavan nº 551891092, chassi nº 30830212683636, no estado em que se encontra, avaliado em R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais);

XI - uma Moto 200 CC, marca Sundown, ano 2006, placas MHE5053, Renavan nº 133858294, chassi nº 94J2XHEM67M000702, no estado em que se encontra, avaliada em R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais);

XII - uma Moto XTZ125K, marca Yamaha, ano 2004, placas MGC4093, Renavan nº 827965974, chassi nº 9C6KE038040014154, no estado em que se encontra, avaliada em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

XIII - uma Moto Suzuki 125CC, modelo JTA/Struder, ano 2007, placas MDS3313, Renavan nº 920473555, chassi nº 9CDNF41A-J7M034002, no estado em que se encontra, avaliada em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

XIV - um Trator de esteira Fiat Allis, marca Fiat, modelo FD9, ano 1990, sem as 02 (duas) esteiras, no estado em que se encontra, avaliado em R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais);

XV - um Trator de esteira, marca Komatsu, modelo 301/2275, ano 1982, no estado em que se encontra, avaliado em R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais);

XVI - um Trator CBT 8440, Marca CBT, ano 1972, no estado em que se encontra, avaliado em R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais);

XVII - um Britador Móvel Rebocável, código 32084, no estado em que se encontra, avaliado em R\$ 13.000,00 (treze mil reais);

XVIII - um Trenzinho Rebocável com 2 composições de 5 bancos em madeira cada, marca Pontal, no estado em que se encontra, avaliado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

XIX - uma Carreta para Trator com 4 pneus, sem marca, com pneus dianteiros 235/75. 15 e traseiros 750x16, código 20909, no estado em que se encontra, avaliada em R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

XX - um Reboque Trailer, ano 2002, placas MCI9727, Renavan nº 552115231, chassi nº 9EZSC10MC2100084, código 2461, no estado em que se encontra, avaliado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

XXI - um Ônibus Volkswagen/Maxibus, capacidade 33 P., ano 1999,

placas MAL 3422, Renavan nº 715026488, chassi nº 9BWVTA-V68RX00845, no estado em que se encontra, avaliado em R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Parágrafo único. Os bens móveis inservíveis constantes deste artigo serão levados a leilão, conforme preceitua a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Art. 2º As despesas oriundas da aplicação da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.988

L E I Nº 2.988, de 18 de abril de 2013.

Dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Caçador com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento dos débitos do Município de Caçador com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, gerido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, relativos a competências até outubro de 2012, observado o disposto no art. 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008, na redação da Portaria MPS nº 21/2013:

Parágrafo único. Os débitos oriundos de contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município (patronal e amortização), em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas.

Art. 2º Fica também autorizado o parcelamento dos débitos oriundos das contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município (patronal e amortização) ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, das competências após outubro de 2012, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, nos termos do art. 5º da Portaria MPS nº 402/2008, na redação da Portaria MPS nº 21/2013.

Parágrafo único. É vedado o parcelamento, para o período a que se refere o caput deste artigo, de débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas e de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

Art. 3º Para apuração do montante devido os valores originais serão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP- M, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento, com dispensa da multa.

§ 1º As parcelas vencidas serão atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido de juros simples de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento até o mês do pagamento, com dispensa da multa.

§ 2º As parcelas vencidas serão atualizadas mensalmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data de vencimento da parcela até o mês do efetivo pagamento, com dispensa da multa.

Art. 4º Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento das parcelas acordadas no termo de parcelamento.

Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Lei nº 2.968, de 22 de janeiro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.989

L E I Nº 2.989, de 18 de abril de 2013.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância de R\$ 986.320,00 (novecentos e oitenta e seis mil, trezentos e vinte reais):

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.0021.2.079 - Ampliação e Manutenção da Iluminação Pública

3.1.71.00.0000 - Transferência Consórcios Públicos R\$ 39.240,00

3.3.71.00.0000 - Transferência Consórcios Públicos R\$ 511.880,00

4.4.71.00.0000 - Transferência Consórcios Públicos R\$ 7.200,00

15.452.0021.2.077 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.1.90.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 428.000,00

Total R\$ 986.320,00

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no art. 1º, ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias do Orçamento vigente, no valor de R\$ 986.320,00 (novecentos e oitenta e seis mil, trezentos e vinte reais):

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.0021.2.079 - Ampliação e Manutenção da Iluminação Pública

3.1.70.00.0000 - Transferência Consórcios Públicos R\$ 20.000,00

3.70.00.0000 - Transferência Consórcios Públicos R\$ 320.000,00

4.4.70.00.0000 - Transferência Consórcios Públicos R\$ 5.000,00

15.452.0020.1.057 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.1.90.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 213.320,00

15.452.0020.1.051 - Construção e Reformas de Pontes, Pontilhões e Bueiros

4.4.90.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

17.512.0024.1.052 - Canalização de Córregos

4.4.90.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 139.000,00

15.452.0020.2.076 - Manutenção do Cemitério Municipal

3.3.90.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

15.452.0021.2.077 - Manutenção do Terminal Rodoviário Municipal	
3.3.90.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
15.452.0021.2.078 - Manutenção do Aeroporto Municipal	
3.3.90.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$ 39.000,00
Total	R\$ 986.320,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.990

L E I Nº 2.990, de 18 de abril de 2013.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor da Fundação Municipal de Meio Ambiente - Fundema.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor da Fundação Municipal de Meio Ambiente - Fundema, na importância de R\$ 1.763.656,68 (um milhão, setecentos e sessenta e três mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e sessenta e oito centavos):

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.541.0024.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	
3.1.90.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$ 1.100.000,00
3.3.90.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$ 593.656,68
18.541.0024.2.021 - Manutenção das Atividades do Horto Florestal	
3.3.90.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
10.305.0024.2.038 - Manutenção do Controle de Zoonoses	
3.3.90.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Total	R\$ 1.763.656,68

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no art. 1º, ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias do Orçamento vigente, da Fundação Municipal de Meio Ambiente - Fundema, no valor de R\$ 1.763.656,68 (um milhão, setecentos e sessenta e três mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e sessenta e oito centavos):

14.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.541.0024.1.009 - Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas	
4.4.90.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
18.541.0024.2.036 - Manutenção das Atividades e Programas de Preservação	
3.3.90.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
18.541.0024.1.019 - Desapropriação de Áreas de Interesse Ambiental e Desenvolvimento de Atividades e Programas Ambientais	
4.5.90.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$ 195.300,00
17.512.0014.1.021 - Dragagem e Desassoreamento de Rios	
4.4.90.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$ 58.000,00
17.512.0012.2.040 - Ampliação e Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário	
3.3.90.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$ 300.000,00
17.512.0013.2.041 - Manutenção, Ampliação e Melhoria Sistema de Abastecimento de Água	

3.3.90.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$ 703.146,88
18.541.0016.1.022 - Locação de Máquinas e Equipamentos para o Programa Passeio Livre	
3.3.90.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$ 37.209,80
18.541.0016.2.009 - Manutenção de Praças, Jardins e Trevos	
3.3.90.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$ 400.000,00
Total	R\$ 1.763.656,68

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.991

L E I Nº 2.991, de 18 de abril de 2013.

Abre crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância total de R\$ 41.400,00 (quarenta e um mil e quatrocentos reais), conforme segue:

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.306.0011.2.064 - Manutenção da Merenda Escolar	
3.3.90.00.00.00.00.0062 - Aplicações Diretas	R\$ 41.400,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito especial especificado no art. 1º, os recursos advirão do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.992

L E I Nº 2.992, de 18 de abril de 2013.

Abre crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor da Fundação Municipal do Meio Ambiente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor da Fundação Municipal do Meio Ambiente, na importância de R\$ 199.784,00 (cento e noventa e nove mil e setecentos e oitenta e quatro reais), destinados a execução do Acordo de Cooperação Financeira com o Fundo Socioambiental Caixa Econômica, do Projeto: AC FSA CAIXA nº 0066.058/2012, águas, na seguinte dotação orçamentária:

14 - Fundação Municipal do Meio Ambiente
14.03 - Divisão de Proteção, Preservação Licença e Educação Ambiental
18.541.0024.2.036 - Manutenção das Atividades e Programas de Preservação
3.3.90.00.00.00.00.0024 - Aplicações Diretas R\$ 199.784,92

Art. 2º Em atendimento ao Projeto acima referido, ficam vinculadas as seguintes dotações orçamentárias como contrapartida do Município:

14 - Fundação Municipal do Meio Ambiente
14.02 - Divisão de Serviços Operacionais do Horto Florestal
18.541.0024.2.032 - Produção e Aquisição de Mudanças Ornamentais Frutíferas e Nativas
3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
14.01 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente
18.541.0024.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente
3.1.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.518

DECRETO nº 5.518 de 15 de abril de 2013.

Aprova desmembramento e remembramento de terrenos urbanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008- Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano com área original de 87,12m² (oitenta e sete metros e doze decímetros quadrados), de propriedade de Itamar Zardo e João Kovalhuk Filho, localizado na Rua Atílio Faoro, objeto da matrícula com nº de Ordem 19.650, do Registro de Imóveis desta Comarca, resultando em duas áreas, sendo elas:

I - uma área com 43,12m² (quarenta e três metros e doze decímetros quadrados), de propriedade de João Kovalhuk Filho e Itamar Zardo, localizado na Rua Atílio Faoro.

II - uma área com 44,00m² (quarenta e quatro metros quadrados), de propriedade de João Kovalhuk Filho e Itamar Zardo, localizado na Rua Atílio Faoro.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento dos terrenos urbanos abaixo descritos, em virtude do desmembramento disposto no art. 1º, conforme segue:

I - a área de 43,12m² (quarenta e três metros e doze decímetros quadrados) será remembrada ao lote com área de 350,00m² (trezentos e cinquenta metros quadrados), objeto da matrícula nº 29.231, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Itamar Zardo, resultando após o remembramento em uma área unificada com 393,12m² (trezentos e noventa e três metros e doze decímetros quadrados), confrontando: ao Norte em dois planos com João Kovalhuk Filho, matrícula nº 29.430 e certidão com nº de Ordem 19.650 medindo 20,06 metros; ao Sul com Rua

Atílio Faoro medindo 20,06 metros; ao Leste confronta com a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe, matrícula nº 5.723, medindo 19,60 e a Oeste confronta com Rua General Antônio Sampaio, medindo 19,60 metros.

II - a área de 44,00m² (quarenta e quatro metros quadrados) será remembrada ao lote com área de 350,00m² (trezentos e cinquenta metros quadrados), objeto da matrícula nº 29.430, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de João Kovalhuk Filho, resultando após o remembramento em uma área unificada com 394,00m² (trezentos e noventa e quatro metros quadrados), confrontando ao Norte com Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (mat. nº 5.723), medindo 19,96m; ao Sul em dois planos com Itamar Zardo (mat. nº 29.231) e Certidão com nº Ordem 19.650, medindo 20,06m; ao Leste com Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (mat. nº 5.723), medindo 20,00m; e, ao Oeste, com a Rua General Antonio Sampaio, medindo 19,91m.

Art. 3º Os terrenos acima mencionados ficam definidos com as medidas e confrontações constantes no memorial descritivo e mapas que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes destes desmembramentos e remembramentos.

Art. 4º O Registro no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o Decreto nº 5.505, de 01 de abril de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.519

DECRETO nº 5.519, de 15 de abril de 2013.

Retifica o inciso I do art. 2º do Decreto nº 5.489/2013, que Aprova desmembramento e remembramento de terrenos urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008- Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º O inciso I do art. 2º do Decreto nº 5.489, de 07 de março de 2013, que Aprova desmembramento e remembramento de terrenos urbanos, de propriedade de Plantae Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda - ME, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

I - a área de 287,77m² (duzentos e oitenta e sete metros e setenta e sete decímetros quadrados), será remembrada ao lote com área de 400,00m² (quatrocentos metros quadrados), objeto da matrícula nº 29.041, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Nardi da Costa Fernandes, resultando em um terreno com área total de 687,77m² (seiscentos e oitenta e sete metros e setenta e sete decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, em dois planos, no primeiro plano com Adelicio da Costa

Leite (matr. nº 7860), medindo 20,00m e no segundo plano com a Rua Sebastião Antonio de Souza, medindo 3,00m; ao Sul, com Acir Edimar Visloski, Deize Nancy Visloski, Giovana Edi Visloski e Edson Cristiano Visloski (matr. Nº 11.427), medindo 26,88m; ao Leste, em dois planos com Plantae Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda - ME (matr. nº 29.424) medindo 44,02m e 26,69m respectivamente; e, ao Oeste, em dois planos, no primeiro plano com Terezinha Salete Tenedine (posse da matr. nº 3941), medindo 15,00m e no segundo plano, por uma servidão de passagem com Adelicio da Costa Leite (matr. nº 7860), medindo 45,79m." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.520

DECRETO nº 5.520, de 15 de abril de 2013.

Nomeia Grupo Gestor do Benefício de Prestação Continuada - BPC na Escola.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto no art. 5º, I, "e" da Lei nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para comporem o Grupo Gestor do Benefício de Prestação Continuada - BPC na Escola:

- I - Representante da Secretaria Municipal de Educação: Luiza Samira Flores Alves;
- II - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social: Isolete Renon Farias, Beatriz Ribeiro dos Santos e Neiva Viecei;
- III - Representante da Secretaria Municipal de Saúde: Jane Schneider;
- IV - Representante da Política de Direitos Humanos: Luiz Antonio Furtado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.521

DECRETO nº 5.521, de 15 de abril de 2013.

Estabelece horário de expediente da Secretaria de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o horário de expediente da Secretaria de Assistência Social, das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, a contar do dia 10 de abril de 2013.

Parágrafo único. Os servidores lotados ou colocados a disposição dessa Secretaria, deverão cumprir a carga horária estabelecida para seu respectivo cargo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Beatriz Ribeiro dos Santos - SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Portaria Nº 22.565

PORTARIA Nº 22.565, de 15 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

DESIGNAR o Servidor Público Municipal EDUARDO BARBOSA LOPES, ocupante do cargo de Médico, para exercer as atribuições de Médico Autorizador da Prefeitura Municipal de Caçador, junto ao Pronto Atendimento, a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de abril 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Portaria Nº 22.567

PORTARIA nº 22.567, de 15 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER o Processo Administrativo nº 01, de 31 de janeiro de 2013, instaurado pela Portaria nº 22.324 desta mesma data, a fim de apurar as responsabilidades com a paralisação da obra pela empresa ATUALBRASIL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., em acatamento ao Termo de Deliberação da Comissão de Processo Administrativo, que entende pela possibilidade de retomada da obra e demais considerações constantes em documento anexo ao referido Processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 22.573

PORTARIA Nº 22.573, de 17 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CESSAR os efeitos da Portaria nº 22.507, de 22 de março de 2013, que Designou servidoras para exercerem Funções Gratificadas, no que se refere a servidora ROSELAINE DE ALMEIDA PÉRICO, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 17 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Portaria Nº 22.574

PORTARIA Nº 22.574, de 17 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990, mais o previsto na Lei Complementar nº 206 de 23/02/2011,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora Publica Municipal ROSELAINE DE ALMEIDA PÉRICO, para exercer, interinamente, o cargo comissionado de Procuradora Geral do Município, do "Grupo Ocupacional Comissão" do Poder Executivo Municipal, Referência CC-1, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Aviso de Licitação PR 33-2013 Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

Diversas Secretarias

Fundos, Fundações e Autarquias

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2013

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PREFEITURA MUNICIPAL COMO ORGÃO GERENCIADOR, E DEMAIS FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS MUNICIPAIS.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 07/05/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 07/05/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no site do Município de Caçador: cacador.sc.gov.br ou pessoalmente na avenida Santa Catarina, 195, e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 17 de Abril de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**Nota de Revogação de Processo Licitatório**

Câmara Municipal de Caçador/SC

Nota de revogação de processo licitatório

Processo Licitatório 17/2013 - Pregão Presencial 14/2013. Objeto: aquisição de materiais de higiene e limpeza para o exercício de 2013. Tendo em vista que na data e hora aprazadas no edital convocatório para a abertura das propostas de preço não acudiram interessados em credenciar-se à participação do certame, declaro o mesmo deserto, revogando-o, por conseguinte, e encaminhando à assessoria jurídica para parecer. Publique-se, a fim de dar efetividade à decisão tomada.

Caçador/SC, 18 de abril de 2013.

CARLOS EVANDRO LUZ.

Presidente da Câmara Municipal.

Processo Licitatório Nº 20/2013 - Pregão Presencial 16/2013

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida:

Processo Licitatório nº 20/2013 - Pregão Presencial 16/2013- Objeto: contratação de empresas autorizadas na prestação do serviço de divulgação de publicidade de utilidade pública e institucional em mídia impressa (jornal) e mídia eletrônica (site) durante o ano de 2013. Data da abertura: 02.05.2013 às 13:30 hrs e entrega dos envelopes até as 13:30 do mesmo dia. Mais Informações por e-mail: licitacao@camaracacador.sc.gov.br

Caçador (SC), 19 de abril de 2013.

CARLOS EVANDRO LUZ

Presidente

Camboriú**PREFEITURA****Ata de Registro de Preços PR 16/13 - PMC**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 016/2013 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 004/2013 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇO DE LINKS DE DADOS PARA INTERNET E INTRANET PARA O ENLACE DIGITAL PARA COMUNICAÇÃO DAS REDES LOCAIS DE RÁDIO DA PREFEITURA DE CAMBORIÚ, PARA GARANTIR O PLENO FUNCIONAMENTO DAS ESTAÇÕES PORTÁTEIS (RÁDIO/COMUNICAÇÃO) E CENTRAIS FIXAS QUE SERÃO UTILIZADAS NO EVENTO "XXXI ENCONTRO DOS GIDEÕES MISSIONÁRIOS DA ÚLTIMA HORA", CONFORME TERMO DE REFERENCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 16/04/2014

1ª Publicação.



PR 10/13 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2013-FUNDESB

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL NECESSÁRIO PARA SER APLICADO NAS REDES PLUVIAIS E CORREGOS EM TODO O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 08 (Oito) de Maio de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 18 de Abril de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Ata de Registro de Preços PR 14/13 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 014/2013 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 005/2013 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE CABINES SANITÁRIAS E CHUVEIROS PORTÁTEIS PARA ATENDER DIVERSOS EVENTOS, VISANDO A MELHOR COMODIDADE DOS VISITANTES DURANTE A REALIZAÇÃO DOS EVENTOS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 18/04/2014

1ª Publicação.



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Edital de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 936/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 936/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKG7941	55653188D	7366/2	08/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
LXS0364	55653568D	5452/1	13/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MAW5841	55652438D	5479/0	20/10/2012	R\$ 85,12	181 * X
MAW5841	55652440D	5835/0	20/10/2012	R\$ 127,69	195
MBU9536	55652937D	5460/0	19/11/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MJX0204	55651782D	5452/1	02/11/2012	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 17 DE ABRIL DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Atuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 900/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 900/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYC1416	55651779D	5452/1	02/11/2012	181 * VIII
MIY3155	55651784D	6122/0	05/11/2012	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 17 DE ABRIL DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 879/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 879/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CMK8952	55650600D	5568/0	04/10/2012	181 * XIX
LYD1163	55652914D	5835/0	07/10/2012	195
LYU2811	55005774D	5525/0	07/10/2012	181 * XV
MBL1413	55652911D	5568/0	07/10/2012	181 * XIX
MEN2754	55651494D	5541/1	07/10/2012	181 * XVII
MGP9136	55652421D	5541/1	07/10/2012	181 * XVII
MHJ0987	55653101D	5568/0	07/10/2012	181 * XIX
MHJ5023	55652543D	7366/2	03/10/2012	252 * VI
MHL6587	55005772D	5541/1	07/10/2012	181 * XVII
MHL6587	55005773D	5231/2	07/10/2012	172
MIG7669	55651498D	5541/1	07/10/2012	181 * XVII
MKI4579	55652764D	5550/0	07/10/2012	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 17 DE ABRIL DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 7.725 de 19 de Abril de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.725 DE 19 DE ABRIL DE 2013

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL A PEDIDO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, a Servidora ocupante do cargo público e na função de Psicóloga - CARLA QUELI MELCHIOR, Matrícula Funcional nº 000708, Registro no Sistema Sob o nº 955155, declarando vacância no Cargo Público na função de Psicólogo, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 19 de abril de 2013.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

19 de abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/04/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.726 de 19 de Abril de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.726 DE 19 DE ABRIL DE 2013

DETERMINA A ABSTENÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.

CONSIDERANDO, a determinação do Ministério Público no bojo do Inquérito Civil nº. 06.2010.002537-2;

CONSIDERANDO, o art. 4º do Código Florestal que Dispõe sobre as áreas de preservação permanente;

O Prefeito Municipal, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art.1º) Determinar a todos os órgãos municipais que se abstenham de autorizar, por alvará, licença, permissão ou atos administrativos em geral, atos de exploração (quaisquer espécies de construções, ressalvadas as reformas necessárias à conservação das edificações já existentes) e realização de obras, serviços e atividades na faixa de preservação permanente que constitui a mata ciliar definida pelo Código Florestal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

19 de abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/04/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.934 de 18 de Abril de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.934 DE 18 DE ABRIL DE 2013

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença Maternidade a Servidora Srª. FLÁVIA RIBEIRO DE LIMA, ocupante do cargo público e na função de Agente Comunitário de Saúde, Matrícula Funcional nº 000667, Registro no Sistema sob nº 955099, por um período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 18 de abril de 2013 a 15 de agosto de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

18 de abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416 em: 18/04/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.935 de 19 de Abril de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.935 DE 19 DE ABRIL DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo público e função de Atendente de Sala, REGINA GROSSKOPF, Matrícula Funcional nº 000657, Registro no Sistema sob nº 955083, referente ao período aquisitivo: 19 de junho de 2012 a 31 de dezembro de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 22 de abril de 2013 a 06 de maio de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de abril de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/04/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.936 de 19 de Abril de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.936 DE 19 DE ABRIL DE 2013
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo público e função de Atendente de Sala, RENY FÁTIMA FERREIRA REISER, Matrícula Funcional nº 000065, Registro no Sistema sob nº 293860, referente ao período aquisitivo: 01 de novembro de 2011 a 31 de outubro de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 22 de abril de 2013 a 06 de maio de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de abril de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/04/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Julgamento Pregão 16/2013 FMS

ATA CIRCUNSTANCIADA
(Processo Licitatório nº 16/2013)

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira Municipal, Josiane Alquini Cubas e Irineu Woitskovski Junior, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 16/2013, modalidade Pregão (na forma presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o registro de preços para aquisição de materiais de limpeza para uso nas unidades de

saúde deste Município. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: Máxima Papelaria Eireli, Papelaria São Bento Ltda Epp e Expressão Comércio de Materiais de Inf. e Serv. Ltda. Passou-se ao credenciamento dos licitantes, sendo Sr. Milton Luiz Pscheidt, representante da empresa Máxima Papelaria Eireli, Sr. Charles Gilson Ritzmann, representante da empresa Papelaria São Bento Ltda Epp e Sr. Eduardo Rafael Pereira, representante da empresa Expressão Comércio de Materiais de Inf. e Serv. Ltda. Recebeu-se a Declaração de Cumprimento de Habilitação de todas as empresas licitantes. As empresas Papelaria São Bento Ltda Epp e Expressão Comércio de Materiais de Inf. e Serv. Ltda apresentaram documento que comprova o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, para valerem-se da Lei Complementar 123/2006. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é o menor preço Total de cada LOTE. Após o julgamento de cada LOTE, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa 1ª classificada, no respectivo lote, obtendo o seguinte resultado:

LOTE 01				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
MAXIMA	2.886,60	2.550,00	1ª	HABILITADA
PAPELARIA SÃO BENTO	2.883,60	2.630,00 (não usou do direito de preferência)	2ª	-----
EXPRESSÃO	2.900,00	2.785,00	3ª	-----
LOTE 02				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PAPELARIA SÃO BENTO	1.405,80	1.250,00	1ª	HABILITADA
MÁXIMA	1.409,00	1.265,00	2ª	-----
EXPRESSÃO	1.415,00	1.340,00	3ª	-----
LOTE 03				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PAPELARIA SÃO BENTO	572,70	500,00	1ª	HABILITADA
EXPRESSÃO	575,00	505,00	2ª	-----
MÁXIMA	573,85	535,00	3ª	-----
LOTE 04				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
MAXIMA	1.958,90	1.700,00	1ª	HABILITADA
PAPELARIA SÃO BENTO	1.954,45	1.734,00 (não usou do direito de preferência)	2ª	-----
EXPRESSÃO	1.964,00	1.818,00	3ª	-----
LOTE 05				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PAPELARIA SÃO BENTO	4.410,90	3.500,00	1ª	HABILITADA

MÁXIMA	4.412,50	3.532,00	2ª	-----
EXPRESSÃO	4.425,00	3.559,00	3ª	-----
LOTE 06				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
MAXIMA	756,50	695,00	1ª	HABILITADA
PAPELARIA SÃO BENTO	755,31	700,00 (não usou do direito de preferência)	2ª	-----
EXPRESSÃO	756,50	755,00	3ª	-----
LOTE 07				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
PAPELARIA SÃO BENTO	4.950,00	4.500,00	1ª	HABILITADA
EXPRESSÃO	5.000,00	4.810,00	2ª	-----
A empresa Máxima solicita desclassificação afirmando que cotou o valor unitário do item 30, único item do lote 07, erroneamente, sendo acatado pela Pregoeira.				

Considerando a classificação e habilitação das empresas 1ªs classificadas acima informadas, foram declaradas vencedoras nos respectivos lotes. A Pregoeira abriu espaço para manifestação de intenção de recurso, não havendo manifestação. Nada mais a tratar encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Campos Novos

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 04/2013 - Acrescenta Paragrafo ao Artigo 25 da Lei Complementar Nº 12/2011 do SAMAE.

LEI COMPLEMENTAR Nº 04/2013 DE 19/04/2013

ACRESCENTA PARAGRAFO AO ARTIGO 25 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2011 DE 14/12/2011 - PLANO DE CARREIRAS, CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO SAMAE.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. O art. 25 da Lei Complementar nº 12/2011 de 14/12/2011, passa a vigorar com o acréscimo seguinte parágrafo:

Art. 25 ()

§6º. Os valores descritos no capítulo VII serão reajustados na data base e com o percentual estipulado na revisão geral anual.

Art. 2º. Os demais artigos permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 19 de abril de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.844/13 - Autoriza a Contribuir Mensalmente e a Firmar Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Autistas de Campos Novos - Ama.

LEI Nº 3.844/2013 DE 19/04/2013

AUTORIZA A CONTRIBUIR MENSALMENTE E A FIRMAR CONVÊNIO COM ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado efetuar o repasse de 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais) para o exercício, a ser repassado mensalmente a importância de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) para a AMA - Associação dos Pais e Amigos dos Autistas de Campos Novos, entidade filantrópica, assistencial e educacional, sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública pela Lei nº 3.590 de 15/12/2010, e inscrita no CNPJ sob nº 11.408.672/000-57.

§1º. Os recursos previstos no caput destinar-se-ão ao pagamento de despesas relacionadas à manutenção de espaço físico para o funcionamento da AMA e suportar as despesas de consumo, água e luz.

§2º. Para o corrente exercício, o repasse da parcela do mês de abril incluirá também as parcelas referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março do corrente.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a AMA - Associação dos Pais e Amigos dos Autistas de Campos Novos, visando a colaboração e cooperação entre as partes, com o objetivo de estabelecer condições para o atendimento de pessoas portadoras de Autismo, em conformidade com as diretrizes da política de Educação Especial definidas pela Secretaria de Estado da Educação.

Art. 3º. O Município se comprometerá a:

- I. Ceder 2 (dois) professores habilitados em pedagogia, com 40 horas semanais, para atuarem na AMA, conforme currículo e aprovação da diretoria;
- II. Colocar a disposição 1 (uma) merendeira com 40 horas semanais;
- III. Colocar a disposição 1 (um) fonoaudiólogo e 1 (um) psicólogo, com carga horária de 08 horas semanais;
- IV. Proporcionar o transporte escolar para os portadores de autismo em conjunto com os alunos da ACADAV;
- V. Fornecer merenda escolar.

Art. 4º. O convênio terá vigência por 1 (um) ano, podendo ser aditivado por até 3 exercícios seguintes ao presente, se for do interesse das partes.

§1º. Em caso de aditamento, o valor do repasse previsto no artigo 2º desta Lei, poderá ser reajustado pelo INPC, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

§2º. O convênio poderá ser denunciado por qualquer uma das partes, mediante comunicação prévia e expressa, com 60 (sessenta) dias de antecedência.

Art. 5º. Os encargos decorrentes desta lei serão suportados pelas dotações orçamentárias consignadas sob as rubricas:

Órgão: 01 - Gabinete do Prefeito
Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito
Proj./Ativ.: 2.000 - Manutenção do Gabinete Municipal
3 - 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0
Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos
R\$ 22.800,00

Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ.: 2048 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
22-3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0
Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos
R\$ 2.400,00

Art. 6º. O Poder Executivo consignará no orçamento anual de cada exercício, dotação específica para atender os objetivos desta LEI.

Art. 7º. A entidade beneficiada na forma da presente Lei, deverá prestar contas dos recursos repassados no prazo de 30 (trinta) dias, a cada parcela liberada, em conformidade com a Instrução Normativa nº 03 do Sistema de Controle Interno da Prefeitura de Campos Novos.

Parágrafo Único. Associação dos Pais e Amigos dos Autistas de Campos Novos deverá remeter cópia das prestações de contas à Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 19 de abril de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.845/13 - Autoriza a Receber Em Doação Bem Móvel Que Menciona e a Incorporá-Lo ao Patrimônio Municipal.

LEI Nº 3.845 /13 DE 19/04/2013
AUTORIZA O EXECUTIVO A RECEBER EM DOAÇÃO BEM MÓVEL QUE MENCIONA E A INCORPORÁ-LO AO PATRIMÔNIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Município de Campos Novos, através do Poder Executivo, autorizado a receber em doação da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina, o seguinte veículo:
I- Um veículo Mercedes Benz, cor azul, combustível diesel, ano de fabricação e modelo 1975 e RENAVAL 553052535, Placa LZL1774.

Parágrafo único. A autorização da doação do veículo mencionado no caput, por parte da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, para o município de Campos Novos, foi realizada através do Decreto Executivo Estadual nº 1.008 de 05 de junho de 2012.

Art. 2º. O veículo descrito no artigo 1º, uma vez realizada a doação, será incorporado ao patrimônio público do Município de Campos Novos e será destinado ao uso da Administração Municipal na Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 3º. Fica o Município de Campos Novos autorizado a pagar as despesas decorrentes de transferência e documentação necessária do veículo de que trata esta Lei.

Art. 4º. As despesas para cumprimento do disposto nesta Lei correrão por conta do orçamento do Município de Campos Novos.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 19 de abril de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Lei Nº 3843/13 - Autoriza o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores a Filiar-Se a Uvesc.

LEI Nº 3843/2013 DE 19/04/2013

AUTORIZA O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, A FILIAR A CÂMARA MUNICIPAL E ESTA A CONTRIBUIR MENSALMENTE OU ANUALMENTE COM A UVESC - UNIÃO DOS VEREADORES DE SANTA CATARINA, COM SEDE NA CAPITAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores, autorizado a filiar a Câmara Municipal e esta a contribuir anualmente em favor da UVESC - UNIÃO DOS VEREADORES DE SANTA CATARINA, com sede na Capital do Estado Catarinense, portadora o CNPJ nº. 76.875.731/0001-42.

§ 1º. O valor de que trata o "caput" do artigo 1º do presente ato, é de R\$ 3.990,00 (Três mil novecentos e noventa reais), que será pago em parcela única, conforme estatuído no artigo 85, inciso I, a, b e c do Estatuto da Entidade, a serem lançados conforme a edição de boleto de pagamento pela Entidade ou depósito em conta.

§ 2º. Quando os valores referidos da contribuição se modificarem, fica o Presidente da Câmara Municipal, autorizado por ato próprio a ajustá-los de conformidade com o que a UVESC estabelecer.

Art. 2º. A contribuição referida terá cunho exclusivamente para as atividades da Entidade, conforme prescrito em seus Estatutos, não podendo haver desvio de finalidade.

Parágrafo único. A Entidade prestará contas à Câmara Municipal de Vereadores, através de seus balanços, comprovando a aplicação dos recursos objeto do presente ato.

Art. 3º. A contribuição cessará pela dissolução da Entidade ou por meio Estatutário, bem como por revogação da Lei Autorizativa que venha determinar sua condição de desfiliação, o que será comunicado por escrito a UVESC.

Art. 4º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão à conta em rubrica específica do orçamento do Legislativo Municipal.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 19 de abril de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Resolução Nº 02 - Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 26 DE MARÇO DE 2013

Dispõe sobre o processo de inscrição e funcionamento de entidades e organizações de Assistência Social, bem como de serviços, programas, projetos, e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Campos Novos-SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Campos Novos, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em Assembleia Geral de 26 de março de 2013

Considerando os artigos 3º e 9º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social;

Considerando a Lei 12101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei 8742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nº 8212, de 24 de julho de 1991, 9429, de 26 de dezembro de 1996, 9732, de 11 de dezembro de 1998, 10684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória no 2187-13, de 24 de agosto de 2001;

Considerando o Decreto Presidencial nº. 6.308, de 14 de dezembro de 2007 que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o artigo 3º da Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993;

Considerando o Decreto Presidencial nº. 7237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei no 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Lei Municipal nº. 2.175 de 14 de dezembro de 1995, alterada pela Lei ordinária 3.757 de 21 de junho de 2012, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social;

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Resolução CNAS nº 16, de 05 de maio de 2010, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal;

Considerando a Resolução nº 27, de 19 de Setembro de 2011 que Caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social;

Considerando que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer critérios para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, no Conselho Municipal de Assistência Social de Campos Novos - CMAS.

§ 1º A inscrição é por prazo indeterminado, conforme estabelece o art. 16, da

Resolução CNAS no 16/10.

§ 2º A inscrição poderá ser cancelada a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos previstos nesta Resolução, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

CAPÍTULO I**DA CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES**

Art. 2º Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos e/ou econômicos que prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários da Lei no 8.742/93 e as que promovem a defesa de garantia de direitos.

Parágrafo único. As entidades e organizações são consideradas de assistência social, na forma do art. 1º, do Decreto no 6.308/07, quando seus atos constitutivos definirem expressamente sua natureza, objetivo, missão, público alvo, devendo:

I – realizar atendimento, assessoramento ou defesa e garantia de direitos na área da assistência social;

II – garantir a universalidade do atendimento independentemente da contraprestação do usuário;

III – ter finalidade pública e transparência nas suas ações.

Art. 3º As entidades e organizações de assistência social podem ser isolada ou cumulativamente:

I - de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009;

II - de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas as deliberações do CNAS;

III - de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas as deliberações do CNAS.

CAPÍTULO II**DOS CRITÉRIOS PARA INSCRIÇÃO**

Art. 4º Os critérios para inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais são, cumulativos sendo:

I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

II- assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e

garantia de direitos dos usuários;

III - garantir a gratuidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV - garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da missão da entidade ou organização, bem como da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO

Art. 5º O funcionamento das entidades e organizações de assistência social, no Município de Campos Novos, depende de prévia inscrição no CMAS, independente do recebimento ou não de recursos públicos, observando-se o disposto no art. 9º, da Lei no 8.742/93.

§ 1º Compete ao CMAS fiscalizar as entidades e organizações inscritas.

§ 2º Caso a entidade ou a organização de assistência social de atendimento, com sede no município, não desenvolva qualquer serviço, programa, projeto ou benefício socioassistencial, a sua inscrição deverá ser feita no CMAS do município onde desenvolva o maior número de atividades.

§ 3º As entidades ou organizações de assistência social que atuem na defesa e garantia de direitos e/ou assessoramento deverão inscrever-se no CMAS, salvo quando no seu estatuto social constar como indicação de sua sede o Distrito Federal.

Art. 6º Somente poderão executar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais as entidade e organizações de assistência social, vinculadas à rede que integra o Sistema Único de Assistência Social – SUAS inscritas no CMAS de Campos Novos, que atendam ao disposto no art. 4º, desta Resolução e, estejam de acordo com a Resolução CNAS no 109/09 e, com o Decreto no 6.308/07.

Art. 7º Em caso de interrupção de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, a entidade ou a organização de assistência social deverá comunicar ao CMAS, apresentando motivação, alternativas e perspectivas para o atendimento do usuário, bem como o prazo para a retomada das atividades.

§ 1º O prazo de interrupção não poderá ultrapassar 6 (seis) meses, sob pena de cancelamento da inscrição da entidade e/ou do serviço, programa, projeto ou benefícios socioassistenciais.

§ 2º Ao CMAS cabe acompanhar, discutir e encaminhar as alternativas para a retomada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

§ 3º Ocorrendo o encerramento de atividades, as entidades farão a comunicação ao CMAS, no prazo de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO IV

DOS DOCUMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

Art. 8º As entidades e organizações de assistência social, no ato da inscrição demonstrarão:

I - ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída, conforme dispõe o art. 53, do Código Civil e art. 2º, da Lei nº 8.742/93;

II - que aplicam suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional bem como na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III - elaborar plano de ação anual contendo:

- a) finalidades estatutárias;
- b) objetivos;
- c) origem dos recursos;
- d) infraestrutura;
- e) identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício socioassistencial, informando respectivamente:
 - 1) público alvo;
 - 2) capacidade de atendimento;
 - 3) recursos financeiros a serem utilizados;
 - 4) recursos humanos envolvidos;
 - 5) abrangência territorial;
 - 6) demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano: elaboração, execução, avaliação e monitoramento

IV - ter expresso em seu relatório de atividades:

- a) finalidades estatutárias;
- b) objetivos;
- c) origem dos recursos;
- d) infraestrutura;
- e) identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício socioassistencial executado, informando respectivamente:
 - 1) público alvo;
 - 2) capacidade de atendimento;
 - 3) recurso financeiro utilizado;
 - 4) recursos humanos envolvidos.
 - 5) abrangência territorial;
 - 6) demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano: elaboração, execução, avaliação e monitoramento.

Art. 9º Para a obtenção da Inscrição no CMAS, as entidades e organizações de assistência social deverão apresentar os seguintes documentos:

I - requerimento, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da entidade ou da organização de assistência social, conforme anexo I;

II - cópia do Estatuto Social (ato constitutivo) registrado no cartório competente, comprovando que os objetivos institucionais estão em conformidade com a Lei no 8.742/93, e o Decreto no 6.308/07;

III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada no cartório competente e, do documento comprobatório da representação legal, quando for o caso;

IV - cópia do comprovante atualizado, em situação ativa, de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, apresentando como atividade econômica principal ou secundária a área socioassistencial;

V – declaração, assinada pelo responsável legal da entidade e/ou da organização de assistência social quando não constar no seu estatuto social previsão dispondo da aplicação integral de suas rendas, recursos ou eventual resultado operacional, no território nacional e, na manutenção e desenvolvimento da sua finalidade institucional;

VI - disposição estatutária prevendo que, no caso de dissolução ou extinção, havendo patrimônio líquido, o mesmo seja destinado a outra (s) entidade (s) sem fins lucrativos e/ou econômicos ou

que, por deliberação de seus associados seja indicada outra (s) instituição de fins idênticos ou semelhantes e, em se tratando de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP's, deverá constar dispositivo prevendo a destinação a outra entidade qualificada como OSCIP, inscrita no CMAS;

VII - plano de ação anual, conforme anexo II, observado o disposto no art. 8o, inciso III, desta Resolução,

VIII - cópia do balancete anual das Atividades de caráter socioassistencial, referente ao exercício anterior a solicitação de inscrição, assinado por contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC;

IX - cópia da Carteira de Identidade (RG), do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e, do comprovante de residência dos dirigentes da entidade ou organização de assistência social;

X - cópia da declaração de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal, quando for o caso;

XI - cópia do Alvará Sanitário e do Alvará de Localização e Permanência, dentro do prazo de validade, exceto para entidade ou organização de assistência social de assessoramento ou de defesa e garantia de direitos;

XII - declaração da realização de ações socioassistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação, pelo representante legal da entidade ou organização de assistência social.

Art. 10. As entidades e organizações de assistência social, que atuam em mais de um município, deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais apresentando:

a) requerimento endereçado ao CMAS, conforme anexo I, preenchido, datado e assinado pelo representante legal da entidade ou organização de assistência social;

b) plano de ação, assinado pelo representante legal da entidade ou da organização de assistência social, conforme anexo II, observado o disposto no art. 8o, inciso III;

c) comprovante de inscrição no CMAS de sua sede ou de onde desenvolve suas atividades principais;

d) cópia do Alvará Sanitário e do Alvará de Localização e Permanência, dentro do prazo de validade, exceto para entidade ou organização de assistência social de assessoramento ou de defesa e garantia de direitos;

e) declaração, pelo responsável legal da entidade ou organização de assistência social, da realização de ações socioassistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação,

Art. 11. As entidades e organizações sem fins econômicos e/ou lucrativos que não tenham atuação preponderante na área da Política de Assistência Social, mas desenvolvam ações socioassistenciais, deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como demonstrar o cumprimento do disposto nos arts. 6º, §1º e §2º e, art. 7º, todos da Resolução CNAS nº 16/10, mediante apresentação de:

a) requerimento ao CMAS, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da entidade ou organização de assistência social, conforme anexo I;

b) cópia do Estatuto Social (ato constitutivo) registrado no cartório

competente, comprovando que os objetivos institucionais estão em conformidade com a Lei nº 8.742/93, o Decreto nº 6.308/07;

c) cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada no cartório competente e, do documento comprobatório da representação legal, quando for o caso;

d) plano de ação, conforme anexo II, observado o disposto no art. 8o, inciso III, assinado pelo representante legal da entidade e/ou organização de assistência social;

e) cópia do Alvará Sanitário e do Alvará de Localização e Permanência, dentro do prazo de validade, exceto para entidade/organização de assistência social de assessoramento ou de defesa e garantia de direitos;

f) declaração, pelo representante legal da entidade e/ou organização de assistência social, da realização de ações socioassistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação.

Parágrafo único. Caberá ao CMAS, no caso de entidade com atuação na área de Saúde ou de Educação, solicitar ao Conselho Setorial competente parecer a respeito do seu funcionamento.

CAPÍTULO V

DO PRAZO DE APRESENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

Art. 12. As entidades e organizações de assistência social deverão apresentar ao CMAS, anualmente, no prazo máximo de 30 de abril:

I – plano de ação do corrente ano, atendendo ao disposto inciso III, do art. 8o;

II - relatório de atividades do ano anterior que evidencie o cumprimento do plano de ação, destacando as informações contidas no inciso IV, do art. 8o, desta resolução.

CAPÍTULO VI

DA COMPETÊNCIA DO CMAS

Art. 13. Compete ao CMAS:

I - receber e analisar os pedidos de inscrição e a documentação respectiva;

II - providenciar visita técnica à entidade ou organização de assistência social e, emissão de parecer sobre as condições para o funcionamento;

III - pautar, discutir e deliberar os pedidos de inscrição, em reunião plenária;

IV - encaminhar a documentação ao órgão gestor para inclusão no Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101/09, devendo manter guarda da mesma, garantindo-se acesso aos documentos, sempre que se fizer necessário, em função do exercício do controle social.

V - promover audiência pública anualmente, a ser regulamentada mediante regulamentação específica, preferencialmente no mês de novembro, com as entidades ou organizações de assistência social inscritas, com o objetivo de efetivar a apresentação destas à comunidade, permitindo a troca de experiências, ressaltando a atuação na rede socioassistencial e o fortalecimento do SUAS;

VI - estabelecer plano de acompanhamento e fiscalização das entidades e organizações de assistência social, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos, com os respectivos critérios, mediante regulamentação específica;

VII – No caso de cancelamento de inscrição, o CMAS deverá encaminhar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, cópia do ato cancelatório ao órgão gestor, para as providências cabíveis junto ao cadastro, atendendo ao disposto no inciso IV, deste artigo.

CAPÍTULO VII

DO TRÂMITE DA INSCRIÇÃO

Art. 14. O CMAS, em cumprimento ao disposto no art. 17, da Resolução CNAS no 16/10, passa a utilizar, única e exclusivamente, o termo INSCRIÇÃO para os fins desta Resolução.

§ 1º O Conselho fornecerá Comprovante de Inscrição, conforme anexo III.

§ 2º Para emissão de inscrição, nos termos desta Resolução, será estabelecida numeração única e sequencial, independentemente da mudança do ano.

Art. 15. A entidade ou organização de assistência social, munida de todos os documentos especificados nesta Resolução, protocolará na Secretaria Municipal da Assistência Social, junto a Secretaria Executiva do CMAS, Requerimento de Inscrição.

Art. 16. A partir da data do protocolo do Requerimento de Inscrição, anexo IV, o Conselho terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para emitir comprovante de inscrição.

Art. 17. No recebimento do Requerimento, a Secretaria Executiva do CMAS emitirá comprovante de protocolo, anexo V, contendo: número, nome da entidade, número de inscrição no CNPJ, data, finalidade, assinatura e carimbo da pessoa responsável pelo recebimento.

§ 1º No prazo de 07 (sete) dias úteis deverá ser procedida a análise dos documentos apresentados, pela Secretaria Executiva do CMAS, bem como dos critérios de inscrição e das condicionalidades de funcionamento das entidades e organizações de assistência social, mediante despacho.

§ 2º No caso de divergência da documentação apresentada ou da falta de alguns dos requisitos/critérios, previstos nesta Resolução, será encaminhado à entidade ofício em duas vias, com assinatura e data de recebimento pela entidade, comunicando a documentação pendente e o prazo para correção.

§ 3º A entidade terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para saneamento das divergências na documentação.

§ 4º Não sendo atendido o prazo previsto no § 3º, deste artigo, caberá a Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do CMAS – CPNR emitir parecer a respeito da inscrição, devendo o mesmo ser encaminhado ao CMAS para deliberação.

§ 5º Cumpridos os dispositivos desta Resolução, o processo de inscrição será encaminhado ao Gestor da Política Municipal de Assistência Social para que determine, ao setor competente, a realização de visita técnica avaliativa à entidade e/ou organização assistencial.

§ 6º No prazo máximo, de 60 (sessenta) dias, deverá ser realizada a visita técnica avaliativa, anexo VI, que subsidiará a elaboração de relatório sobre as condições para funcionamento, sendo observadas as normativas legais pertinentes.

§ 7º Recebido o relatório referente à visita técnica, a Secretária Executiva do CMAS dará ciência a CPNR para que, na primeira reunião subsequente, avalie o processo e emita parecer a respeito

da inscrição.

Art. 18. No caso de indeferimento ou cancelamento da inscrição as entidades e organizações de assistência social podem, para defesa de seus direitos, recorrer inicialmente ao próprio CMAS e, mantido o indeferimento, ao Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, conforme dispõe o art.16, §§ 1º e 4º, da Resolução CNAS nº 16/10;

§ 1º O prazo para apresentação de recurso ao CMAS, será de 30 (trinta) dias, contados da formalização do recebimento da decisão final, atendendo ao disposto no art. 16, § 6º, da Resolução CNAS nº 16/10.

§ 2º No prazo de 30 (trinta) dias, o CMAS deverá manifestar-se sobre a tempestividade, a materialidade e a legalidade do recurso.

Art. 19. Os prazos previstos nesta Resolução serão contados em dias úteis e, no caso do primeiro dia recair sobre dia de final de semana ou de feriado, a contagem iniciará a partir do primeiro dia útil subsequente.

Art. 20. Em atenção ao princípio constitucional da publicidade, as deliberações do CMAS, que disporem sobre concessão, indeferimento e cancelamento de inscrição, bem como suspensão e cancelamento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, serão publicadas no Diário Oficial do Município.

Parágrafo único. Nos casos de indeferimento ou de cancelamento de inscrição, estando ausentes da Sessão Plenária, as entidades ou as organizações de assistência social interessadas, deverão ser comunicadas da respectiva decisão, via ofício em duas vias, com assinatura e data de recebimento pela entidade.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21. As entidades inscritas no CMAS de Campos Novos, no período que antecede a vigência desta Resolução, deverão requerer nova inscrição, até 31 de agosto de 2013.

Art. 22. Os casos omissos serão resolvidos pelo CMAS, em sessão plenária.

Art. 24 Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as Resoluções ou Instruções Normativas anteriores, e demais disposições em contrário.

Campos Novos, 26 de Março de 2013.

ANEXO I REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Senhor(a) Presidente do Conselho de Assistência Social de Campos Novos

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer sua inscrição neste Conselho.

A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade _____

CNPJ: _____ Data de inscrição no CNPJ ____ / ____ / ____

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário _____

Endereço _____ nº _____

Bairro _____ Município _____

UF _____ CEP _____ Tel. _____

E-mail _____

Atividade Principal _____
 Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos)

B - Dados do Representante Legal:

Nome _____
 Endereço _____ nº _____
 Bairro _____ Município _____
 UF _____ CEP _____ Tel. _____ Celular _____
 E-mail _____

RG _____ CPF _____ Data nasc. ____ / ____ / ____
 Escolaridade _____ Período do Mandato: _____

C - Informações adicionais

Termos em que,
 Pede deferimento.

Local _____ Data ____ / ____ / ____

Assinatura do representante legal da entidade
 ANEXO II

MODELO
PLANO DE AÇÃO PARA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – Entidade:
 1.2 – Presidente:
 1.3 – Coordenador (a):
 1.4 – Início das Atividades:
 1.5 – Endereço: Rua: nº. Cep:
 Fone:

2 – IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO/PROGRAMA/PROJETO

2.1 – Nome do serviço/programa/projeto
 Descrever o serviço desenvolvido de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.
 2.2 – Responsáveis pela elaboração/execução do serviço/programa/projeto

3 – HISTÓRICO DA ENTIDADE

Apresentar sucintamente um histórico da Entidade (no máximo uma página).

4 – FINALIDADES ESTATUTÁRIAS

Descrever as finalidades (objetivo geral, missão) da Entidade de acordo com o Estatuto.

5 – OBJETIVOS

5.1 – Objetivo Geral
 Definir claramente o que se pretende alcançar.
 5.2 – Objetivos Específicos
 Escrever de forma detalhada os objetivos específicos para atingir o objetivo geral, os impactos, melhorias que se pretende alcançar, propiciar ou desenvolver em relação ao público alvo.

Obs. Sugere-se que este item contemple até cinco objetivos.

6 – ORIGEM DOS RECURSOS

Identificar se o recurso advém do Fundo Nacional, Estadual, Municipal de Assistência Social, e/ou outras fontes financiadoras.

7 – INFRAESTRUTURA

Descrever os espaços e equipamentos disponibilizados para o desenvolvimento da ação.

8 – METODOLOGIA

Breve histórico do serviço/programa/projeto explicando tecnicamente como serão realizadas as atividades. Para cada atividade é necessário descrever a metodologia a ser adotada. Relatando por exemplo: os principais procedimentos, a periodicidade, as técnicas e os instrumentos utilizados para a ação, os critérios de inclusão ou desligamento do público alvo.

9 – PÚBLICO ALVO

Informar o público alvo, faixa etária atendida.

10 – CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

Informar a capacidade de atendimento da entidade conforme espaço físico e recursos humanos.

11 – RECURSOS FINANCEIROS UTILIZADOS

Informar os valores recebidos do Município/Estado/União e/ou contribuições/pedágio/eventos etc.

12 – RECURSOS HUMANOS

QTD.	CARGO/FUNÇÃO	FORMAÇÃO	VÍNCULO	CARGA HORÁRIA SEMANAL

Forma de contratação/vínculo: (1) CLT (2) cedido (3) estatutário (4) voluntário (5) autônomo (6) estagiário. Relacionar os recursos humanos envolvidos com o serviço/programa/projeto, relatando o número de profissionais, a função que desempenha formação, vínculo empregatício e a carga horária semanal.

13 – ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Informar a rede socioassistencial (Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS), Centros Educacionais (escolas municipais, estaduais, particulares, Centros de Educação Infantil – CEIS, creches domiciliares), Associações de Moradores, Unidades de Saúde, entre outros), onde a Entidade está situada.

Assinatura do Responsável Legal da entidade

Obs.:

- No Plano de Ação a ser entregue aos Conselhos, utilizar logomarca da entidade.
 - Para cada serviço, programa e projeto desenvolvido, a entidade deverá apresentar um Plano de Ação individual.

ANEXO III

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

INSCRIÇÃO Nº _____

A entidade _____
 _____, CNPJ _____, com sede em _____,
 é inscrita neste Conselho, sob número _____, desde ____ / ____

____ / ____ .

A entidade executa o(s) seguinte(s) serviço(s)/programa(s)/projeto(s)/benefício(s) socioassistenciais (listar todos, constando os endereços respectivos caso a entidade os desenvolva em mais de uma unidade/estabelecimento no mesmo município):

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

Local _____ Data ____ / ____ / ____

Assinatura do(a) Presidente do Conselho

ANEXO IV

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO E COMPROVANTE

ENTIDADE:	
CNPJ	Data Recebimento: _____
S/N	Protocolo nº.: _____
	Documentos Conforme Resolução CMAS nº 02/13
	a) requerimento, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da entidade ou da organização de assistência social, conforme anexo I;
	b) cópia do Estatuto Social (ato constitutivo) registrado no cartório competente, comprovando que os objetivos institucionais estão em conformidade com a Lei nº 8.742/93, e o Decreto nº 6.308/07;
	c) cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada no cartório competente e, do documento comprobatório da representação legal, quando for o caso;
	d) declaração, assinada pelo responsável legal da entidade e/ou da organização de assistência social quando não constar no seu estatuto social previsão dispondo da aplicação integral de suas rendas, recursos ou eventual resultado operacional, no território nacional e, na manutenção e desenvolvimento da sua finalidade institucional
	e) cópia do comprovante atualizado, em situação ativa, de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, apresentando como atividade econômica principal ou secundária a área socioassistencial;
	f) disposição estatutária prevendo que, no caso de dissolução ou extinção, havendo patrimônio líquido, o mesmo seja destinado a outra (s) entidade (s) sem fins lucrativos e/ou econômicos ou que, por deliberação de seus associados seja indicada outra (s) instituição de fins idênticos ou semelhantes e, em se tratando de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP's, deverá constar dispositivo prevendo a destinação a outra entidade qualificada como OSCIP, inscrita no CMAS;
	g) plano de ação, conforme anexo II, observado o disposto no art. 8º, inciso III, assinado pelo representante legal da entidade e/ou organização de assistência social;
	h) cópia do balancete anual das Atividades de caráter socioassistencial, referente ao exercício anterior a solicitação de inscrição, assinado por contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC;

	i) cópia da Carteira de Identidade (RG), do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e, do comprovante de residência dos dirigentes da entidade ou organização de assistência social;
	j) cópia do Alvará Sanitário e do Alvará de Localização e Permanência, dentro do prazo de validade, exceto para entidade/organização de assistência social de assessoramento ou de defesa e garantia de direitos;
	l) declaração, pelo representante legal da entidade e/ou organização de assistência social, da realização de ações socioassistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação.

- Quando da realização deste protocolo foi orientado e esclarecido, pela Assessoria do CMAS, referente ao que estabelece a Resolução nº 02/13 em seus artigos 11 e 15.

Nome legível

Responsável Pela Entrega Documentação

Assessoria CMAS – Responsável pelo recebimento
Carimbo e Assinatura

ANEXO V

COMPROVANTE DE PROTOCOLO REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE INSCRIÇÃO

Protocolo nº _____

A entidade _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, protocolizou o requerimento de renovação da inscrição conforme Resolução CMAS Nº 02/2013.

() de entidade e organizações de assistência social;
() de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Nota: Esta declaração comprova o Protocolo da Inscrição até a análise do processo e decisão final na Plenária do CMAS Campos Novos conforme Resolução nº 02/2013, até a data da decisão de deferimento ou indeferimento,

Local e data.

Assessoria CMAS – Responsável pelo recebimento
Carimbo e Assinatura

ANEXO VI

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

1 – IDENTIFICAÇÃO

Nome:
Endereço:
Bairro:
Telefone:
Responsável pela entidade:
Responsáveis pelas informações:
Início das atividades:
Data da visita:
Responsáveis pela visita:

2 – INTRODUÇÃO

Breve histórico do objetivo da visita de Monitoramento e Avaliação.

3 - OBJETIVO DA VISITA

- () Inscrição de Entidade e Organização de Assistência Social
 () Inscrição de Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socio-assistenciais
 () Acompanhamento

4 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

- () de atendimento
 () de assessoramento
 () de defesa e garantia de direitos
 () entidade correlata Área preponderante _____

5 - CARACTERIZAÇÃO DO(S) SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAIS**5.1 - Serviços de Proteção Social Básica**

- () Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF;
 () Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
 () Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos;
 () Outros. Qual?

5.2 - Proteção Social Especial

Média Complexidade

- () Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI;
 () Serviço Especializado de Abordagem Social;
 () Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
 () Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias;
 () Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;
 () Outros. Qual?

5.3 - Alta Complexidade

- () Serviço de Acolhimento Institucional;
 () Serviço de Acolhimento em República;
 () Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
 () Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências;
 () Outros. Qual?

6 – CARACTERIZAÇÃO DOS USUÁRIOS

Público Alvo	Capacidade de Atendimento	Número de atendimentos	Faixa etária	Demanda Reprimida

7 - ABRANGÊNCIA

Referência territorializada da procedência dos usuários. Identifique:

8 – ORIGEM DOS RECURSOS

Descrever a origem dos recursos: se é Convênio Federal/Estadual/Municipal; Recursos Próprios; Doações; Subvenções, etc.

9 - RECURSOS HUMANOS

Qtd	Cargo	Formação	Vínculo	Carga horária semanal

Forma de contratação/vínculo: (1) CLT (2) Cedido (3) Estatutário (4) Voluntário (5) Terceirizado (6) Estagiário (7) Autônomo
 9.1 - Possui profissional habilitado para atendimento à pessoa com deficiência:

Sim () Não ()

Comentário:

10 – PATRIMÔNIO

	Alugado	Próprio	Cedido
Imóvel			
Veículo			
Outros			
Área total			
Área construída			

11 - FORMA DE ACESSO DO USUÁRIO:

Nº de Famílias	Formas de Acesso – Assinalar e quantificar			
	Procura espontânea	Encaminhada pela Rede	Busca ativa	Encaminhada de outras políticas

Descrever outras situações, se houver: _____

12 - ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – BPC e DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Número de Famílias	BPC	Bolsa Família

13 - ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Tipo de Deficiência	Número de Atendimentos
Física	
Auditiva	
Visual	
Intelectual	
Mobilidade Reduzida	

Mobilidade Reduzida Pessoa com Mobilidade Reduzida é a pessoa que não se enquadra no conceito de pessoa com deficiência, mas que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção. Se enquadram ainda pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, gestantes, lactentes e pessoas com criança de colo.

14 – FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DO USUÁRIO

Reuniões, Conselhos de Direitos e outros, eventos, redes

socioassistenciais, serviços públicos locais de educação, saúde (em especial, programas e serviços de reabilitação), cultura, esporte e, meio-ambiente e outros conforme necessidades.

15 - PERÍODO DE FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE
(especificar horários de funcionamento)

16 – REFEIÇÕES

Informar quantidade e horários de refeições oferecidas/dia.

17 – DESLIGAMENTO

Como ocorre o desligamento dos usuários.

18 - DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

Esta descrição tem por objetivo demonstrar se, na prática, a entidade desenvolve atividades com o público da assistência social e de que forma está se dando o cumprimento dos objetivos e princípios da Política de Assistência Social, definidos pela Loas, demonstrando a relação entre as atividades e o alcance da garantia de necessidades básicas do público atendido, bem como de sua promoção à cidadania. Tal descrição deverá apresentar tanto os aspectos positivos quanto os que falta aprimorar.

19 – ATUAÇÃO POLÍTICA DA ENTIDADE

Participação da entidade nos espaços de discussão política como: Conferências Municipais, Estaduais e Nacional, Conselhos, Fóruns, espaços organizacionais comunitários, audiências públicas, outros.

22 – INFORMAÇÕES QUALITATIVAS PRESTADAS PELA ENTIDADE
1 – Dificuldades;

2 – Avanços;

3 – Impacto Social (resolutividade e efetividade dos serviços);

4 – Repercussão do trabalho desenvolvido junto à sociedade/comunidade.

23 – ORGANIZAÇÃO TÉCNICO METODOLÓGICA DA ENTIDADE

1 - Referenciamento da Entidade em relação às áreas de vulnerabilidade social (conhecimento da realidade em que atua) 2 - Articulação com o CRAS e CREAS

24 – CONSIDERAÇÕES

Análise da equipe frente às pontuações do relatório.

26 – RECOMENDAÇÕES

Sugestões da equipe para qualificar a ação.

Local e Data _____

Assinatura e Nº do Registro dos
Profissionais Responsáveis Pela Visita

Portaria Nº 100/13 de 14/01/2013

PORTARIA Nº 100/13 DE 14/01/2013

NOMEIA BEATRIZ FATIMA MARCON BASILIO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE ASSISTENCIA SOCIAL E FAMILIA,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100,inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear BEATRIZ FATIMA MARCON BASILIO, para o cargo em comissão de Diretora de Assistência Social e Família, junto a Secretaria de Assistência Social.

Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
14 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 101/13 de 14/01/2013

PORTARIA Nº 101/13 DE 14/01/2013

NOMEIA RUDIMAR LEONIR PEREIRA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR HABITACIONAL,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100,inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear RUDIMAR LEONIR PEREIRA, para o cargo em comissão de DIRETOR HABITACIONAL, junto a Secretaria de Assistência Social. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
14 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 102/13 de 14/01/2013

PORTARIA Nº 102/13 DE 14/01/2013

NOMEIA DILSE BORTOLI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE PROJETO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100,inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear DILSE BORTOLI, para o cargo em comissão de DIRETORA DE PROJETO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO, junto a Secretaria de Assistência Social. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
14 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 103/13 de 14/01/2013

PORTARIA Nº 103/13 DE 14/01/2013

NOMEIA JOSE DIRCEU BEVILAQUA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, PROJETO E FOMENTO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100,inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear JOSE DIRCEU BEVILAQUA, para o cargo em comissão

de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, PROJETO E FOMENTO, junto a Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
14 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 104/13 de 14/01/2013

PORTARIA Nº 104/13 DE 14/01/2013
NOMEIA LEONILDO RECALCATI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear LEONILDO RECALCATI, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, junto a Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.
Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
14 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 105/13 de 14/01/2013

PORTARIA Nº 105/13 DE 14/01/2013
NOMEIA ROSANGELA APARECIDA CANÔNICA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERÊNCIA FUNDECAMPOS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear ROSANGELA APARECIDA CANÔNICA, para o cargo em comissão de GERÊNCIA FUNDECAMPOS, junto a Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.
Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
14 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 106/13 de 14/01/2013

PORTARIA Nº 106/13 DE 14/01/2013
NOMEIA CRISTIANO RODRIGUES PEIXOTO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉCIO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear CRISTIANO RODRIGUES PEIXOTO, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, junto a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
14 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 107/13 de 14/01/2013

PORTARIA Nº 107/13 DE 14/01/2013
NOMEIA ANTONIO RICIERI CHIOCHETTA NETO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TURISMO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear ANTONIO RICIERI CHIOCHETTA NETO, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TURISMO, junto a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
14 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 108/13 de 14/01/2013

PORTARIA Nº 108/13 DE 14/01/2013
NOMEIA LENIR ALEXANDRINA FAPPI SILVESTRIN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE SAÚDE,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear LENIR ALEXANDRINA FAPPI SILVESTRIN, para o cargo em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE SAÚDE, junto a Secretaria da Saúde. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
14 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 109/13 de 14/01/2013

PORTARIA Nº 109/13 DE 14/01/2013

NOMEIA ANA PAULA DOS SANTOS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERENCIA DO FUNDO DE SAÚDE,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear ANA PAULA DOS SANTOS, para o cargo em comissão de GERENCIA DO FUNDO DE SAÚDE, junto a Secretaria da Saúde. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
14 de Janeiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 110/13 de 14/01/2013

PORTARIA Nº 110/13 DE 14/01/2013

NOMEIA ELIANE LOPES PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS ESPECIAS DE ATENDIMENTO Á SAÚDE,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear ELIANE LOPES, para o cargo em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS ESPECIAS DE ATENDIMENTO Á SAÚDE, junto a Secretaria da Saúde. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
14 de Janeiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 111/13 de 14/01/2013

PORTARIA Nº 111/13 DE 14/01/2013

NOMEIA HELENA LUCIA GRANZOTTO DEVILA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear HELENA LUCIA GRANZOTTO DEVILA, para o cargo em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, junto a Secretaria da Saúde.

Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
14 de Janeiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 112/13 de 14/01/2013

PORTARIA Nº 112/13 DE 14/01/2013

NOMEIA DIOMAR CANUTO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERENCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear DIOMAR CANUTO, para o cargo em comissão de GERENCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA, junto a Secretaria da Saúde. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
14 de Janeiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 117/13 de 14/01/2013

PORTARIA Nº 117/13 DE 14/01/2013

NOMEIA PATRICK CARLO REDANTE PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE TRANSPORTE ESCOLAR,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear PATRICK CARLO REDANTE, para o cargo em comissão de DIRETOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, junto a Secretaria de educação e Cultura. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
14 de Janeiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 118/13 de 14/01/2013

PORTARIA Nº 118/13 DE 14/01/2013

NOMEIA IVORI ANTONIO TROMBETA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear IVORI ANTONIO TROMBETA, para o cargo em comissão de DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, junto a Secretaria da Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
14 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 119/13 de 15/01/2013

PORTARIA Nº 119/13 DE 15/01/2013

NOMEIA MANOEL FACKIS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR OPERACIONAL,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear MANOEL FACKIS, para o cargo em comissão de DIRETOR OPERACIONAL, junto ao FUNDEMA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
15 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 120/13 de 15/01/13

PORTARIA Nº 120/13 DE 15/01/13

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ A ELIS REGINA VEZARO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 6000620083 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria por Invalidez a servidora ELIS REGINA VEZARO, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de Professora. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Janeiro de 2013.

Registre-se, Comunique-se, Publique-se.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
15 de Janeiro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 121/13 de 15/01/2013

PORTARIA Nº 121/13 DE 15/01/2013

NOMEIA ELIAMAR TEREZINHA ANTUNES MAYER PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL CID CAESAR DE ALMEIDA PEDROSO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas

pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear ELIAMAR TEREZINHA ANTUNES MAYER, para o cargo em comissão de SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL CID CAESAR DE ALMEIDA PEDROSO, junto a Secretaria de Educação e Cultura. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
15 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 123/13 de 17/01/13

PORTARIA Nº 123/13 DE 17/01/13

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA KERLLY JUCIANE WALTER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada - FGR - 03 - a servidora KERLLY JUCIANE WALTER, junto a Secretaria de Assistência Social. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de janeiro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 124/13 de 17/01/13

PORTARIA Nº 124/13 DE 17/01/13

NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; com amparo no Artigo 100, inciso VIII da Lei Orgânica, C/C. Art. 151 da Lei Complementar 03/00 de 04 de dezembro de 2000;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear as servidoras SÔNIA APARECIDA TRUCOLO, JANAYNA BUGANÇA CORDEIRO e ROSANGELA APARECIDA CANÔNICA, para, sob a presidência da primeira, formarem uma Comissão de Sindicância para apurar a veracidade da declaração de residência apresentada no ato da inscrição nº 063/2012 no Processo Seletivo nº 001/2012.

Art. 2º - A Comissão terá um prazo de 30 (trinta) dias para apresentar relatório conclusivo dos trabalhos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, INTIME-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em
17 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 125/2013 de 17/01/13

PORTARIA Nº 125/2013 DE 17/01/13

EXONERA E NOMEIA COMISSÃO PARA ANÁLISE DOS PEDIDOS DE PROGRESSÃO POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO E GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; com amparo no Artigo 37 e 38 da Lei Complementar 10/11 de 19 de outubro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores do quadro efetivo Marcia Rita Silva Correa, Ivo Arnildo Moreira e Ana Paula Bittencourt Walter, para, sob a presidência da primeira, formarem a Comissão para apreciação e despacho dos pedidos requeridos para progressão funcional por curso de aperfeiçoamento, capacitação e gratificação por titulação.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 921/12 de 21/05/12, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 17 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 130/13 de 17/01/2013

PORTARIA Nº 130/13 de 17/01/2013

NOMEIA A SERVIDORA TERESINHA INES BALDISSERA FERREIRA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETARIA JUNTO A UNIDADE DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR ELIETE TEIXEIRA LOPES,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100,inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora TERESINHA INES BALDISSERA FERREIRA, para o cargo em comissão de SECRETARIA, junto a UNIDADE DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR ELIETE TEIXEIRA LOPES. A partir de 14 de Fevereiro de 2013. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 131/13 de 17/01/2013

PORTARIA Nº 131/13 DE 17/01/2013

NOMEIA SILVANA MARIA MECABO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100,inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear SILVANA MARIA MECABO, para o cargo em comissão de SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL, junto a Secretaria de Educação e Cultura. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de Janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 132/13 de 17/01/2013

PORTARIA Nº 132/13 DE 17/01/2013

NOMEIA ELENICE APARECIDA DE OLIVEIRA FORNARA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SUPERINTENDENTE DE ENSINO FUNDAMENTAL,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100,inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear ELENICE APARECIDA DE OLIVEIRA FORNARA, para o cargo em comissão de SUPERINTENDENTE DE ENSINO FUNDAMENTAL, junto a Secretaria de Educação e Cultura. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de Janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Janeiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 133/13 de 17/01/2013

PORTARIA Nº 133/13 DE 17/01/2013

NOMEIA MERCIA REGINA PEGORARO SILVESTRIN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SUPERINTENDENTE DE ENSINO INFANTIL,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100,inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear MERCIA REGINA PEGORARO SILVESTRIN, para o cargo em comissão de SUPERINTENDENTE DE ENSINO INFANTIL, junto a Secretaria de Educação e Cultura. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de Janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Janeiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 134/13 de 17/01/2013

PORTARIA Nº 134/13 DE 17/01/2013

NOMEIA MAIRI SUZANA RIBEIRO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA JUNTO AS ESCOLAS MULTISSEREADES,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100,inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear MAIRI SUZANA RIBEIRO, para o cargo em comissão de DIRETORA JUNTO AS ESCOLAS MULTISSEREADAS, junto a Secretaria de Educação e Cultura.

Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de Janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 135/13 de 17/01/2013

PORTARIA Nº 135/13 DE 17/01/2013

NOMEIA VERA LUCIA DE VARGAS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE AUXILIAIR DE DIREÇÃO DAS ESCOLAS MULTISSEREADAS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100,inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear VERA LUCIA DE VARGAS, para o cargo em comissão de AUXILIAR DE DIREÇÃO DAS ESCOLAS MULTISSEREADAS, junto a Secretaria de Educação e Cultura. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de Janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 136/13 de 17/01/2013

PORTARIA Nº 136/13 DE 17/01/2013

NOMEIA MARGARETE TEREZINHA NICOLTI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100,inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear MARGARETE TEREZINHA NICOLTI, para o cargo em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL, junto a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de Janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 137/13 de 17/01/2013

PORTARIA Nº 137/13 DE 17/01/2013

NOMEIA TEREZINHA ROVANI FAGUNDES DE PAULA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DE GABINETE,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100,inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear TEREZINHA ROVANI FAGUNDES DE PAULA, para o cargo em comissão de ASSISTENTE DE GABINETE, junto a Secretaria da Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 138/13 de 17/01/2013

PORTARIA Nº 138/13 DE 17/01/2013

NOMEIA LUCIMAR TESKE FRANÇA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO ADMNISTRATIVA E AS-SESSORIA PARLAMENTAR,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100,inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear LUCIMAR TESKE FRANÇA, para o cargo em comissão de DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E AS-SESSORIA PARLAMENTAR, junto a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 139/13 de 17/01/2013

PORTARIA Nº 139/13 DE 17/01/2013

NOMEIA ROSANGELA PADILHA ZOLDAN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO ESTRUTURAL,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100,inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear ROSANGELA PADILHA ZOLDAN, para o cargo em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO ESTRUTURAL, junto a Secretaria de Assistência Social. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de Janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 140/13 de 17/01/2013

PORTARIA Nº 140/13 DE 17/01/2013

NOMEIA GILSON CESAR LOPES PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE PROMOÇÕES E EVENTOS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear GILSON CESAR LOPES, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE PROMOÇÕES E EVENTOS, junto a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 141/13 de 17/01/2013

PORTARIA Nº 141/13 DE 17/01/2013

NOMEIA SIDNEY KRAHL PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE EVENTOS ESPORTIVOS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear SIDNEY KRAHL, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE EVENTOS ESPORTIVOS, junto a Secretaria de Esporte e Lazer. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de Janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 142/13 de 17/01/2013

PORTARIA Nº 142/13 DE 17/01/2013

NOMEIA CLAUDINEI SERENA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERÊNCIA DE EVENTOS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear CLAUDINEI SERENA, para o cargo em comissão de GERÊNCIA DE EVENTOS, junto a Secretaria de Esporte e Lazer. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo

seus efeitos a 16 de Janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 143/13 de 17/01/2013

PORTARIA Nº 143/13 DE 17/01/2013

NOMEIA JOÃO MARCOS TESSARO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE ADMINISTRATIVO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear JOÃO MARCOS TESSARO, para o cargo em comissão de GERENTE ADMINISTRATIVO, junto ao FUNDEMA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 144/13 de 17/01/13

PORTARIA Nº 144/13 DE 17/01/13

CONCEDE REASSUNÇÃO A SERVIDORA IVONE MARIA ZAMBON

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Reassunção a servidora IVONE MARIA ZAMBON, na função de Auxiliar de Enfermagem, retroagindo seus efeitos a 01 de Janeiro de 2013.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Janeiro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 146/13 de 21/01/2013

PORTARIA Nº 146/13 DE 21/01/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DARCI MORESCO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a existência da vaga.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário DARCI MORESCO, para exercer o

cargo de Auxiliar de Obras, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 147/13 de 21/01/2013

PORTARIA Nº 147/13 DE 21/01/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JAIR RIBEIRO DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a existência da vaga.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JAIR RIBEIRO DA SILVA, para exercer o cargo de GARI, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de Janeiro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 148/13 de 21/01/2013

PORTARIA Nº 148/13 DE 21/01/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALINE MAYRA PEREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a existência da vaga.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ALINE MAYRA PEREIRA, para exercer o cargo de AUXILIAR DE ODONTOLÓGIA, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de Janeiro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 149/13 de 21/01/2013

PORTARIA Nº 149/13 DE 21/01/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GENTILA DE FATIMA RISSARDI MIGUEL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas

pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a existência da vaga.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário GENTILA DE FATIMA RISSARDI MIGUEL, para exercer o cargo de GARI, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 150/13 de 21/01/2013

PORTARIA Nº 150/13 DE 21/01/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALTAMIRA CAMARGO DUTRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a existência da vaga.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ALTAMIRA CAMARGO DUTRA, para exercer o cargo de GARI, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 151/13 de 21/01/2013

PORTARIA Nº 151/13 DE 21/01/2013

NOMEIA ADELINO PAULO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE TRANSPORTES DA SAÚDE,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear ADELINO PAULO, para o cargo em comissão de GERENTE DE TRANSPORTES DA SAÚDE, junto a Secretaria de Saúde. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de Janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 152/13 de 21/01/13

PORTARIA Nº 152/13 DE 21/01/13

ADMITE E NOMEIA SERVIDORA KAROLINE KOECH BRATI PARA EMPREGO PÚBLICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo na Lei Complementar 07/07 de

24/10/07, com suas alterações posteriores dadas pelas Leis Complementares nº 10/08, 13/08 e 01/09; e considerando o resultado da classificação do Edital 01/2012 - Decreto nº 6.556/12 de 28/06/12,

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir e nomear KAROLINE KOECH BRATI, CI nº 7482634, CPF nº 069.049.379-71,

para exercer o cargo de Médico Comunitário, com atribuições junto a Estratégia Saúde da Família - ESF, coordenado pela Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. O (a) servidor(a) cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 13.122,00 (treze mil cento e vinte e dois reais).

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07, 10/08, 13/08 e 01/09.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será por tempo indeterminado, e poderá ser rescindido nos casos previstos no Art. 1º, com redação dada pelo Art. 5º, § 1º, incisos I a VIII da Lei Complementar 13/08 de 09/12/2008.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a

16 de Janeiro de 2013.

Prefeitura de Campos Novos, 21 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 153/13 de 21/01/2013

PORTARIA Nº 153/13 DE 21/01/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADELIR AMERICANO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a existência da vaga.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ADELIR AMERICANO, para exercer o cargo de PEDREIRO, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de Janeiro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de Janeiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 154/13 de 21/01/2013

PORTARIA Nº 154/13 DE 21/01/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA SAURIN GRAEFF

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a existência da vaga.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANA SAURIN GRAEFF, para exercer o cargo de GARI, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de Janeiro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de Janeiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 155/13 de 21/01/2013

PORTARIA Nº 155/13 DE 21/01/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALESSANDRA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a existência da vaga.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ALESSANDRA DA SILVA, para exercer o cargo de Enfermeira, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de janeiro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de Janeiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 156/13 de 21/01/2013

PORTARIA Nº 156/13 DE 21/01/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JULIANA CAMPGNONI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a existência da vaga.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JULIANA CAMPGNONI, para exercer o cargo de Enfermeira, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de janeiro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 157/13 de 21/01/2013

PORTARIA Nº 157/13 DE 21/01/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOACIR ALVES DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a existência da vaga.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JOACIR ALVES DOS SANTOS, para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de janeiro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 158/13 de 21/01/2013

PORTARIA Nº 158/13 DE 21/01/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADELINO DUTRA ALVES VALENTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a existência da vaga.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ADELINO DUTRA ALVES VALENTE, para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de janeiro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 159/13 de 21/01/2013

PORTARIA Nº 159/13 DE 21/01/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALBERI FAGUNDES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a existência da vaga.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ALBERI FAGUNDES, para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de janeiro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 160/13 de 21/01/2013

PORTARIA Nº 160/13 DE 21/01/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADÃO CARLOS DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a existência da vaga.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ADÃO CARLOS DA SILVA, para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de janeiro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 161/13 de 21/01/2013

PORTARIA Nº 161/13 DE 21/01/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SAMUEL ALVES DE LIMA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a existência da vaga.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SAMUEL ALVES DE LIMA, para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de janeiro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
21 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 162/13 de 22/01/2013

PORTARIA Nº 162/13 DE 22/01/2013

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) IVO ANTONIO SCOLARO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o (a) servidor (a) IVO ANTONIO SCOLARO do cargo de OPERADOR DE MAQUINAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 163/13 de 22/01/2013

PORTARIA Nº 163/13 DE 22/01/2013

NOMEIA OSVALDO DE SOUZA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear OSVALDO DE SOUZA, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL, junto a Secretaria de Transporte, Obras e Urbanismo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 164/13 de 22/01/2013

PORTARIA Nº 164/13 DE 22/01/2013

NOMEIA MOACIR DORNELLES PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear MOACIR DORNELLES, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, junto a Secretaria de Transporte, Obras e Urbanismo.

Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 165/13 de 22/01/2013

PORTARIA Nº 165/13 DE 22/01/2013

NOMEIA NELSON RODRIGUES DE SOUZA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO E ESTOQUE,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear NELSON RODRIGUES DE SOUZA, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ALMOXARIFADO E ESTOQUE, junto a Secretaria de Transporte, Obras e Urbanismo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 166/13 de 22/01/13

PORTARIA Nº 166/13 DE 22/01/13

ADMITE E NOMEIA SERVIDOR GUSTAVO FALCÃO CRISTOFOLI PARA EMPREGO PÚBLICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo na Lei Complementar 07/07 de 24/10/07, com suas alterações posteriores dadas pelas Leis Complementares nº 10/08, 13/08 e 01/09; e considerando o resultado da classificação do Edital 01/2012 - Decreto nº 6.556/12 de 28/06/12,

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir e nomear GUSTAVO FALCÃO CRISTOFOLI, CI nº 3589272, CPF nº 047.632.379-77, para exercer o cargo de Médico Comunitário, com atribuições junto a Estratégia Saúde da Família - ESF, coordenado pela Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. O (a) servidor (a) cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 13.122,00 (treze mil cento e vinte e dois reais).

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07, 10/08, 13/08 e 01/09.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será por tempo indeterminado, e poderá ser rescindido nos casos previstos no Art. 1º, com redação dada pelo Art. 5º, § 1º, incisos I a VIII da Lei Complementar 13/08 de 09/12/2008.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas

por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de Janeiro de 2013.

Prefeitura de Campos Novos, 22 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 167/13 de 22/01/2013

PORTARIA Nº 167/13 DE 22/01/2013

NOMEIA LEONARDO FARIAS SANTOS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear LEONARDO FARIAS SANTOS, para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA, junto a Secretaria de Saúde. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Janeiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 168/13 de 22/01/2013

PORTARIA Nº 168/13 DE 22/01/2013

NOMEIA DIVALDETE MARIA BORTOLI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear DIVALDETE MARIA BORTOLI, para o cargo em comissão de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, junto ao Gabinete. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 23 de Janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de Janeiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 169/13 de 24/01/2013

PORTARIA Nº 169/13 DE 24/01/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOÃO BATISTA REIS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972,

considerando a existência da vaga.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JOÃO BATISTA REIS, para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de Janeiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 170/13 de 25/01/2013

PORTARIA Nº 170/13 DE 25/01/2013

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) LILIANE APARECIDA DE OLIVEIRA,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o (a) servidor (a) LILIANE APARECIDA DE OLIVEIRA do cargo de TÉCNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 171/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº 171/13 DE 25/01/13

CONCEDE APOSTILAMENTO AO SERVIDOR JAMES ADALCIO DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento ao servidor JAMES ADALCIO DOS SANTOS, referente ao Cargo em Comissão de Secretario de Administração e Fazenda, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 02/02/2011 a 01/02/2012, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 172/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº 172/13 DE 25/01/13

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA CLARICE RODRIGUES ARRUDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento a servidora CLARICE RODRIGUES ARRUDA, referente à FGR - 02, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/01/2012 a 31/12/2012, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 173/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº 173/13 DE 25/01/13

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA LETICIA FURTADO TITON

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento a servidora LETICIA FURTADO TITON, referente ao Cargo em Comissão de Diretora de Departamento, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/01/2012 a 21/12/2012, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 174/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº 174/13 DE 25/01/13

CONCEDE APOSTILAMENTO AO SERVIDOR EDENILSON PATRICK MORESCO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento ao servidor EDENILSON PATRICK MORESCO, referente à Função Gratificada- FRDE Licitação, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 13/01/2012 a 12/01/2013, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 175/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº 175/13 DE 25/01/13

CONCEDE APOSTILAMENTO AO SERVIDOR FRANCISCO ÉDARO LAÉRCIO GARCIA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento ao servidor FRANCISCO ÉDARO LAÉRCIO GARCIA, referente a Função Gratificada - FRDE Tesouraria, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/01/2012 a 21/12/2012, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 176/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº 176/13 DE 25/01/13

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA VIVIANE CRISTINA JUNHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento a servidora VIVIANE CRISTINA JUNHO, referente à Função Gratificada- FRDE Licitação, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 13/01/2012 a 12/01/2013, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 177/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº 177/13 DE 25/01/13

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA JANAYNA BUGANÇA CORDEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento a servidora JANAYNA BUGANÇA CORDEIRO, referente à FGR - 03, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/01/2012 a 31/12/2012, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 178/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº 178/13 DE 25/01/13

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA DEVAIR ANTUNES DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento a servidora DEVAIR ANTUNES DE SOUZA, referente à FGR - 01, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/01/2012 a 31/12/2012, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 254/13 de 25/01/2013

PORTARIA Nº 254/13 DE 25/01/2013

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR JOSE ALTAIR DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao servidor JOSE ALTAIR DOS SANTOS, referente ao período aquisitivo de 11/03/11 a 11/03/12 a serem gozadas no período de 15/01/13 a 31/01/13, convertendo 1/3 (um terço) em dinheiro, conforme Art. 100 § 5º da Lei Complementar nº 03/2000.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 255/13 de 25/01/2013

PORTARIA Nº 255/13 DE 25/01/2013

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR JORGE ALEX MORAES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao servidor JORGE ALEX MORAES, referente ao período aquisitivo de 01/03/11 a 01/03/12 a serem gozadas no período de 24/12/12 a 13/01/13, convertendo 1/3 (um terço) em dinheiro, conforme Art. 100 § 5º da Lei Complementar nº 03/2000.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,

registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 256/13 de 25/01/2013

PORTARIA Nº 256/13 DE 25/01/2013

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA SULEIDE MARIA G. GOMES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares a servidora SULEIDE MARIA G. GOMES, referente ao período aquisitivo de 24/02/11 a 24/02/12 a serem gozadas no período de 02/01/13 a 22/01/13, convertendo 1/3 (um terço) em dinheiro, conforme Art. 100 § 5º da Lei Complementar nº 03/2000.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 275/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº 275/13 DE 25/01/13

CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora IVONE MARIA ZAMBOM, ocupante de o cargo efetivo Auxiliar de Enfermagem, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Especialização em Gestão em Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de Janeiro de 2013.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 276/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº 276/13 DE 25/01/13

CONCEDE REASSUNÇÃO AO SERVIDOR LUIZ CARLOS ANTUNES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Reassunção ao servidor LUIZ CARLOS ANTUNES, na função de Técnico em Desenho, a partir do dia 02 de janeiro de

2013.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 277/13 de 25/01/2013

PORTARIA Nº 277/13 DE 25/01/2013

PRORROGA LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDORA SILMARA MARIA CHIOCHETTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Prorrogar Licença para tratar de assuntos particulares a servidora SILMARA MARIA CHIOCHETTA, Professora, no período de 01 de fevereiro de 2013 a 01 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 278/13 de 28/01/2013

PORTARIA Nº 278/13 DE 28/01/2013

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) RENATO LORENA GOMES,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o (a) servidor (a) RENATO LORENA GOMES do cargo de MÉDICO COMUNITÁRIO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de Janeiro de 2013

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 279/13 de 30/01/2013

PORTARIA Nº 279/13 DE 30/01/2013

NOMEIA MARIA DE LOURDES FAEDO SILVA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear MARIA DE LOURDES FAEDO SILVA, para o cargo em comissão de Assessor de Assistência Social, junto a Secretaria de Assistência Social. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de Janeiro de 2013

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 280/13 de 30/01/2013

PORTARIA Nº 280/13 DE 30/01/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ILCE APARECIDA GRAEFF BORTOLINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a existência da vaga.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ILCE APARECIDA GRAEFF BORTOLINI, para exercer o cargo de Gari, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de Janeiro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de Janeiro de 2013

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 281/13 de 31/01/2013

PORTARIA Nº 281/13 DE 31/01/2013

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) MARILIA MARTINS SCHULZE,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o (a) servidor (a) MARILIA MARTINS SCHULZE do cargo de MÉDICO COMUNITÁRIO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
31 de Janeiro de 2013

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 282/13 de 31/01/2013

PORTARIA Nº 282/13 DE 31/01/2013

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) DANIELA LUCIANO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o (a) servidor (a) DANIELA LUCIANO do cargo de MÉDICO COMUNITÁRIO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
31 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 283/13 de 31/01/2013

PORTARIA Nº 283/13 DE 31/01/2013

EXONERA LETICIA FURTADO TITON DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIO E TRABALHO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar LETICIA FURTADO TITON do cargo em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIO E TRABALHO, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
31 de Janeiro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 284/13 de 31/01/2013

PORTARIA Nº 284/13 DE 31/01/2013

NOMEIA JOSE MARIA GONÇALVES LINS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE ATIVIDADES OPERACIONAIS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear JOSE MARIA GONÇALVES LINS, para o cargo em comissão de Coordenador de Atividades Operacionais, junto a Secretaria de Obras e Urbanismo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
31 de Janeiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 285/13 de 01/02/13

PORTARIA Nº 285/13 DE 01/02/13

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA DEISE CRISTIANE SCHMID SCAPINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada - FGR - 03 - a servidora DEISE CRISTIANE SCHMID SCAPINI, junto a Secretaria de Educação e Cultura. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de Fevereiro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 286/13 de 01/02/13

PORTARIA Nº 286/13 DE 01/02/13

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA MARINES TRAUTMANN DE AVILA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada - FGR - 03 - a servidora MARINES TRAUTMANN DE AVILA, junto a Secretaria de Educação e Cultura. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de Fevereiro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 287/13 de 01/02/13

PORTARIA Nº 287/13 DE 01/02/13

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR JEAN CARLO PETRY

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada - FGR - 02 - ao servidor JEAN CARLO PETRY, junto a Secretaria de Obras e Urbanismo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de Fevereiro de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 288/13 de 01/02/13

PORTARIA Nº 288/13 DE 01/02/13

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA NILVA MARIA FABRO SARMENTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada - FGR - 03 - a servidora NILVA MARIA FABRO SARMENTO, junto a Secretaria Da Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 289/13 de 01/02/13

PORTARIA Nº 289/13 DE 01/02/13

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR EDENILSON PATRICK MORESCO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada - FGR - 03 - ao servidor EDENILSON PATRICK MORESCO, junto a Secretaria Da Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 290/13 de 01/02/13

PORTARIA Nº 290/13 DE 01/02/13

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA LETICIA PICOLI CAIPER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada - FGR - 03 - a servidora LETICIA PICOLI CAIPER, junto a Secretaria Da Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 291/13 de 01/02/13

PORTARIA Nº 291/13 DE 01/02/13

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA MARCIA RITA SILVA CORREA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada - FGR - 03 - a servidora MARCIA RITA SILVA CORREA, junto a Secretaria Da Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 292/13 de 01/02/13

PORTARIA Nº 292/13 DE 01/02/13

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA MELISSA GEHRKE GOMES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada - FGR - 03 - a servidora MELISSA GEHRKE GOMES, junto a Secretaria Da Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 293/13 de 01/02/13

PORTARIA Nº 293/13 DE 01/02/13

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA BRUNA ZANDONA MARCON

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada - FGR - 02 - a servidora BRUNA ZANDONA MARCON, junto a Secretaria Da Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 294/13 de 01/02/13

PORTARIA Nº 294/13 DE 01/02/13

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada - FGR - 02 - a servidora ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS, junto a Secretaria Da Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 295/13 de 01/02/13

PORTARIA Nº 295/13 DE 01/02/13

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA JUREMA TEREZINHA RAYZEL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada - FGR - 02 - a servidora JUREMA TEREZINHA RAYZEL, junto a Secretaria Da Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 296/13 de 01/02/13

PORTARIA Nº 296/13 DE 01/02/13

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA JANAYNA BUGANÇA CORDEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada - FGR - 03 - a servidora JANAYNA BUGANÇA CORDEIRO, junto a Secretaria Da Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 297/13 de 01/02/13

PORTARIA Nº 297/13 DE 01/02/13

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA JOCEANE GONÇALVES WALTER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada - FGR - 02 - a servidora JOCEANE GONÇALVES WALTER, junto a Secretaria Da Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 298/13 de 01/02/13

PORTARIA Nº 298/13 DE 01/02/13

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA CLARICE RODRIGUES ARRUDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada - FGR - 02 - a servidora CLARICE RODRIGUES ARRUDA, junto a Secretaria Da Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 299/13 de 01/02/13

PORTARIA Nº 299/13 DE 01/02/13

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA LUANA LORENZINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada - FGR - 02 - a servidora LUANA LORENZINI, junto ao Caps. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 300/13 de 01/02/13

PORTARIA Nº 300/13 DE 01/02/13

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR ADÃO DOS SANTOS MELO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada - FGR - 01 - ao servidor ADÃO DOS SANTOS MELO, junto a Secretaria de Obras e Urbanismo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de Fevereiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 988/13 - Nomeia Comissão Para Avaliar Terreno e Dá Outras Providências.

PORTARIA Nº 988/13 DE 18/04/2013

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAR TERRENO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art 1º - Nomear os membros da comissão, sob a presidência do primeiro, os senhores Luiz Antônio Granzotto, Érico Vicentin Niri-no, Engenheiro Civil, cadastrado no CREA/SC nº 064517-4 e Ladir Brocardo, Corretor de Imóveis, CRECI nº 3616F para a avaliação de terreno, com área de 2.487,60m², localizado na entrada do Distrito Industrial, Bairro Nossa Senhora Aparecida (próximo a Sede da Polícia Militar e ao Ferro Velho Boa Vista), constantes dos autos nº 014.11.005645-4, até o prazo de 24 de abril de 2013.

Art 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, comunique-se, publique-se.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
18 de abril de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº122/13 de 17/01/13

PORTARIA Nº122/13 DE 17/01/13

DÁ ATRIBUIÇÕES AO SERVIDOR QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; considerando o Afastamento para Tratamento de Saúde do Fiscal de Tributos Fabio Gonçalves; Considerando a necessidade do setor de fiscalização, de dar continuidade aos serviços inerentes ao setor, Com amparo no Art. 100, incisos VIII, XVIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Atribuir o servidor Einor Luiz Faé, integrante do cargo

efetivo de Técnico em Tributos Municipais, no exercício eventual de Diretor do Departamento de Fiscalização, os encargos inerentes aos atos do Fiscal de Tributos.

Art. 2º - Esta Portaria tem sua vigência a partir da publicação até o retorno do afastamento do Fiscal de Tributos titular.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, INTIME-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em
17 de Janeiro de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº145/2013 de 17/01/2013

PORTARIA Nº145/2013 DE 17/01/2013

DESIGNA A SERVIDORA IVONE MARIA ZAMBON

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

Considerando a necessidade de profissional para o serviço público, considerando a inexistência de concurso público; considerando a habilitação da profissional IVONE MARIA ZAMBON, órgão de classe COREM-SC 200.385.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora, IVONE MARIA ZAMBON, para desempenhar a função de Enfermeira.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Janeiro de 2013.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
17 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº244/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº244/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) ADELIR RODRIGUES DE ANDRADE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) ADELIR RODRIGUES DE ANDRADE referente ao período aquisitivo de 01/03/10 a 01/03/11 a serem gozadas no período de 02/01/13 a 31/01/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº245/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº245/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) CARLA RENATA ANTUNES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) CARLA RENATA ANTUNES referente ao período aquisitivo de 01/03/11 a 01/03/12 a serem gozadas no período de 02/01/13 a 31/01/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº246/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº246/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) IVONETE DE LIMA TOTTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) IVONETE DE LIMA TOTTI referente ao período aquisitivo de 29/03/10 a 29/03/11 a serem gozadas no período de 15/02/13 a 16/03/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº247/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº247/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) ANGELA MARIA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) ANGELA MARIA SILVA referente ao período aquisitivo de 01/06/10 a 01/06/11 a serem gozadas no período de 02/01/12 a 31/01/12.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº248/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº248/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) SONIA APARECIDA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) SONIA APARECIDA DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 01/03/11 a 01/03/12 a serem gozadas no período de 20/12/12 a 19/01/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº249/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº249/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) EDA APARECIDA CORREIA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) EDA APARECIDA CORREIA referente ao período aquisitivo de 16/08/10 a 16/08/11 a serem gozadas no período de 20/12/12 a 19/01/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº250/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº250/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) MARIA SUELI FRANÇA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) MARIA SUELI FRANÇA referente ao período aquisitivo de 03/04/11 a 03/04/12 a serem gozadas no período de 20/12/12 a 19/01/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº251/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº251/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) LEAMAR DALLAMICO PEREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) LEAMAR DALLAMICO PEREIRA referente ao período aquisitivo de 01/01/12 a 01/01/13 a serem gozadas no período de 20/12/12 a 19/01/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº252/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº252/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) OS-VALDINA ALVES DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) OSVALDINA ALVES DA SILVA referente ao período aquisitivo de 01/03/11 a 01/03/12 a serem gozadas no período de 20/12/12 a 19/01/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº253/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº253/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) DORACI RODRIGUES MOREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) DORACI RODRIGUES MOREIRA referente ao período aquisitivo de 11/07/11 a 11/07/12 a serem gozadas no período de 20/12/12 a 19/01/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº257/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº257/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) MARIA AUXILIADORA ANTUNES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) MARIA AUXILIADORA ANTUNES referente ao período aquisitivo de 02/07/11 a 02/07/12 a serem gozadas no período de 20/12/12 a 19/01/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº258/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº258/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) MARIA ZENAIDE DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) MARIA ZENAIDE DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 21/11/10 a 21/11/11 a serem gozadas no período de 20/12/12 a 19/01/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº259/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº259/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) IVONETE MACHADO VICENTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) IVONETE MACHADO VICENTE referente ao período aquisitivo de 01/01/12 a 01/01/13 a serem gozadas no período de 20/12/12 a 19/01/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº260/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº260/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) JUREMA GARCIA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) JUREMA GARCIA DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 01/02/11 a 01/02/12 a serem gozadas no período de 20/12/12 a 19/01/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº261/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº261/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) MARILENE ANTUNES DE CARVALHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) MARILENE ANTUNES DE CARVALHO referente ao período aquisitivo de 01/03/11 a 01/03/12 a serem gozadas no período de 20/12/12 a 19/01/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº262/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº262/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) LOURENA DAS NEVES SANTOS GHELLER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) LOURENA DAS NEVES SANTOS GHELLER referente ao período aquisitivo de 01/04/11 a 01/04/12 a serem gozadas no período de 04/02/13 a 05/03/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº263/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº263/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) EDIVALDO BRESSAN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) EDIVALDO BRESSAN referente ao período aquisitivo de 01/04/11 a 01/04/12 a serem gozadas no período de 07/01/13 a 05/02/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº264/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº264/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) ELZA AGUIAR

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) ELZA AGUIAR referente ao período aquisitivo de 02/03/10 a 02/03/11 a serem gozadas no período de 20/12/12 a 19/01/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº265/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº265/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) ANTONIO PUCCI CEREGATTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) ANTONIO PUCCI CEREGATTI referente ao período aquisitivo de 02/02/09 a 02/02/10 a serem gozadas no período de 01/02/13 a 01/03/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº266/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº266/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) JAIR CORDEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) JAIR CORDEIRO referente ao período aquisitivo de 20/01/11 a 20/01/12 a serem gozadas no período de 23/01/13 a 22/02/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº267/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº267/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) RAFAEL QUEIROZ DE CARVALHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) RAFAEL QUEIROZ DE CARVALHO referente ao período aquisitivo de 07/03/07 a 06/03/08 a serem gozadas no período de 20/12/12 a 19/01/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº268/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº268/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) IVONE ALVES CORREA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) IVONE ALVES CORREA referente ao período aquisitivo de 01/03/10 a 01/03/11 a serem gozadas no período de 20/12/12 a 19/01/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº269/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº269/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) MARIA LUCIA DE FATIMA COSTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) MARIA LUCIA DE FATIMA COSTA referente ao período aquisitivo de 14/08/11 a 14/08/12 a serem gozadas no período de 20/12/12 a 19/01/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº270/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº270/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) WILZA CARLA GARCES ALVES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) WILZA CARLA GARCES ALVES referente ao período aquisitivo de 19/01/12 a 19/01/13 a serem gozadas no período de 20/12/12 a 19/01/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº271/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº271/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) LUANA LORENZINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) LUANA LORENZINI referente ao período aquisitivo de 19/01/12 a 19/01/13 a serem gozadas no período de 21/01/13 a 19/02/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº272/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº272/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) ANA CARLA PALO PACHECO DE LIMA CHIARI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) ANA CARLA PALO PACHECO DE LIMA CHIARI referente ao período aquisitivo de 19/01/12 a 19/01/13 a serem gozadas no período de 13/02/13 a 14/03/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº273/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº273/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) BRUNA RENATA THIBES PADILHA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) BRUNA RENATA THIBES PADILHA referente ao período aquisitivo de 10/01/12 a 10/01/13 a serem gozadas no período de 21/01/13 a 19/02/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº274/13 de 25/01/13

PORTARIA Nº274/13 DE 25/01/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) FLAVIO BITTENCOURT

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) FLAVIO BITTENCOURT referente ao período aquisitivo de 19/01/12 a 19/01/13 a serem gozadas no período de 04/02/13 a 05/03/13.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos,
registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de Janeiro de 2013.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 74/2013 Saude

EXTRATO DE CONTRATO 74/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTAVEIS GERIATRICAS E INFANTIS PARA POSTERIOR DOAÇÃO A PACIENTES RESIDENTES NO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.

VALOR: R\$ 2.660,50 (dois mil seiscentos e sessenta reais e cinquenta centavos).

DATA: 01/04/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 14/2013

Pregão: 12/2013

CONTRATO Nº 74/2013

Extrato Contrato 75/2013 Saude

EXTRATO DE CONTRATO 75/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: GENETICORP DO BRASIL COM DE PROD HOSP LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTAVEIS GERIATRICAS E INFANTIS PARA POSTERIOR DOAÇÃO A PACIENTES RESIDENTES NO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.

VALOR: R\$ 6.158,00 (seis mil cento e cinquenta e oito reais)

DATA: 01/04/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 14/2013

Pregão: 12/2013

CONTRATO Nº 75/2013

Extrato Contrato 76/2013 Saude

EXTRATO DE CONTRATO 76/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: PLASMEDIC COM DE MAT PARA USO MEDICO E LAB LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTAVEIS GERIATRICAS E INFANTIS PARA POSTERIOR DOAÇÃO A PACIENTES RESIDENTES NO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.

VALOR: R\$ 18.320,40 (dezoito mil trezentos e vinte reais e quarenta centavos).

DATA: 01/04/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 14/2013

Pregão: 12/2013

CONTRATO Nº 76/2013

Extrato Contrato 77/2013 Saude

EXTRATO DE CONTRATO 77/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: As partes ratificam o prazo do contrato original constante no originário do Processo Licitatório 05/2012 - Modalidade TP 01/2012 de 07/03/2012, prorrogando-o por mais 05 (cinco) meses.

DATA: 03/04/2013

VIGÊNCIA: 31/09/2013

CONTRATO Nº 77/2013

Extrato Contrato 78/2013 Saude

EXTRATO DE CONTRATO 78/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: DIPAR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO E EXPEDIENTE PARA USO NAS ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.

VALOR: R\$ 2.630,40 (dois mil seiscentos e trinta reais e quarenta centavos)

DATA: 10/04/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 15/2013

Pregão: 13/2013

CONTRATO Nº 78/2013

Extrato Contrato 79/2013 Saude

EXTRATO DE CONTRATO 79/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: L.A.INFORMATICA E SUP P/ ESCRITORIO LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO E EXPEDIENTE PARA USO NAS ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.

VALOR: R\$ 2.123,00 (dois mil cento e vinte e três reais)

DATA: 10/04/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 15/2013

Pregão: 13/2013

CONTRATO Nº 79/2013

Extrato Contrato Nº 73/2013 Saude

EXTRATO DE CONTRATO 73/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

VALOR: R\$ 27.380,00 (vinte e sete mil trezentos e oitenta reais)

DATA: 01/04/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 13/2013

Convite: 02/2013

CONTRATO Nº 73/2013

Extrato de Contrato 80/2013

EXTRATO DE CONTRATO 80/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: OBJETIVA COM EQUIP LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO E EXPEDIENTE PARA USO NAS ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.

VALOR: R\$ 5.343,30 (cinco mil trezentos e quarenta e três reais e trinta centavos)

DATA: 10/04/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 15/2013

Pregão: 13/2013

CONTRATO Nº 80/2013

Extrato de Contrato 81/2013

EXTRATO DE CONTRATO 81/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO E EXPEDIENTE PARA USO NAS ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.

VALOR: R\$ 5.971,70 (cinco mil novecentos e setenta e um reais e setenta centavos)

DATA: 10/04/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 15/2013

Pregão: 13/2013

CONTRATO Nº 81/2013

Extrato de Contrato 82/2013

EXTRATO DE CONTRATO 82/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: BACKES CONFECÇÕES LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA FARDAMENTO DOS FUNCIONARIOS DO SAMU, DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.

VALOR: R\$ 5.475,00 (cinco mil quatrocentos e setenta e cinco reais).

DATA: 11/04/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 16/2013

Pregão: 14/2013

CONTRATO Nº 82/2013

Extrato de Contrato 83/2013

EXTRATO DE CONTRATO 83/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: DINASTIA DO SOL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA FARDAMENTO DOS FUNCIONARIOS DO SAMU, DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.

VALOR: R\$ 2.942,50 (dois mil novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos)

DATA: 11/04/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 16/2013

Pregão: 14/2013

CONTRATO Nº 83/2013

Extrato de Contrato 84/2013

EXTRATO DE CONTRATO 84/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: L.A. INFORMATICA E SUP P/ ESC LTDA,

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE RODAS, DE BANHO, ANDADORES E MULETAS PARA EMPRESTIMO POR TEMPO INDETERMINADO A PESSOAS DO MUNICIPIO QUE NECESSITAM DEVIDO A PROBLEMAS DE SAUDE.

VALOR: R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

DATA: 12/04/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 17/2013

Pregão: 15/2013

CONTRATO Nº 84/2013

Extrato de Contrato 85/2013

EXTRATO DE CONTRATO 85/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: METROMED COM DE MAT MED HOSP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE RODAS, DE BANHO, ANDADORES E MULETAS PARA EMPRESTIMO POR TEMPO INDETERMINADO A PESSOAS DO MUNICÍPIO QUE NECESSITAM DEVIDO A PROBLEMAS DE SAÚDE.

VALOR: R\$ 2.920,00 (dois mil novecentos e vinte reais)..

DATA: 12/04/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 17/2013

Pregão: 15/2013

CONTRATO Nº 85/2013

Extrato de Contrato 86/2013

EXTRATO DE CONTRATO 86/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: PROHOSPITAL SUL COM MAT MED E ODONT

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE RODAS, DE BANHO, ANDADORES E MULETAS PARA EMPRESTIMO POR TEMPO INDETERMINADO A PESSOAS DO MUNICÍPIO QUE NECESSITAM DEVIDO A PROBLEMAS DE SAÚDE.

VALOR: R\$ 9.135,00 (nove mil cento e trinta e cinco reais).

DATA: 12/04/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 17/2013

Pregão: 15/2013

CONTRATO Nº 86/2013

Extrato de Contrato 88/2013

EXTRATO DE CONTRATO 88/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: JACIR GONÇALVES WALTQR ME

OBJETO: Contratação pelo Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos de empresa para a prestação de serviços de lavagem dos veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2.013

VALOR: R\$ 20.750,00 (vinte mil setecentos e cinquenta reais)

DATA: 18/04/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 20/2013

Pregão: 16/2013

CONTRATO Nº 88/2013

Extrato de Contrato 89/2013

EXTRATO DE CONTRATO 89/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: AUTO ELITE LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEICULO AUTOMOTOR ZERO KM BI-COMBUSTIVEL ANO 2013, PARA USO DA VIGILANCIA SANITARIA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

VALOR: R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais).

DATA: 18/04/2013

VIGÊNCIA: 31/12/2013

Processo: 21/2013

Pregão: 17/2013

CONTRATO Nº 89/2013

Canoinhas**PREFEITURA****Publicação do Edital de Concorrência Pública Nº 06/2013**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 57/2013

EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 06/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 23/05/2013, às 14h15min, a abertura das propostas para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO E FUNDOS MUNICIPAIS. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Capinzal**PREFEITURA****Lei Orgânica Capinzal**

LEI ORGÂNICA DO

MUNICÍPIO DE CAPINZAL

PREÂMBULO

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais, em nome de sua comunidade e para assegurar, no âmbito da autonomia municipal, os direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, promulga, sob a Proteção de DEUS, a seguinte LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL-SC.

TÍTULO I

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º O Município de Capinzal, pessoa jurídica de direito público interno, integra a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil e a divisão administrativa do Estado, com autonomia assegurada pela Constituição da República.

Art. 2º O Município de Capinzal rege-se pelos princípios fundamentais da Constituição Federativa do Brasil e fundamenta sua existência principalmente:

I - autonomia;

II - cidadania;

III - dignidade da pessoa humana;

IV - valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - pluralismo político;

VI - território próprio.

Parágrafo único. Todo o Poder emana do povo, que o exerce por

meio de representantes eleitos diretamente, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 3º São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 4º São objetivos do Município de Capinzal:

- I - a constituição de uma comunidade livre, justa e solidária;
- II - a garantia do desenvolvimento local, integrado ao desenvolvimento regional e nacional;
- III - a erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais;
- IV - a promoção do bem estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- V - o aperfeiçoamento da sua comunidade, prioritariamente pela educação;
- VI - a garantia do desenvolvimento local, sem prejuízo dos sistemas ecológicos.

Art. 5º O Município de Capinzal rege-se pelos seguintes princípios:

- I - autonomia municipal;
 - II - prevalência dos direitos humanos;
 - III - defesa da democracia;
 - IV - igualdade entre os bairros e regiões;
 - V - repúdio ao terrorismo, a violência, ao tóxico e ao racismo;
 - VI - cooperação entre os Municípios, para o progresso das comunidades;
 - VII - solução pacífica dos conflitos;
 - VIII - integração econômica, política, social e cultural dos Municípios brasileiros;
 - IX - poder de associar-se a outros Municípios e ao Estado para planejamento, organização e execução de projetos de interesse comum. (NR)
- * Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

TÍTULO II

DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS

Art. 6º Os limites do território do Município só poderão ser alterados na forma estabelecida pela Constituição Federal e Estadual. (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

Parágrafo único. A criação, a organização e a supressão de distritos são de competência do Município, observada a legislação Estadual.

Art. 7º São símbolos do Município de Capinzal: o Brasão, a Bandeira, o Hino Municipal e outros estabelecidos em Lei Municipal.

Parágrafo único. Fica adotada a configuração da Bandeira do Município como forma de representação permanente da logomarca do Governo Municipal, obedecidos os seguintes critérios: (NP)

- I - a representação emblemática de que trata o parágrafo único deste artigo será adotada por todas as gestões de governo, de forma continuada, idêntica e permanente; (NI)
- II - fica proibida a utilização de qualquer tipo de frase, desenho, logomarca ou slogan para representar ou distinguir gestões de governo que não a representação oficial definida neste parágrafo único. (NI)

* Parágrafo único e incisos I e II, incluídos pela Emenda à Lei Orgânica nº 007 /2004.

Art. 8º O Município de Capinzal propugnará pelos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, para garantir aos seus munícipes o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade, à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à assistência social, a proteção à criança, ao adolescente e ao idoso, à previdência social, à assistência aos desempregados e

aos direitos políticos.

Art. 9º Constituem bens municipais, todas as coisas, móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município.

Parágrafo único. A Lei Municipal disporá sobre administração, alienação, aquisição, uso de bens municipais.

TÍTULO III

COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS

Art. 10. Compete ao Município:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
 - II - suplementar a legislação Federal e a Estadual no que couber;
 - III - atuar em cooperação com a União e o Estado, no exercício das competências comuns, tendo em vista o equilíbrio e desenvolvimento e o bem estar da Comunidade local, regional e nacional, preservados os interesses municipais;
 - IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação Estadual e Federal pertinente; (NR)
- * Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.
- V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos;
 - VI - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas nos prazos fixados em Lei;
 - VII - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;
 - VIII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
 - IX - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso do parcelamento e da ocupação do solo;
 - X - promover a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico, natural e paisagístico local, observada a legislação e ação fiscalizadora Federal e Estadual;
 - XI - instituir a guarda municipal, destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações conforme dispuser a lei;
 - XII - elaborar, alterar e executar o Plano Diretor;
 - XIII - elaborar e executar as diretrizes orçamentárias, os planos plurianuais e orçamentos anuais;
 - XIV - administrar seus bens móveis e imóveis;
 - XV - executar obras de interesse local no âmbito de sua competência técnica, científica, financeira e constitucional;
 - XVI - conceder licença para atividades econômicas, sociais, culturais, esportivas, científicas, turísticas, tecnológicas de interesse local;
 - XVII - planejar e executar medidas de defesa civil em coordenação com a União e o Estado;
 - XVIII - fixar tarifas dos serviços públicos;
 - XIX - determinar horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de serviço;
 - XX - sinalizar as vias públicas, urbanas e rurais;
 - XXI - regulamentar a utilização de vias e logradouros públicos;
 - XXII - fomentar e apoiar o ensino superior local de acordo com o interesse da comunidade;
 - XXIII - constituir finalmente, uma comunidade livre, justa, solidária, desenvolvida e principalmente:
 - a) promover e erradicar a pobreza, a marginalização e o analfabetismo;
 - b) reduzir as desigualdades sociais;
 - c) aperfeiçoar a Comunidade prioritariamente pela saúde, pela educação, formal e informal, visando também sentimentos e atitudes de vivência comunitária;
 - d) promover o bem estar da população;
 - e) assegurar a associação com outros Municípios, para planejamento integrado e regional; (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

- f) promover a defesa da flora e da fauna;
- g) garantir a promoção cultural e do lazer;
- h) assegurar apoio às produções agropecuárias e econômicas de ordem geral, principalmente a micro e pequena empresa, estabelecendo, neste caso, tratamento diferenciado;
- i) prestar serviços de assistência social e de saúde, nas áreas urbanas e rurais, a criança, ao adolescente e ao idoso, conforme Lei Municipal de diretrizes da saúde e do bem estar;
- j) adotar política de apoio e de desenvolvimento à prática desportiva;
- l) promover e incentivar o turismo;
- m) promover a descentralização da administração pública municipal;
- n) fomentar a participação popular na administração pública pelos Conselhos Municipais de caráter consultivo, pela consulta popular, pela iniciativa comunitária, nos termos da legislação vigente;
- o) definir, obrigatoriamente, em Lei Complementar Municipal, os crimes de responsabilidade e as infrações político-administrativas do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários e dos Vereadores, em conformidade ao que pressupõe o Decreto Lei Federal nº 201/67. (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

TÍTULO IV

GOVERNO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

PODER LEGISLATIVO

Seção I

Câmara Municipal

Art. 11. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal.

Art. 12. A Câmara Municipal é composta de nove (09) Vereadores eleitos pelo voto direto e secreto para cada legislatura, entre os cidadãos maiores de dezoito (18) anos e no pleno exercício dos direitos políticos. (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 006/2003.

Parágrafo único. Cada legislatura tem duração de quatro (04) anos, cada ano será considerado uma sessão legislativa, devendo a primeira ter seu início no dia quinze (15) de janeiro e as demais em quinze (15) de fevereiro de cada ano. (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

Art. 13. O número de Vereadores é determinado pela Câmara Municipal, observados os limites da Constituição da República, na sessão legislativa do ano que anteceder as eleições.

Parágrafo único. Revogado.

* Parágrafo único revogado pela Emenda à Lei Orgânica nº 006/2003.

Art. 14. As deliberações da Câmara Municipal e das Comissões Permanentes e Temporárias serão tomadas por maioria de votos, presentes a maioria absoluta de seus membros, salvo disposição em contrário desta Lei Orgânica. (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

Art. 15. Nenhuma deliberação sobre Projetos em trâmite no Plenário da Câmara Municipal ou nas Comissões Legislativas Permanentes e Temporárias será tomada por voto de lideranças de bancadas, do governo e de blocos parlamentares.

Seção II

Das Atribuições da Câmara

Art. 16. Compete a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, exceto para o que está disposto no art. 17, III, desta Lei Orgânica, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente: (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

I - assuntos de interesse local;

II - legislar sobre tributos de competência municipal, arrecadação e dispêndio de suas rendas;

III - autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;

IV - votar a Lei do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei do Orçamento Anual (LOA), bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais; (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

V - deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e/ou meios de pagamento;

VI - autorizar concessão de auxílio e subvenções;

VII - autorizar a concessão de direito real de uso de bens municipais;

VIII - autorizar a concessão de serviços públicos;

IX - autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;

X - autorizar a alienação de bens imóveis;

XI - autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;

XII - criar, alterar e extinguir cargos, empregos e funções públicas municipais e fixar respectivos vencimentos;

XIII - aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

XIV - criar a Guarda Municipal, nos termos da Constituição Federal, fixar e modificar o seu efetivo;

XV - delimitar o perímetro urbano;

XVI - autorizar consórcios com outros Municípios; (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

XVII - autorizar a alteração da denominação de próprios, vias, logradouros públicos;

XVIII - dispor sobre a criação organização e supressão de distritos, mediante prévia consulta plebiscitária;

XIX - exercer, com auxílio do Tribunal de Contas, a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município;

XX - criar, estruturar e conferir atribuições a Secretarias e/ou Diretorias equivalentes a órgãos da administração pública;

XXI - estabelecer normas urbanísticas, particularmente as relativas a zoneamento e loteamento;

XXII - normatizar em Lei Complementar, a iniciativa popular de Projetos de Lei de interesse do Município, da cidade, dos distritos, nos termos constitucionais;

XXIII - criar, transformar, extinguir e estruturar empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações públicas municipais;

XXIV - organizar as funções fiscalizadoras da Câmara Municipal.

Art. 17. Compete, privativamente à Câmara Municipal:

I - elaborar o seu Regimento Interno;

II - eleger sua Mesa Diretora;

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - dar posse ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores, conhecer sua renúncia e afastá-los definitivamente, do exercício do cargo;

V - conceder licença ao Prefeito, Vice-Prefeito e aos Vereadores, para afastamento do cargo;

VI - autorizar o Prefeito, por necessidade de serviço, a ausentar-se do Município por mais de quinze (15) dias;

VII - convidar e solicitar informações escritas ao Prefeito sobre assuntos referentes à administração, estipulando dia e hora do comparecimento e o prazo de trinta (30) dias para prestar informações

escritas, constituindo infração político-administrativa o seu não atendimento do prazo legal; (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

VIII - convocar os Secretários Municipais para prestar informações sobre matéria de sua competência;

IX - fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta;

X - zelar pela preservação de sua competência legislativa, em face da atribuição normativa do Poder Executivo;

XI - julgar, anualmente, as contas do Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos governamentais;

XII - proceder à tomada de contas do Prefeito, quando não apresentadas à Câmara Municipal, até o dia trinta e um (31) de março de cada ano;

XIII - representar ao Ministério Público, por dois terços de seus membros, e instaurar processos contra o Prefeito, Vice Prefeito e Secretário Municipais, pela prática de crime contra a administração pública, que tomar conhecimento;

XIV - aprovar a escolha de titulares de cargos que a Lei determinar, previamente, e por voto secreto;

XV - apreciar os atos de concessão ou permissão e os de renovação de concessão e permissão de serviços de transporte coletivo;

XVI - mudar, temporariamente, sua sede;

XVII - resolver, definitivamente, sobre convênios, consórcios ou acordos que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio municipal;

XVIII - julgar o Prefeito e Vice-Prefeito nos casos previstos em Lei;

XIX - criar comissões especiais de inquérito sobre fato determinado que se inclua no âmbito de sua competência municipal, sempre que o requerer um terço de seus membros;

XX - autorizar referendo e plebiscito;

XXI - decretar a perda do mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos e nos termos da Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na Legislação Federal aplicável;

XXII - autorizar a realização de empréstimos, operação ou acordo externo de qualquer natureza de interesse do Município;

XXIII - deliberar sobre adiamento e suspensão de suas reuniões;

XXIV - conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagem à pessoa ou entidade que tenha prestado relevantes serviços ao Município, desde que a proposição de concessão esteja subscrita por dois terços dos membros da Câmara e a sua aprovação confirme este mesmo quorum; (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

XXV - solicitar intervenção do Estado no Município;

Parágrafo único. A Câmara Municipal delibera, mediante resolução, sobre assuntos de sua economia interna e, por meio de Decreto Legislativo, sobre assuntos de sua competência, com repercussão externa. (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

Art. 18. A Câmara Municipal, nos períodos de recesso, reunir-se-á, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente, em caso de urgência ou interesse público relevante. (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

I - Revogado;

* Inciso revogado pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

II - Revogado;

* Inciso revogado pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

III - Revogado;

* Inciso revogado pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

IV - Revogado;

* Inciso revogado pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

V - Revogado.

* Inciso revogado pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

Seção III

Sessões da Câmara

Art. 19. A Câmara reunir-se-á em Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Solenes, Secretas e de Instalação de Legislatura, conforme dispuser o seu Regimento Interno. (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

Seção IV

Mesa Diretora

Art. 20. A Mesa Diretora da Câmara Municipal é composta de Presidente, Vice-Presidente, de Primeiro e Segundo Secretários.

Parágrafo único. As competências, atribuições, formas de substituição e de destituição da Mesa Diretora serão definidas no Regimento Interno da Câmara Municipal.

Seção V

A Eleição da Mesa

Art. 21. Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do Vereador mais idoso, e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados, após o juramento de posse.

§ 1º O mandato da Mesa será de dois (02) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 2º O Regimento Interno da Câmara regulamentará:

I - a forma de eleição;

II - os procedimentos de eleição.

Seção VI

Comissões

Art. 22. A Câmara terá Comissões Legislativas Permanentes, Temporárias e de Inquérito, na forma das atribuições e competências definidas no Regimento Interno ou no ato de que resultar a sua criação.

Parágrafo único. É assegurada, em cada comissão, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e dos blocos parlamentares que participam da Câmara Municipal.

Art. 23. A Câmara poderá ter comissão Legislativa permanente de interesse comunitário, composta pelos Presidentes das Comissões Legislativas Permanentes, com atribuições definidas no Regimento Interno.

Seção VII

Dos Vereadores

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 24. Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Art. 25. Os Vereadores não são obrigados a testemunhar perante a Câmara, sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhe confiarem ou delas receberem informações.

Art. 26. É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou a percepção, por estes, de vantagens indevidas.

Subseção II**Incompatibilidades**

Art. 27. O Vereador não poderá:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviços públicos municipais, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes e houver permissão Constitucional;

b) Revogado

* Alínea revogada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

Art. 28. Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no art. 27;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão Legislativa, a terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo em caso de licença ou de missão oficial autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VII - que deixar de residir no Município;

VIII - que deixar de tomar posse, sem motivo justificado, dentro do prazo estabelecido no Regimento Interno.

§ 1º Extingue-se o mandato, e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando ocorrer falecimento ou renúncia por escrito do Vereador.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI deste artigo, a perda de mandato será decidida pela Câmara, por voto secreto e por maioria absoluta, mediante provocação da Mesa Diretora ou de Partido Político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.(NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

§ 3º Nos casos previstos pelos incisos III, IV, V e VIII, a perda do mandato será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer Vereador ou do Partido Político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

Art. 29. Aplicam-se as normas da Constituição Federal ao Servidor Público no exercício da Vereança, inclusive a inamovibilidade de ofício pelo tempo e duração de seu mandato, quando ocupante o Vereador do cargo, emprego ou função pública municipal, estadual ou federal. (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

Subseção III**Licenças e Suplentes**

Art. 30. O Vereador pode licenciar-se:

I - por motivo de saúde, devidamente comprovada;

II - para tratar de assuntos de interesse particular apenas quando o período de licença não for superior a trinta (30) dias por sessão legislativa;

III - para ser investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, sendo automaticamente, licenciado.

§ 1º Nos casos dos incisos I e II, não pode o Vereador reassumir antes de esgotado o prazo de sua licença.

§ 2º Não tem direito a remuneração o Vereador licenciado para tratar de assuntos de interesse particular.

§ 3º Pode o Vereador optar pela remuneração da Vereança, quando investido no cargo de Secretário Municipal.

§ 4º O Vereador afastado, com devida aprovação do Plenário para o desempenho de missões temporárias de interesse do Município,

não será considerado licenciado, fazendo jus à remuneração estabelecida.

Art. 31. O Suplente de Vereador será convocado pelo Presidente da Câmara no caso de vaga, licença ou investidura do titular no Cargo de Secretário Municipal ou equivalente. (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

§ 1º O Suplente convocado deverá tomar posse dentro de quinze (15) dias, salvo motivo justo aceito pela deliberação da Câmara, sob pena de ser considerado renunciante.

§ 2º Na ocorrência de vaga, não havendo suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato no prazo de quarenta e oito (48) horas ao Tribunal Regional Eleitoral.

§ 3º Enquanto a vaga, que se refere ao parágrafo 2º, não for preenchida, calcular-se-á o quorum em função dos Vereadores remanescentes.

Subseção IV**Presidência, Vice-Presidência e Secretários**

Art. 32. O Presidente da Câmara Municipal representa o Poder Legislativo, judicial e extrajudicialmente.

Art. 33. Ao Vice-Presidente cabe substituir o Presidente em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças.

Art. 34. As atribuições e procedimentos do Presidente, Vice-Presidente e dos Secretários serão definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal.

Seção VIII**Do Processo Legislativo****Subseção I****Disposição Geral**

Art. 35. O Processo Legislativo compreende:

I - emendas a Lei Orgânica do Município;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - leis delegadas;

V - medidas provisórias;

VI - decretos legislativos;

VII - resoluções.

Subseção II**Emendas à Lei Orgânica Municipal**

Art. 36. A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara;(NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/2002.

II - do Prefeito Municipal.(NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/2002.

§ 1º A proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de dez (10) dias. (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

§ 2º Será considerada aprovada a proposta que obtiver, em ambos os turnos, dois terços (2/3) dos votos dos membros da Câmara, em votação pelo processo nominal.(NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/2002.

§ 3º A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara e enviada cópia para o Prefeito Municipal e ao Juiz de Direito da Comarca.

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/2002.

§ 4º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou

prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/2002.

§ 5º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda:

I - que ferir o princípio federativo; ou

II - que atentar contra a separação dos Poderes.

§ 6º A emenda à Lei Orgânica não poderá ser proposta na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município.

* Parágrafos 5º e 6º e incisos I e II incluídos pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/2002.

Subseção III

LEIs

Art. 37. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias, cabe a qualquer Vereador ou Comissão Legislativa Permanente, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica e no Regimento Interno. (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

§ 1º São de iniciativa do Prefeito, as leis que:

I - fixem ou modifiquem o efetivo da Guarda Municipal;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquicas e de sua remuneração;

b) servidores públicos do Município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadorias;

c) criação, estruturação e atribuição das Secretarias Municipais e órgãos da administração

Pública Municipal;

d) Plano Plurianual;

e) a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

f) os orçamentos anuais.

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara Municipal, de Projeto de Lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do Município, distribuído pelo menos por dois distritos ou dois bairros, com não menos de um por cento dos de cada um deles.

Art. 38. Em caso de relevância e urgência, o Prefeito poderá adotar medidas provisórias com força de Lei, devendo submetê-las, de imediato a Câmara Municipal, que estando em recesso, será convocada extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco (5) dias.

Parágrafo único. As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em Lei, no prazo de 30 (trinta) dias a partir de sua publicação, devendo à Câmara Municipal disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.

Art. 39. As Leis Complementares exigem, para sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo único. São Leis Complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica, aquelas concernentes as seguintes matérias.

I - Código Tributário do Município;

II - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

III - Código de Obras ou Edificações;

IV - Código de Zoneamento Urbano e direitos suplementares de uso e ocupação do solo;

V - Código de Parcelamento de Terra;

VI - Código de Postura;

VII - Estatuto dos Servidores Municipais;

VIII - Lei Orgânica da Guarda Municipal;

IX - Lei de Criação de Cargos, Funções ou Empregos públicos;

X - concessão de Serviço Público;

XI - concessão de Direito Real de Uso;

XII - alienação de bens imóveis;

XIII - aquisição de bens imóveis por doação com encargos;

XIV - autorização para obtenção de Empréstimos de Particular;
XV - Lei Instituidora do Regime Jurídico dos Servidores Municipais. (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

Art. 40. Não será admitido aumento de despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito;

II - nos projetos sobre a organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 41. O Prefeito poderá solicitar urgência para a apreciação de Projetos de sua iniciativa, considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de quarenta e cinco (45) dias.

§ 1º Decorridos, sem deliberação, o prazo fixado no "caput" deste artigo, o Projeto será obrigatoriamente incluído na Ordem do Dia para que ultime sua votação, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, com exceção do disposto no parágrafo único do art. 38 e do parágrafo 4º do art. 43 que são preferenciais na ordem numérica. (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

§ 2º O prazo previsto no § 1º, não corre nos períodos de recesso, nem se aplica aos projetos de Lei Complementar.

Art. 42. O projeto aprovado em um (01) só turno de votação, será no prazo de dez (10) dias úteis, enviado pelo Presidente da Câmara ao Prefeito, que concordando, o sancionará e promulgará no prazo de quinze (15) dias úteis.

Parágrafo único. Decorrido o prazo de quinze (15) dias úteis o silêncio do Prefeito importará em sanção.

Art. 43. Se o Prefeito julgar o Projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze (15) dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de quarenta e oito (48) horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do veto.

§ 1º O veto deverá ser sempre justificado e, quando parcial, abrangerá o texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 2º As razões aduzidas ao veto serão apreciadas no prazo de trinta (30) dias, contados de seu recebimento, em uma única discussão.

§ 3º O veto somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores, realizada a votação em escrutínio secreto.

§ 4º Esgotado, sem deliberação, o prazo previsto no parágrafo 2º, deste artigo, o veto será colocado na Ordem do Dia de Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o Parágrafo único do art. 38 e o § 1º, do art. 41.

§ 5º Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito em quarenta e oito (48) horas, para promulgação.

§ 6º Se o Prefeito não promulgar a Lei em quarenta e oito (48) horas, nos casos de sanção tácita ou rejeição de veto, o Presidente da Câmara a promulgará e, se este não o fizer caberá ao Vice-Presidente em igual prazo fazê-lo.

§ 7º A Lei promulgada, nos termos do § 6º, produzirá efeitos a partir de sua publicação.

§ 8º Nos casos de veto parcial, as disposições aprovadas pela Câmara serão promulgadas pelo seu Presidente, com o mesmo número da Lei original, observado o prazo estipulado no § 6º.

Seção IX

Controle das Contas Municipais

Art. 44. A fiscalização do Município é exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal na forma da Lei.

§ 1º O controle interno é mantido de forma integrada pelos Poderes Executivo e Legislativo, baseado nas informações contábeis,

objetivando:

I - a avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas do Governo Municipal;

II - a comprovação de legalidade e avaliação de resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas entidades da administração municipal, bem como, a aplicação de recursos públicos municipais por entidades de direito privado;

III - o exercício do controle dos empréstimos e dos financiamentos, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV - apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 2º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º O Parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara devem apresentar anualmente, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços (2/3) dos membros da Câmara Municipal.

§ 4º Sujeitam-se a tomada ou prestação de contas, os agentes da administração municipal responsáveis por bens e valores pertencentes ou confiados a Fazenda Pública Municipal.

Art. 45. O Prefeito Municipal encaminhará as contas do Município até o dia trinta e um (31) de março subsequente ao encerramento da sessão legislativa a Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo único. Lei ordinária determinará a documentação necessária para apresentação de contas do Município.

Art. 46. Se até o prazo do art. 45 não tiverem sido apresentadas às contas do Município à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas, a comissão Legislativa Permanente competente fa-lo-á em trinta (30) dias.

Art. 47. Apresentadas as contas, o Presidente da Câmara colocará pelo prazo de sessenta (60) dias a disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, na forma da Lei.

§ 1º O Regimento Interno da Câmara disporá sobre o procedimento de exame público das contas municipais, observadas as normas da Lei Orgânica.

§ 2º Vencido o prazo deste artigo as contas e as questões levantadas serão enviadas ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio.

§ 3º Recebido o parecer prévio, a Comissão Legislativa Permanente responsável dará sobre ele e sobre as contas seu parecer em quinze (15) dias, encaminhando-o a Mesa Diretora e ao Plenário para deliberação.

Art. 48. A Comissão Legislativa Permanente competente, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimento, não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar da autoridade responsável que, no prazo de cinco (05) dias, preste os esclarecimentos.

§ 1º Não prestados os esclarecimentos ou considerados estes insuficientes, a Comissão Legislativa Permanente solicitará ao Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, em caráter de urgência.

§ 2º Entendendo o Tribunal de Contas irregular a despesa, a Comissão Legislativa Permanente responsável, se julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão a economia pública, proporá a Câmara Municipal a sua sustação.

Art. 49. Qualquer cidadão, partido político, associação ou Sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades das Contas do Município perante a Comissão Legislativa Permanente competente da Câmara, que tomará as providências previstas no Regimento Interno.

Seção X

Remuneração

Art. 50. Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, serão fixados por lei específica, de iniciativa da Câmara Municipal, no primeiro semestre da última sessão legislativa da legislatura, para vigorar no exercício financeiro subsequente, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição da República.

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

Art. 50-A. O subsídio dos Vereadores será fixado em cada legislatura para a subsequente, através de lei de iniciativa da Câmara Municipal, durante o primeiro semestre da última sessão legislativa da legislatura, observado os critérios estabelecidos na Constituição Federal.

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 004/2002.

Parágrafo único. A legislação constante do "Caput" deste artigo obedece no que couber a Emenda Constitucional nº 19/98, de 04 de junho de 1998, adequando-se com Emenda Constitucional nº. 25/2000, que tem sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2001 nos termos da legislação.

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 002/2000.

CAPÍTULO II

PODER EXECUTIVO

Seção I

Prefeito Municipal

Art. 51. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, com funções políticas, executivas e administrativas.

Art. 52. O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos em pleito direto e simultâneo, para cada legislatura, em sufrágio universal e secreto. Parágrafo único. O Prefeito e quem o houver sucedido ou substituído no curso do mandato, poderá ser reeleito para um único período subsequente, sem necessidade de renunciar o mandato para concorrer ao pleito. (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 003/2002.

Art. 53. O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente a eleição e prestarão compromisso nos termos desta Lei Orgânica e do Regimento Interno da Câmara Municipal.

§ 1º Se, decorridos dez (10) dias da data fixada, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

§ 2º Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o Vice-Prefeito, e na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara.

Art. 54. O Vice-Prefeito substitui o Prefeito em caso de licença ou impedimento e o sucede no caso de vaga ocorrida após a diplomação.

§ 1º O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe foram atribuídas pela Lei, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele convocado para missões especiais.

§ 2º A investidura do Vice-Prefeito, em Secretaria Municipal, não impedirá as funções previstas no § 1º.

Art. 55. Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício do cargo de Prefeito, o Presidente da Câmara Municipal.

Art. 56. O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão, sem licença da

Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a quinze (15) dias, sob pena de perda do cargo.

Art. 57. O Prefeito poderá licenciar-se quando impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença comprovada.

§ 1º No caso deste artigo e de ausência em missão oficial, o Prefeito licenciado não perderá sua remuneração.

§ 2º O Prefeito poderá gozar férias anuais de trinta (30) dias, ficando a seu critério a decisão e o período para gozo de férias.

Art. 58. Compete privativamente ao Prefeito:

I - nomear ou exonerar os Secretários Municipais, os Titulares de Distritos e Órgãos da Administração Descentralizada, e de acordo com a Lei ou Estatuto, os dirigentes da administração Indireta e Fundacional;

II - exercer, com auxílio dos Secretários Municipais, a direção superior da administração Municipal;

III - iniciar o Processo Legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

IV - enviar a Câmara Municipal, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais e plurianuais do Município;

V - sancionar, promulgar e fazer publicar as Leis, bem como, expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

VI - vetar projetos de Lei total ou parcialmente;

VII - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da Lei;

VIII - comparecer ou remeter mensagem e plano de governo a Câmara Municipal, por ocasião de abertura de sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;

IX - prestar, anualmente, à Câmara Municipal até trinta e um (31) de março, as contas do Município, referente ao exercício anterior;

X - promover e extinguir os cargos públicos municipais na forma da Lei;

XI - representar o Município em Juízo ou fora dele, por intermédio da Procuradoria Geral do Município, na forma estabelecida em Lei;

XII - celebrar convênios com entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse do Município, na forma da Lei;

XIII - decretar, nos termos da Lei, desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social;

XIV - prestar à Câmara, dentro de 30 (trinta) dias, as informações solicitadas, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, por pedido devidamente justificado, em caso de complexidade de matéria ou por dificuldade de obtenção de dados solicitados;(NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

XV - publicar até trinta (30) dias após o encerramento de cada trimestre, relatório resumido da execução orçamentária;

XVI - entregar à Câmara Municipal até o dia vinte (20) de cada mês, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias;

XVII - solicitar o auxílio das forças policiais, para garantir o cumprimento de seus atos, bem como fazer uso da guarda municipal, na forma da Lei;

XVIII - decretar calamidade pública ou estado de emergência, sempre que ocorrerem fatos que o justifiquem;

XIX - solicitar ao Presidente da Câmara a convocação de sessão extraordinária da Câmara; (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

XX - fixar as tarifas dos serviços públicos concedidos e permitidos, bem como daqueles explorados pelo próprio Município, conforme critérios estabelecidos na legislação municipal;

XXI - requerer a autoridade competente, a prisão administrativa do servidor público municipal omissor ou remisso na prestação de contas dos dinheiros públicos;

XXII - superintender a arrecadação de tributos e preços, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e os pagamentos, dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos autorizados pela Câmara;

XXIII - aplicar multas previstas na legislação e nos contratos ou convênios, bem como relevá-las quando for o caso;

XXIV - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade;

XXV - resolver sobre os requerimentos, as reclamações ou as representações que lhe forem dirigidos.

Parágrafo único. O Prefeito Municipal poderá, a qualquer momento, segundo seu único critério, avocar a si a competência delegada.

Art. 59. No ato da posse e ao término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração pública de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio, resumidas em atas e divulgadas para conhecimento público.

Seção II

Limitações ao Prefeito Municipal

Art. 60. O Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito, desde a posse, sob pena de perda de mandato, não poderão:

I - firmar ou manter contrato com o Município ou com suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer à cláusulas uniformes;

II - aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível "ad nutum", na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público, aplicando-se, nesta hipótese, a regra constitucional e o exercício de um (01) cargo de professor;

III - ser titular de mais de um mandato eletivo;

IV - patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades mencionadas no inciso I deste Artigo;

V - ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o Município ou nela exercer função remunerada;

VI - fixar residência fora do Município.

Seção III

Responsabilidade do Prefeito

Art. 61. Os crimes que o Prefeito Municipal praticar, no exercício do mandato ou em decorrência dele, por infrações penais comuns ou por crime de responsabilidade, serão julgados perante o Tribunal de Justiça do Estado.

Parágrafo único. A Lei disporá sobre os crimes de responsabilidade e as infrações político-administrativas, estabelecendo as normas de processo e julgamento. (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

Art. 61-A. O Prefeito Municipal é o responsável pela transição Administrativa, nos seguintes termos e condições:(NA)

I - até trinta dias após as eleições municipais, o Prefeito Municipal deverá preparar, para entrega ao sucessor e publicação imediata, relatório da situação da Administração local, contendo, entre outras, informações atualizadas sobre:(NI)

a) dívidas do Município, por credor, com as datas dos respectivos vencimentos, inclusive das dívidas a longo prazo e encargos decorrentes de operações de crédito, informando sobre a capacidade da Administração Municipal realizar operações de crédito de qualquer natureza;(NAI)

b) medidas necessárias à regularização das contas municipais perante o Tribunal de Contas ou órgão equivalente, se for o caso;(NAI)

c) prestações de contas de convênios celebrados com organismos da União e do Estado, bem como do recebimento de subvenções ou auxílios;(NAI)

d) situação dos contratos com concessionárias e permissionárias de serviços públicos;(NAI)

e) estado dos contratos de obras e serviços em execução ou apenas formalizados, informando sobre o que foi realizado e pago e

o que há por executar e pagar, com os prazos respectivos;(NAI)
f) transferências a serem recebidas da União e do Estado, por força de determinação constitucional ou de convênios;(NAI)
g) projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo em curso na Câmara Municipal, para permitir que a nova administração decida quanto à conveniência de lhes dar prosseguimento, acelerar seu andamento ou retirá-los;(NAI)

h) situação dos servidores do Município, discriminando valores, quantidade e órgãos de lotação e exercício.(NAI)

II - é vedado ao Prefeito Municipal assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para execução de programas ou projetos após o término do seu mandato, salvo se previstos na legislação orçamentária.(NI)

§ 1º A atividade prevista neste artigo deverá ser executada sem comprometer o desenvolvimento normal das demais ações administrativas e não eliminará a obrigação de prestar ao sucessor, se solicitado, qualquer outra informação.(NP)

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de calamidade pública, desde que devidamente comprovada.(NP)

§ 3º Serão nulos e não produzirão nenhum efeito os empenhos e atos praticados em desacordo com este artigo, sem prejuízo da responsabilidade do Prefeito Municipal.(NP)

* Artigo e seus incisos, alíneas e parágrafos incluído pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

Seção IV

Secretários Municipais

Art. 62. Cabe ao Prefeito Municipal, por ato administrativo, dizer sobre as atribuições, competências, deveres e responsabilidades dos Secretários Municipais, de acordo com a Lei.

§ 1º Os Secretários Municipais são solidariamente responsáveis, junto com o prefeito Municipal, pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

§ 2º Lei Complementar, de iniciativa do Prefeito, disporá sobre a criação, estruturação e atribuição de Secretarias.

§ 3º Os Secretários Municipais, auxiliares diretos do Prefeito Municipal, deverão fazer a declaração de bens no ato de sua posse em cargo ou função pública municipal e quando de sua exoneração.

Seção V

Conselhos Municipais

Art. 63. O Município de Capinzal terá os seguintes Conselhos Municipais, que são órgãos de consulta do Prefeito Municipal, formados por representantes do Poder Público Municipal e da sociedade civil, sem ônus para a administração pública municipal:

I - Conselho de Desenvolvimento do Município;

II - Conselho Municipal de Cultura;

III - Conselho Municipal de Trânsito;

IV - Conselho Municipal de Educação;

V - Conselho de Saúde e Bem Estar Social;

VI - Conselho Municipal da Zona Rural;

VII - Conselho Municipal de Promoção dos Direitos e Defesa da Criança e do Adolescente;

VIII - Conselho de Defesa do Meio Ambiente;

IX - Conselho Municipal de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo - Incotur;(NI)

* Inciso incluído pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

X - Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.(NI)

* Inciso incluído pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

Art. 64. O Conselho de Desenvolvimento do Município é órgão superior de consulta do Prefeito e dele participam:

I - o Vice-Prefeito;

II - Revogado;

* Inciso revogado pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

III - Revogado;

* Inciso revogado pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

IV - os Secretários Municipais; (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

V - seis (06) cidadãos brasileiros, sendo três (03) indicados pela Sociedade Civil Organizada e três (03) pela Administração Municipal, todos nomeados pelo Prefeito Municipal, como dispuser a Lei, com mandatos de dois (02) anos, vedada à recondução. (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

Art. 65. Compete ao Conselho de Desenvolvimento do Município, pronunciar-se sobre questões relevantes do interesse do Município.

Art. 66. Os Conselhos Municipais previstos no art. 63, à exceção do Conselho de Desenvolvimento Municipal, serão criados e organizados em Lei Municipal, obedecidas às normas desta Lei Orgânica.

Art. 67. Lei Complementar poderá prever outros Conselhos, desde que sejam de relevante interesse do Município.

Seção VI

Consulta Popular

Art. 68. O Prefeito Municipal poderá realizar consultas para ouvir a opinião popular e para decidir sobre assuntos de interesse específico do Município, do bairro ou do distrito.

Art. 69. Cabe ao Prefeito Municipal, por ato próprio, propor procedimento e forma de implantação de consulta popular, observado o seguinte:

I - a consulta popular será realizada quando a Câmara Municipal, em sua maioria absoluta ou pelo menos dois por cento (02%) do eleitorado inscrito no Município, no bairro ou no distrito, com qualificação comprovada, apresentarem proposição nesse sentido e sobre assuntos específicos;

II - votação organizada pelo Poder Executivo em dois (02) meses após apresentação da proposição;

III - será aprovada a proposição pelo voto e a maioria dos eleitores presentes as urnas e representando, obrigatoriamente, pelo menos cinquenta por cento (50%) da totalidade dos eleitores envolvidos na, e pela proposição;

IV - a proposição aprovada em consulta popular tem caráter de decisão, devendo o Governo Municipal, quando couber, adotar as providências legais para a sua consecução;

V - a realizarão de duas (02) consultas por ano, vedadas, nos quatro (04) meses que antecedem as eleições para qualquer nível de Governo;

VI - a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de áreas do Município, far-se-ão cumpridas as exigências legais do Título VI Seção I da Disposição Geral, em seu Art. 110, § 1º da Constituição Estadual, que será regulamentada por Lei Complementar.

TÍTULO V

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 70. A Administração Pública Municipal direta, indireta e fundacional obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e também, aos demais princípios e preceitos da Constituição Federal, no que couber, sobre a Administração Pública e a esta Lei Orgânica.(NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

Art. 71. A publicação das Leis e dos atos municipais far-se-á em órgão oficial, podendo também, ser em órgão da imprensa local.

Art. 72. Os Atos Administrativos de competência do Prefeito Municipal dar-se-ão:

I - por Decreto, numerado em ordem cronológica, quando se tratar de:

- a) regulamentação de Lei;
- b) criação ou extinção de gratificações, quando autorizadas em Lei;
- c) abertura de créditos extraordinários na forma da Lei;
- d) declaração de utilidade pública ou de interesse social para efeito de desapropriação ou servidão administrativa, na forma da Lei;
- e) criação, alteração e extinção de órgãos da Prefeitura, autorizadas em Lei;
- f) definição de competência dos órgãos e das atribuições dos Servidores da Prefeitura, não privativas de Lei;
- g) aprovação de regulamentos e regimentos dos órgãos da administração direta;
- h) aprovação dos estatutos dos órgãos da administração descentralizada;
- i) fixação e alteração dos preços dos serviços públicos prestados pelo Município e aprovação dos preços dos serviços concedidos ou autorizados;
- j) permissão para exploração de serviços públicos e para uso de bens municipais, autorizados em Lei;
- k) aprovação de planos de trabalho dos órgãos da administração direta;
- l) criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos administrados, não privativos da Lei;
- m) medidas executoras do Plano Diretor;
- n) estabelecimento de normas de efeitos externos, não privativas da Lei;

II - por Portaria, quando se tratar de:

- a) provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeito individual, relativos aos Servidores Públicos Municipais;
- b) lotação e relotação nos quadros de pessoal;
- c) criação de Comissões e designação de seus membros;
- d) instituição e dissolução de grupos de trabalho;
- e) autorização para contratação de servidores por prazo determinado e dispensa, autorizada em Lei;
- f) abertura de sindicância e processos administrativos e aplicação de penalidades;
- g) outros atos que, por sua natureza e finalidade não sejam objeto de Lei ou Decreto.

Parágrafo único. Poderão ser delegados os atos constantes do item II deste artigo.

CAPÍTULO II

SERVIDORES MUNICIPAIS

Art. 73. O Município estabelecerá em Lei Complementar o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais da administração direta, indireta e fundacional, detentores de cargos efetivos, observados os princípios da Constituição Federal.(NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

§ 1º A remuneração dos servidores públicos municipais e os subsídios de que trata os arts. 50 e 50-A desta Lei Orgânica somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.(NP)

§ 2º O Município instituirá conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.(NP)

§ 3º O valor da remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer Poder Municipal, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos

e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, do Prefeito Municipal.(NP)

* Parágrafos 1º, 2º e 3º incluídos pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

Art. 74. O Município estabelecerá, em Lei Complementar, o Plano de Carreira para os Servidores da administração direta, indireta e fundacional, respeitando as competências privativas de cada Poder.”(NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

CAPÍTULO III

OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Art. 75. A realização das obras públicas municipais deverá estar adequada ao Plano Plurianual, as Leis de Diretrizes Orçamentárias, aos Orçamentos Anuais e ao Plano Diretor, não podendo serem iniciadas sem a prévia elaboração do respectivo projeto da obra, no qual constará obrigatoriamente: (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

I - a viabilidade de empreendimento e sua conveniência visando interesse comum;

II - detalhamento de sua execução;

III - orçamento de seu custo;

IV - especificação dos recursos financeiros e origem para sua execução;

V - prazos para seu início e término.

Art. 76. As obras e os serviços públicos poderão ser executados pelo Município, pela sua administração direta, indireta ou fundacional, mediante licitação e de conformidade com os interesses e as necessidades da população ou sob regime de concessão ou permissão, no caso dos serviços, podendo o Município contratar as obras públicas com particulares, através do processo licitatório.

Art. 77. Lei disporá sobre:

I - a concessão ou permissão de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização, rescisão e outros da concessão e da permissão, que serão sempre autorizados por Lei;

II - os direitos dos usuários;

III - política tarifária;

IV - obrigações de manter serviços adequados;

V - mecanismos de atenção as reclamações relativas à prestação de serviços públicos ou de utilidade pública;

VI - plano e programa de expansão de serviços;

VII - revisão de base de cálculo dos custos operacionais;

VIII - regime das empresas concessionárias e permissionárias.

Art. 78. Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, empresas e alienações serão contratadas mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam as obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da Lei, que somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 79. O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares ou mediante consórcio com outros Municípios.

Parágrafo único. A constituição de consórcios municipais dependerá de autorização legislativa.

CAPÍTULO IV

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**Seção I****Receita Municipal**

Art. 80. A receita pública municipal constitui-se dos recursos ordinários e extraordinários locais e os estabelecidos pelas normas constitucionais e gerais de direito tributário.

Art. 81. O Poder Público Municipal, por ato próprio, poderá instituir preços, consideradas as rendas provenientes de serviços de natureza industrial, comercial ou civil, suscetível de exploração econômica.

§ 1º Os preços de que trata este artigo, serão cobrados pelo valor aproximado e se caracterizam pela sua utilidade, determinada segundo critérios econômicos e decorrem de uma relação jurídica contratual.

§ 2º Os preços podem ser alterados em qualquer época do ano, sempre que houver modificação nos fatores de custo de operação ou produção.

Art. 82. Nenhum contribuinte está obrigado ao pagamento de qualquer tributo criado sem o respeito ao princípio da anterioridade e lançado sem aviso prévio ou notificação, na forma estabelecida em Lei municipal, assegurada a interposição de recurso administrativo próprio em defesa de seus direitos, garantida a ampla defesa e o contraditório.(NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

Art. 83. É facultado ao Município a criação de órgãos de composição paritária, com atribuição de decidir, em grau de recurso, as reclamações relativas às questões tributárias.

Seção II**Despesa Pública**

Art. 84. O Município promoverá as necessidades de seu Governo e de sua administração, podendo firmar acordos, convênios ou ajustes com outras entidades de direito público ou privado, para fins de cooperação intragovernamental, execução de Leis, serviços, decisões, assistência técnica ou aplicação de recursos.

Art. 85. São despesas municipais as destinadas ao custeio de seus serviços e encargos, as transferências e à execução de obras e serviços do Município, destinadas à satisfação das necessidades públicas locais.

Art. 86. Nenhuma despesa será realizada sem a devida cobertura orçamentária ou de créditos adicionais.

Art. 87. As dívidas da administração do Poder Público Municipal serão, independentemente da sua natureza, quando inadimplidas, monetariamente atualizadas, a partir do seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias.

Parágrafo único. Essa disposição não se aplica a operações de créditos contratadas com instituições financeiras.

Art. 88. A União e o Estado não poderão atribuir encargos ao Município, nem obrigá-lo à despesa, sem proporcionar-lhe os meios, salvo a hipótese de realização de convênio ou acordo para execução de serviço de interesse comum.

Seção III**Dívida Pública Municipal**

Art. 89. As operações de crédito, de qualquer natureza, realizadas pelo Município, observarão as normas fixadas na legislação Federal pertinente.

Art. 90. A obtenção de empréstimos ou financiamentos pelo Município, suas fundações e entidades da administração indireta só pode ser efetivada mediante autorização legislativa, em que se especifiquem a destinação, o valor e prazo da operação, a taxa de remuneração do capital e a época dos pagamentos e espécie dos títulos e a forma de resgate.

Art. 91. Os empréstimos destinados a estabilizar o fluxo de recursos financeiros, autorizados no orçamento anual, não podem exceder de vinte e cinco (25%) da receita total estimada para o exercício e serão obrigatoriamente, liquidados dentro do próprio exercício em que foram realizados.

Art. 92. O Município, suas Fundações e Entidades de administração indireta, por ele mantidas mediante transferência de dotações orçamentárias, farão constar dos respectivos orçamentos anuais dotações destinadas especificamente ao pagamento de juros, amortizações ou resgate das obrigações decorrentes de empréstimo ou financiamento.

Art. 93. O Município centralizará o controle da dívida interna ou externa de suas fundações e entidades da administração indireta, de forma a facilitar sua administração.

Art. 94. O Município, observadas as normas gerais de Direito Financeiro estatuídas pela União, pode alterar características da dívida pública, mediante consolidação da dívida fundada, segundo condições estabelecidas em LEI.

Art. 95. É facultado ao Município, antecipar o resgate da dívida pública total ou parcialmente, na forma da LEI.

CAPÍTULO V**ORÇAMENTOS****Seção Única****Disposições Gerais**

Art. 96. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o Plano Plurianual;

II - as Diretrizes Orçamentárias;

III - os Orçamentos anuais, estes distribuídos da seguinte forma:

a) Administração Direta;

b) Administração Indireta e Fundacional;

c) Administração da Previdência Municipal.

Art. 97. Lei Municipal disporá sobre os orçamentos, execução orçamentária, tesouraria e organização contábil, observados os princípios e as vedações da Constituição Federal.

TÍTULO VI**DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL****CAPÍTULO I****DA ORDEM ECONÔMICA****Seção I****Das Disposições Gerais**

Art. 98. O Município de Capinzal, dentro de sua competência organizará a ordem econômica, conciliando a liberdade de iniciativa com os interesses da comunidade.

Seção II

Da Atividade Econômica

Art. 99. O Município de Capinzal adota os seguintes princípios, fundados na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, buscando a justiça social:

- I - autonomia municipal;
- II - propriedade privada;
- III - função social da propriedade;
- IV - livre concorrência;
- V - defesa do consumidor;
- VI - defesa do meio ambiente;
- VII - redução das desigualdades;
- VIII - busca do pleno emprego;
- IX - tratamento favorecido para as cooperativas e empresas brasileiras de pequeno porte e micro-empresas;
- X - incentivo ao desenvolvimento industrial.

Art. 100. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, nos termos da LEI.

Art. 101. Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial, na forma da Lei a empresas brasileiras de Capital Nacional.

Art. 102. A exploração direta da atividade econômica, pelo Município, só será permitida em caso de relevante interesse coletivo, na forma da Lei Complementar, que, dentre outras, especificará exigências para as empresas públicas e sociedades de economia mista ou entidade que criar e mantiver.

- I - Regime Jurídico das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias;
- II - proibição de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado;
- III - subordinação a uma secretaria municipal;
- IV - adequação da atividade ao Plano Diretor, ao Plano Plurianual e as Diretrizes Orçamentárias;
- V - orçamento anual integrado ao Orçamento Geral.

Art. 103. A prestação de serviços públicos, pelo Município, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, será regulamentada em Lei Complementar, que assegurará:

- I - exigência de licitação, em todos os casos;
- II - definição de caráter especial dos contratos de concessão ou permissão, casos de prorrogação, condições de caducidade, forma de fiscalização e rescisão;
- III - direitos dos usuários;
- IV - política tarifária;
- V - obrigação de manter serviço adequado.

Art. 104. O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social econômico.

CAPÍTULO II

DO DESENVOLVIMENTO URBANO

Seção Única

Da Política de Desenvolvimento Urbano

Art. 105. A política municipal de desenvolvimento urbano atenderá ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e ao bem estar de seus habitantes, na forma da Lei.

Parágrafo único. O Plano Diretor aprovado pela Câmara Municipal é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

Art. 106. No estabelecimento de normas e diretrizes relativas ao desenvolvimento urbano, o Município assegurará:

- I - política de uso e ocupação do solo que garanta:

- a) controle da expansão urbana;
- b) controle dos vazios urbanos;
- c) proteção e recuperação do ambiente cultural;
- d) manutenção de características do ambiente natural.

II - criação de área de especial interesse social, ambiental, turístico ou de utilização pública;

III - participação de entidades comunitárias na elaboração e implantação de planos, programas, projetos e no encaminhamento de soluções para os problemas urbanos;

IV - eliminação de obstáculos arquitetônicos às pessoas portadoras de deficiência física;

V - atendimento aos problemas decorrentes de áreas ocupadas por população de baixa renda.

CAPÍTULO III

HABITAÇÃO E SANEAMENTO

Art. 107. O Município promoverá política habitacional, integrada à da União e do Estado, objetivando a solução de carência habitacional, cumpridos os seguintes critérios e metas:

- I - oferta de lotes urbanizados;
- II - incentivo à formação de cooperativas populares de habitação;
- III - atendimento prioritário à família carente;
- IV - formação de programas habitacionais pelos sistemas de mutirão e de auto-construção;
- V - garantia de projeto-padrão para a construção de moradias populares;
- VI - assessoria técnica gratuita a construção da casa própria;
- VII - incentivos públicos municipais às empresas que se comprometam a assegurar moradia a, pelo menos, quarenta por cento (40%) de seus empregados.

Parágrafo único. O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e as Leis Orçamentárias anuais reservarão fundos para atender os dispositivos do art. 107, e seus incisos, devendo promover a participação dos interessados e de empresas locais.(NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

Art. 108. O Município instituirá, juntamente com o Estado de Santa Catarina, programa de saneamento básico, urbano e rural, visando fundamentalmente a promover a defesa preventiva da saúde pública.

Art. 109. O Município manterá levantamento estatístico para apurar as necessidades de moradia do Município, atuando administrativamente no sentido de minimizar o déficit habitacional, principalmente para as classes de baixa renda.

CAPÍTULO IV

DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Seção I

Art. 110. A política de desenvolvimento rural será planejada, executada e avaliada, na forma da Lei, com a participação efetiva das classes produtoras, trabalhadores rurais, técnicos e profissionais da área e dos setores de comercialização e armazenamento e transporte, levando em conta, especialmente:

- I - os instrumentos de apoio para o pequeno e médio produtor rural;
- II - as condições de produção, comercialização e armazenagem, prestigiada a comercialização direta entre produtor e consumidor;
- III - o desenvolvimento da propriedade em todas as suas potencialidades, a partir da vocação e da capacidade do uso e conservação do solo;
- IV - transporte, educação e saúde, para o produtor rural;
- V - execução de programas de recuperação e conservação do solo, de reflorestamento e aproveitamento de recursos naturais;

VI - incentivo ao cooperativismo, sindicalismo e associativismo;
VII - proteção ao meio ambiente;
VIII - a aplicação de recursos orçamentários para o desenvolvimento rural;
IX - a participação com os Governos do Estado e da União na manutenção do serviço de assistência técnica e extensão rural, priorizando o pequeno produtor;
X - o incentivo à formação de estruturas de lazer nas comunidades rurais;
XI - a eletrificação, assistência e incentivo a implantação do sistema de irrigação no Município;
XII - o Município atuará, de forma a contemplar os investimentos em Telefonia Rural;
* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.
XIII - implantação e manutenção do Horto Florestal para a produção de essências nativas e exóticas.

Art. 111. A Lei regulará a composição, o funcionamento e as atribuições do Conselho Municipal da Zona Rural, incumbido de normatizar e fiscalizar a execução da política de desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Município.

Art. 112. A preservação e recuperação ambientais no meio rural atenderão ao seguinte:

- I - realização de zoneamento Agroecológico que permita estabelecer critérios para o disciplinamento e ordenamento pelas diversas atividades produtivas e processos de urbanização;
- II - a obrigatoriedade para todas as propriedades que explorem a atividade pecuária e afins, de terem um sistema de tratamento e manejo adequado dos dejetos;
- III - as bacias hidrográficas constituem unidades básicas de planejamento do uso, conservação e recuperação dos recursos naturais;
- IV - obrigatoriedade de área em todas as propriedades, nos termos da Lei;
- V - disciplinamento de produção, manipulação, comercialização, armazenamento e uso de agrotóxicos, biocidas e afins e seus componentes.

Seção II

Atos das Disposições Transitórias

Art. 113. O Município promoverá, através de Lei especial, no prazo de vinte e quatro (24) meses da promulgação da Lei Orgânica, a regularização de todas as áreas de terras pertencentes ao Município e seus limites com outros Municípios, ocupados indistintamente por pessoas, instituições e empresas.

Parágrafo único. O Município providenciará a elaboração de mapa geográfico delimitando sua área, face a divergências limítrofes com Municípios vizinhos.

CAPÍTULO V

DA DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 114. O Município promoverá, na forma da Lei, a defesa do consumidor.

Parágrafo único. A política municipal de defesa do consumidor, definida com a participação de suas entidades representativas, levará em conta a necessidade de:

- I - promoção de interesses e direitos dos destinatários e usuários finais de bens e serviços;
- II - criação de programas de atendimento, educação e informação do consumidor;
- III - medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos.

TÍTULO VII

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO I

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 115. O Município adotará em seu território o primado do trabalho e assegurará os direitos sociais garantidos pelas Constituições Estadual e Federal, visando o estabelecimento de uma ordem social justa e igualitária.

Art. 116. O Município, no âmbito de sua competência, combaterá as causas da pobreza e os fatores de marginalização, priorizando em sua política a integração e a participação social e econômica dos segmentos marginalizados.

Art. 117. O Município assegurará, em seus orçamentos anuais, a sua parcela de contribuição para financiar a seguridade social.

Seção II

Da Saúde

Art. 118. A saúde é direito de todos e dever do Município, garantida mediante políticas sociais e econômicas, em conjunto com os Governos Estadual e Federal, que visem a redução de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação.

Parágrafo único. O direito a saúde implica os seguintes princípios fundamentais:

- I - trabalho digno, educação, alimentação, saneamento, moradia, meio ambiente saudável, transporte e lazer;
- II - informação sobre o risco de doença e morte, bem como, promoção e recuperação da saúde.

Art. 119. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, na forma da Lei sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e também por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 120. O Município integra, juntamente com os Governos Estadual e Federal, o Sistema Único de Saúde, organizado com as seguintes diretrizes:

- I - descentralização política, administrativa e financeira com direção única do Município;
- II - atendimento integral com prioridade para as ações preventivas e coletivas, adequadas a realidade epidemiológicas, sem prejuízo das assistenciais e individuais;
- III - universalização da assistência de igual qualidade dos serviços de saúde a população urbana e rural;
- IV - participação da comunidade na gestão e formulação das políticas de saúde.

Parágrafo único. As ações e serviços da saúde serão planejados, executados e avaliados através de equipes interdisciplinares, representados no Conselho de Saúde e Bem Estar Social, na forma da LEI.

Art. 121. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, que pode participar de forma complementar dos Sistemas Únicos de Saúde, nos termos das Constituições Estadual e Federal.

Parágrafo único. É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios e subvenções as instituições privadas com fins lucrativos.

Art. 122. O Sistema Único de Saúde será financiado com recursos do Orçamento do Município, do Estado, da Seguridade Social, da União, além de outras fontes.

Art. 123. O Poder Público Municipal, através da Secretaria de Saúde, deverá fornecer orientação básica e condições materiais para que haja planejamento familiar consciente, respeitando as opções pessoais em relação ao número de filhos.

Seção III

Da Assistência Social

Art. 124. O Município prestará, em cooperação com o Estado e a União, Assistência Social a quem dela necessitar, objetivando:

I - o respeito, a dignidade e o direito do cidadão em receber benefícios e serviços de boa qualidade;

II - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e ao deficiente;

III - amparo à criança, ao adolescente e ao idoso carente;

IV - a promoção de integração ao mercado de trabalho;

V - a habitação às pessoas portadoras de deficiência física e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto no inciso II deste artigo instituirá o Conselho Municipal de Saúde e Bem Estar Social, garantida na composição e representação de segmentos da sociedade organizada.

Art. 125. O Município, no âmbito de sua competência, regulará o serviço social, favorecendo as iniciativas particulares que visem este objetivo.

§ 1º Caberá ao Município, promover e executar as obras que, por sua natureza e extensão, não possam ser atendidas pelas instituições de caráter privado.

§ 2º O plano de assistência social do Município nos termos da Lei, terá por objetivo a correção dos desequilíbrios do sistema social e a recuperação dos elementos desajustados, visando a um desenvolvimento social harmônico.

Art. 126. Compete ao Município, suplementar, se for o caso, os planos de previdência social, estabelecidos na Lei Federal.

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Seção I

Da Educação

Art. 127. A educação, direito de todos, dever do Município e da família, será promovida e inspirada nos ideais da legalidade, da liberdade, da solidariedade humana, do bem estar social e da democracia.

Parágrafo único. A educação prestada pelo Município atenderá a formação humanística, cultural, técnica e científica da população capinzalense.

Art. 128. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - coexistência de Instituições Públicas e Privadas de ensino;

V - gratuidade de ensino público em estabelecimentos municipais;

VI - gestão democrática do ensino público, adotado o sistema eletivo, mediante voto direto e secreto, para escolha dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino, nos termos da Lei;

VII - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da Lei, plano de carreira e estatuto para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

VIII - garantia do padrão de qualidade;

IX - promoção da integração escola-comunidade.

Art. 129. O dever do Município com a educação, será efetivado mediante garantia de:

I - oferta de creches e pré-escolas para as crianças de zero a seis anos;

II - progressiva municipalização do ensino fundamental, gratuito e obrigatório, inclusive aos que a ele não tiverem acesso na idade própria, mediante convênios com o Governo do Estado;

III - incentivo de ensino de nível médio, com preferência à implantação de cursos técnicos profissionalizantes;

IV - oferta de ensino noturno, adequado às condições do educando através de metodologias especiais;

V - condições físicas adequadas para o funcionamento das escolas;

VI - atendimento ao educando, no ensino fundamental através de programas suplementares de alimentação, assistência a saúde, material didático e transporte;

VII - recenseamento dos educandos a cada dois anos, promovendo sua chamada e zelando pela frequência a escola, na forma da Lei;

VIII - membros do magistério em número suficiente para atender a demanda escolar;

IX - implantação progressiva do ensino fundamental em tempo integral, nos termos da Lei.

Parágrafo único. A não oferta ou oferta irregular do ensino obrigatório, pelo Poder Público, importa em responsabilidade da autoridade competente.

Art. 130. A Lei Complementar que organizar o Sistema Municipal de Educação, fixará, observada a Lei de diretrizes e bases da educação nacional e do sistema estadual de ensino, os conteúdos mínimos para o ensino fundamental e médio, de maneira a assegurar, além da formação básica:

I - a promoção dos valores culturais, nacionais e regionais;

II - programas visando a análise e a reflexão crítica sobre a comunicação social;

III - currículos escolares adaptados às realidades dos meios urbanos e rurais;

IV - programação de orientação técnica e científica sobre a prevenção ao uso de drogas, a proteção do meio ambiente e orientação sexual;

V - conteúdos programáticos voltados para a formação associativa, cooperativista e sindical.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado em Língua Nacional. Poderá ser instituída disciplina de Língua Estrangeira, opcional, podendo os segmentos ligados a educação, respeitadas as tradições, as origens, determinar aquela que for mais conveniente.

Art. 131. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas às condições legais vigentes.

Art. 132. O Plano Municipal de educação, aprovado por Lei, de duração plurianual, visando a articulação e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e a integração das ações do Poder Público, será elaborada de forma participativa e tem como objetivo básico a:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade de ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - formação humanística, científica e tecnológica.

Art. 133. O Município aplicará, anualmente, nunca menos de vinte e cinco por cento (25%) da Receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferência, na manutenção e

desenvolvimento do seu sistema de ensino.

§ 1º Os recursos municipais destinados à educação serão aplicados, prioritariamente, nas escolas públicas municipais, visando o atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do Plano Municipal de Educação.

§ 2º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais, federais, estaduais e outros recursos orçamentários, nos termos da Constituição Federal.

§ 3º Para garantir as disposições constitucionais, o Município, além da concessão de bolsas de estudos, prestará assistência técnica e financeira às escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais, nos termos da LEI.

Art. 134. A Lei regulará a composição, o funcionamento e as atribuições do Conselho Municipal de Educação incumbido de normatizar e fiscalizar o sistema de ensino, respeitando a indicação de representantes do magistério, através de suas entidades, de organizações culturais, sindicais e dos Poderes Legislativo e Executivo.

Seção II

Da Cultura

Art. 135. O Município garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da Cultura capinzalense.

Parágrafo único. A política cultural do Município será definida com ampla participação popular, baseada nos seguintes princípios:

I - incentivo e valorização de todas as formas de expressão popular;

II - integração com as políticas de comunicação, ecológica, educacional e de lazer;

III - proteção das obras, objetos, documentos, monumentos naturais e outros bens de valor histórico, artístico, científico e cultural;

IV - criação de espaços e equipamentos públicos, destinados à manifestação artístico-cultural;

V - preservação da identidade e da memória capinzalense;

VI - concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro às entidades culturais municipais e privadas, na forma da Lei;

VII - concessão de incentivo, nos termos da Lei, para a produção e difusão de bens e valores culturais, como forma de garantir a preservação das atribuições e costumes das etnias formadoras da sociedade capinzalense;

VIII - integração das ações do Município no âmbito da educação, cultura e esporte.

Art. 136. Serão considerados patrimônio cultural passível de tombamento e proteção, as obras, os objetos, os documentos, as edificações e os monumentos naturais que contêm a memória cultural dos diferentes segmentos sociais.

Parágrafo único. O Executivo ativará e operacionalizará o Serviço do Patrimônio Histórico e Natural do Município na forma da LEI.

Art. 137. O Município estabelecerá, na forma da Lei, incentivos para a produção e conhecimento de bens e valores culturais, garantidas as tradições e os costumes das diferentes origens da população, destacando:

I - o movimento social visando promover os valores do Município;

II - a tradição das correntes migratórias;

III - formação sócio econômico e o desenvolvimento urbano e rural;

IV - a memória escrita, fotográfica, fonográfica e de vídeo da história do desenvolvimento urbano e rural.

Art. 138. O Poder Público Municipal, na forma da Lei, criará o Conselho Municipal de Cultura.

Seção III

Do Desporto

Art. 139. É dever do Município fomentar práticas desportivas oficiais e não oficiais como direito de todos.

Art. 140. Incumbe ao Município, na forma da Lei:

I - garantir autonomia das entidades esportivas e associativas, quanto à sua organização e funcionamento;

II - garantir o tratamento diferenciado para o desporto amador e profissional, priorizando o primeiro;

III - garantir a destinação de recursos para a promoção do desporto comunitário, de iniciação e de rendimento, nas zonas urbanas e rurais;

IV - o fomento e o incentivo à pesquisa no campo da educação física, possibilitando o aperfeiçoamento em diversas áreas inerentes às modalidades desportivas educativas;

V - a criação da Fundação Municipal de Esportes;

VI - a regulamentação do funcionamento das academias e instituições afins, na área desportiva;

VII - estabelecer convênios com entidades, clubes e associações, objetivando o desenvolvimento do desporto.

Art. 141. O Município promoverá no campo desportivo:

I - o desenvolvimento e incentivo às competições desportivas na zona urbana e rural;

II - facilitar o acesso às áreas públicas, oficiais e conveniadas, destinadas a prática do esporte;

III - a participação em competições de todos os níveis, promovidas pelos órgãos vinculados ao Governo do Estado;

IV - a Educação Física como disciplina de matrícula obrigatória.

Seção IV

Do Turismo

Art. 142. O Município adotará política para incrementar o turismo em nossa região, através de:

I - programas especiais de expansão e incentivo, bem como divulgação do potencial econômico, da atividade cultural, dos aspectos urbanísticos e paisagens naturais;

II - projeto, com ampla participação popular, definido, que divulgue festa anual típica do Município, que traduza a vocação turística.

Art. 143. O Poder Público Municipal, através de órgãos específicos, adotará uma política conjunta, com os Municípios da região, visando o maior fluxo turístico e dar maior fomento ao setor.

Seção V

Comunicação Social

Art. 144. A comunicação é um bem social cultural e um direito inalienável de todo o cidadão, e como tal, deve estar a serviço do desenvolvimento integral do povo e da eliminação das desigualdades e das injustiças.

Parágrafo único. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nas Constituições Estadual e Federal.

Art. 145. O uso pelo Poder Público Municipal, dos meios de comunicação social, se restringirá à publicidade obrigatória de seus atos oficiais, a serem definidos em Lei, e as campanhas de interesse público.

Art. 146. Entende-se por campanhas diversas de interesse público:

I - notas e avisos oficiais de esclarecimento;

II - campanhas educativas de interesse público;

III - campanhas de racionalização ou racionamento do uso de serviços públicos municipais e de utilidade pública.

Art. 147. O Poder Público veiculará sua publicidade em todos os veículos de comunicação social do Município, seguindo critérios técnicos, vedada qualquer forma de discriminação.

Seção VI

Da Pesquisa Científica

Art. 148. O Município, no âmbito de sua competência, promoverá e incentivará o desenvolvimento científico da pesquisa e da capacitação tecnológica e terá como princípios:

I - respeito à vida, à saúde, ao meio ambiente e aos valores culturais do povo;

II - o uso racional e não predatório dos recursos naturais;

III - a recuperação e a preservação do meio ambiente;

IV - a participação da comunidade;

V - o incentivo permanente à formação de recursos humanos.

CAPÍTULO III

DO MEIO AMBIENTE

Art. 149. Todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Art. 150. Incumbe ao Município, na forma da Lei:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - proteger a fauna e a flora, vedada as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção de espécie ou submetem animais a tratamento cruel;

III - definir espaços territoriais a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidos somente através de Lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos tributos que justifiquem sua proteção;

IV - promover o levantamento e o mapeamento de todos os recursos naturais do Município;

V - exigir, para instalação de obras ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudos prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

VI - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco de vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VII - definir os procedimentos quanto a capacitação de água e lançamento dos resíduos, pelas empresas instaladas no Município;

VIII - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino municipal, bem como promover a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

IX - proteger as nascentes do Município, através da sua demarcação e arborização;

X - proteger os animais domésticos, relacionados historicamente com o homem, que sofrem as conseqüências de urbanismo e da modernidade;

XI - ativar e operacionalizar o Conselho de Defesa do Meio Ambiente.

Parágrafo único. A participação voluntária em programas e projetos de fiscalização ambiental será considerada como relevante serviço prestado ao Município.

Art. 151. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções administrativas e penais, de acordo com a Lei, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

CAPÍTULO IV

DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DO IDOSO E

DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

Seção I

Da Família

Art. 152. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Município, observados os princípios e normas das Constituições Estadual e Federal.

Parágrafo único. Cabe ao Município promover:

I - programas de planejamento familiar, fundados na dignidade da pessoa humana, na paternidade responsável e na livre decisão do casal, através de recursos educativos e científicos, proporcionados gratuitamente, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas;

II - assistência à família em estado de privação;

III - incentivo e fiscalização às instituições que dão assistência aos idosos, adolescentes, crianças e pessoas deficientes;

IV - em convênio com o Estado, a criação de serviços de prevenção, orientação, recebimento e encaminhamento de denúncia referente à violência no seio das relações familiares, bem como locais adequados ao acolhimento provisório das vítimas de violência familiar.

Seção II

Da Criança e do Adolescente

Art. 153. O Município assegurará os direitos da criança e do adolescente previstos nas Constituições Estadual e Federal.

Parágrafo único. O Município, isoladamente ou em cooperação, manterá programas destinados à assistência à criança e ao adolescente, com objetivo de assegurar nos termos da Lei:

I - respeito aos direitos humanos;

II - preservação da vida privada na família, no domicílio e na ocorrência de intromissões arbitrárias e ilegais;

III - atendimento médico e psicológico imediato em casos de exploração sexual, tortura, pressão psicológica ou intoxicação por efeito de entorpecentes e drogas;

IV - acesso do menor trabalhador à escola em turno compatível com seu interesse, tendidas peculiaridades locais;

V - alternativas educacionais para crianças e adolescentes carentes;

VI - programas de prevenção e atendimento especializado ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas, em convênio com o Estado.

Art. 154. Fica criado o Conselho Municipal de Promoção dos Direitos e Defesa da Criança e do Adolescente.

§ 1º O Conselho responderá pela implementação da prioridade absoluta aos direitos da Criança e do Adolescente, nos termos do Artigo 227 da Constituição Federal.

§ 2º Para cumprimento efetivo e pleno de sua missão institucional:

I - deliberativo;

II - partidário: composto de representantes das políticas públicas e das entidades representativas da população;

III - formulador das políticas, através de cooperação no planejamento municipal;

IV - definidor do emprego dos recursos do fundo municipal da criança e do adolescente.

§ 3º O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente mobilizará recursos do orçamento municipal das transferências Estaduais e Federais e de outras fontes, previstas nos arts. 195 e 204 da Constituição Federal.(NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

Seção III

Do Idoso

Art. 155. O Município implantará política destinada a amparar as pessoas idosas, nos termos da Lei, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar e garantido-lhes o direito à vida, nos termos da Lei nº 10.741, observado, ainda o seguinte:(NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

I - os programas de amparo aos idosos serão executados, preferencialmente, em seus lares;

II - fica garantida a gratuidade dos transportes coletivos em linhas urbanas, aos idosos, nos termos da Lei;

III - definição das condições para a criação e funcionamento de asilos e instituições similares, cabendo ao Poder Público acompanhar e fiscalizar as condições de vida e o tratamento dispensado ao idoso.

Parágrafo único. O Município prestará apoio técnico e financeiro às iniciativas comunitárias de estudo, pesquisa e divulgação de causas do idoso, bem como as instituições beneficentes e executoras de programas de atendimento.

Seção IV

Da Pessoa Portadora de Deficiência

Art. 156. O Município assegurará, às pessoas portadoras de deficiência, os direitos previstos na Constituição Estadual e Federal.

Parágrafo único. O Município, isoladamente ou em convênio, manterá programas destinados à assistência à pessoa portadora de deficiência com o objetivo de assegurar:

I - respeito aos direitos humanos;

II - tendo discernimento, ser ouvida sempre que esteja em causa o seu direito;

III - não ser submetida a intromissões arbitrárias e ilegais na vida privada, na família, no domicílio ou correspondência;

IV - exprimir livremente sua opinião sobre todas as questões consoantes a idade e maturidade;

V - atendimento médico e psicológico imediato em casos de exploração sexual, tortura, pressão psicológica ou intoxicação por efeito de entorpecentes e drogas.

TÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 157. As Leis Complementares e as Leis Ordinárias, decorrentes da Lei Orgânica do Município de Capinzal, deverão ter as discussões iniciadas em até cento e oitenta (180) dias, prorrogáveis por igual período, quando dependentes das legislações Federais e Estaduais, contados da promulgação da Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004 e incluídas em até cento e oitenta (180) dias da data do início do seu trâmite no Legislativo.(NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

Art. 158. O Regimento Interno da Câmara Municipal terá forma de Resolução. (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

Art. 159. A Câmara Municipal de Capinzal alterará o seu Regimento Interno no prazo de cento e oitenta (180) dias, a partir da data de promulgação da Emenda a Lei Orgânica nº 007/2004.(NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

Art. 160. É lícito a qualquer cidadão obter informações e certidões sobre assuntos referentes à administração municipal, devendo o responsável atender o pedido no prazo máximo de trinta (30) dias, na forma da lei. (NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

Art. 161. Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos ao patrimônio público.

Art. 162. Os prazos para tramitação das leis que tratam do Plano Plurianual, das Leis de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual estão definidas pela Lei Complementar Municipal nº 048/2001.(NR)

* Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2004.

Art. 163. O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens de serviços públicos de qualquer natureza.

Art. 164. O Município mandará imprimir esta Lei orgânica, para distribuição gratuita nas escolas e nas entidades representativas da comunidade.

Art. 165. Esta Lei Orgânica, aprovada e assinada pelos integrantes da Câmara Municipal de CAPINZAL, entra em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL-SC, EM 04 DE ABRIL DE 1990.
LEONIR BOARETTO

Presidente

JANDIR ANGELO CORONETTI

Relator Geral

LUIZ ANTONIO RIBEIRO

Presidente da Comissão de Sistematização

ALDUIR DA SILVA

Vereador

JOÃO SILVA DE ANDRADE

Vereador

LUIZ ROSSET

Vereador

NADIR DE LIMA

Vereador

ROGÉRIO CARLOS TOALDO

Vereador

RUBENS LEAL

Vereador

SUMÁRIO

TÍTULO I

Lei Orgânica do Município de Capinzal Estado de Santa Catarina

Os Princípios Fundamentais (arts. 1º a 5º)

TÍTULO II

Disposições Fundamentais (arts. 6º a 9º)

TÍTULO III

Competências Municipais (art. 10)

TÍTULO IV

Governo Municipal

CAPÍTULO I

Poder Legislativo

SEÇÃO I

Câmara Municipal (arts 11 a 15)

SEÇÃO II

Das Atribuições da Câmara (arts 16 a 18)

SEÇÃO III

Sessões da Câmara (art. 19)

SEÇÃO IV

Mesa Diretora (art. 20)

SEÇÃO V

A Eleição da Mesa (art. 21)

SEÇÃO VI

Comissões (arts 22 e 23)

SEÇÃO VII
 Dos Vereadores
 SUBSEÇÃO I
 Disposições Gerais (arts 24 a 26)
 SUBSEÇÃO II
 Incompatibilidades (arts 27 a 29)
 SUBSEÇÃO III
 Licenças e Suplentes (arts 30 e 31)
 SUBSEÇÃO IV
 Presidência- Vice Presidência e Secretários (arts 32 a 34)
 SEÇÃO VIII
 Do Processo Legislativo
 SUBSEÇÃO I
 Disposição Geral (art. 35)
 SUBSEÇÃO II
 Emendas a Lei Orgânica Municipal (art.36)
 SUBSEÇÃO III
 Leis (arts 37 a 43)
 SEÇÃO IX
 Controle das Contas Municipais (arts 44 a 49)
 SEÇÃO X
 Remuneração (art. 50)
 CAPÍTULO II
 Poder Executivo
 SEÇÃO I
 Prefeito Municipal (arts 51 a 59)
 SEÇÃO II
 Limitações ao Prefeito Municipal (art.60)
 SEÇÃO III
 Responsabilidade do Prefeito (art. 61 a 61-A)
 SEÇÃO IV
 Secretários Municipais (art. 62)
 SEÇÃO V
 Conselhos Municipais (arts 63 a 67)
 SEÇÃO VI
 Consulta Popular (arts 68 e 69)
 TÍTULO V
 Administração Pública
 CAPÍTULO I
 Disposições Gerais (arts 70 a 72)
 CAPÍTULO II
 Servidores Municipais (arts 73 e 74)
 CAPÍTULO III
 Obras e Serviços Municipais (arts 75 a 79)
 CAPÍTULO IV
 Administração Financeira
 SEÇÃO I
 Receita Municipal (arts 80 a 83)
 SEÇÃO II
 Despesa Pública (arts 84 a 88)
 SEÇÃO III
 Dívida Pública Municipal (arts 89 a 95)
 CAPÍTULO V
 Orçamentos
 SEÇÃO ÚNICA
 Disposições Gerais (arts. 96 e 97)
 TÍTULO VI
 Da Ordem Econômica e Social
 CAPÍTULO I
 Da Ordem Econômica
 SEÇÃO I
 Das Disposições Gerais (art.98)
 SEÇÃO II
 Da Atividade Econômica (arts 99 a 104)
 CAPÍTULO II
 Do Desenvolvimento Urbano
 SEÇÃO Única
 Da Política de Desenvolvimento Urbano (arts 105 e 106)
 CAPÍTULO III

Habitação e Saneamento (arts 107 a 109)
 CAPÍTULO IV
 Do Desenvolvimento Rural
 SEÇÃO I
 (arts 110 a 112)
 SEÇÃO II
 Atos das Disposições Transitórias (art. 113)
 CAPÍTULO V
 Da Defesa do Consumidor (art.114)
 TÍTULO VII
 Da Ordem Social
 CAPÍTULO I
 SEÇÃO I
 Das Disposições Gerais (arts 115 a 117)
 SEÇÃO II
 Da Saúde (arts 118 a 123)
 SEÇÃO III
 Da Assistência Social (arts 124 a 126)
 CAPÍTULO II
 Da educação, Cultura e Desporto
 SEÇÃO I
 Da educação (arts 127 a 134)
 SEÇÃO II
 Da Cultura (arts 135 a 138)
 SEÇÃO III
 Do Desporto (arts 139 a 141)
 SEÇÃO IV
 Do Turismo (arts 142 e 143)
 SEÇÃO V
 Comunicação Social (arts 144 a 147)
 SEÇÃO VI
 Da Pesquisa Científica (art. 148)
 CAPÍTULO III
 Do Meio Ambiente (arts 149 a 151)
 CAPÍTULO IV
 Da Família, da Criança e do Adolescente, do Idoso e da Pessoa Portadora de Deficiência
 SEÇÃO I
 Da Família (art. 152)
 SEÇÃO II
 Da Criança e do Adolescente (arts 153 e 154)
 SEÇÃO III
 Do Idoso (art. 155)
 SEÇÃO IV
 Da Pessoa Portadora de Deficiência (art. 156)
 TÍTULO VIII
 Disposições Finais e Transitórias (arts 157 a 165)

PMC - Resultado de Julgamento de Propostas

RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS

Processo Licitatório Nº 51/2013

Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia Nº 1/2013

OBJETO: Contratação de empresa para a pavimentação Asfáltica com CAUQ de parte da Rua Alcir Masson, que dá acesso ao Loteamento Nova Capinzal com valor máximo da obra fixado em R\$ 473.359,42 com recursos do Ministério das Cidades e com repasse nº 0352.423-44/2011, programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, até 31/12/2013, por intermédio da CEF - conforme Memorial descritivo, planilhas, cronogramas e demais anexos.

Foram abertos os envelopes de propostas das empresas:

Enghevia Serviços e Obras Ltda.; e
 Viga Pavimentações e Obras Ltda.

Após analisar as propostas constatou-se a seguinte cotação de

preços:

Enghevia Serviços e Obras Ltda.: R\$ 419.250,41
Viga Pavimentações e Obras Ltda.: R\$ 420.853,68

A comissão de Licitações declara vencedora a empresa Enghevia Serviços e Obras Ltda., com o valor total global de R\$ 419.250,41 (quatrocentos e dezenove mil duzentos e cinquenta reais e quarenta e um centavos).

Abre-se vistas ao processo e prazo para interposição de recursos na forma da LEI.

Capinzal, 19 de abril de 2013.
PAULO RONALDO WAMES
Presidente da CPL.

Edital Chamada Pública

EDITAL Nº 015, DE 19 DE ABRIL DE 2013

Estabelece normas para a chamada pública de professores destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de setembro de 1999 e Lei municipal nº 2.962, de 18 de maio de 2011 e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, e;

Considerando o esgotamento das listas de aprovados no processo seletivo originado pelo Edital 004/2013, torna público os procedimentos para a chamada pública de professores destinada ao provimento de vagas temporárias para o ano letivo de 2013 na rede municipal de ensino.

1. DA DATA E DAS VAGAS

1.1 A data determinada para a Chamada Pública para os cargos de Professor de Ciências será dia 24/04/2013 (quarta-feira), das 14h às 15h, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, sito à Rua Ernesto Hachmann, nº 505 - térreo do Centro Educacional Prefeito Celso Farina, Centro, Capinzal.

1.2 As vagas existentes estão publicadas no mural público da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, a partir de 23/04/2013

2. DOS PROCEDIMENTOS

2.1 Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 1 deste Edital munidos de cópia dos seguintes documentos:

- a) documentos pessoais (Cédula de Identidade e CPF);
- b) comprovação de habilitação e/ou declaração de frequência em curso de graduação de licenciatura em Ciências, com data atualizada;
- c) comprovante de tempo de serviço na área de atuação.

3. CLASSIFICAÇÃO

3.1 Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, serão obedecidos os seguintes critérios de classificação:

- a) Professores com Pós-Graduação na área na qual pretendam atuar;
- b) Professores com Graduação na área na qual pretendam atuar;
- c) Professores cursando licenciatura na área na qual pretendam atuar, de forma decrescente, conforme a fase;
- d) Professores com Magistério completo;
- e) Professores cursando licenciatura em qualquer área;

f) Maior tempo de serviço na área de atuação.

3.2 Havendo dois ou mais professores habilitados, terão preferência os que tiverem maior tempo de serviço na rede municipal de ensino de Capinzal e, persistindo a igualdade, precederá o de maior idade.

3.3 Havendo dois ou mais professores não-habilitados, terão preferência os que tiverem maior tempo de serviço na rede municipal de ensino de Capinzal e, persistindo a igualdade, precederá o de maior idade.

Capinzal, em 19 de abril de 2013
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

MARCO ANTONIO HACHMANN
Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

SIMAE**Balancete Financeiro - por Categoria Econômica - Março/2013****SANTA CATARINA****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Março/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	426.223,91	Despesa Orçamentária	331.869,45
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.618,48	Despesas exceto Intra-orçamentárias	331.869,45
RECEITA PATRIMONIAL	24.388,16	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	118.539,20
RECEITA DE SERVIÇOS	387.039,26	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	206.135,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.178,01	INVESTIMENTOS	7.195,00
Receita Extra - Orçamentária	581.112,21	Despesa Extra - Orçamentária	778.361,81
DEPOSITOS	44.527,54	DEPOSITOS	37.723,92
CONSIGNACOES	19.139,23	CONSIGNACOES	10.984,77
PREVIDENCIA SOCIAL	15.638,47	PREVIDENCIA SOCIAL	8.735,33
PENSAO ALIMENTICIA	2.154,55	PENSAO ALIMENTICIA	2.154,55
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.346,21	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	94,89
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	25.388,31	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	26.739,15
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	25.388,31	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	26.739,15
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	536.584,67	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	740.637,89
OBRIGACOES A PAGAR	536.584,67	OBRIGACOES A PAGAR	740.637,89
FORNECEDORES	209.829,31	FORNECEDORES	209.829,31
PESSOAL A PAGAR	91.011,18	PESSOAL A PAGAR	91.011,18
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	22.011,48	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	22.011,48
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	4.162,94	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	4.162,94
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	204.053,22	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	408.106,44
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	5.516,54	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	5.516,54
Saldos anteriores	2.878.772,89	Saldos atuais	2.775.877,75
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	2.776.008,90	BANCO C/ MOVIMENTO	2.672.083,55
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	102.763,99	POUPANÇA	103.794,20
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	3.886.109,01	Total	3.886.109,01

CAPINZAL , 15/04/2013

SIDNEI PENZO
DIRETORMARIZA BRESSAN R. DE MORAES
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1

Catanduvas

PREFEITURA

Decreto Nº 1.890 de 18 de Abril de 2013

DECRETO Nº 1.890/2013 DE 18 DE ABRIL DE 2013.

Abre ao Orçamento Fiscal do Município, em favor dos Encargos Gerais do Município, Crédito Suplementar no valor de R\$ 13.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas, SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e art. 4º, parágrafo único da Lei nº 2.386, de 5 de dezembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica o Setor Contábil autorizado a reforçar o Orçamento Fiscal do Município (art. 4º, parágrafo único da Lei nº 2.386, de 5 de dezembro de 2012), em favor dos Encargos Gerais do Município, Crédito Suplementar no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), para atender a seguinte programação:

ÓRGÃO 07 Encargos Gerais do Município

UNID. ORÇ. 0701 Encargos Gerais do Município

0028 Encargos Especiais

0074 Sentenças Judiciais

62 100 3390 - Outras despesas correntes R\$ 13.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado a seguir:

ÓRGÃO 07 Encargos Gerais do Município

UNID. ORÇ. 0701 Encargos Gerais do Município

0028 Encargos Especiais

0074 Sentenças Judiciais

61 100 3190 - Pessoal e encargos sociais R\$ 13.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas, SC, 18 de abril de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria nesta data.

Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0033/2013 - Pregão Nº 0022/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0033/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0022/2013

Objeto: O objeto da presente Licitação consiste na aquisição de materiais de construção visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto e de Saúde e Desenvolvimento Social.

Abertura das Propostas: as 09h15min do dia 02 de maio de 2013.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 18 de abril de 2013 no endereço e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

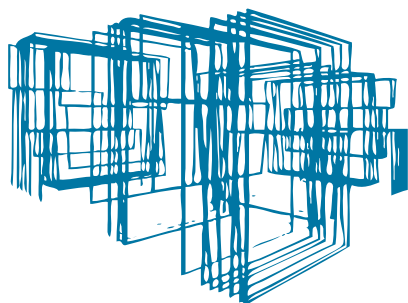
Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: e no Setor de Licitações do Município de Catanduvas - SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas - SC, 18 de abril de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.cigasc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 165 de 19.04.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 165/2013

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei 0085 de 30.06.1999, Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, e tendo em vista o Processo Seletivo - Edital nº. 001/2013/SMECE; RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário ELISANDRA SEBOLD, para exercer as funções do cargo de Professora de Educação Infantil - 20 horas, Nível I, na Unidade de Educação Infantil Professor Verny Passig, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, pelo período de 22.04.2013 a 20.12.2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadao do Lageado,
19 de abril de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 27/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 66/2013 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 66/2013.
Vigência: 12/04/2013 à 31/12/2013
Processo Licitatório nº 36/2013
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: SANTA PAULINA STRASBOURG VEÍCULOS LTDA
Valor: R\$ 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais);

Objeto: O Contrato tem por objeto à aquisição de 01 (um) veículo 0 (zero) km para uso do Município de Chapadão do Lageado, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas abaixo:

Item	Qtde	DESCRIÇÃO
01	01	Veículo utilitário zero km, ano e modelo 2013/2013, com as seguintes características: motorização mínima de 1.4 V, 02 (duas) portas, bi-combustível, 02 (dois) lugares, ar. Condicionado, carroceria com capacidade de carga mínima de 650kg, rádio cd mp3 e USB, cor branca, garantia de 1 (um) ano, equipamentos obrigatório de segurança de acordo com a lei vigente.

DATA DA ASSINATURA: 12 de abril de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 28/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 028/2013 - FMS

Nº. do Contrato Administrativo: 028/2013.
Vigência: 15/04/2013 à 31/12/2013
Processo Licitatório nº 037/2013 - PM
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Valor: R\$ 18.064,00 (dezoito mil e sessenta e quatro reais);
Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de MATERIAIS HOSPITALARES E EQUIPAMENTOS, visando atender a demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme segue:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada
7	AGUA DESTILADA PARA INJEÇÃO AMPOLA COM 05 ML	Amp	1.000,00
8	AGUA OXIGENADA 10 VOLUMES 1000 ML	Lt	20,00
12	AGULHA DESCARTAVEL 25X8, CAIXA COM 100 UNIDADES	Cx	300,00
16	AGULHA PARA SUTURA TRAUMATICA 1/2 CIRCULO TAMANHO 08	Un	100,00
17	ALCOOL HOSPITALAR 70% 1000 ML	Lt	60,00
23	ANDADOR DE ALUMINIO ARTICULADO PRATA C/ RODIZIO E REGULAGEM	Un	1,00
24	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO RESISTENTE À QUEDAS E LIVRE DE LÁTEX. VISOR COM UMA LEITURA FÁCIL E PRECISA. PÊRA GRANDE PARA RÁPIDA INSUFLAÇÃO DO MANGUITO. BRAÇADEIRA COM FECHAMENTO EM VELCRO RESISTENTE E LAVÁVEL. MANÔMETRO MOLDADO EM ABS OU LIGA TERMOPLÁSTICA PROPORCIONANDO DURABILIDADE E ABSORÇÃO DE IMPACTOS E CHOQUES. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E MATERIAIS POR PERÍODO DE 2 ANOS E 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE CALIBRAÇÃO, DEVERÁ ACOMPANHAR OS SEGUINTE ACESSÓRIOS: 01 BRAÇADEIRA COM MANGUITO ADULTO, 01 BOLSA COM ZÍPER PARA ACONDICIONAMENTO E MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS.	Un	5,00

28	ATADURA DE CREPOM, 18 FIOS CM², MEDINDO 06 CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 18 GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT, NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES. VALIDADE DO PRODUTO: SESSENTA MESES, CONTER Nº DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO CONFORME PORTARIA INMETRO Nº 106/2003. PARA ESTE ITEM OS PROPONENTES DEVERÃO APRESENTAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS: CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO CONFORME RDC 59/00 E RDC 95/00 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DO PRODUTO CONFORME RDC 185/01 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	Un	700,00
30	ATADURA DE CREPOM, 18 FIOS CM², MEDINDO 15 CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 18 GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT, NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES. VALIDADE DO PRODUTO: SESSENTA MESES, CONTER Nº DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO CONFORME PORTARIA INMETRO Nº 106/2003. PARA ESTE ITEM OS PROPONENTES DEVERÃO APRESENTAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS: CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO CONFORME RDC 59/00 E RDC 95/00 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DO PRODUTO CONFORME RDC 185/01 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	Un	300,00

31	ATADURA DE CREPOM, 18 FIOS CM², MEDINDO 20 CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENROLADA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 18 GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT, NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES. VALIDADE DO PRODUTO: SESSENTA MESES, CONTER Nº DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO CONFORME PORTARIA INMETRO Nº 106/2003. PARA ESTE ITEM OS PROPONENTES DEVERÃO APRESENTAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS: CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO CONFORME RDC 59/00 E RDC 95/00 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DO PRODUTO CONFORME RDC 185/01 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	Un	200,00
34	CADEIRA DE RODAS, INDICADA PARA USUARIOS DE ATÉ 150 KG, COM APOIO PARA BRAÇOS FIXOS, APOIO PARA PÉS FIXOS, ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON, DOBRÁVEL EM X, FREIOS BILATERAIS, PEDAIS EM POLIETILENO, RODAS TRASEIRAS ARO 24" COM PNEUS MACIÇOS, RODAS DIANTEIRAS ARO 6" GIRATÓRIAS COM PNEUS MACIÇOS, ROLAMENTOS, AÇO COM PINTURA EPOXY	Un	1,00
37	COMPRESSA GAZE HIDRÓFILA, MEDINDO 7,5 CM X 7,5 CM DOBRADA, 13 FIOS CM², NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO, SENDO TIPO TELA 20 CM X 40 CM ABERTA OU TIPO CROCHE 10CM X 40CM ABERTA, ALVEJADA E HIDROFILIZADA, ISENTA DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, MANCHAS, FALHAS, SEM FILAMENTO RADIOPACO, DEVEM SER BRANQUEADAS, PURIFICADAS, ISENTA DE ALVEJANTE ÓPTICO E AMIDO POSSUIR PH COM INTERVALO ENTRE 5,0 E 8,0 APRESENTAR HIDROFILIDADE MENOR OU IGUAL A 15 SEGUNDOS, TRAMA FECHADA, TEXTURA UNIFORME, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS ABNT NBR 13.843, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA COM 500 UNIDADES, GARANTINDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO, VALIDADE DO PRODUTO: SESSENTA MESES, CONTER Nº DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA CONFORME PORTARIA INMETRO 106/2003.	Pct	400,00
39	Curativo Tipo Bandaid Normal 19 X 75 C/35	Cx	50,00

42	ESCOVA GINECOLOGICA ESTERIL EMBALADAS INDIVIDUALMENTE	Un	200,00
44	ESCOVA PARA LAVAR MATERIAIS CONTAMINADOS	Un	10,00
57	NYLON PRETO 6-0 C/AG. 2,0CM CX COM 24 UND	Cx	1,00
64	FOLHA DE PAPEL KRAFT PARA AUTO CLAVERI		5,00
65	Gel P/Ecg/Ultra Som 1000 GR	Frs	10,00
67	Hipoclorito De Sodio 2,5% 1000 MI	Un	5,00
73	LANCETAS DESC. P/ LANCETADOR	Un	300,00
83	Pinça Anatomica Dente De Rato 14 Cm	Un	1,00
86	Pinça Histologica Ponta Fina 16 Cm	Un	1,00
93	Scalp N. 19	Un	100,00
94	Scalp N. 21	Un	300,00
95	Scalp N. 23	Un	300,00
96	Scalp N. 25	Un	300,00
97	Scalp N. 27	Un	100,00
100	SERINGA DESCARTAVEL S/ AGULHA 05 ML	Un	2.000,00
105	SOLUÇÃO LUGOL FORTE 5,00% 1000 ML	Lt	1,00
107	Sonda Aspiração Traqueal N. 04	Un	10,00
122	SONDA VESICAL DE ALIVIO Nº16	Un	10,00
123	SONDA VESICAL DE ALIVIO Nº18	Un	10,00
127	SORO FISIOLÓGICO 0500 ML 0,9%	Frs	1.000,00
130	TERMOMETRO DE MERCURIO	Un	15,00
136	Tintura De Iodo 2% 1000 MI	Lta	6,00
139	HIPOCLORITO DE SODIO 1%	Lt	30,00
144	LIXEIRA METAL C/ PEDAL + RECIPIENTE 20 LT INOX,	Un	8,00

DATA DA ASSINATURA: 15 de abril de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

MARCIO MACIEL
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº 29/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 029/2013 - FMS

Nº. do Contrato Administrativo: 029/2013.
Vigência: 15/04/2013 à 31/12/2013
Processo Licitatório nº 037/2013 - PM
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Valor: R\$ 14.370,12 (quatorze mil e trezentos e setenta reais e doze centavos);
Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de MATERIAIS HOSPITALARES E EQUIPAMENTOS, visando atender a demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme segue:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada
------	---------------	---------	-------------

2	CATETER PERIFÉRICO Nº 16 DISPOSITIVO CURTO DE POLIURETANO PARA INFUSÃO DE MÉDIA DURAÇÃO, FLEXÍVEL POR FORA, SISTEMA PASSIVO DE SEGURANÇA PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTES: A ATIVAÇÃO SEGURA INDEPENDENTE DA AÇÃO DO USUÁRIO. AGULHA COM BISEL CURTO E TRIFACETADO DE FÁCIL INTRODUÇÃO, GARANTIA DE INTEGRIDADE E AJUSTE ADEQUADO DO DISPOSITIVO INTERNO QUANDO DA RETIRADA DA AGULHA, DE EXTREMIDADE LISA E CÔNICA, CAMADA TRANSPARENTE DE REFLUXO, CONECTOR LUER QUE SE ADAPTE EM QUALQUER EQUIPO E SERINGA, COM PROTETOR DE AGULHA, ATÓXICO, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE STERILIZAÇÃO, VALIDADE, NUMERO DO LOTE.	Un	20,00
3	CATETER PERIFÉRICO Nº 18 DISPOSITIVO CURTO DE POLIURETANO PARA INFUSÃO DE MÉDIA DURAÇÃO, FLEXÍVEL POR FORA, SISTEMA PASSIVO DE SEGURANÇA PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTES: A ATIVAÇÃO SEGURA INDEPENDENTE DA AÇÃO DO USUÁRIO. AGULHA COM BISEL CURTO E TRIFACETADO DE FÁCIL INTRODUÇÃO, GARANTIA DE INTEGRIDADE E AJUSTE ADEQUADO DO DISPOSITIVO INTERNO QUANDO DA RETIRADA DA AGULHA, DE EXTREMIDADE LISA E CÔNICA, CAMADA TRANSPARENTE DE REFLUXO, CONECTOR LUER QUE SE ADAPTE EM QUALQUER EQUIPO E SERINGA, COM PROTETOR DE AGULHA, ATÓXICO, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, NUMERO DO LOTE	Un	20,00
4	CATETER PERIFÉRICO Nº 20 DISPOSITIVO CURTO DE POLIURETANO PASEGURANÇA PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTES: A ATIVAÇÃO SEGURA INDEPENDENTE DA AÇÃO DO USUÁRIO. AGULHA COM BISEL CURTO E TRIFACETADO DE FÁCIL INTRODUÇÃO, GARANTIA DE INTEGRIDADE E AJUSTE ADEQUADO DO DISPOSITIVO INTERNO QUANDO DA RETIRADA DA AGULHA, DE EXTREMIDADE LISA E CÔNICA, CAMADA TRANSPARENTE DE REFLUXO, CONECTOR LUER QUE SE ADAPTE EM QUALQUER EQUIPO E SERINGA, COM PROTETOR DE AGULHA, ATÓXICO, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, NUMERO DO LOTE.	Un	20,00
11	AGULHA DESCARTAVEL 30X7, CAIXA COM 100 UNIDADES	Cx	400,00
13	AGULHA DESCARTAVEL 40X12, CAIXA COM 100 UNIDADES	Cx	300,00
18	ALCOOL HOSPITALAR 96,0% 92,8 INPM 1000 ML	Lt	40,00
19	ALGODÃO HIDRÓFILO, CONSTITUÍDO DE FIBRAS 100% ALGODÃO ALVEJADO, ISENTO DE IMPUREZAS, MACIO, COM BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO E RETENÇÃO DE LÍQUIDOS, EMBALADO EM ROLOS DE 500 GR	RI	30,00
26	APARELHO DE GLICEMIA	Un	5,00

27	MÉTODO DE NEBULIZAÇÃO: CAVITAÇÃO POR ULTRASSOM; ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO 90~240 VOLTS - AC 50/ 60HZ'; TAMANHO DAS PARTÍCULAS: 80% MENORES DO QUE 4 MICRA; CAPACIDADE DE NEBULIZAÇÃO: 10 ML; TEMPO DE NEBULIZAÇÃO: APROXIMADAMENTE 12 MINUTOS; DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO: APROXIMADAMENTE 15 MINUTOS; TAXA DE NEBULIZAÇÃO: ENTRE 0,75ML/ MIN. A 1,25ML/ MIN. (CONSTANTE); FREQUÊNCIA DE OSCILAÇÃO: 2,0 MHZ; AÇIONAMENTO: TECLA DE MEMBRANA DIGITAL; LED INDICADOR: APARELHO LIGADO; DIMENSÕES DO PRODUTO (AXLXC): 160 X 100 X 210 MM; DIMENSÕES DO PRODUTO EMBALADO (AXLXC): 207 X 118 X 238 MM; PESO DO PRODUTO: 690 G; PESO DO PRODUTO EMBALADO: 900 G; POTÊNCIA: 20 WATTS (MÁXIMO) - BAIXÍSSIMO CONSUMO; VALIDADE: INDETERMINADA (PRODUTO NÃO PERECÍVEL); CONTÉM NA EMBALAGEM: (1) CORPO DO INALADOR, (1) MÁSCARA ADULTO, (1) MÁSCARA INFANTIL, (1) TRAQUEIA, (1) BOQUILHA, (1) JOGO COM 15 COPOS DE MEDICAMENTO, (1) TAMPA DO RESERVATÓRIO, (1) MANUAL DE INSTRUÇÕES/ CERTIFICADO DE GARANTIA E GARANTIA: 12 MESES; REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, SILENCIOSO, ALTO DESEMPENHO E PORTÁTIL.	Un	4,00
29	ATADURA DE CREPOM, 18 FIOS CM², MEDINDO 10 CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO DESENVOLVIDA EM REPOUSO, CONTENDO MASSA POR UNIDADE DE 18 GR CONFECCIONADA COM COMPOSIÇÃO DE FIOS 100% ALGODÃO OU MISTA, COM ACABAMENTO NA LATERAL SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, APRESENTANDO ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE. UNIFORMEMENTE ENROLADA, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRA-SIVA, AMOLDÁVEL, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME NORMAS ABNT, NBR 14.056, ACONDICIONADA EM PACOTES CONTENDO 12 UNIDADES. VALIDADE DO PRODUTO: SESSENTA MESES, CONTER Nº DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO CONFORME PORTARIA INMETRO Nº 106/2003. PARA ESTE ITEM OS PROPONENTES DEVERÃO APRESENTAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS: CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO CONFORME RDC 59/00 E RDC 95/00 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DO PRODUTO CONFORME RDC 185/01 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	Un	800,00
32	ATADURA GESSADA 12 CM X 3,0 MT	RI	5,00
46	Espatula De Ayres Madeira Pacote C/100 UND	Pct	3,00
49	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL MODELO COLLINS PEQUENO LUBRIFICADO, ESTERIL, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRURGICO.	Un	200,00
51	CATGUT SIMPLES 2-0 C/AG. 3,0CM CX COM 24 UND	Cx	2,00
53	NYLON PRETO 3-0 C/AG. 3,0CM CX COM 24 UND	Cx	2,00
59	FITA ADESIVA 16 MM X50M	un	20,00
60	FITA MICROPORE 5,0 CM x 10,0 MTS	RI	60,00

62	TIRAS REAGENTES PARA DETECÇÃO DE GLICOSE NO SANGUE, DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA POR QUALQUER QUÍMICA ENZIMÁTICA, COM LEITURA EM MONITOR PORTÁTIL, DE CALIBRAÇÃO FÁCIL E RÁPIDA, FORNECENDO RESULTADOS PRECISOS. COM SENSIBILIDADE NA FAIXA DE 20-600 MG/DL, ACEITANDO VALORES INFERIORES OU SUPERIORES, UTILIZANDO AMOSTRA DE SANGUE CAPILAR, COM TECNOLOGIA FOTOMÉTRICA OU AMPEROMÉTRICA. COM REGISTRO NA ANVISA. ACONDICIONADO EM FRASCO COM 50 UNIDADES.	Cx	15,00
63	FIXADOR CITOLÓGICO 100 ML SPRAY	Un	3,00
69	LAMINA DE BISTURI Nº12 CX C/ 100 UN	Cx	5,00
71	LÂMINA DE BISTURI Nº 23 CX C/ 100 UND	Cx	4,00
78	LUVA PARA PROCEDIMENTOS, TAMANHO GRANDE, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL FLEXÍVEL, COM BAINHA, AMBIDESTRA, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO FORMATO ANATÔMICO DA MÃO E AJUSTE AO ANTEBRAÇO, MATERIAL RESISTENTE, SEM FUROS, QUE PERMITA SENSIBILIDADE TÁTIL, LEVEMENTE LUBRIFICADAS COM PÓ BIO ABSORVÍVEL ATÓXICO. EMBALADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES COM ABERTURA QUE PERMITA A RETIRADA DAS LUVAS UMA A UMA, COM IDENTIFICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA DA MARCA, FABRICANTE, LOTE E PRAZO DE VALIDADE.	Cx	100,00
80	MALHA TUBULAR 10 CM x 15 MTS	RI	1,00
82	Pinça Kocher 18 Cm Curva	Un	2,00
84	Pinça Anatomica Dente De Rato 16 Cm	Un	2,00
88	Porta Agulha Mathieu 14 Cm	Un	1,00
89	PROTETOR OCULAR ADULTO	Cx	4,00
90	BLOQUEADOR SOLAR FPS 30, PELE NORMAL, COM 120 GR	Frs	100,00
98	SERINGA DESC. S/ AGULHA 1 ML	un	2.000,00
101	SERINGA DESCARTAVEL S/ AGULHA 10 ML	Un	3.000,00
103	SERINGA DESC. 60 ML BICO CATETER	Un	20,00
104	SERINGA DESC. PARA INSULINA	Un	2.000,00
106	LOCAO OLEOSA A BASE DE GIRASSOL VITAMINA A E ACIDO LINOLEICO, ACIDO CAPRILICO, ACIDO CAPRICO LECITINA DE SOJA E ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS/TCM QUE REVITALIZA A PELE AUXILIANDO NA PREVENCAO DE ESCARAS. FRASCO DE 500 ML.	Frs	50,00
108	Sonda Aspiraço Traqueal N. 06	Un	10,00
126	SORO FISIOLÓGICO 0,9 % 250 ML	Frs	100,00
128	SORO GLICOSADO 5 % 500 ML	Un	200,00
138	VASELINA SÓLIDA POTE COM 500 GR	Un	2,00
147	COLAR CERVICAL PERFIT ACE 4 EM 1 ADULTO	Un	1,00

DATA DA ASSINATURA: 15 de abril de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

MARCIO MACIEL
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº 30/2013 - FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 030/2013 - FMS

Nº. do Contrato Administrativo: 030/2013.
Vigência: 15/04/2013 à 31/12/2013



Processo Licitatório nº 037/2013 - PM

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor: R\$ 12.240,56 (doze mil e duzentos e quarenta reais e cinquenta e seis centavos);

Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de MATERIAIS HOSPITALARES E EQUIPAMENTOS, visando atender a demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme segue:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada
1	ABAIXADOR DE LINGUA PCT C/ 100 PC, COM AS EXTREMIDADES ESTILO 3,30 495,00 ARRENDONDADAS, LISAS, SUPERFÍCIES E BORDAS PERFEITAMENTE ACABADAS, ESPESSURA E LARGURA UNIFORMES EM SUA EXTENSÃO, MEDINDO 14CM DE COMPRIMENTO, 1,4CM DE LARGURA E 0,5MM DE ESPESSURA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, PROCEDÊNCIA, VALIDADE	Un	150,00
6	Água Deionizada 5000 ML (Destilada)	GL	60,00
9	AGULHA DESCARTAVEL 13X0,45 PARA INSULINA C/100 UNIDADES	Cx	10,00
20	ALGODÃO ORTOPEDICO 20 CM 420 GR	RI	12,00
21	ALMOTOLIA TRANSPARENTE 500ML BICO RETO	Un	4,00
22	ALMOTOLIA ESCURA 500ML BICO RETO	Un	4,00
25	ESFIGMOMANOMETRO DIGITAL DE PULSO	Un	4,00
35	PORTA LAMINA PLASTICA TUBO P/03 UNIDADES TRANSPARENTE	Un	100,00
36	Clorexidina 2,0 % degermante 1000 ML	Lt	3,00
38	HASTES FLEXIVEIS TIPO COTONETE C/ 75	Cx	10,00
40	STOPPER ADESIVO C/100 BRANCO	Cx	5,00
43	ESCOVA P/ ASSEPSIA C/ CLOREXIDINA 2%	Un	10,00
45	ESPARADRAPO 10 X 4,5	RI	30,00
50	CATGUT SIMPLES 2-0 C/AG. 2,0CM CX COM 24 UND	Cx	2,00
54	NYLON PRETO 4-0 C/AG CX COM 24 UND. 2,0CM	Cx	1,00
56	NYLON PRETO 5-0 C/AG. 2,0CM CX COM 24 UND	Cx	1,00
58	FITA ADESIVA AUTOCLAVE 19 MM x 30 MTS	RI	30,00
61	FITA MICROPORE 1,2 CM x 04,5 MTS	RI	20,00
66	GERMI-RIO 5000 ML	Un	15,00
74	LUVA CIRURGICA ESTERIL Nº 7,5	Pares	50,00
75	LUVA CIRURGICA ESTERIL Nº 8,0	Pares	150,00
76	LUVA PARA PROCEDIMENTOS, TAMANHO PEQUENO, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL FLEXÍVEL, COM BAINHA, AMBIDESTRA, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO FORMATO ANATÔMICO DA MÃO E AJUSTE AO ANTEBRAÇO, MATERIAL RESISTENTE, SEM FUROS, QUE PERMITA SENSIBILIDADE TÁTIL, LEVEMENTE LUBRIFICADAS COM PÓ BIO ABSORVÍVEL ATÓXICO. EMBALADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES COM ABERTURA QUE PERMITA A RETIRADA DAS LUVAS UMA A UMA, COM IDENTIFICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA DA MARCA, FABRICANTE, LOTE E PRAZO DE VALIDADE.	Cx	200,00
79	MASCARA BRANCA COM ELASTICO, COM 50 UN	Cx	20,00
81	MULETA AXILAR MEDIA	Pares	2,00
85	PINÇA KOCHER RETA 16 CM	Un	4,00
87	PORTA AGULHA MATHIEU TAMANHO 20	Un	1,00
91	PVPI - TOPICO 1000 ML	Lt	3,00
92	PVPI DEGERMANTE 1000 ML	Lt	3,00
129	SORO GLICOSE 05% 250 ML	Frs	50,00
131	TERMOMETRO DIGITAL	Un	3,00
132	TERMOMETRO DIGITAL MAX/MIN P/VACINA	Un	3,00
133	Tesoura Cirurgica 17 Cm Curva	Un	3,00
134	Tesoura Cirurgica 17 Cm Reta	Un	3,00
135	TESOURA CIRURGICA 10 CM RETA,	Un	3,00
137	VASELINA LIQUIDA 1 LITRO	un	2,00
140	COLETOR MATERIAL PERFUROCORTANTE COM 13 LITROS EM MATERIAL RESISTENTE A PERFURAÇÕES, IMPERMEAVEL, COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO PRATICO E SEGURO AO MANUSEIO. O PRODUTO DEVERA APRESENTAR LAUDO ANALITICO QUE COMPROVE CUMPRIMENTO DA NBR 3853.	Un	50,00
141	SUPORTE PARA SACO HAMPER ESMALTADO C/ RODA	Un	2,00
142	CAMA DE FAWLLER C/ RODAS	Un	1,00
143	COLCHÃO HOSPITALAR 1,88 X 88 X 12, DENSIDADE 28	Un	1,00
145	REANIMADOR MANUAL ADULTO COM RESERVATÓRIO	Un	1,00
146	RESERVATORIO AMBU ADULTO	Un	1,00

DATA DA ASSINATURA: 15 de abril de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

MARCIO MACIEL
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº 31/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 031/2013 - FMS

Nº. do Contrato Administrativo: 031/2013.
Vigência: 15/04/2013 à 31/12/2013
Processo Licitatório nº 037/2013 - PM
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: ALIANÇA HOSPITALAR LTDA
Valor: R\$ 14.279,95 (quatorze mil e duzentos e setenta e nove reais e noventa e cinco centavos);
Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de MATERIAIS HOSPITALARES E EQUIPAMENTOS, visando atender a demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme segue:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada
10	AGULHA DESCARTAVEL 25X7, CAIXA COM 100 UNIDADES	Cx	400,00
14	AGULHA PARA SUTURA TRAUMATICA 1/2 CIRCULO TAMANHO 000	Un	100,00
15	AGULHA PARA SUTURA TRAUMATICA 1/2 CIRCULO TAMANHO 04	Un	100,00
33	CADEIRA DE RODAS, INDICADA PARA USUARIOS DE ATÉ 80 KG, COM APOIO PARA BRAÇOS FIXOS, APOIO PARA PÉS FIXOS, ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON, DOBRÁVEL EM X, FREIOS BILATERAIS, PEDAIAS EM POLIETILENO, RODAS TRASEIRAS ARO 24"COM PNEUS MACIÇOS, RODAS DIANTEIRAS ARO 6" GIRATÓRIAS COM PNEUS MACIÇOS, ROLAMENTOS, AÇO COM PINTURA EPOXY.	Un	1,00
41	EQUIPO P/ SORO MACROGOTAS C/INJETOR LATERAL	Un	1.300,00
47	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL MODELO COLLINS MÉDIO LUBRIFICADO ESTERIL, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRURGICO	Un	300,00
48	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL MODELO COLLINS GRANDE LUBRIFICADO, ESTERIL, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRURGICO.	Un	100,00
52	NYLON PRETO 2-0 C/AG. 2,5CM CX COM 24 UND	Cx	3,00
55	NYLON PRETO 4-0 C/AG. 3,0CM CX COM 24 UND	Cx	1,00
68	LÂMINA DE BISTURI Nº 11 CX C/ 100 UND	Cx	5,00
70	LÂMINA DE BISTURI Nº 15 CX C/ 100 UND	Cx	5,00
72	LÂMINA DE BISTURI Nº 24 CX C/ 100 UND	Cx	4,00
77	LUVA PARA PROCEDIMENTOS, TAMANHO MEDIO, NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL FLEXÍVEL, COM BAINHA, AMBIDESTRA, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO FORMATO ANATÔMICO DA MÃO E AJUSTE AO ANTEBRAÇO, MATERIAL RESISTENTE, SEM FUROS, QUE PERMITA SENSIBILIDADE TÁTIL, LEVEMENTE LUBRIFICADAS COM PÓ BIO ABSORVÍVEL ATÓXICO. EMBALADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES COM ABERTURA QUE PERMITA A RETIRADA DAS LUVAS UMA A UMA, COM IDENTIFICAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA DA MARCA,FABRICANTE, LOTE E PRAZO DE VALIDADE.	Cx	400,00
99	SERINGA DESC. S/AGULHA 3 ML	Un	5.000,00

102	SERINGA DESCARTAVEL S/ AGULHA 20 ML	Un	4.000,00
109	Sonda Aspiração Traqueal N. 08	Un	10,00
110	Sonda Aspiração Traqueal N. 10	Un	10,00
111	Sonda Aspiração Traqueal N. 12	Un	10,00
112	Sonda Aspiração Traqueal N. 14	Un	10,00
113	Sonda Aspiração Traqueal N. 16	Un	10,00
114	Sonda Aspiração Traqueal N. 18	Un	10,00
115	SONDA ENDO PVC C/ BALÃO Nº 06,0	Un	5,00
116	SONDA ENDO PVC C/ BALÃO Nº 06,5	Un	5,00
117	SONDA ENDO PVC C/ BALÃO Nº 07,0	Un	5,00
118	SONDA ENDO PVC C/ BALÃO Nº 07,5	Un	5,00
119	SONDA ENDO PVC C/ BALÃO Nº 08,0	Un	5,00
120	SONDA ENDO PVC C/ BALÃO Nº 08,5	Un	5,00
121	SONDA ENDO PVC C/ BALÃO Nº 09,0	Un	5,00
124	SONDA VESICAL DE FOLEY 2 VIAS Nº 16	Un	10,00
125	SONDA VESICAL DE FOLEY 2 VIAS Nº 18	Un	10,00

DATA DA ASSINATURA: 15 de abril de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

MARCIO MACIEL
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato Nº 63/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 63/2013 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 63/2013.
Vigência: 11/04/2013 à 31/12/2013
Processo Licitatório nº 31/2013
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: BFGM CONSULTORIA E AUDITORIA GOVERNAMENTAL SS
Valor: R\$ 32.850,00 (trinta e dois mil oitocentos e cinquenta reais).

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços técnicos especializados de CONSULTORIA, de natureza continuada, à Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, na área da Contabilidade Pública, da Administração e do Direito Público Administrativo-Financeiro, na forma do Anexo I deste Edital, relativa a: (a) organização administrativa; (b) recursos humanos; (c) administração patrimonial e de materiais; (d) sistema de controle interno; (e) licitação e contrato administrativo; (f) contabilidade e orçamento públicos; (g) orientação sobre o exercício do contraditório e ampla defesa, junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e respectivo Ministério Público Especial, nos processos de fiscalização contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial e de julgamento de contas, inerentes a jurisdição daquela Corte.

DATA DA ASSINATURA: 11 de abril de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 65/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 65/2013 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 65/2013.
Vigência: 12/04/2013 à 31/12/2013
Processo Licitatório nº 36/2013



Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
 Contratado/Credenciado: EJC VEÍCULOS LTDA
 Valor: R\$ 58.600,00 (cinquenta e oito mil e seiscentos reais);
 Objeto: O Contrato tem por objeto a aquisição de 02 (dois) veículos 0 (zero) km para uso do Município de Chapadão do Lageado, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas abaixo:

Item	Qtde	DESCRIÇÃO
01	02	Veículo de passeio zero km, ano e modelo 2013/2013, fabricação nacional, com as seguintes características: motor 1.0 8 V, 4 (quatro) portas, trava elétrica nas 4 (quatro) portas, bicombustível, 05 lugares, ar condicionado, retrovisores externos com comando interno mecânico, limpador e lavador do vidro traseiro, bolsa porta-objeto nas portas dianteiras, radio cd mp3 USB, barra de proteção nas portas, cor branca, garantia de 1 (um) ano, equipamentos obrigatório de segurança de acordo com a lei vigente

DATA DA ASSINATURA: 12 de abril de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
 Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 66/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
 EXTRATO DE CONTRATO nº 66/2013 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 66/2013.
 Vigência: 12/04/2013 à 31/12/2013
 Processo Licitatório nº 36/2013

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
 Contratado/Credenciado: SANTA PAULINA STRASBOURG VEÍCULOS LTDA
 Valor: R\$ 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais);

Objeto: O Contrato tem por objeto a aquisição de 01 (um) veículo 0 (zero) km para uso do Município de Chapadão do Lageado, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas abaixo:

Item	Qtde	DESCRIÇÃO
01	01	Veículo utilitário zero km, ano e modelo 2013/2013, com as seguintes características: motorização mínima de 1.4 V, 02 (duas) portas, bi-combustível, 02 (dois) lugares, ar. Condicionado, carroceria com capacidade de carga mínima de 650kg, rádio cd mp3 e USB, cor branca, garantia de 1 (um) ano, equipamentos obrigatório de segurança de acordo com a lei vigente.

DATA DA ASSINATURA: 12 de abril de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
 Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 62/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
 EXTRATO DE CONTRATO nº 62/2013 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 62/2013.
 Vigência: 04/04/2013 à 31/12/2013
 Processo Licitatório nº 34/2013

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
 Contratado/Credenciado: LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ
 Valor: R\$ 9.804,00 (nove mil e oitocentos e quatro reais);

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a contratação de Serviços Especializados de Arbitragem para os Campeonatos de Futsal, Futebol Suíço a serem realizados no Município de Chapadão do Lageado/SC.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada
1	Trio de árbitro para prestar Serviços de ARBITRAGEM PARA FUTSAL EM CATEGORIAS FEMININO E SUB 14 - inclusos despesas com alimentação e deslocamento.	Part.	32,00
2	Trio de árbitro para prestar Serviços de ARBITRAGEM PARA FUTSAL EM CATEGORIAS ADULTO E VETERANO - inclusos despesas com alimentação e deslocamento	Part.	46,00
4	Um árbitro para prestar Serviços de ARBITRAGEM PARA FUTEBOL SUÍÇO ADULTO- inclusos despesas com alimentação e deslocamento	Part.	28,00

DATA DA ASSINATURA: 04 de abril de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
 Prefeito Municipal

Extrato do Primeiro Termo Aditivo do Contrato Nº 51/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
 EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 51/2013 - PM

Nº. do Contrato: 51/2013.
 Processo Licitatório nº 26/2013 - PM
 Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.
 Contratado/Credenciado: RETIFICA TREVO LTDA.
 Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal/88 c/c o art. 65, inciso I, alínea b e §1º da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual, em virtude do acréscimo quantitativo do objeto contratual pactuado inicialmente.

Valor: O acréscimo quantitativo decorrente do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor contratual na importância de R\$ 1.390,20 (um mil trezentos e noventa reais e vinte centavos);

DATA DA ASSINATURA: 11 de abril de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
 Prefeito Municipal

Extrato do Segundo Termo Aditivo do Contrato Nº 74/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
 EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 74/2009 - PM

Nº. do Contrato: 74/2009.
 Processo Licitatório nº 51/2009 - PM
 Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.
 Contratado/Credenciado: BETHA SISTEMAS LTDA.

Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o art. 65, inciso I, alínea b da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto acrescer quantitativamente o Contrato n. 74/2009, por meio da inserção do Sistema de Fly Transparência (portal online para disponibilizar informações sobre a execução orçamentária e financeira do Município, com o objetivo de atender os ditames estabelecidos na Lei Complementar n. 131/09).

Valor: Os acréscimos decorrentes do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor contratual na importância de R\$ 1.306,00 (um mil trezentos e seis reais).

DATA DA ASSINATURA: 04 de abril de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 636

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 636, DE 9 DE ABRIL DE 2013.

Regulamenta o inciso V, do art. 70 da Lei Orgânica do Município de Concórdia, que dispõe sobre os cargos em comissão.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º É vedada, no âmbito do Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, a nomeação para cargos em comissão de pessoas inseridas nas seguintes hipóteses:

I - as que tenham contra sua pessoa, representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso de poder econômico ou político, desde a decisão até o transcurso do prazo de oito anos;

II - as que forem condenadas, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de oito anos após o cumprimento da pena pelos seguintes crimes:

- a) contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, ou o patrimônio público;
- b) contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais, e os previstos na Lei que regula falência;
- c) contra o meio ambiente ou a saúde pública;
- d) eleitorais, para os quais a Lei comine pena privativa de liberdade;
- e) de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;
- f) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
- g) de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo ou hediondos;
- h) de redução à condição análoga à de escravos;
- i) contra vida e dignidade sexual; e
- j) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

III - as que forem declaradas indignas do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de oito anos;

IV - as que tiverem suas contas, relativas ao exercício de cargo ou função pública, rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, aplicando-se o disposto no inciso

II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição desde a decisão até o transcurso do prazo de oito anos;

V - as detentoras de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiaram a si ou a terceiros, pelo abuso de poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a decisão até o transcurso do prazo de oito anos;

VI - as que forem condenadas, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais, que impliquem cassação do registro ou do diploma, desde a decisão até o transcurso de prazo de oito anos;

VII - as que forem condenadas à suspensão dos direitos políticos em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de oito anos após o cumprimento da pena;

VIII - as que forem excluídas do exercício da profissão, por decisão do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de oito anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

IX - as que forem demitidas do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de oito anos contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

X - os servidores públicos que forem aposentados compulsoriamente e os que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária, na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de oito anos.

Art. 2º As vedações previstas no inciso II do art. 1º não se aplicam aos crimes culposos e àqueles definidos em Lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada.

Art. 3º O nomeado ou designado, obrigatoriamente antes da posse, terá ciência das restrições e declarará por escrito não se encontrar inserido nas vedações previstas nesta Lei.

Art. 4º Todos os atos efetuados em desobediência às vedações previstas nesta Lei serão considerados nulos.

Art. 5º Caberá aos Poderes Executivo e Legislativo, de forma individualizada, a fiscalização de seus atos em obediência à presente Lei, com a possibilidade de requerer aos órgãos competentes, informações e documentos que entender necessários para o cumprimento das exigências legais.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Lei Nº 4.503

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.503, DE 4 DE ABRIL DE 2013.

Autoriza abertura de crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu

sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2012, as dotações constantes no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 21 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 21.01 Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Projeto/Atividade 18.543.0081.2503 Melhoria Ambiental com Medidas Mitigadoras e Compensatórias

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 58.978,80

Fonte de Recursos 0.6.0000 Recursos Ordinários R\$ 13.877,59

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 72.856,39.

Art. 2º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.108, de 13 de outubro de 2009; 4.416, de 29 de maio de 2012 e 4.482, de 18 de dezembro de 2012, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Lei Nº 4.504

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.504, DE 5 DE ABRIL DE 2013.

Autoriza o Município celebrar convênios com entidades.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município de Concórdia autorizado a celebrar convênios com:

I - a Associação Empresarial de Concórdia - ACIC, inscrita no CNPJ sob nº 75.319.848/0001-87 e com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Concórdia - CDL, inscrita no CNPJ sob nº 83.577.106/0001-80, objetivando a conjunção de esforços, para realização da Expo Feira de Indústria e Comércio, evento integrante da Expo Concórdia 2013, bem como o funcionamento do restaurante e da praça de alimentação;

II - a Câmara de Dirigentes Lojistas de Concórdia - CDL, inscrita no CNPJ sob nº 83.577.106/0001-80, objetivando a conjunção de esforços para incentivo e difusão do turismo de eventos, visando o gerenciamento administrativo e financeiro da Expo Concórdia 2013, podendo o Município participar com o valor de até R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Art. 2º As ações e obrigações das partes serão fixadas nos Termos de que trata esta Lei.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Lei Nº 4.505

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.505, DE 5 DE ABRIL DE 2013.

Autoriza o Município receber, em doação, área de terras.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a receber, em doação, a área de terras de 1.331,68m², de propriedade do senhor ADEMIR DALLEGRAVE, destinada à área verde, do imóvel caracterizado como: parte dos lotes rurais nºs. 1.013 e 1.014, do 6º Bloco da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, com área de 62.402,86m², situado na Rodovia Caetano Chiucchetta, neste Município, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 27.428, Livro nº 2.

Parágrafo único. A área de terras de 1.331,68m², descrita no caput deste artigo, possui as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, na extensão de 104,00m, ao sudeste, na extensão de 13,00m e ao sudoeste, na extensão de 96,00m, com áreas remanescentes do proprietário; ao noroeste, em linhas quebradas, nas extensões de 13,00m e 3,00m, com o Lote nº 01, do desmembramento do proprietário.

Art. 2º O proprietário outorgará a escritura definitiva de doação da área, após a competente autorização legislativa.

Art. 3º As despesas com escritura correrão à conta do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Lei Nº 4.506

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.506, DE 5 DE ABRIL DE 2013.

Autoriza abertura de crédito suplementar e especial; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular parte da dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 21 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 21.01 Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Projeto/Atividade 18.122.0080.2501 Manutenção das Atividades-Meio da FUMDEMA

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 30.000,00
TOTAL ANULADO R\$ 30.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 21 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 21.01 Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Projeto/Atividade 18.543.0081.2503 Melhoria Ambiental com Medidas Mitigadoras e Compensatórias

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 30.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 30.000,00.

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2012, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária 04.01 Secretaria Municipal de Administração

Projeto/Atividade 04.122.0010.2009 Manutenção das Atividades do PROCON

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0024 Recursos de Convênios R\$ 24.852,41
Unidade Orçamentária 04.02 Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos

Projeto/Atividade 04.122.0086.2045 Manutenção das Atividades do FMDD

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 289.774,44

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.122.0048.2101 Manutenção das Atividades-Meio do FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0002 Receitas de Impostos e de Transferências de

Impostos - Saúde R\$ 120.000,00

Projeto/Atividade 10.303.0050.2103 Ações de Média e Alta Complexidade

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0002 Receitas de Impostos e de

Transferências de

Impostos - Saúde R\$ 240.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 874.626,85.

Art. 4º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.108, de 13 de outubro de 2009; 4.416, de 29 de maio de 2012 e 4.482, de 18 de dezembro de 2012, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 392/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 392/2013, DE 2 DE ABRIL DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora SILVIA DA SILVA KATREIN MORA.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações. DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2013, à servidora SILVIA DA SILVA KATREIN MORA, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 98876-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2002 a 31 de janeiro de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 393/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 393/2013, DE 2 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre o desligamento da servidora NILDA ROSSETTO BARBIERI.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 20, § 2º da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 1º de abril de 2013, a servidora NILDA ROSSETTO BARBIERI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 93882-00, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 394/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 394/2013, DE 2 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre o desligamento do servidor JAIME PASQUALOTTO.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligado, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 1º de abril de 2013, o servidor JAIME PASQUALOTTO, ocupante do cargo de Motorista, Grupo Ocupacional Operacional - GO, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 395/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 395/2013, DE 2 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre o desligamento do servidor ANTONIO MARQUES DE

SIQUEIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 63 da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligado, do Quadro Suplementar de Cargos do Poder Executivo, a partir de 1º de abril de 2013, o servidor ANTONIO MARQUES DE SIQUEIRA, ocupante do cargo de Agente Operacional, função Vigia, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 396/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 396/2013, DE 3 DE ABRIL DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARIA RITTER; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2013, à servidora MARIA RITTER, ocupante do cargo Técnico em Enfermagem, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 9 de fevereiro de 2008 a 8 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 339/2013, de 15 de março de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 397/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 397/2013, DE 3 DE ABRIL DE 2013.

Exonera, a pedido, a servidora FABIA SUSANNE FARINA.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora FABIA SUSANNE FARINA, do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, a partir de 16 de abril de 2013.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 398/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 398/2013, DE 3 DE ABRIL DE 2013.

Dá nova redação à alínea "a" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 579/2012, de 29 de junho de 2012 e alteração, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Entorpecentes - COMEN.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 202.202/89, de 24 de abril de 1989 e alterações e no Decreto nº 4.527, de 24 de outubro de 2002.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "a" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 579/2012, de 29 de junho de 2012 e alteração, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Entorpecentes - COMEN, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ()

a) efetivo: DIRLENE DE TONI;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 399/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 399/2013, DE 3 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 1/2011 e alterações.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 1/2011, de 11 de julho de 2011 e alterações;

- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público, fica ampliado para "6" (seis) o número de vagas para o cargo de Agente da Autoridade de Trânsito, disponibilizadas no Edital nº 1/2011 e alterações.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos no cargo por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 400/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 400/2013, DE 4 DE ABRIL DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora NADIA LOINI KASTER SCHEIFLER.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de setembro a novembro de 2013, à servidora NADIA LOINI KASTER SCHEIFLER, ocupante dos cargos de Professor, o gozo de 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I - matrícula 92231-00, código 10.10:

a) 2 (dois) meses, pertinentes ao quinquênio - período aquisitivo de 12 de julho de 2000 a 11 de julho de 2005;

b) 1 (um) mês, pertinente ao quinquênio - período aquisitivo de 12 de julho de 2005 a 11 de julho de 2010;

II - matrícula 92231-02, código 10.12:

a) 2 (dois) meses, pertinentes ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2002 a 17 de fevereiro de 2007;

b) 1 (um) mês, pertinente ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2007 a 17 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 4 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 401/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 401/2013, DE 4 DE ABRIL DE 2013.

Concede licença para acompanhar cônjuge à servidora ALICE MARLI MATTES COMELLI.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 113 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora ALICE MARLI MATTES COMELLI, ocupante do cargo de Orientador de Informática, licença para acompanhar cônjuge, sem remuneração, por prazo indeterminado, a partir de 10 de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 4 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 402/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 402/2013, DE 5 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 1/2011 e alterações.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 1/2011, de 11 de julho de 2011 e alterações;

- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público, fica ampliado para "3" (três) o número de vagas para o

cargo de Operador de Equipamentos - Retroescavadeira, disponibilizadas no Edital nº 1/2011 e alterações.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos no cargo por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 403/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 403/2013, DE 5 DE ABRIL DE 2013.

Concede gratificação pelo exercício de função de chefia ao servidor ANDRE ROBERTO MENEGAT.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, ao servidor ANDRE ROBERTO MENEGAT, ocupante do cargo de Médico, matrícula 76864-05, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o respectivo vencimento, pelo exercício de função de Chefia do Departamento de Medicina e Segurança do Trabalho - DSMT, com dedicação exclusiva, a partir de 1º de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 404/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 404/2013, DE 5 DE ABRIL DE 2013.

Nomeia MOACIR ROBERTO DAL BOSCO no cargo de Responsável do Setor de Cadastro Imobiliário Urbano.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor MOACIR ROBERTO DAL BOSCO, ocupante do cargo de Fiscal de Obras e Posturas, para exercer o cargo de Responsável do Setor de Cadastro Imobiliário Urbano

- Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 405/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 405/2013, DE 8 DE ABRIL DE 2013.

Altera expressão constante no parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 417/2009, de 13 de abril de 2009, que concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MIRNA GAUGER.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX e considerando o disposto na CI DRH 164/2013, de 5 de abril de 2013, da Diretoria de Recursos Humanos.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão: "1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2007" para: "1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2008", constante no parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 417/2009, de 13 de abril de 2009, que concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MIRNA GAUGER.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 406/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 406/2013, DE 8 DE ABRIL DE 2013.

Altera dispositivos do Anexo Único do Decreto nº 235/2013, de 13 de fevereiro de 2013 e alteração, que designam servidores responsáveis pela realização de despesas sob o regime de autonomia de gestão financeira dos estabelecimentos ou instituições municipais de educação básica do Município.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica

do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 4º da Instrução Normativa nº TC-14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

DECRETA:

Art. 1º O Anexo Único do Decreto nº 235/2013, de 13 de fevereiro de 2013 e alteração, que designam servidores responsáveis pela realização de despesas sob o regime de autonomia de gestão financeira dos estabelecimentos ou instituições municipais de educação básica do Município, terá os seguintes dispositivos alterado e acrescido:

I - fica substituída a servidora NILSE DE LOURDES ZAGONEL RUBINI pela servidora ROSICLER GONÇALVES SCHIAVINI, da unidade escolar EBM Concórdia;

II - fica acrescido nº de ordem 50, com a seguinte redação:
50 Fatima Teresinha de Oliveira Janke CMEI Mundo da Criança " (AC)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 407/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 407/2013, DE 9 DE ABRIL DE 2013.

Nomeia VANDERLEI ROBERTO TESSMANN no cargo de Chefe do Departamento Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor VANDERLEI ROBERTO TESSMANN, ocupante do cargo de Mecânico, para exercer o cargo de Chefe do Departamento Administrativo - Secretaria Municipal de Transportes, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 8 de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

DIÓGENES MARCHESAN
Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 408/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 408/2013, DE 9 DE ABRIL DE 2013.

Exonera, a pedido, a servidora ELIS REGINA BITENCOURT TESTA LIBANO.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora ELIS REGINA BITENCOURT TESTA LIBANO, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, a partir de 8 de abril de 2013.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 409/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 409/2013, DE 9 DE ABRIL DE 2013.

Exonera, a pedido, a servidora ROSANE BEATRIZ MUELLER FRIZON.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora ROSANE BEATRIZ MUELLER FRIZON, do cargo de provimento em comissão de Responsável do Setor Administrativo, a partir de 11 de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 5.795

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.795, DE 4 DE ABRIL DE 2013.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.503, de 4 de abril de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2012 as dotações constantes no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 21 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 21.01 Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Projeto/Atividade 18.543.0081.2503 Melhoria Ambiental com Medidas Mitigadoras

e Compensatórias

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 58.978,80

Fonte de Recursos 0.6.0000 Recursos Ordinários R\$ 13.877,59

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 72.856,39.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 5.796

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.796, DE 5 DE ABRIL DE 2013.

Abre crédito suplementar e especial; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.506, de 5 de abril de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada parte da dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 21 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 21.01 Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Projeto/Atividade 18.122.0080.2501 Manutenção das Atividades-Meio da FUMDEMA

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 30.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, fica suplementada a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 21 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 21.01 Fundação Municipal de Defesa do

Meio Ambiente

Projeto/Atividade 18.543.0081.2503 Melhoria Ambiental com Medidas Mitigadoras e Compensatórias

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 30.000,00.

Art. 3º Ficam suplementadas, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2012, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária 04.01 Secretaria Municipal de Administração

Projeto/Atividade 04.122.0010.2009 Manutenção das Atividades do PROCON

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0024 Recursos de Convênios R\$ 24.852,41

Unidade Orçamentária 04.02 Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos

Projeto/Atividade 04.122.0086.2045 Manutenção das Atividades do FMDD

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 289.774,44

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.122.0048.2101 Manutenção das Atividades-Meio do FMS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0002 Receitas de Impostos e de Transferências de

Impostos - Saúde R\$ 120.000,00

Projeto/Atividade 10.303.0050.2103 Ações de Média e Alta Complexidade

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0002 Receitas de Impostos e de Transferências de

Impostos - Saúde R\$ 240.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 874.626,85.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Portaria Nº 60/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 60/2013, DE 5 DE ABRIL DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 67/2013, de 2 de janeiro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

R E S O L V E :

Art. 1º Convocar as servidoras abaixo relacionadas, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - GISELA GOSENHEIMER, ocupante do cargo de Psicólogo, a partir de 11 de abril de 2013;

II - IVETE CECILIA ROBINI LAZZARIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, no período de 1º a 7 de abril de 2013;

III - LIDIANE DAL PRA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 9 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 61/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 61/2013, DE 12 DE ABRIL DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 67/2013, de 2 de janeiro de 2013, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionadas, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, nos percentuais abaixo, sobre o respectivo vencimento-base, correspondente à nova habilitação na área específica de atuação:

I - com efeitos pecuniários retroativos a 1º de abril de 2013:

Nº DE

ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO	MATRÍCULA	PERCENTUAL/HABILITAÇÃO
1	Carine Ines Turmena	Professor, código 10.12	73172-06	12% (pós-graduação)
2	Elaine Arcelita Machado Braum	Professor, código 10.12	73180-00	12% (pós-graduação)
3	Margarida Moresco da Silva	Professor, código 10.12	104728-04	12% (pós-graduação)
4	Maria do Socorro Gomes Araujo	Professor, código 10.12	104310-04	12% (pós-graduação)
5	Marilene Pellizzari Bisollo	Professor, código 10.10	40525-00	12% (pós-graduação)
6	Rosane Fatima da Conceição Branco	Professor, código 10.12	100595-07	20% (mestrado)
7	Silvana de Vargas	Professor, código 10.12	92703-09	12% (pós-graduação)

II - com efeitos pecuniários retroativos a 1º de março de 2013: DIVANIA INEZ BOTECA CASADEI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 81647-07, no percentual de 12% (doze por cento), sobre o vencimento-base, pertinente a pós-graduação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº. 2/2013- FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2/2013- FMAS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição durante o ano de 2013 de utensílios domésticos, para o desenvolvimento das atividades das crianças e adolescentes participantes das oficinas sócio educativas e dos programas do FMAS, os quais serão adquiridos com recursos dos repasses Fundo a Fundo IGD/BF/FNAS, PETI/FNAS, CREAS/FEAS e respectivas contrapartidas, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 17h00min do dia 07/05/2013.

Abertura: dia 13/05/2013 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 18 de abril de 2013.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico SRP Nº. 10/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 10/2013- PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição, durante o exercício de 2013, de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, a ser utilizado pelos servidores do Município, Fundos e Fundações, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 06/05/2013, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

Abertura: dia 06/05/2013 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 19 de abril de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 46/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2013- PMC

Objeto: Contratação de empresa para efetuar os serviços de preparo das refeições, limpeza, higienização e organização, nas dependências das Unidades Escolares Municipais conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 06/05/2013.

Abertura: dia 07/05/2013 às 15h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 19 de abril de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 48/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2013- PMC

Objeto: Aquisição de óleo diesel S10 para abastecimento da frota de máquinas e veículos da Administração Pública Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 06/05/2013.

Abertura: dia 07/05/2013 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 19 de abril de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Comunicação Deferimento de Recurso Pregão Presencial Nº 25/2013 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2013 - PMC

Objeto: Aquisição de Grupo Gerador Diesel para o Estádio Municipal de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

COMUNICAÇÃO DEFERIMENTO DE RECURSO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações e Lei 10.520/06, torna-se público que na data de 19/04/2013 foi DEFERIDO o recurso administrativo interposto pela licitante NEMA ELETROTECNICA LTDA, sendo julgada HABILITADA. De consequência, fica alterado o resultado final da licitação, sendo declarada vencedora a empresa NEMA ELETROTECNICA LTDA, com o menor preço unitário de R\$ 83.900,00(oitenta e três mil e novecentos reais). Os autos ficam a disposição das licitantes participantes que tiverem interesse para consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto a diretoria de compras.

Concórdia, SC, 19 de abril de 2013.

NAIR KOPPE VOGT

Pregoeira

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N. 313/2013

DECRETO Nº 313/2013, DE 18 DE ABRIL DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDORA MUNICIPAL".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e atendendo o disposto no artigo 13 da Lei Complementar 92/2013:

DECRETA

Art. 1º Conceder uma progressão por Mérito à Servidora Municipal, Sra. KATIA ANA DI DOMENICO, ocupante do cargo de Professora, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Abril de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 314/2013

DECRETO Nº 314/2013, DE 18 DE ABRIL DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDORA MUNICIPAL".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e atendendo o disposto no artigo 13 da Lei Complementar 92/2013:

DECRETA

Art. 1º Conceder uma progressão por Mérito à Servidora Municipal, Sra. LENIR ROSEMARY MARTELLI TECCHIO, ocupante do cargo de Professora, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Abril de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 315/2013

DECRETO Nº 315/2013, DE 18 DE ABRIL DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDORA MUNICIPAL".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe

confere o Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e atendendo o disposto no artigo 13 da Lei Complementar 92/2013:

DECRETA

Art. 1º Conceder uma progressão por Mérito à Servidora Municipal, Sra. SIMONE DETOFENO, ocupante do cargo de Professora, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Abril de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 316/2013

DECRETO Nº 316/2013, DE 18 DE ABRIL DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR MUNICIPAL".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e atendendo o disposto no artigo 13 da Lei Complementar 92/2013:

DECRETA

Art. 1º Conceder uma progressão por Mérito à Servidora Municipal, Sr. OLIVANDRO JULIANO MARINA, ocupante do cargo de Professora, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Abril de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 317/2013

DECRETO Nº 317/2013, DE 18 DE ABRIL DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDORA MUNICIPAL".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e atendendo o disposto no artigo 13 da Lei Complementar 92/2013:

DECRETA

Art. 1º Conceder uma progressão por Mérito à Servidora Municipal, Sra. SONIA ALBERTON MAGIONI ocupante do cargo de Professora, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Abril de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 318/2013

DECRETO Nº 318/2013, DE 18 DE ABRIL DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDORA MUNICIPAL".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e atendendo o disposto no artigo 13 da Lei Complementar 92/2013:

DECRETA

Art. 1º Conceder uma progressão por Mérito à Servidora Municipal, Sra. SANDRA MARIA ZARDO MORESCO, ocupante do cargo de Professora, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Abril de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 319/2013

DECRETO Nº 319/2013, DE 18 DE ABRIL DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDORA MUNICIPAL".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e atendendo o disposto no artigo 13 da Lei Complementar 92/2013:

DECRETA

Art. 1º Conceder uma progressão por Mérito à Servidora Municipal, Sra. IZABEL COLOMBELLI ocupante do cargo de Professora, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Abril de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 320/2013

DECRETO Nº 320/2013, DE 18 DE ABRIL DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDORA MUNICIPAL".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e atendendo o disposto no artigo 13 da Lei Complementar 92/2013:

DECRETA

Art. 1º Conceder uma progressão por Mérito à Servidora Municipal, Sra. MARLI TEREZINHA PEDROSO ocupante do cargo de Professora, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Abril de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 321/2013

DECRETO Nº 321/2013, DE 18 DE ABRIL DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDORA MUNICIPAL".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e atendendo o disposto no artigo 13 da Lei Complementar 92/2013:

DECRETA

Art. 1º Conceder uma progressão por Mérito à Servidora Municipal, Sra. IVANETE LOURDES PEDERSSETTI, ocupante do cargo de Professora, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Abril de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 322/2013

DECRETO Nº 322/2013, DE 18 DE ABRIL DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDORA MUNICIPAL".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e atendendo o disposto no artigo 13 da Lei Complementar 92/2013:

DECRETA

Art. 1º Conceder uma progressão por Mérito à Servidora Municipal, Sra. ADRIANA FAVARETTO, ocupante do cargo de Professora, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Abril de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 323/2013

DECRETO Nº 323/2013, DE 18 DE ABRIL DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDORA MUNICIPAL".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e atendendo o disposto no artigo 13 da Lei Complementar 92/2013:

DECRETA

Art. 1º Conceder uma progressão por Mérito à Servidora Municipal, Sra. MONIA CRISTINA BREASSINI, ocupante do cargo de Professora, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Abril de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 324/2013

DECRETO Nº 324/2013, DE 18 DE ABRIL DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDORA MUNICIPAL".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e atendendo o disposto no artigo 13 da Lei Complementar 92/2013:

DECRETA

Art. 1º Conceder uma progressão por Mérito à Servidora Municipal, Sra. TATIANE AMADO, ocupante do cargo de Professora, 10 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Abril de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 325/2013

DECRETO Nº 325/2013, DE 18 DE ABRIL DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDORA MUNICIPAL".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e atendendo o disposto no artigo 13 da Lei Complementar 92/2013:

DECRETA

Art. 1º Conceder uma progressão por Mérito à Servidora Municipal, Sra. ADRIANA LANZARIN, ocupante do cargo de Professora, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Abril de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 326/2013

DECRETO Nº 326/2013, DE 18 DE ABRIL DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDORA MUNICIPAL".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e atendendo o disposto no artigo 13 da Lei Complementar 92/2013:

DECRETA

Art. 1º Conceder uma progressão por Mérito à Servidora Municipal, Sra. IVETE ATUATTI PIAIA, ocupante do cargo de Professora, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Abril de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 327/2013

DECRETO Nº 327/2013, DE 18 DE ABRIL DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDORA MUNICIPAL".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e atendendo o disposto no artigo 13 da Lei Complementar 92/2013:

DECRETA

Art. 1º Conceder uma progressão por Mérito à Servidora Municipal, Sra. SILVANI KOLLETT, ocupante do cargo de Professora, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Abril de 2013

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 328/2013

DECRETO Nº 328/2013, DE 18 DE ABRIL DE 2013

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR MUNICIPAL”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e atendendo o disposto no artigo 13 da Lei Complementar 92/2013:

DECRETA

Art. 1º Conceder uma progressão por Mérito à Servidora Municipal, Sr. MOACIR NALIN ocupante do cargo de Professora, 10 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Abril de 2013

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 329/2013

DECRETO Nº 329/2013, DE 18 DE ABRIL DE 2013

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDORA MUNICIPAL”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e atendendo o disposto no artigo 13 da Lei Complementar 92/2013:

DECRETA

Art. 1º Conceder uma progressão por Mérito à Servidora Municipal, Sra. SALETE VARNIER ZANLUCHI, ocupante do cargo de Professora, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Abril de 2013

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 330/2013

DECRETO Nº 330/2013, DE 18 DE ABRIL DE 2013

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe

confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Conceder à servidora Pública Sra. ANDREIA REGINA DI DOMENICO, 01 (um) dia de dispensa de serviço, com base no artigo 98, da Lei 9.504-97, de 30/09/1997, por ter prestado serviços à Justiça Eleitoral nas Eleições de 2012, que será usufruído no dia 19 de abril de 2013.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Abril de 2013

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 331/2013

DECRETO Nº 331/2013, DE 18 DE ABRIL DE 2013

“PRORROGA EM 60 (SESENTA) DIAS A LICENÇA MATERNIDADE CONCEDIDA À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Prorrogar em 60 (sessenta) dias a Licença Maternidade concedida a Servidora Municipal, Sra. NADIA LANZARINI, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria - 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento com fulcro no Parágrafo Único, do Art. 1º, da Lei n. 915/2010.

Art. 2º A licença de que trata o Art. 1º, será estendida de 15/05/2013 a 13/07/2013.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta SC, 18 de abril de 2013.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Coronel Martins

PREFEITURA

Estado de Santa Catarina

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2013 FMAS

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2013 FMAS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

O Município de Coronel Martins - SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no dia 02 de Maio de 2013, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, para aquisição de gêneros alimentícios para o fundo de assistência social do município para o exercício de 2013, conforme quantitativos e detalhamentos do edital. Os envelopes deverão ser entregues até às 09:00 horas do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011,

Coronel Martins (SC), 19 de abril de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO PM N. 020/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PM N. 008/2013

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial PM n. 008/2013, até às 15:00 horas do dia de 02 de maio de 2013, e farão abertura das mesmas às 15:30 horas do mesmo dia. Constitui-se do objeto da presente licitação seleção de propostas para a recuperação da motoniveladora HW 165S ano 1976. tipo menor preço Global, de acordo com as regras do Edital, conforme dispõe as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e no que couber a legislação aplicável. A íntegra o Edital e de mais documentos poderão ser obtidos pessoalmente junto à sede do Município de Coronel Martins - SC, sito à Rua Porto Alegre n. 47, Telefone (49) 3459-0011.

Coronel Martins - SC, 19 de Abril de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº 14/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2013

O Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de materiais para serem utilizados nas Oficinas de Manicure desenvolvidas pelo CRAS, e trabalhos artesanais nos Bairros da Cidade e do interior do Município, referente ao Exercício de 2013, conforme Anexo I do Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 09/05/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 09/05/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Curitibanos, 16 de Abril de 2013.

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS

Presidente do Fundo

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

Contrato Nº.: 129/2013

Contrato Nº.: 129/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : CLINICA MEDICA E IMAGEM S/C LTDA. - IMED

Valor : 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais)

Vigência : Início: 17/04/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 10/2013

Recursos: Dotação:

Objeto : A realização de exames clínicos com finalidade diagnóstica a fim de atender as necessidades da população de Curitibanos durante o ano de 2013 e os seguintes, observado o limite de prazo estabelecido pela lei 8.666/93 para a contratação de serviços a serem prestados de forma continuada.

Curitibanos, 18 de Abril de 2013

Ermo

PREFEITURA

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 11/2013 - Termo de Contrato Nº 19/2013

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2013

TERMO DE CONTRATO Nº 19/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Auto Posto Daminelli Ltda

VALOR: O valor total previsto na Cláusula Terceira do contrato de origem fica aditado em R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais), passando para R\$ 63.216,00 (sessenta e três mil, duzentos e dezesseis reais).

Data da assinatura: 15/02/2013.

Contrato Nº 18/2013

CONTRATO nº 18/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Maria do Carmo Santos Gregorini -Me

OBJETO: Aquisição de materiais de copa, cozinha e limpeza p/ serem utilizados pelo Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2013.

PRAZO: 01/02/2013 à 31/12/2013.

VALOR ESTIMADO: R\$ 25.299,98

Data da assinatura: 01/02/2013.

Forquilhinha

PREFEITURA

Extrato de Contrato Fma Nº. 08/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 08/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.

OBJETO - O objeto do presente contrato compreende a aquisição de diversos pneus, câmaras e afins para atendimento a ao Fundo Municipal de Agricultura de Forquilhinha, durante o exercício de 2013.

VALOR - R\$ 7.691,50 (sete mil seiscentos e noventa e um reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 1802.2070.3390 (12).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 04/FMA/2013

DATA DA ASSINATURA - 03 de abril de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 71/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 71/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FRIGORÍFICO GENEBRA LTDA

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de FORQUILHINHA SC.

VALOR - R\$ 7.056,00 (sete mil e cinquenta e seis reais)

VIGÊNCIA - 31/07/2013

DOTAÇÃO - 0501.2012.3390 (30), (31).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 40/PMF/2013

DATA DA ASSINATURA - 02 de abril de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 19/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 19/2013

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 63/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - QUARK ENGENHARIA LTDA. ME.

DO OBJETO - Execução dos serviços de instalação elétrica do Complexo Esportivo Santa Isabel, compreendendo a entrada de energia em alta tensão, iluminação de diversos pontos, instalação do quadro geral de proteção e distribuição e colocação de postes, com implantação geral de 21.143,26 m², sito à Rua Bonifácio Back, Santa Isabel, Município de Forquilhinha/SC, conforme convênio nº. 1296/2012-3, firmado junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma, compreendendo ainda o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações, determinações previstas no projeto básico e projeto executivo e de acordo com a proposta da contratada, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual.

DO VALOR: O presente termo tem por objeto o aditamento em R\$ 2.365,80 (dois mil trezentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos) do Contrato PMF nº 63/2012 para maior, relativo a necessidade de obra e adaptações conforme planilha anexa aprovada pelo setor de engenharia da CONTRATANTE, que é parte integrante do presente termo, independentemente de transcrição.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 02/04/2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 140/2013

DECRETO Nº 140, DE 19 DE ABRIL DE 2013.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2176 de 28 de Fevereiro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

07.02 - Cultura

13.392.0014.2.029 - Manutenção das Atividades Culturais

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (259) R\$ 20.000,00

13.392.0014.2.030 - Manutenção das Festividades do Município

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (260) R\$ 30.000,00

Total R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2012, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 19 DE ABRIL DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 141/2013

DECRETO Nº 141, DE 19 DE ABRIL DE 2013.
REVOGA O DECRETO Nº 003/2011 QUE ESTABELECEU HORÁRIO DE EXPEDIENTE INTERNO NO PAÇO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 003 de 03 de janeiro de 2011 que estabelecia horário de expediente interno no paço municipal, voltando a vigorar o horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 19 DE ABRIL DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 142/2013

DECRETO Nº 142, DE 19 DE ABRIL DE 2013.
NOMEIA O COORDENADOR EXECUTIVO DO PROCON DE FRAIBURGO.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, IVO BIAZZOLO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 6º da Lei n.º 1100, de 22 de dezembro de 1994;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Dr. Elton Luiz Borrachini, Procurador Geral do Município, como Coordenador Executivo do Procon Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 19 DE ABRIL DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1392/2013

PORTARIA N.º 1.392, DE 19 DE ABRIL DE 2013
Nomeia membros da Comissão Organizadora da 2ª CONAE de Fraiburgo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0695/2013 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear as pessoas abaixo relacionadas, para integrarem a Comissão Organizadora da CONAE - Conferência Nacional de Educação - Etapa Municipal:

I - Elionete Francescato Konkol - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

II - Tatiana Carla Scalabrin - Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

III - Jussara Bridi de Oliveira - Representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e Técnico responsável pelo cadastramento dos delegados no sistema CONAE;

IV - Robertson Muniz Parize - Representante do Controle Interno da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

V - Marcelo Kersting Machado - Representante do Instituto Federal de Santa Catarina - Unidade de Fraiburgo;

VI - Sandro Morando - Representante da EEB Gonçalves Dias e Sindicato Regional de Videira;

VII - Giane Coelho de Almeida - Representante da APAE Fraiburgo;

VIII - Edson de Lorenzi - Representante da EEB 25 de maio;

IX - Sirlei Munzlinger Benelli - Representante da EEB São José;

X - Edson Camargo da Silva - Representante do SINTSER - Sindicato dos Servidores de Fraiburgo;

XI - Moises Amadeu Patrício - Representante do Controle Interno Municipal;

XII - Rojandro Polo - Representante do Conselho Municipal de Educação;

XIII - Marizete Pires Mineiro - Representante dos professores da Educação Infantil;

XIV - Josué Evandro Conchi - Representante do SENAI - SC - Unidade de Videira/Fraiburgo;

XV - Terezinha Aparecida Gonçalves - Representante dos alunos de Jovens e Adultos;

XVI - André Luiz de Oliveira - Representante da Secretaria de Administração e Planejamento;

XVII - Angelita Fadani - Representante da UNIARP - Núcleo de Fraiburgo;

XVIII - Rosa Prates - Representante da UNOESC - Núcleo de Fraiburgo;

XIX - Maria Cristina Silva - Representante dos Conselhos Escolares de Fraiburgo;

XX - Carolina Chechi Balestrin - Representante do CEFRAI - Escola Particular/Fraiburgo;

XXI - Ana Maria Camillo - Representante dos professores de Ensino Fundamental;

XXII - Patrícia Faquin - Representante da EEB Bela Vista;

XXIII - Rosemeri Aparecida Morsoletto Conte - Representante dos diretores das Escolas Municipais de Ensino Fundamental;

XXIV - Ivanir Benke Fantinel - Representante dos professores da Educação Infantil;

XXV - Maria Elenir dos Santos - Representante dos diretores dos Centros de Educação Infantil;

XXVI - Gislaíne Cunén Frizon - Representante dos Conselhos Escolares e pais de alunos;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1393/2013

PORTARIA N.º 1.393, DE 19 DE ABRIL DE 2013.
Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CLAUDIA DE LIMA CHERET, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 059.449.959-39, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 22 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1394/2013

PORTARIA N.º 1.394, DE 19 DE ABRIL DE 2013.
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2011, homologado pelo decreto 278/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANGELITA DE GOIS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 040.082.399-36, no cargo de provimento efetivo de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 22 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1395/2013

PORTARIA N.º 1.395, DE 19 DE ABRIL DE 2013.
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2011, homologado pelo decreto 279/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear NARCISO PRATES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 055.020.499-73, no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação MATEMÁTICA, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 22 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1396/2013

PORTARIA N.º 1.396, DE 19 DE ABRIL DE 2013.
Retifica e Ratifica a Portaria nº. 1.172/2013

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 1.172, de 22 de março de 2013, que reduziu de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais a carga horária do servidor IRINEU JORGE SARTOR, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 665.140.889-53, nomeado no cargo de provimento efetivo de FISIOTERAPEUTA, alterando os dias a serem cumpridos de segunda a quinta-feira das 7:30h as 12:30h, a partir de 22/04/2013.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria nº. 1.172, de 22 de março de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de abril de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1397/2013

PORTARIA N.º 1.397, DE 19 DE ABRIL DE 2013.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de ALTAIR GRACIOLLI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 064.074.869-47, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 19 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de abril de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1398/2013

PORTARIA N.º 1.398, DE 19 DE ABRIL DE 2013.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de ANGELITA APARECIDA DA ROSA DE ROSSI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 732.331.539-53, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de abril de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1399/2013

PORTARIA N.º 1.399, DE 19 DE ABRIL DE 2013.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0028 de 20 de dezembro de 2010 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 026/2013, da Secretaria de Infra-Estrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SEBASTIÃO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 560.765.929-15, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2013 até 30 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de abril de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0009/2013-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0009/2013 - FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0014/2013
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos "Clínica Geral" no âmbito do Pronto Atendimento 24hs. (vinte e quatro horas), os quais deverão ser prestados no Pronto Atendimento localizado na Avenida Beira Lago, nº 770, Bairro Vila Salete, nesta cidade. Vigência: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a teor do disposto no art. 57, inc. II da Lei federal nº 8.666/93 e do Prejulgado nº 425 do TCE/SC. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 03/05/2013. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 19 de abril de 2013.
NILCE PINZ
Secretária Municipal de Saúde/Gestora do FMS

Aviso do Pregão Presencial Nº 0060/2013-PMF Rp 0035

Aviso do Pregão Presencial nº 0060/2013 - PMF
Registro de Preços Nº 0035/2013
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de equipamentos de proteção individual, para uso de servidores do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante os meses de maio a outubro de 2013,. Validade da Ata de Registro de Preços: maio a dezembro de 2013. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 08.05.2013. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 19 de abril de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Lei N.º 1.718/2013.

LEI N.º 1.718, DE 18 DE ABRIL DE 2013.
RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - CIS/GRANFPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica ratificado o PROTOCOLO DE INTENÇÕES com o objetivo de constituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - CIS/GRANFPOLIS, formalizado pelos Chefes do Poder Executivo dos Municípios integrantes da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, em 11 de março de 2011, na cidade de Alfredo Wagner/SC:

I - com personalidade jurídica de direito público;
II - sob a forma de associação pública; e
III - intuito de otimizar os recursos públicos disponíveis e reforçar o papel do Município na consecução do direito fundamental de todos os cidadãos de receberem atendimento de saúde digno e eficaz.

Art. 2º. Fica ainda autorizado o Município de Garopaba a firmar o correspondente CONTRATO DE RATEIO e o CONTRATO DE PROGRAMA.

Art. 3º. Obriga-se o Município a, anualmente, incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA recursos suficientes para satisfazer as despesas com o CIS/GRANFPOLIS.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente, as Leis Municipais n.º 1.327/2009 e n.º 1.336/2009.

Garopaba, 18 de Abril de 2013.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 22/04/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE A. DE ARAÚJO
Secretária de Administração

Lei N.º 1.719/2013.

LEI N.º 1.719, DE 18 DE ABRIL DE 2013.
DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO DE ENTRE O SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC, NO ESTADO DE SANTA CATARINA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizada à celebração de Convênio visando parceria entre o Serviço Social do Comércio - SESC, no Estado de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Garopaba, para desenvolvimento do Projeto ODONTOSESC, conforme Minuta de Convênio anexa, a qual fica fazendo parte inseparável da presente LEI.

Art. 2º. O Convênio autorizado pela presente Lei, tem por finalidade o desenvolvimento do Projeto OdontoSESC, implantado no Estado de Santa Catarina, objetivando a educação para a saúde bucal, através da assistência odontológica à comunidade, bem como a realização de ações de Educação em Saúde.

Art. 3º. A Prefeitura Municipal de Garopaba colocará à disposição do Projeto, sem ônus para o SESC, a infra-estrutura necessária para transporte, montagem e desmontagem do OdontoSESC e seu funcionamento, conforme convênio.

Art. 4º. A despesa decorrente da execução da presente Lei correrá à conta de dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de Abril de 2013.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 22/04/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE A. DE ARAÚJO
Secretária de Administração

Lei N.º 1.720/2013.

LEI N.º 1.720, DE 18 DE ABRIL DE 2013.
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N.º 1.374/2009, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 16, da Lei Municipal n.º 1.374, de 21 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte Redação:

"Art. 16. Fica estabelecido para os servidores do Magistério

Municipal, ativos e inativos, 20 (vinte) horas semanais, com habilitação em curso de Magistério – a Nível de Ensino Médio, na modalidade Normal, o piso salarial de R\$ 725,00 (setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos).

Parágrafo Único. A hora atividade será de 1/3 (um terço) da jornada de trabalho, a ser desempenhada na unidade escolar, em atividades a serem regulamentadas por Ato do Poder Executivo, em concordância com a legislação vigente.”

Art. 2º. O Anexo VI, da Lei Municipal n.º 1.374, de 21 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a redação do Anexo I, da presente Lei.

Art. 3º. Fica autorizado o pagamento da diferença de salário, referente ao piso nacional do magistério - Lei Federal n.º 11.718/2008, devida aos servidores ocupantes do cargo de Professor, com habilitação em curso de Magistério – a Nível de Ensino Médio, referente aos meses de janeiro/2013, fevereiro/2013 e março/2013.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de abril de 2013.

Garopaba, 18 de Abril de 2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 22/04/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE A. DE ARAÚJO
Secretária de Administração

ANEXO I

(ANEXO VI - LEI N.º 1.374, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009)

Jornada de 20 (vinte) horas Semanais – Jornada maior ou menor implica diferença para mais ou para menos.

Nível/Referência	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Nível I (piso)	783,50	799,18	815,16	831,46	848,08	865,05	882,36	900,00	918,00	936,36	955,10
Nível II (piso+ 4%)	814,84	831,14	847,74	864,70	882,00	899,64	917,65	936,00	954,71	973,81	993,28
Nível III (II + 5%)	855,58	872,68	890,15	907,94	926,11	944,64	963,52	982,80	1002,45	1022,50	1042,94
Nível IV (III + 5%)	898,36	916,33	934,67	953,36	972,42	991,87	1011,70	1031,94	1052,58	1073,63	1095,10
Nível V (IV + 5%)	943,28	962,15	981,39	1001,02	1021,04	1041,46	1062,28	1083,53	1105,21	1127,31	1149,86
Percentual		2%									

Decreto N.º 047/2013.

DECRETO N.º 047, DE 18 DE ABRIL DE 2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 220.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.699 de 24/01/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) no Orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO 220.000,00

0206161.086 - Aquisição de Terreno p/Construção da Sede Forum 220.000,00

4.4.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas 220.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de Abril de 2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/04/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE A. DE ARAÚJO

Secretária de Administração

Decreto N.º 048/2013.

DECRETO N.º 048, DE 18 DE ABRIL DE 2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 10.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.000,00

10301252.073 - Func. e Manutenção do Setor Saúde 10.000,00

4.4.90.0.6.14.000060 - Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de Abril de 2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/04/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE A. DE ARAÚJO

Secretária de Administração

Decreto N.º 049/2013.

DECRETO N.º 049, DE 18 DE ABRIL DE 2013.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 24.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) no Orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 24.000,00

0412292.005 - Func. e Manutenção da Secretaria de Administração 24.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 24.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 24.000,00

0412292.005 - Func. e Manut. da Secretaria de Administração 24.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 24.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de Abril de 2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/04/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE A. DE ARAÚJO

Secretária de Administração

www.ciga.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Decreto N.º 050/2013.

DECRETO N.º 050, DE 18 DE ABRIL DE 2013.

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Garopaba, conforme Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de Abril de 2013.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/04/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE A. DE ARAÚJO
Secretária de Administração

ANEXO ÚNICO

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

Das Finalidades e Atribuições

Art. 1º. A Comissão Municipal de Desenvolvimento Rural do município de Garopaba, tem por finalidade:

I - Criar programas de desenvolvimento para o setor agropecuário e meio ambiente, com a permanente discussão e avaliação dos mesmos;

II - Estimular a participação da comunidade e suas organizações nas atividades de que trata o inciso anterior;

III - Incentivar a permanência da população no meio rural e reduzir os fluxos migratórios do campo para a cidade.

Art. 2º. Constituem atribuições específicas da Comissão Municipal:

I - Promover a integração entre os órgãos e entidades participantes da Comissão, aliado a participação de diferentes segmentos da sociedade, de forma a assegurar a conjugação dos espaços e recursos para alcançar os objetivos propostos pela política da agropecuária e meio ambiente;

II - Promover gestões junto aos agentes financeiros, visando orientá-los sobre os instrumentos legais e as tecnologias diferentes e necessárias no meio rural;

III - Elaborar diretrizes de trabalho para execução de programação estabelecida;

IV - Organizar e manter um banco de dados sobre economia

primária do município, o mais completo possível, para tornar-se instrumento de reivindicação de recursos e obras;

V - Acompanhar e avaliar os trabalhos desenvolvidos, objetivando a eleição de prioridades;

VI - A Comissão Municipal de Desenvolvimento Rural terá caráter deliberativo.

CAPÍTULO II

Da Constituição da Comissão Municipal

Art. 3º. A Comissão Municipal, será constituída por representantes dos órgãos e entidades, assim determinadas:

Representantes da Câmara de Vereadores;
Representantes da Secretaria de Agricultura e Pesca;
Representantes da EPAGRI;
Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Representantes da Colônia de Pescadores;
Representantes da Associação dos Agricultores Orgânicos e Coloniais;
Representantes da Associação dos Pescadores;
Representantes dos Maricultores;
Representantes da Agricultura;
Representantes da Pecuária;
Representantes da Pesca.

§ 1º. Quando um membro da Comissão Municipal for considerado resignatário, a Comissão tomará as providências para substituí-lo;

§ 2º. Os membros da Comissão Municipal terão mandato de dois anos. Após esse período haverá eleições nas comunidades, para elegerem novos
Membros;

§ 3º. O trabalho dos membros da Comissão Municipal será considerado relevante e não remunerado, porém, os custos originados por viagens, hospedagens, alimentação, etc., quando a serviço da Comissão Municipal, serão reembolsados.

Art. 4º. A Comissão Municipal terá um coordenador e um Secretário, indicados pela mesma. Obrigatoriamente, serão pessoas ligadas ao setor agropecuário.

CAPÍTULO III

Do Funcionamento

Art. 5º. A comissão deverá reunir-se tantas vezes no ano, quantas se fizerem necessárias, cabendo ao Coordenador da Comissão, a convocação da reunião. A data e frequência das reuniões, deve ser estabelecida pela própria Comissão. (E, na Reunião do dia 21 de outubro de 2009, decidiram, que as reuniões podem acontecer a cada dois meses, ou serem convocados para as reuniões extraordinárias, decisões aprovadas, por todos os presentes); As reuniões da Comissão tem caráter de assembléia geral, a quem compete:

§ 1º. Reunir as decisões tomadas e/ou sugeridas a nível de comunidade e elaborar um plano de ação que venha atender a todos os níveis do município;

§ 2º. Interceder junto as entidades e órgãos municipais, estaduais e federais, que atuam no município, com o objetivo de centralizar a forma de atuação, tornando-a integrada e articulada, de acordo com as decisões tomadas pela Comissão. Buscando com isso, o aumento da eficiência, com redução de custos pelo paralelismo e/ou superposição de ações, nas diferentes áreas de atuação dos

governos: Federal, Estadual e Municipal;

§ 3º. Enviar ao Prefeito e a Câmara de Vereadores o plano, a fim de servir de subsídios para elaboração de orçamento e programa de fundos existentes;

§ 4º. Apontar os pontos negativos que eventualmente ocorram com qualquer uma das entidades e/ou órgãos existentes no município, sugerindo soluções;

§ 5º. O tempo de duração das reuniões tanto ordinárias, como extraordinárias, não deverão ultrapassar a duas horas.

CAPÍTULO IV

Da Competência dos Membros da Comissão Municipal

Art. 6º. Compete aos membros da Comissão Municipal:

I - Envidar o máximo esforço no sentido de tornar efetiva e eficaz a integração da entidade a que representa, na política e operacionalização do Plano Agropecuário de Garopaba;

II - Solicitar ou sugerir ao Coordenador a presença de pessoas capazes de prestar informações e esclarecimentos sobre as matérias em exame, nas reuniões da Comissão Municipal.

Parágrafo Único. O membro titular que não comparecer à duas reuniões consecutivas ou a três reuniões alternadas sem justa causa, será considerado resignatário.

CAPÍTULO V

Das Atribuições do Coordenador e do Secretário

Art. 7º. Compete ao coordenador da Comissão Municipal:

I - Cumprir e fazer cumprir o presente regulamento;

II - Convocar e presidir as reuniões da Comissão Municipal;

III - Dirigir, coordenar e controlar todas as atividades da Comissão Municipal;

IV - Divulgar os trabalhos e resoluções da Comissão Municipal;

V - Estimular a participação dos membros da Comissão e de outros profissionais e entidades nos eventos afins, no município.

Art. 8º. Compete ao Secretário da Comissão Municipal:

I - Substituir o Coordenador nas suas ausências ou impedimentos;

II - Desempenhar outros cargos que lhe forem atribuídos pelo Coordenador;

III - Cuidar das anotações das atas e outros documentos relacionados com a Comissão e o Plano Agropecuário.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 9º. Para qualquer alteração neste regulamento será necessária aprovação de dois terços dos membros da Comissão.

Art. 10. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente regulamento, serão resolvidos pela Comissão Municipal.

Art. 11. Revogados as disposições em contrário, este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Decreto N.º 051/2013.

DECRETO N.º 051, DE 18 DE ABRIL DE 2013.

DESIGNA MEMBROS PARA FORMAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 647, de 08 de junho de 1999, alterações e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os membros abaixo relacionados para integrarem o Conselho Municipal de desenvolvimento Rural de Garopaba:

I - Representantes da Câmara de Vereadores

Titular: Leide da Silva Bernardino

Suplente: Lucas de Souza

II - Representante da Secretaria de Agricultura e Pesca

Titular: Nazareno Adelino de Souza

Suplente: Mariane Fernandes de Ávila

III - Representante da Empresa de Pesquisa agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI

Titular: Glaycon de Souza Silveira

Suplente: Lindomar Silva da Costa

V - Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Abílio Joaquim da Silveira

Suplente: João Batista Cardoso

VI - Representantes da Colônia de Pescadores Z - 12

Titular: Daiani dos Santos Ribeiro

Suplente: Tuane Ribeiro

VII - Representantes da Associação dos Agricultores Orgânicos e Coloniais

Titular: José Antonio Furtado

Suplente: Adi da Rosa

VIII - Representantes da Associação dos Pescadores

Titular: Valmiro Agostinho do Nascimento

Suplente: Nazareno Francisco

IX - Representantes dos Maricultores

Titular: Julmar de Abreu

Suplente: Denis Carlos dos Santos

X - Representantes dos Agricultores

Titular: Hélio Aguiar de Souza

Suplente: Laerte Mansur de Freitas

XI - Representantes dos Pecuáristas

Titular: Lourival Joaquim Bernardo

Suplente: Mauricio Botelho

XII - Representantes da Pesca

Titular: Jaci Pereira

Suplente: Bartolomeu Pacheco Faustino

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de Abril de 2013.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/04/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE A. DE ARAÚJO
Secretária de Administração

Portaria N.º 350/2013.

PORTARIA N.º 350, DE 18 DE ABRIL DE 2013.

FAZ CESSAR DESIGNAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e Lei Municipal n.º 1.701/2013,

RESOLVE,

Art. 1º. FAZ CESSAR, a designação para exercer interinamente e sem ônus, o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA, da Prefeitura Municipal de Garopaba, do Senhor RONYE PAES, CPF n.º 888.034.229-00, em 08 de abril de 2013.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/04/2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de abril de 2013.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/04/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 351/2013.

PORTARIA N.º 351, DE 18 DE ABRIL DE 2013.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e Lei Municipal n.º 1.701/2013,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, LUIZ CARLOS GASPAS, CPF n.º 429.183.329-68, para exercer as funções do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA, da Prefeitura Municipal de Garopaba, a partir de 09/04/2013.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 09/04/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de abril de 2013.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/04/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Aviso Inexigibilidade de Licitação Nº 22/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o CAPUT XIV da Lei nº. 11.947/09 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 96/2013; IL nº. 22/2013; Credenciante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Credenciada: EXPRESSO TRANSPORTES GAROPABA; CNPJ nº: 80.429.160/0001-90; Objeto: Aquisição de passe escolar para atender os alunos das redes municipal e estadual do Município de Garopaba;

Data da Assinatura: 22/04/2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Aviso Dispensa de Licitação Nº 16/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso XIII do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 74/2013; DL nº. 16/2013; Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri; CNPJ: 83.052.191/0001-62; Objeto: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho (PAT); Valor: R\$ 24.358,70 (Vinte e Quatro Mil, e Trezentos e Cinquenta e Oito Reais e Setenta Centavos)

Data da Assinatura: 10/04/2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Aviso Dispensa de Licitação Nº 17/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso IV do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 83/2013; DL nº. 17/2013; Contratada: Farmácia Ferrugem Ltda. - ME; CNPJ: 03.932.265/0001-16; Objeto: Aquisição de medicamentos para atender a mandado judicial; Valor: R\$ 10.525,89 (Dez Mil, Quinhentos e Vinte e Cinco Reais e Oitenta e Nove Centavos);

Data da Assinatura: 11/04/2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Aviso Edital de Credenciamento Nº 04/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº. 004/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Garopaba torna público que estará credenciando, no âmbito do município de Garopaba, entidades prestadoras de serviços de saúde para a realização de procedimentos de FISIOTERAPIA, que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br>, visando a ampliação dos serviços ofertados pela rede municipal de saúde. O credenciamento ficará aberto até 31/12/2013, podendo ser prorrogado por até sessenta meses.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.garopaba.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, 296, centro.

O credenciamento somente se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Garopaba, 18 de Abril de 2013.

Aviso Inexigibilidade de Licitação Nº 13/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o CAPUT XIV da Lei nº. 11.947/09 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 84/2013; IL nº. 13/2013; Credenciante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Credenciada: Maria Ondina Furtado; CPF nº: 059.035.419-17; Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública do Município de Garopaba;

Data da Assinatura: 15/04/2013.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Aviso Inexigibilidade de Licitação Nº 14/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o CAPUT XIV da Lei nº. 11.947/09 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 85/2013; IL nº. 14/2013; Credenciante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Credenciada: José Antônio Furtado; CPF nº: 789.917.149-00; Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública do Município de Garopaba;

Data da Assinatura: 15/04/2013.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Aviso Inexigibilidade de Licitação Nº 15/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o CAPUT XIV da Lei nº. 11.947/09 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 86/2013; IL nº. 15/2013; Credenciante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Credenciada: Valmiro Machado; CPF nº: 800.029.439-72; Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública do Município de Garopaba;

Data da Assinatura: 15/04/2013.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Aviso Inexigibilidade de Licitação Nº 16/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o CAPUT XIV da Lei nº. 11.947/09 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 87/2013; IL nº. 16/2013; Credenciante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Credenciada: Mercedes Machado; CPF nº: 987.349.119-87; Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública do Município de Garopaba;

Data da Assinatura: 15/04/2013.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Aviso Inexigibilidade de Licitação Nº 17/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o CAPUT XIV da Lei nº. 11.947/09 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 88/2013; IL nº. 17/2013; Credenciante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Credenciada: Irani Machado; CPF nº: 743.622.329-15; Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública do Município de Garopaba;

Data da Assinatura: 15/04/2013.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Aviso Inexigibilidade de Licitação Nº 18/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o CAPUT XIV da Lei nº. 11.947/09 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 89/2013; IL nº. 18/2013; Credenciante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Credenciada: Hélio Aguiar de Souza; CPF nº: 777.136.999-53; Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública do Município de Garopaba;

Data da Assinatura: 15/04/2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Aviso Inexigibilidade de Licitação Nº 19/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o CAPUT XIV da Lei nº. 11.947/09 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 90/2013; IL nº. 19/2013; Credenciante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Credenciada: Amauri Cardoso ; CPF nº: 080.003.949-10; Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública do Município de Garopaba;

Data da Assinatura: 15/04/2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Aviso Inexigibilidade de Licitação Nº 20/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o CAPUT XIV da Lei nº. 11.947/09 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 91/2013; IL nº. 20/2013; Credenciante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Credenciada: Virgínio da Silveira; CPF nº: 432.452.429-72; Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública do Município de Garopaba;

Data da Assinatura: 15/04/2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Aviso Inexigibilidade de Licitação Nº 21/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o CAPUT XIV da Lei nº. 11.947/09 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 92/2013; IL nº. 21/2013; Credenciante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Credenciada: Gustavo Rohling; CPF nº: 056.517.089-95; Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública do Município de Garopaba;

Data da Assinatura: 15/04/2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Gaspar**PREFEITURA****Resolução Nº 04, de 06 de Março de 2013.**

RESOLUÇÃO Nº 04, DE 06 DE MARÇO DE 2013.

APROVA A DESTINAÇÃO DOS SALDOS REPROGRAMADOS DO FMAS – EXERCÍCIO 2012, NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E NAS PROTEÇÕES ESPECIAIS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, ORIUNDOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS E FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pelo Decreto nº 5.517, de 17 de abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social; pela Lei Complementar nº 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pelo Decreto Municipal nº 7.675, de 06 de maio de 2004, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária Ordinária, de 06 de março de 2013,

CONSIDERANDO:

- a Lei nº 8.742/93 (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e a Norma Operacional Básica/2005 (NOB/SUAS), que têm como diretrizes a descentralização político administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

- as Portarias MDS nº 440, de 25 de agosto de 2005 e nº 442, de 26 de agosto de 2005, que regulamentam os Pisos da Proteção Social Básica e Especial estabelecidos pela Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, sua composição e o co-financiamento;

- a Portaria MDS nº 459, de 09 de setembro de 2005, que dispõe sobre o repasse dos recursos e a prestação de contas do co-financiamento Federal;

- a Portaria MDS nº 351, de 21 de novembro 2006, que altera o art. 19 da Portaria MDS nº 459/2005, no que tange a reprogramação dos saldos repassados pelo FNAS aos fundos municipais,

existentes em 31 de dezembro de cada ano, dentro de cada nível de proteção, para o exercício seguinte;

- o documento denominado "Orientações referentes à aplicação e reprogramação dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social", elaborado pelo MDS/SNAS e Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social;

- a aprovação, em reunião Ordinária do CMAS, da destinação dos saldos reprogramados dos Recursos do FMAS e FEAS de 2012, conforme consta na Ata CMAS nº 03, de 06 de março de 2013;
RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a destinação dos saldos abaixo elencados, reprogramados do exercício 2012, que serão aplicados nas ações correspondentes a cada nível de Proteção, sendo:

Nº DA CONTA BANCO	SALDO EM 31/12/2012	RESTOS À PAGAR	SUPERÁVIT FINANCEIRO
(275) 26.217-X - Alta Custeio Abrigo (Alta Complexidade) - Banco do Brasil Proteção Social de Alta Complexidade	R\$ 269,61	R\$ 0,00	R\$269,61 RECURSO ESTADUAL
(249) 25.054-6 - Piso Básico Variáv. II/Criança 0-6 e/ou Idoso - Banco do Brasil Proteção Social Básica	R\$28.160,71	R\$0,00	R\$28.160,71 RECURSO FEDERAL
(277) 26.760-0 - Creas Investimento - Banco do Brasil Proteção Social Média Complexidade	R\$45.246,34	R\$0,00	R\$45.246,34 RECURSO ESTADUAL
(276) 26.218-8 - Creas Custeio - Banco do Brasil Proteção Social Média Complexidade	R\$62.019,14	R\$0,00	R\$62.019,14 RECURSO ESTADUAL
(278) 26.759-7 - Alta Investimento Abrigo (alta complexidade) - Banco do Brasil Proteção Social de Alta Complexidade	R\$46.451,76	R\$0,00	R\$46.451,76 RECURSO ESTADUAL
(226) 24.364-7 - FMAS/BPC - Banco do Brasil Proteção Social Básica	R\$2.732,03	R\$0,00	R\$2.732,03 RECURSO FEDERAL
(8) 18.725-9 PPD - Programa Portadores de Deficiência - Banco do Brasil Proteção Social Média Complexidade	R\$24.521,79	R\$0,00	R\$24.521,79 RECURSO FEDERAL

(318) 28.440-8 SST-FEASPMG-BEM-CUSTEIO - Banco do Brasil Proteção Social Média Complexidade	R\$5.207,70	R\$0,00	R\$5.207,70 RECURSO ESTADUAL
(9) 18.723-2 PAC e PPI - Programa Ação Continuada - Banco do Brasil Proteção Social Básica	R\$1.956,66	R\$0,00	R\$1.956,66 RECURSO FEDERAL
(172) 23.085-5 PETI - Banco do Brasil Proteção Social Básica	R\$30.396,68	R\$0,00	R\$30.396,68 RECURSO FEDERAL
(311) 27.445-3 - IGD SUAS - Banco do Brasil Proteção Social Básica	R\$9.016,99	R\$0,00	R\$9.016,99 RECURSO FEDERAL
(13) 19.184-1 Bolsa Família IGD - Banco do Brasil Proteção Social Básica	R\$38.148,74	R\$594,96	R\$37.553,78 RECURSO FEDERAL
(12) 18.724-0 - Sentinela (Atual Creas Federal e Medidas Sóc. Educativas) - Banco do Brasil Proteção Social de Média Complexidade.	R\$309.784,59	R\$1.339,62	R\$308.444,97 RECURSO FEDERAL

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 06 de março de 2013.

JOSIANE DOS SANTOS HOEPERS

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Resolução Nº 05, de 03 de Abril de 2013.

RESOLUÇÃO Nº 05, DE 03 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a Prestação de Contas das Entidades Socioassistenciais que recebem recursos oriundos do Fundo Municipal de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, do município de Gaspar, do Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, conferida pela Lei Municipal nº. 1648/97 e em reunião ordinária realizada no dia 03 de abril de 2013 e,

CONSIDERANDO o DECRETO Nº 1.605, de 25 de agosto de 1995 que regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

CONSIDERANDO a LEI Nº 9.604, de 05 de fevereiro de 1998 que dispõe sobre a prestação de contas de aplicação de recursos a que se refere a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e dá outras providências

CONSIDERANDO os artigos 3º e 9º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o artigo 3º da Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº. 1648 de 16 de janeiro de 1997 que estabelece os princípios da política de assistência social cria o conselho, o fundo e o fórum de assistência social e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer os parâmetros municipais para a prestação de contas das entidades socioassistenciais que recebem recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Gaspar do Estado de Santa Catarina.

a) As entidades deverão apresentar para cada compra no mínimo 03 orçamentos anexado a nota fiscal. Salientamos que o Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Gaspar possui licitações, tomadas de preço e orçamentos, que poderá ser útil, caso haja necessidade.

b) O pagamento de consultas médicas particulares e medicações deverá apresentar justificativa plausível do não acesso ao Sistema Único de Saúde - SUS. Salientamos que a justificativa deverá ser realizada pelo servidor da secretaria municipal de saúde responsável pelo setor e pelo responsável pela entidade. Tendo em vista que na data de 10 de agosto de 2012, em reunião com a secretaria de saúde, os abrigos e o conselho, foi acordado que qualquer situação de não acesso ao Sistema Único de Saúde, seria comunicado ao Conselho e a Secretária Municipal de Saúde.

c) O não cumprimento dos procedimentos ora citados acima, o conselho não aprovará a prestação de contas da entidade.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 03 de abril de 2013.

JOSIANE DOS SANTOS HOEPERS

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Resolução Nº 06, de 10 de Abril de 2013.

RESOLUÇÃO Nº 06, DE 10 DE ABRIL DE 2013.

APROVA A INSCRIÇÃO DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR- CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, conferida pela Lei Municipal nº. 1648, de 16 de janeiro de 1997, que estabelece os princípios da política de assistência social, cria o conselho, o fundo e o fórum de assistência social e dá outras providências, o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 03 de abril de 2013, e

CONSIDERANDO:

- a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de no 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

- a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), que estabelece as atribuições dos Conselhos no Controle Social da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com o art. 18, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS);

- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

- a Resolução CNAS nº. 016, de 05 de maio de 2010, e suas alterações, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de assistência social e, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos municípios e do Distrito Federal;

- a Lei Municipal nº. 1648 de 16 de janeiro de 1997 que estabelece os princípios da política de assistência social, cria o conselho, o fundo e o fórum de assistência social e dá outras providências;

- a Resolução do CMAS nº 14, de 08 de novembro de 2011, que dispõe sobre a inscrição das Entidades e Organizações de Assistência social, bem como dos Serviços, programas, projetos Benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar e revoga a Resolução CMAS nº 001/2000;

- a competência do CMAS para a fiscalização e inscrição de entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

- a aprovação, em Plenária Ordinária do CMAS das referidas Inscrições, conforme consta em Ata do CMAS nº. 05 /2013, de 03 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Inscrição da Entidade ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, CNPJ: 83.794.982/0001-68, com sede à Rua Mafra, 99 - Santa Terezinha, no município de Gaspar SC, sob o nº. 01/13 no CMAS;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir da presente data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 10 de abril de 2013.

JOSIANE DOS SANTOS HOEPERS

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Resolução Nº 07, de 10 de Abril de 2013.

RESOLUÇÃO Nº 07, DE 10 DE ABRIL DE 2013.

APROVA A INSCRIÇÃO DA ENTIDADE CONFERÊNCIA VICENTINA DE GASPAR NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC - CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, conferida pela Lei Municipal nº. 1648, de 16 de janeiro de 1997, que estabelece os princípios da política de assistência social, cria o conselho, o fundo e o fórum de assistência social e dá outras providências, o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 03 de abril de 2013, e

CONSIDERANDO:

- a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de no 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

- a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), que estabelece as atribuições dos Conselhos no Controle Social da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com o art. 18, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS);

- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

- a Resolução CNAS nº. 016, de 05 de maio de 2010, e suas alterações, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de assistência social e, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos municípios e do Distrito Federal;

- a Lei Municipal nº. 1648 de 16 de janeiro de 1997 que estabelece os princípios da política de assistência social, cria o conselho, o fundo e o fórum de assistência social e dá outras providências;

- a Resolução do CMAS nº 14, de 08 de novembro de 2011, que dispõe sobre a inscrição das Entidades e Organizações de Assistência social, bem como dos Serviços, programas, projetos Benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar e revoga a Resolução CMAS nº 001/2000.

- a Competência do CMAS para a fiscalização e inscrição de entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

- a Aprovação, em Plenária Ordinária do CMAS das referidas Inscrições, conforme consta em Ata do CMAS nº. 05 /2013, de 03 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Inscrição da Entidade, CONFERÊNCIA VICENTINA DE GASPAR CNPJ: 84.046.028/0001-50, com sede à Rua Coronel Aristiliano Ramos, s/nº, no município de Gaspar SC, sob o nº. 02/13 no CMAS;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir da presente data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 10 de abril de 2013.

JOSIANE DOS SANTOS HOEPERS

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Aviso do Pregão Presencial Nº 67/2013

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 67/2013

O OBJETO é Aquisição caixas de poço de inspeção tipo M - instaladas - na área da primeira etapa do Anel de Contorno Viário na Ponte do Vale e Acessos.. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 06/05/2013, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 06/05/2013 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 18/04/2013

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar/SC

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GASPAR/SC

RESOLUÇÃO Nº 05, DE 12 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre o Regulamento do Processo de Eleição dos Membros Suplentes do Conselho Tutelar de Gaspar.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar Municipal nº. 51, de 07 de dezembro de 2012 e com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 212/98, e no uso de suas competências.

CONSIDERANDO a Resolução do CONANDA 139, de 17 de março de 2010, que Dispõe sobre os parâmetros para a criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares no Brasil, e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 51, de 07 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a organização, funcionamento e criação do Conselho Tutelar, sobre o regime jurídico dos conselheiros tutelares e dá outras providências.

CONSIDERANDO o processo de escolha do Conselho Tutelar Gaspar – Gestão 2013 - 2015.

CONSIDERANDO a deliberação aprovada na reunião extraordinária de 12 de abril de 2013.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Instituir as normas e procedimentos para a eleição dos Membros Suplentes do Conselho Tutelar de Gaspar/SC, de acordo com o artigo 3º § 1º da Resolução 139 do CONANDA.

Art. 2º - Os Membros Suplentes do Conselho Tutelar serão eleitos pelo voto secreto, direto, universal e facultativo dos eleitores do Município, em eleição realizada sob a responsabilidade do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Art. 3º - A duração do mandato dos Conselheiros Tutelares será de 01/04/2013 a 09/01/2016, permitida uma recondução.

Art. 4º - Serão considerados eleitores todos os cidadãos que possuírem título de eleitor do Município de Gaspar, o qual deverá ser apresentado no ato da votação juntamente com um dos seguintes documentos originais que contenha fotos: Carteira de Identidade - RG, Carteira de Identidade Profissional ou de Classe (exemplos: OAB, CRP, CREA, CRM, CRESS), Carteira de Trabalho ou Carteira Nacional de Habilitação – CNH.

§ 1º O voto será direto, secreto, pessoal e intransferível;

§ 2º - Os eleitores votarão somente nos locais destinados pela Comissão Especial Organizadora, divulgados através de Edital específico.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS ELEITORAIS 3

Art. 5º - A Comissão Especial Organizadora instituída pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá o papel de órgão executor desta Resolução.

Art. 6º - Compete a Comissão Especial Organizadora:

I – Dirigir, coordenar e executar todo o processo eleitoral de suplência do Conselho Tutelar;

II – Deferir ou indeferir os registros dos candidatos suplentes concorrentes para o Conselho Tutelar, dar ampla publicidade às respectivas decisões.

III – Instalar as Mesas Eleitorais, em número suficiente, com função de disciplinar, fiscalizar, receber e apurar os votos, compostas por um Presidente, um Secretário, um Mesário e por um Suplente, cujas atribuições serão definidas nesta Resolução;

IV – Mobilizar todos os recursos necessários para realização do processo eleitoral;

V – Apreçar as impugnações e protestos apresentados no curso do processo eleitoral, conforme procedimento adotado nesta Resolução;

VI – Comunicar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente as ocorrências cuja decisão deste depender;

VII – Coordenar o cômputo dos resultados das eleições lavrando a ata geral da apuração final;

VIII – Providenciar, com antecedência, todo o material necessário para o trabalho das Mesas Eleitorais;

IX – Solicitar ao Chefe do Poder Executivo Municipal a designação de pessoas aptas ao trabalho durante o processo eleitoral;

X - Caberá à Comissão Especial Organizadora a análise dos pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão o oferecimento de impugnação em face de candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios;

§ 1º Havendo impugnação de candidatos a Suplente do Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial organizadora:

I - Notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

II - Realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;

III - Dar ampla publicidade às respectivas decisões;

§ 2º Das decisões da comissão especial organizadora caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial Organizadora fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

§ 4º Cabe ainda à Comissão Especial Organizadora:

I - Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções respectivas;

II - Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha;

III - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - Escolher e divulgar os locais de votação;

V - Selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VI - Solicitar, junto ao comando da Polícia Militar, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração;

VII - Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;

VIII - Resolver os casos omissos.

§ 5º O Ministério Público será notificado, com a antecedência devida, de todas as reuniões deliberativas realizadas pela Comissão Especial Organizadora e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados no decorrer do certame.

Art. 7º - Compete à Mesa Eleitoral:

I – Receber os votos dos eleitores;

II – Resolver os incidentes verificados durante os trabalhos de votação e da apuração, encaminhando à Comissão Especial Organizadora as questões não resolvidas;

III – Compor a Mesa Apuradora.

Art. 8º - Compete ao Presidente da Mesa Eleitoral:

I – Presidir a Mesa Eleitoral de acordo com esta Resolução;

II – Instalar a Mesa Eleitoral;

III – Comunicar à Comissão Especial Organizadora as ocorrências cuja solução desta depender.

Art. 9º - Compete ao Secretário da Mesa Eleitoral:

I – Lavrar a ata de sua Mesa Eleitoral;

II – Executar todas as atribuições que lhe forem conferidas pelo Presidente da Mesa e, substituí-lo em seus impedimentos.

Art. 10º – Compete ao Mesário Eleitoral:

I – Auxiliar o Presidente e o Secretário no que for solicitado;

II – Zelar pela observância dos procedimentos eleitorais.

Art. 11º - Estão impedidos de compor as Mesas Eleitorais, bem como ter acesso ou tomar qualquer tipo de decisão no processo eleitoral parentes até o terceiro grau, assim como os cônjuges, companheiros (as), sogros (as), genros, noras, cunhados, concunhado, tios, sobrinhos, padrastos e madrastas dos candidatos Suplentes do Conselho Tutelar.

Parágrafo único – O grau de parentesco de que trata o caput deste artigo será aferido mediante declaração dos membros da Mesa Eleitoral, colhidas no ato da sua instalação.

Art. 12º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão responsável pelo pleito, é instância superior e final na via administrativa para julgar os recursos impetrados em

face às decisões da Comissão Especial Organizadora.

Art. 13º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como instância final, na via administrativa:

I – Baixar normas e instruções para regular o Processo Eleitoral e sua execução no que lhe compete;

II – Processar e julgar em grau de recurso:

a) Processos decorrentes de impugnações das candidaturas;

b) Intercorrências durante o processo eleitoral;

c) Processo decorrente de impugnações do resultado das eleições;

d) Demais casos decorrentes da inobservância das normas contidas nesta Resolução.

III – Publicar o calendário Eleitoral da Eleição dos Suplentes que irão compor o Conselho Tutelar;

IV – Homologar os resultados finais da Eleição para Suplentes do Conselho Tutelar.

CAPÍTULO III

DO SISTEMA ELEITORAL

SEÇÃO I

DA CONVOCAÇÃO PARA A ELEIÇÃO

Art. 14º – Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a convocação da eleição para suplente do Conselho Tutelar de Gaspar, por edital publicado em jornal de circulação no Município, iniciando-se a partir deste ato, o Processo Eleitoral.

§ 1º - Esta Resolução que dispõe sobre o regulamento do processo de eleição dos membros suplentes do Conselho Tutelar, conforme Lei Municipal nº 51/2012 estará disponível no site da Prefeitura Municipal de Gaspar (www.gaspar.sc.gov.br) a partir da publicação do Edital de convocação.

§ 2º - É de responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a adequada divulgação do Processo Eleitoral a fim de garantir a mobilização necessária à legitimação do processo.

Art. 15º – O Edital de Convocação da eleição deverá conter:

I – Data da Eleição;

II – Horário de funcionamento e local para efeito de solicitação de registros das candidaturas;

III – Calendário Eleitoral;

IV – Remuneração Mensal;

V – Carga horária semanal e dos plantões.

Art. 16º – No prazo estabelecido no calendário eleitoral a Comissão Especial Organizadora emitirá parecer sobre o pedido de registro de candidaturas, deferindo-o ou não.

Avenida das Comunidades nº. 133, Centro - Gaspar - SC - CEP 89110-000 - Fone/Fax (0**47)3397-0068 www.gaspar.sc.gov.br e-mail: assessoriaconselhos@gaspar.sc.gov.br

Parágrafo único – No mesmo prazo que trata o caput deste artigo qualquer cidadão do Município de Gaspar poderá apresentar pedido de impugnação da candidatura, de forma fundamentada e documentada, sendo vedado o anonimato, nos termos do art. 5º, inciso IV da Constituição Federal.

Art. 17º – Encerrado o prazo para requerimento de registro das candidaturas, o Presidente da Comissão Especial Organizadora providenciará a imediata lavratura da ata de encerramento do prazo de registro das candidaturas, que será assinada por ele e demais membros da Comissão e candidatos presentes, que assim desejarem.

Art. 18º – As candidaturas registradas e aprovadas constarão no Edital a ser publicado no jornal de circulação do município, em data prevista no Calendário Eleitoral.

SEÇÃO II

DOS CANDIDATOS, REQUISITOS E REGISTROS DAS CANDIDATURAS.

Art. 19º – Considera-se candidato àquele que:

I – Apresentar os documentos pessoais: título de eleitor, CPF e RG (cópia autenticada);

II – Estar no pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício do cargo de conselheiro tutelar, e apresentar no momento da inscrição exames médicos atestado por especialista na área de saúde mental que prove boas condições de saúde

III - Apresentar Certidão Original do Distribuidor do da Comarca de Gaspar; acerca da existência de ações cíveis, da Justiça Federal, da quarta região (dos últimos três anos) e criminais;

IV – Tiver idade superior a 21 anos;

V – Residir no Município no mínimo 02 (dois) anos, apresentando no ato da inscrição um comprovante de residência atual (comprovante da fatura de água, energia elétrica, telefone fixo ou IPTU) e outro datado até abril de 2011;

VI – Estar no gozo dos direitos políticos, apresentando no ato da inscrição certidão expedida pela Justiça Eleitoral;

VII – Apresentar no momento da inscrição cópia autenticada do Diploma de Nível Superior;

VIII - não ter sido penalizado com a destituição da função de conselheiro tutelar nos últimos cinco anos, contados a partir do trânsito em julgado da decisão administrativa ou judicial;

IX - Apresentar, no momento da inscrição, certificado de conclusão de curso de nível superior;

X - Apresentar declaração de que possui conhecimentos em informática básica;

XI - Possuir carteira de habilitação válida, no mínimo, de categoria B;

XII - Apresentar declaração de que possui disponibilidade para cumprir a carga horária exigida para o exercício da função, inclusive plantões;

XIII - Participar de curso de formação, com no mínimo 40 horas, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente durante o processo de escolha, com frequência

mínima de 90% (noventa por cento);

XIII – Apresentar Certidão Negativa de Débito da Justiça Federal, Estadual e Municipal.

Art. 20º – Ficam impedidos de se candidatar ao cargo de Suplentes do Conselho Tutelar os que houverem sido condenados com sentença transitada em julgado por crimes comuns e especiais, e crimes e infrações administrativas contra crianças e adolescentes, conforme disposto nos artigos 225 a 258 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 21º – Os Conselheiros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar poderão candidatar-se, desde que solicitem o afastamento de suas funções, no momento que assumir ao cargo de conselheiro tutelar titular.

Parágrafo único – Caso esse Conselheiro seja eleito o órgão ou entidade deverá providenciar a sua imediata substituição na forma do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 22º – A inscrição dos candidatos será individual e realizada mediante apresentação de requerimento e declarações padronizadas pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 23º – O candidato poderá registrar um apelido.

Art. 24º - Somente serão registradas as candidaturas que atendem as exigências desta Resolução.

SEÇÃO III DA IGUALDADE DE CONDIÇÕES AOS PARTICIPANTES DO PLEITO

Art. 25º – Será assegurada a igualdade de condições aos candidatos que se registrarem para concorrer às eleições, garantindo-se e promovendo o direito de:

I – Divulgação do Pleito nos meios de comunicação dos quais o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possa dispor;

II – Será assegurada a acessibilidade aos candidatos e eleitores com deficiência.

SEÇÃO IV DO PERÍODO DA VOTAÇÃO

Art. 26º – A votação para a escolha dos membros suplentes do Conselho Tutelar de Gaspar dar-se-á em 01 (um) único dia, no horário das 09:00 às 17:00 horas, sem fechar para o almoço, em locais a ser definidos pela Comissão Especial Organizadora, e divulgados através de edital.

Art. 27º – O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:

I – Uso de cédulas oficiais devidamente rubricadas pelo Presidente e Mesário da respectiva Mesa Eleitoral, e carimbo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II – Isolamento do eleitor em cabine indepassável;

III – Emprego de urna que assegure a inviolabilidade do voto.

Parágrafo Único – Para votar, será obrigatória a prévia identificação, através de documento que se refere o art. 4º desta Resolução.

SEÇÃO V DA CÉDULA OFICIAL

Art. 28º – As cédulas deverão ser confeccionadas de maneira tal que, dobradas, resguardem o sigilo do voto.

Parágrafo Único – As cédulas deverão ser impressas em papel de uma única cor.

CAPÍTULO IV DA ELEIÇÃO E DA VOTAÇÃO

SEÇÃO I

DAS MESAS ELEITORAIS E DOS ATOS PREPARATÓRIOS DA VOTAÇÃO

Art. 29º – As Mesas Eleitorais serão instaladas em locais públicos de fácil acesso aos eleitores.

Parágrafo Único – A divulgação dos locais de votação será feita através de edital específico.

Art. 30º – A propaganda dos candidatos deverá encerrar-se 24 (vinte e quatro) horas antes da eleição, por qualquer meio de divulgação ou comunicação, não sendo permitidos faixas e cartazes próximos aos locais de votação, não sendo admitida “boca de urna” por ação de qualquer cidadão.

SEÇÃO II DA FISCALIZAÇÃO PERANTE AS MESAS

Art. 31º – Os candidatos concorrentes poderão designar 01 (um) fiscal dentre os eleitores do Município, devendo requerer o credenciamento do mesmo junto à Comissão Especial Organizadora, no local das inscrições (Avenida das Comunidades, 133 – Centro - Gaspar/SC – Sala da Assessoria aos Conselhos) no período estabelecido no Calendário Eleitoral.

Art. 32º – Será admitido em cada Mesa Eleitoral apenas 01 (um) fiscal por vez, credenciado e identificado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 33º – Se o fiscal verificar alguma irregularidade deverá comunicá-la ao Presidente da Mesa Eleitoral onde estiver atuando.

§ 1º - O Presidente da Mesa Eleitoral verificará a natureza da irregularidade apontada pelo fiscal e tomará as providências para corrigi-la, se procedentes.

§ 2º - Caso seja indeferida a irregularidade apontada pelo fiscal, o Presidente da Mesa deverá fazer com que conste em ata da Mesa Eleitoral.

§ 3º - Caso o Presidente da Mesa Eleitoral não consiga resolver a ocorrência verificada, deverá entrar em contato imediatamente com um membro da Comissão Especial Organizadora para auxiliá-lo, devendo registrar em ata as orientações recebidas e providências adotadas.

Art. 34º – Não será permitida a acumulação de cargo de fiscal com o de membro da Mesa Eleitoral, ou de qualquer outro cargo decorrente da Eleição.

Art. 35º – Os fiscais que atuarem perante as Mesas Eleitorais, deverá assinar as atas no encerramento dos trabalhos, caso estejam presentes.

Art. 36º – Os candidatos serão considerados fiscais natos.

SEÇÃO III DO INÍCIO DA VOTAÇÃO

Art. 37º – Antes do início da votação, os membros da Mesa Eleitoral verificarão se o lugar designado para a eleição está em ordem, assim como o material remetido pela Comissão Especial Organizadora, a urna e a cabine indevassável.

Parágrafo Único – O Presidente exibirá a urna aos presentes e, depois de ter sido constatado que a mesma se encontra vazia, será lacrada, registrando em ata os presentes.

Art. 38º – Na hora designada para o início da votação, cumpridas as exigências previstas nesta Resolução, o Presidente da Mesa declarará iniciados os trabalhos.

Parágrafo Único – O recebimento dos votos terá início a partir da abertura até a hora prevista para o encerramento da votação.

SEÇÃO IV DO ATO DE VOTAR

Art.39º – Observar-se-á no ato de votar o seguinte:

I – Antes de ingressar no recinto da cabine, o eleitor deve apresentar à Mesa Eleitoral documento original com foto (Carteira de Identidade - RG, Carteira de Identidade Profissional ou de Classe - exemplos: OAB, CRP, CREA, CRM - Carteira de Trabalho ou Carteira Nacional de Habilitação – CNH) e Título de Eleitor;

II - Os mesários registrarão na folha de controle de votação, o nome do eleitor, o número do documento com foto, o número do Título de Eleitor e a Zona Eleitoral;

III – Após o registro, o eleitor assinará a folha de controle de votação, conferindo seus dados;

IV – A Mesa Eleitoral entregará ao eleitor a Cédula Oficial devidamente rubricada pelo Presidente ou Secretário, na sua ausência;

V – Se o Presidente da Mesa Eleitoral, ou o Secretário em sua ausência, ao rubricar a Cédula Oficial verificar qualquer vício, rasura ou danificação na mesma a inutilizará na presença de todos e registrará em ata tal ocorrência;

VI – O eleitor poderá escolher até 05 (cinco) candidatos de sua preferência, assinalando em espaço próprio da cédula, de modo a expressar sua vontade;

VII – Ao sair da cabine, o eleitor depositará na urna a Cédula Eleitoral, devidamente dobrada, na presença dos componentes da Mesa.

Parágrafo Único – Se o eleitor, ao receber a cédula ou, ao recolher-se à cabine de votação, por imprudência, imprevidência ou desconhecimento danificar, “errar” o voto ou de qualquer forma rasurar a Cédula Oficial NÃO poderá pedir outra ao Presidente da Mesa, DEVENDO DEPOSITAR SEU VOTO NA URNA, ainda que este seja computado como inválido.

SEÇÃO V DO ENCERRAMENTO

Art. 40º – O Presidente da Mesa Eleitoral, verificando chegar a hora do encerramento da votação e existindo eleitores, verificará a necessidade de distribuição de senha para votação dos presentes no recinto.

Art. 41º – Encerrada a votação será elaborada a Ata pelo Secretário, sendo a mesma assinada pelos demais membros da Mesa e pelos fiscais presentes.

Parágrafo Único – O encerramento da votação implica na lacração da urna eleitoral pelo Presidente da Mesa, assinado por todos os componentes da Mesa e pelos fiscais presentes no ato, sendo registrado em ata e assinado pelos presentes.

SEÇÃO VI DA APURAÇÃO

Art.42º – A apuração dos votos deverá ser centralizada em um único local, previamente divulgado pela Comissão Especial Organizadora.

Art.43º – Os membros da Mesa Apuradora serão os mesmos da Mesa Eleitoral.

Art. 44º - O Presidente da Comissão Especial Organizadora determinará a abertura da apuração.

Art. 45º – O Presidente da Mesa Apuradora verificará a inviolabilidade de sua urna e após, determinará a sua abertura, contará as cédulas, verificando se as mesmas coincidem com o número de votantes.

Parágrafo único – Na fase de apuração da urna eleitoral será permitido ingresso ao recinto apenas dos candidatos, os membros da Comissão Especial Organizadora, equipe de apoio que a Comissão Especial Organizadora previamente determinar a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e representante do Ministério Público.

Art. 46º– Não coincidindo o número de cédulas com o número de votantes, em uma determinada urna, será assegurada a recontagem dos votos, devendo ser registrada em ata as alterações.

Art. 47º– Resolvidas as questões pela Mesa Apuradora, passar-se-á à apuração dos votos.

Art. 48º – As cédulas, na medida em que forem sendo abertas, serão examinadas e lidas em voz alta por um dos componentes da Mesa.

Parágrafo Único – As dúvidas relativas às cédulas somente poderão ser contestadas pelos fiscais natos.

Art. 49º – Os votos serão computados como válidos brancos ou nulos.

§ 1º - Considerar-se-á voto válido aquele que estiver assinalado pelo eleitor em espaço próprio da cédula, de modo a expressar sua vontade;

§ 2º - Considerar-se-á voto em branco aquele que não contiver manifestação do eleitor;

§ 3º - Serão nulas as cédulas que:

a) Não corresponderem ao modelo oficial;

b) Não estiverem devidamente rubricadas pelo Presidente da Mesa Eleitoral ou Secretário na sua ausência e Mesário;

c) Contiverem expressões, frases ou sinais estranhos ao Processo Eleitoral ou não estiverem na forma que estabelece o § 1º deste artigo;

d) Contiverem votos em mais de 05 (cinco) candidatos.

Art. 50º – Somente aos Membros das Mesas de Apuração será permitido o manuseio dos votos

Art. 51º – Terminada a apuração, o Secretário da Mesa lavrará a Ata dos Trabalhos, dela fazendo constar, além de outros dados que se tornarem necessários, o seguinte:

a) Indicação do dia, horário e local de abertura e de encerramento dos trabalhos de apuração;

b) Nomes dos componentes da Mesa Apuradora e suas funções e nomes dos fiscais natos presentes ao ato;

c) Número de assinaturas constantes das folhas de votação e o número de votos encontrados na urna;

d) Número de votos computados a cada candidato.

Art.52º – Encerrados os trabalhos de apuração dos votos e lavrada a respectiva Ata, caberá ao Presidente da Mesa de Apuração dos

votos transmitirem os resultados, por escrito, à Comissão Especial Organizadora.

Art. 53º – Encerrado o trabalho de todas as Mesas de Apuração, o Presidente da Comissão Especial Organizadora pronunciará o resultado da apuração, declarará o encerramento dos trabalhos e providenciará a imediata lavratura da respectiva ata de encerramento que será assinada por ele, demais membros da Comissão, candidatos presentes que assim desejarem, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e representante do Ministério Público.

SEÇÃO VII DAS IMPUGNAÇÕES

Art. 54º – Além da impugnação de candidatura, prevista nesta Resolução, qualquer cidadão morador do município, no gozo de seus direitos políticos, poderá apresentar impugnação quanto ao processo de apuração e do resultado da eleição de suplência do Conselho Tutelar.

Parágrafo único – A impugnação será formulada a partir de representação ou denúncia, devidamente fundamentada, sob pena de indeferimento sumário e deverá ser apresentada por escrito à Comissão Especial Organizadora, sendo vedado o anonimato (art. 5º, inciso IV da Constituição Federal), no prazo estabelecido no calendário eleitoral.

Art. 55º – A Comissão Especial Organizadora autuará o processo de impugnação por ordem numérica de entrada, e após a apreciação da representação ou denúncia, instruirá o processo com todos os documentos relacionados ao caso.

Art. 56º – Após instruir o processo de impugnação, a Comissão Especial Organizadora consultará a ata da respectiva Mesa Eleitoral. Parágrafo Único – Se os fatos apresentados forem estranhos à Comissão Especial Organizadora determinar-se-á, conforme o caso, diligências necessárias à lucidação dos fatos, garantindo-se o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Art. 57º – As oitivas das partes e testemunhas serão tomadas em audiência designada pela Comissão Especial Organizadora, lavrando-se os termos de depoimentos e os trabalhos realizados no dia, em ata própria, que será assinada por todos os presentes. Parágrafo Único – A audiência será dirigida por um membro da Comissão Especial Organizadora, nomeado pelo Presidente.

Art. 58º – Após o cumprimento do estabelecido nesta Resolução, a Comissão Especial Organizadora elaborará um relatório dos fatos e da instrução, manifestando-se, ao final, através de parecer, sobre a procedência ou improcedência da representação ou denúncia que será encaminhado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para deliberação.

Art. 59º – Proferida a deliberação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Comissão Especial Organizadora dará ciência às partes recorrentes, por escrito, mediante ofício.

SEÇÃO VIII DAS NULIDADES

Art. 60º – Será considerada nula a urna da Mesa Eleitoral quando for apurado vício previsto nesta Resolução que comprometa sua legitimidade.

Parágrafo Único – Não poderá a nulidade ser invocada por quem lhe deu causa.

SEÇÃO IX DA HOMOLOGAÇÃO

Art. 61º – Concluído os trabalhos da Comissão Eleitoral lavrar-se-á a Ata respectiva que será encaminhada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o resultado final do Pleito.

Art. 62º – Com o resultado final do Pleito o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente providenciará a classificação dos candidatos, homologando a eleição, através de edital, cuja publicação se dará em jornal de circulação do Município. Parágrafo único – Nos casos de empate serão adotados os critérios estabelecidos: pela maior idade e maior número de filhos.

Art. 63º – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente convocará os suplentes conforme a necessidade e ordem de classificação.

§ 1º - São impedidos de servir, no conselho, marido e mulher, companheiros e companheiras ascendentes e descendentes, sogro (a) e genro ou nora, irmãos, cunhados, primos, tios e sobrinhos, padrasto ou madrasta e enteado.

§ 2º – Estende o impedimento previsto no caput deste artigo à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 68º – O descumprimento dos dispositivos legais previstos nesta Resolução implicará na exclusão do candidato ao Pleito.

Art. 69º – Os casos omissos nesta Resolução serão dirimidos pela Comissão Especial Organizadora pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar.

ANDRESA DONEGÁ
PRESIDENTE CMDCA

ANEXO I

CALENÁRIO ELEITORAL PARA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES 2013/2015

Data	Processo de Escolha do Conselho Tutelar Gestão 2013/2015
Data	Processo de Escolha do Conselho Tutelar
12/04/2013	Plenária Ordinária do CMDCA – Aprovação do Edital nº 06/2013.
15/04/2013	Publicação Edital nº 06/2013 em jornais locais de maior circulação, no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, TV Gaspar, rádio local, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Escolas, Centro de Educação Infantil, Unidades de Saúde, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), Centro Educativo Maria Hendricks, Fórum de Justiça e do Conselho Tutelar.
16 a 18/04/2013	Prazo para impugnação do Edital nº 06/2013.

24/04/2013	Análise e resposta dos pedidos de impugnação
------------	--

1. DOS CANDIDATOS

20 a 24/05/2013	Inscrição dos candidatos – Horário: 08h às 13h (ininterruptamente) Local: Sala da Assessoria aos Conselhos.
05 e 06/06/2013	Análise das inscrições dos candidatos pela Comissão Especial Organizadora.
07/06/2013	Publicação da relação dos candidatos no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Sala da Assessoria aos Conselhos – CMDCA, do Fórum de Justiça e dos Conselhos Tutelares.
Em qualquer tempo	Prazo para impugnação das inscrições dos candidatos.
Em qualquer tempo	Análise dos pedidos de impugnação.
Em qualquer tempo	Publicação da análise da impugnação no site www.gaspar.sc.gov.br , a partir das 13h.
Em qualquer tempo	Prazo para apresentação da defesa.
Em qualquer tempo	Análise e julgamento da defesa.
28/06/2013	Publicação da relação dos candidatos, no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do Fórum de Justiça e dos Conselhos Tutelares.
02/07/2013	Prazo para recurso à plenária do CMDCA.
09/07/2013	Reunião Ordinária do CMDCA para análise, decisão e publicação.
12, 19, 26/07; 02 e 09/08/2013	Curso sobre a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente, para os candidatos à função de Conselheiro Tutelar.
14/08/2013	Publicação da relação oficial dos candidatos habilitados para Eleição do Conselho Tutelar, no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
19 e 20/08/2013	Inscrição de fiscais, para acompanhamento do processo de votação.
28/08/2013	Votação, das 09h às 17h, em local a ser definido pela Comissão Especial Organizadora.
28/08/2013	Apuração dos votos e homologação do resultado. Local da Apuração: Auditório da Prefeitura
29/08/2013	Publicação do resultado da votação no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do Fórum de Justiça e dos Conselhos Tutelares.
30/08; 02 e 03/09/2013.	Prazo para a impugnação do resultado da votação.
04/09/2013	Análise e julgamento, pela comissão, dos pedidos de impugnação do resultado da votação.
10/09/2013	Análise e julgamento, pelo CMDCA, dos pedidos de impugnação do resultado da votação.

11/09/2013	Publicação do resultado final do Processo de Escolha dos Suplentes do Conselho Tutelar Gestão 2013/2015 no site www.gaspar.sc.gov.br e em jornal local de maior circulação
------------	--

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar/SC - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GASPAR/SC - CMDCA

EDITAL Nº 06/2013

Torna público as Diretrizes do Processo de Escolha dos Membros Suplentes que irão compor o Conselho Tutelar de Gaspar, abre inscrições, estabelece o calendário e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, representado por sua Presidente, Andresa Donegá, no uso de suas atribuições legais, torna público, com base na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990; na Lei Complementar nº 51, de 07 de dezembro de 2012 e na Resolução nº 005 de 12 de abril de 2013, o Processo de Escolha dos Membros Suplentes que irão compor o Conselho Tutelar de Gaspar, obedecerá as seguintes regras:

1. DA INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS AO CONSELHO TUTELAR

1.1. O candidato suplente ao Conselho Tutelar deverá inscrever-se, mediante requerimento de inscrição, em anexo I, endereçado à Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ficha de inscrição, em anexo II, apresentando os seguintes documentos:

- a) Documento de identificação oficial com foto, que permita comprovar a idade superior a 21 anos;
- b) CPF;
- c) Título de eleitor;
- d) Atestado de saúde mental firmado por médico psiquiatra, neurologista ou que possua especialização em saúde mental;
- e) Atestado médico de saúde física;
- f) Certidões civis e criminais da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina e Justiça Federal, certidões negativas de débitos fiscais municipal, estadual e federal;
- g) Certidão Original expedida pela Justiça Eleitoral comprovando a quitação eleitoral;
- h) Documento que comprove residir no município de Gaspar por, no mínimo, 02(dois) anos, mediante comprovante de fatura de água, energia elétrica, telefone fixo ou IPTU;
- i) Cópia do Certificado de Conclusão de Curso de Nível Superior e Histórico Escolar;
- j) Declaração de que possui conhecimentos em informática básica, em anexo III;
- k) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida, no mínimo, de categoria B;
- l) Declaração de que possui disponibilidade para cumprir a carga horária exigida para o exercício da função, inclusive plantões, em anexo IV;

1.1.1. As fotocópias dos documentos previstos nas letras "A, B, C, I e K" deverão vir acompanhadas dos respectivos originais.

1.2. Será admitida inscrição por procuração com firma reconhecida, específica para este fim.

1.3. As inscrições dos candidatos suplentes ao Conselho Tutelar serão registradas individualmente recebendo número sequencial.

1.4. Os candidatos poderão requerer a utilização de apelido na cédula eleitoral. Na hipótese de apelidos idênticos, terá preferência o candidato que efetuou primeiramente sua inscrição.

1.5. O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que pretender concorrer ao cargo de Suplente do Conselho Tutelar deverá pedir afastamento da função no momento que assumir ao cargo de Conselheiro Tutelar Titular.

1.6. As inscrições deverão ser feitas nos dias, 20 a 24 de maio de 2013, das 08h às 13h, na Sala da Assessoria aos Conselhos, (GAS-CIC) na Avenida das Comunidades, n.º 133 - Centro Gaspar/SC.

1.7. Não serão admitidas inscrições após o período fixado no item 1.6 deste Edital.

2. DAS ETAPAS DE CLASSIFICAÇÃO

2.1. Os candidatos à função de suplente do Conselho Tutelar deverão passar, obrigatoriamente, pelas seguintes etapas classificatórias:

a) inscrição;

b) participação em curso específico;

2.2. Expirado o prazo de inscrição, a Comissão Especial Organizadora atuará os requerimentos protocolizados e analisará os documentos apresentados, conforme calendário oficial, encaminhando relação das candidaturas homologadas ao Conselho do Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para publicação.

2.3. No prazo fixado no calendário eleitoral poderão ser impugnadas as candidaturas mediante requerimento escrito, dirigido a Comissão Especial organizadora, que deverá ser protocolizado na Sala da Assessoria aos Conselhos, no horário das 08 às 12 horas e das 13 às 17 horas.

2.4. O candidato, cuja inscrição for impugnada, poderá apresentar defesa, conforme prazo estipulado no calendário oficial.

2.5. Serão indeferidas, de imediato, as impugnações desprovidas de fundamentos ou de provas.

2.6. Vencidas as fases para recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará relação no site www.gaspar.sc.gov.br, murais da Prefeitura, Fórum de Justiça, Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com os nomes dos candidatos habilitados à próxima etapa.

2.7. Homologada a inscrição, os candidatos participarão de curso específico sobre a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente, com carga horária de 40 (quarenta) horas, sendo considerado habilitado, nesta etapa, aquele com frequência mínima de 90% (noventa por cento), controlada através de lista de presença assinada no início e término de cada período, conforme data e horário estabelecidos no Calendário Oficial do Processo.

2.8. O candidato apto, segundo os critérios estabelecidos no item 2.7. deste Edital, estará habilitado a concorrer à vaga de Suplente Conselho Tutelar.

2.9. Concluído o curso, a Comissão Especial Organizadora remeterá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente relação dos candidatos habilitados contendo nome, número da inscrição e o número do documento oficial de identificação, para publicação.

3. DA PROPAGANDA ELEITORAL

3.1. Toda propaganda eleitoral será realizada sob a responsabilidade dos candidatos, os quais poderão responder solidariamente quanto aos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.2. Qualquer cidadão poderá dirigir denúncia à Comissão Especial Organizadora sobre a existência de propaganda irregular, devidamente fundamentada e acompanhada de provas.

3.3. Recebida a denúncia, a Comissão Especial Organizadora procederá à análise e dará ciência, por escrito, ao candidato, concedendo-lhe o prazo de até 02 (dois) dias úteis para apresentar defesa.

3.4. As denúncias anônimas ou desprovidas de fundamento ou de provas serão rejeitadas e arquivadas.

3.5. Caberá à Comissão Organizadora a realização dos procedimentos relativos à apuração das denúncias até a decisão final, podendo ouvir testemunhas, determinar a juntada de provas e efetuar diligências.

3.6. Procedente a denúncia, a Comissão Especial Organizadora poderá determinar a suspensão da propaganda, o recolhimento do material, bem como propor ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a cassação da candidatura.

3.7. Não será permitido nenhum tipo de propaganda no dia da escolha dos candidatos, sendo que a não observância poderá ser denunciada à Comissão Especial Organizadora no prazo máximo de 02 (duas) horas da ocorrência do fato, procedendo-se à análise em igual prazo.

4. DA ESCOLHA DOS CANDIDATOS

4.1. Data da Escolha: 28 de agosto de 2013 (quarta- feira)
Horário: das 09h às 17h

Locais: Bateias (EEB Luiz Franzói), Margem Esquerda (EEB Norma Mônica Sabel), Santa Terezinha (Centro de Referência de Assistência Social - CRAS), Centro (Auditório da Prefeitura) e Bela Vista (Centro de Referência de Assistência Social - CRAS) e Belchior Central (EEB Belchior).

4.2. O cidadão gasparense que possuir título de eleitor poderá votar:

4.2.1. Em até 05 (cinco) candidatos, para suplente do Conselho Tutelar.

4.3. O candidato poderá inscrever um fiscal (maior de 21 anos), por local de votação, para acompanhar todo o Processo de Votação, formulário em anexo V.

4.4. A solicitação de inscrição de fiscal deverá ser encaminhada à Comissão Especial Organizadora, instalada na sala da assessoria aos conselhos até 05 (cinco) dias úteis antes do processo de votação, conforme calendário oficial.

4.7. Ficarão desta nominata, os suplentes observados à ordem decrescente de votos.

4.8. Havendo empate no número de votos, será considerado eleito o candidato que possuir a maior idade. Persistindo o empate será considerado eleito aquele que possuir o maior número de filhos.

4.9. O resultado do processo de votação poderá ser impugnado no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da publicação oficial, mediante recurso encaminhado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que analisará e julgará em igual prazo.

5. CALENDÁRIO OFICIAL

Data	Processo de Escolha do Conselho Tutelar
12/04/2013	Plenária Ordinária do CMDCA – Aprovação do Edital nº 06/2013.
15/04/2013	Publicação Edital nº 006/2013 em jornais locais de maior circulação, no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, TV Gaspar, rádio local, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Escolas, Centro de Educação Infantil, Unidades de Saúde, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), Centro Educativo Maria Hendricks, Fórum de Justiça e do Conselho Tutelar.
16 a 18/04/2013	Prazo para impugnação do Edital nº 006/2013.
24/04/2013	Análise e resposta dos pedidos de impugnação.

6. DOS CANDIDATOS

20 a 24/05/2013	Inscrição dos candidatos – Horário: 08h às 13h (ininterruptamente) Local: Sala da Assessoria aos Conselhos.
05 e 06/06/2013	Análise das inscrições dos candidatos pela Comissão Especial Organizadora.
07/06/2013	Publicação da relação dos candidatos no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Sala da Assessoria aos Conselhos – CMDCA, do Fórum de Justiça e dos Conselhos Tutelares.
Em qualquer tempo	Prazo para impugnação das inscrições dos candidatos.
Em qualquer tempo	Análise dos pedidos de impugnação.
Em qualquer tempo	Publicação da análise da impugnação no site www.gaspar.sc.gov.br , a partir das 13h.
26/06/2013	Prazo para apresentação da defesa.
27/06/2013	Análise e julgamento da defesa.
28/06/2013	Publicação da relação dos candidatos, no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do Fórum de Justiça e dos Conselhos Tutelares.
02/07/2013	Prazo para recurso à plenária do CMDCA.
09/07/2013	Reunião Ordinária do CMDCA para análise, decisão e publicação.
12, 19, 26/07; 02 e 09/08/2013	Curso sobre a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente, para os candidatos à função de Conselheiro Tutelar.
14/08/2013	Publicação da relação oficial dos candidatos habilitados para Eleição do Conselho Tutelar, no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
19 e 20/08/2013	Inscrição de fiscais, para acompanhamento do processo de votação.
28/08/2013	Votação, das 09h às 17h, em local a ser definido pela Comissão Especial Organizadora e publicado em edital.
28/08/2013	Apuração dos votos e homologação do resultado. Local da Apuração: Auditório da Prefeitura
29/08/2013	Publicação do resultado da votação no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do Fórum de Justiça e dos Conselhos Tutelares.
30/08; 02 e 03/09/2013.	Prazo para a impugnação do resultado da votação.

04/09/2013	Análise e julgamento, pela comissão, dos pedidos de impugnação do resultado da votação.
10/09/2013	Análise e julgamento, pelo CMDCA, dos pedidos de impugnação do resultado da votação.
11/09/2013	Publicação do resultado final do Processo de Escolha dos Suplentes do Conselho Tutelar Gestão 2013/2015 no site www.gaspar.sc.gov.br e em jornal local de maior circulação

7. A função de conselheiro tutelar será exercida com a carga horária de 30 horas semanais acrescida dos plantões.

8. A remuneração mensal será de R\$ 1.619,05 acrescidos de Auxílio Alimentação no valor de R\$ 301,00.

9. Maiores informações poderão ser obtidas na Assessoria aos Conselhos, através dos telefones (47) 3397-0068/3397-0047, ou site www.gaspar.sc.gov.br.

10. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Organizadora em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Gaspar, 15 de abril de 2013.

ANDRESA DONEGÁ
Presidente do CMDCA

ANEXO I

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO A SUPLÊNCIA DO CONSELHO TUTELAR

Ao

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Ilma. Sra.

ANDRESA DONEGÁ
Presidente

Venho através deste requerer inscrição para concorrer ao cargo de Suplente do Conselho Tutelar:

Nome: _____

Profissão: _____

Local de Trabalho: _____

RG: _____

CPF: _____

Fone Residencial: _____ Comercial: _____
Celular: _____

Obs: Declaro estar de pleno acordo com o Edital nº 005/2013 do Processo de Escolha dos Membros Suplentes do Conselho Tutelar de Gaspar, responsabilizando-me por todas as informações acima declaradas.

Nestes termos pede deferimento.

Gaspar, ____/____/____

Assinatura do Candidato

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO Nº _____ Nome: _____	
Nome para cédula eleitoral: _____	
Estado Civil: _____	Sexo: _____
Data de Nascimento: ____/____/____ Naturalidade: _____	
RG: _____	
Endereço: _____	
Bairro: _____ CEP: _____	
Profissão: _____	Escolaridade: _____
Curso: _____	
Especialização: _____	
E-mail: _____	Telefone: _____
(res.) _____	
(cel.) _____	

DOCUMENTOS APRESENTADOS Fotocópia de Documento oficial com foto, que permita comprovar a idade superior a 21 anos.
Fotocópia do CPF.
Fotocópia do Título de Eleitor.
Declaração do comprovante de residência no município de Gaspar.
Certidão e/ou comprovante de quitação eleitoral.
Certidão negativa das Varas Cíveis e Criminais da Comarca de Gaspar.
Certidão negativa da Justiça Federal, instalada no município de Gaspar.
Fotocópia do certificado de conclusão do ensino superior.
Atestado de médico especialista na área de saúde mental que prove boas condições de saúde e atestado físico.
Declaração de que possui conhecimentos em informática básica.
Fotocópia da Carteira de habilitação válida, no mínimo, de categoria B.
Declaração de que possui disponibilidade para cumprir a carga horária exigida para o exercício da função, inclusive plantões.
OBS: Declaro estar em pleno acordo com o Edital nº 005/2013 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Assinatura do Candidato _____

Assinatura do responsável Data: ____/____/____
Horário: ____ h ____ min pelo recebimento da Inscrição

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que eu, _____ portador(a) do RG _____ e CPF _____, possuo conhecimentos de informática básica, necessários para o desempenho da função de conselheiro(a) tutelar.

Gaspar, ____/____/____

Assinatura do Candidato _____

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que eu, _____ portador(a) do RG _____ e CPF _____, possuo disponibilidade para cumprir a carga horária exigida para o exercício da função de conselheiro(a) tutelar, inclusive plantões.

Gaspar, ____/____/____

Assinatura do Candidato _____

ANEXO V

INSCRIÇÃO DE FISCAL

Eu _____ portador (a) do RG _____ e CPF _____, candidato a função de suplentes do Conselho Tutelar, venho através deste requerer a inscrição de

_____, para desempenhar a função de fiscal para acompanhar o processo de votação eleitoral do conselho tutelar.

Local da Fiscalização:

- ☐ Centro
☐ Santa Terezinha
☐ Margem Esquerda
☐ Bateias
☐ Bela Vista
☐ Belchior Central

Gaspar, ____/____/____

Assinatura do Candidato _____

SAMAE**Extrato do Aditivo do Contrato Nº 13/2010 - SAMAE**
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2013

Número do contrato: 13/2010 - Número do Aditivo: 7 (Aditivo de Reajuste)

Data vigência: 15/04/2013

Data vencimento: 31/12/2013

Número da Licitação: 2/2010 - Modalidade: Concorrência

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: SAY MULLER SERVIÇOS LTDA. EPP - CNPJ do contratado: 07.336.801/0001-71

Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e compactáveis domiciliares, comercial-industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do Município de Gaspar.

Valor acrescido: R\$ 67.678,78 (sessenta e sete mil seiscentos e setenta e oito reais e setenta e oito centavos).

Gaspar (SC), em 15 de abril de 2013.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços Nº 001/13

Ata de Registro de Preços nº 001/13

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Ata de Registro de Preços nº 001/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.

CONTRATADO: Metropolitana Viagens e Turismo Ltda.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação, endosso e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais em vôos regulares, destinados aos servidores quando em viagens a serviço ou de interesse do município de Governador Celso Ramos.

PRAZO: 12 meses.

Governador Celso Ramos, 18 de abril de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 017/2013

Extrato de Contrato Nº 017/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2013

EMPRESA CONTRATADA: SETUF - Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Passageiros da Grande Florianópolis.

OBJETO: Celebração de contrato/termo de aceite para venda de créditos eletrônicos de vale-transporte, cessão de uso do cartão vale-transporte e a prestação de serviço de carga a bordo de crédito eletrônicos de vale-transporte através do aplicativo SIS.

Valor do contrato: R\$ 69.750,00

Prazo de fornecimento: 31/12/2013.

Governador Celso Ramos, 17 de abril de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Nº 018/2013

Extrato de Contrato Nº 018/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2013

EMPRESA CONTRATADA: SETUF - Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Passageiros da Grande Florianópolis.

OBJETO: Celebração de contrato/termo de aceite para venda de créditos eletrônicos de vale-transporte, cessão de uso do cartão vale-transporte e a prestação de serviço de carga a bordo de crédito eletrônicos de vale-transporte através do aplicativo SIS.

Valor do contrato: R\$ 84.006,00

Prazo de fornecimento: 31/12/2013.

Governador Celso Ramos, 17 de abril de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Nº 019/2013

Extrato de Contrato Nº 019/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2013

EMPRESA CONTRATADA: SETUF - Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Passageiros da Grande Florianópolis.

OBJETO: Celebração de contrato/termo de aceite para venda de créditos eletrônicos de vale-transporte, cessão de uso do cartão vale-transporte e a prestação de serviço de carga a bordo de crédito eletrônicos de vale-transporte através do aplicativo SIS.

Valor do contrato: R\$ 159.012,00.

Prazo de fornecimento: 31/12/2013.

Governador Celso Ramos, 17 de abril de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Nº 021/2013

Extrato de Contrato Nº 021/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/2013

EMPRESA CONTRATADA: Leci Anatalício Junckes ME

OBJETO: Celebração de contrato de fornecimento de cestas básicas para atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social, cadastradas na Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Governador Celso Ramos.

Valor do contrato: R\$ 41.150,00

Prazo de fornecimento: 31/12/2013.

Governador Celso Ramos, 17 de abril de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

Extrato do Primeiro Termo Aditivo Referente ao Contrato Nº 002/13

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 002/13

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 002/2013.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.

CONTRATADO: POSTO TEXACO

OBJETO: Contratação de empresa por dispensa de licitação, em caráter emergencial, para fornecimento de combustíveis e lubrificantes, destinados a frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA: o PRESENTE Termo Aditivo terá início na data de sua assinatura pelas partes, e vigorará até 01 de Junho de 2013, em obediência a Lei nº 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 18 de abril de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Extrato do Primeiro Termo Aditivo Referente ao Contrato Nº 065/12

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 065/12
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 065/2012.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.
CONTRATADO: CASSOL PRÉ-FABRICADOS Ltda.

OBJETO: Aditivo para complemento (Capeamento, Guarda-Rodas e cabeceiras) para as pontes contratadas conforme autorização de fornecimento nº 728/2012 de 25/07/2012. Fica prorrogado o prazo original do contrato previsto no Termo de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório, datado de 25 de julho de 2012, para 60 dias a contar do presente termo.

Governador Celso Ramos, 18 de abril de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Extrato do Primeiro Termo Aditivo Referente ao Contrato Nº 075/12

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 075/12
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 075/2012.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.
CONTRATADO: Construtora De Ângelo Ltda-EPP

OBJETO: Aditivo para complemento referente à ampliação da Unidade de Saúde de Calheiros e nova área de Fisioterapia. Fica prorrogado o prazo original do contrato previsto no Termo de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório, datado de 18 de junho de 2012, para 60 dias a contar do presente termo.

Governador Celso Ramos, 18 de abril de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Guaramirim**PREFEITURA****Errata de Edital Nº25/2013 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
4º ERRATA DO EDITAL
Edital: Pregão - 25/2013
Tipo : Menor Preço - por lote

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE FOTO-COPIADORAS

Justificativa: Devido a alterações na descrição e número dos itens deste edital, altera-se a data e o horário da entrega dos envelopes, do credenciamento e da abertura do processo licitatório para:
Dia: 03 de maio de 2013
Horário: 13:30 horas

GUARAMIRIM (SC), 19/04/2013.
LAURO FROHLICH
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste**PREFEITURA****Pregão Presencial Nº 002/2013**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2013

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

Registro de Preços para eventual aquisição de Material de Higiene e Limpeza para uso das diversas Secretarias e Fundos Municipais pelo período de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 13:00 horas do dia 06/05/2013.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 14,95 (quatorze reais e noventa e cinco centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 17 de abril de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 005/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2013

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

Aquisição de Ambulância Tipo - A e veículos passeio para uso nas unidades de saúde do município de Herval d'Oeste.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 15:00 horas do dia 03/05/2013.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de

14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 14,95 (quatorze reais e noventa e cinco centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 17 de abril de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 006/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2013

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

Aquisição de um trator agrícola e uma enfardadeira para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente através do Convênio PRO-DESA Nº 0385.503-18

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 15:00 horas do dia 08/05/2013.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 14,95 (quatorze reais e noventa e cinco centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 17 de abril de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

Lei Nº 520/2013

LEI N.º 520, de 15 de Abril de 2013.

"ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 46 DA LEI Nº 255/2004"

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 88, Inciso III da Lei Orgânica do Município. Faço saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1.º O Artigo 46 da Lei nº 255 de 07 de Janeiro de 2004, passará a vigorar com o acréscimo do parágrafo único, com a seguinte redação.

"Art.46:

PARÁGRAFO ÚNICO: Poderá ser descontado dos vencimentos do servidor ativo ou inativo em débito com o erário Público Municipal, um percentual máximo de 50% (cinquenta por cento) até quitação plena do débito.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 15 DE ABRIL DE 2013.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA

SECR.DA ADM.E DA FAZENDA

Imbituba

PREFEITURA

Decreto PMI 044.2013

DECRETO PMI/SEAGP Nº 044, de 18 de abril de 2013.

Institui o Fórum Municipal de Educação de Imbituba.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso VII do artigo 93, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Instituir o Fórum Municipal de Educação de Imbituba, propositivo e mobilizador de participação, que tem por finalidade coordenar a Conferência Municipal de Educação de Imbituba, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações e promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum de Educação Estadual e dos demais Municípios.

Art.2º Compete ao Fórum Municipal de Educação:

I - Convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação, bem como divulgar suas deliberações;

II - Elaborar seu regimento Interno, bem como o da Conferência Municipal de Educação;

III- Acompanhar e avaliar o processo de encaminhamento das

PEGAS
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

deliberações da Conferência Municipal de Educação;
IV - Zelar para que a Conferência Municipal de Educação esteja articulada com a Conferência Estadual de Educação;
V - Realizar as etapas da CONAE;
VI - Planejar e organizar espaços de discussão com a Sociedade, visando o debate sobre as Políticas da Educação;
VII - Articular a implementação das diretrizes e deliberações tomadas nas edições da CONAE;
VIII - Organizar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, a Conferência Municipal de Educação, em data aprazada no mês de maio do ano de 2013;
IX - Acompanhar a tramitação do Novo PNE;

Art. 3º O Fórum terá acesso às informações e estatísticas educacionais, necessárias para o bom desempenho de seu trabalho.

Art. 4º O Fórum Municipal de Educação será integrado por membros representantes dos seguintes órgãos e entidades:

1. Secretaria Municipal de Educação (SME), representada por:

- a) Gestores da Educação (público e privado);
- b) Trabalhadores da Educação (público e privado);
- c) Estudantes (público e privado);
- d) Pais (público e privado);
- e) Comissão de Educação na Câmara Municipal;
- f) Ministério Público Local;
- g) Conselho Municipal de Educação;
- h) Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- i) Conselho Tutelar;
- j) Movimentos Sindicais;
- k) Instituição de Ensino Superior;

2) Escolas Profissionalizantes;

- a) Clubes de Serviço;
- b) Corpo de Bombeiros;
- c) Polícia Militar;
- d) Secretaria da Saúde;
- e) Secretaria do Desenvolvimento Social e Habitação;
- f) Secretaria da Cultura;
- g) Secretaria de Esportes;
- h) APAE;
- i) ACIM / CDL;
- j) Associações;
- k) Outras Instituições do Município voltadas aos diferentes níveis e modalidades de ensino (público e privado).

Parágrafo único. Demais órgãos ou entidades interessadas em participar, poderão inscrever-se, de acordo com as normas constantes no Regimento Interno.

Art. 5º Os representantes de que trata o art. 4º deste Decreto, serão indicados pelos dirigentes dos órgãos e entidades a que pertencem e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Serão indicados um titular e um suplente para cada órgão ou entidade, conforme o art. 4º.

Art. 6º Os representantes de que trata o art. 4º deste decreto não serão remunerados por sua atuação, a qualquer título, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Art. 7º A estrutura e os procedimentos operacionais do Fórum Municipal de Educação constarão do seu Regimento Interno, aprovado em reunião convocada para esse fim, observadas as disposições deste decreto.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de abril de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

MICHELA DA SILVA FREITAS
Secretária Municipal de Educação

Portaria PMI/DGP Nº 209/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 209, de 18 de abril de 2013.

Dispõe sobre o cancelamento de Portaria, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar, a Portaria PMI/DGP nº 168, de 04 de abril de 2013, por tratar-se de ato já regulamentado anteriormente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de abril de 2013.
ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 210/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 210, de 18 de abril de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Gerente do Contencioso Trabalhista da Procuradoria Geral do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DIEGO SILVEIRA, brasileiro, Advogado OAB/SC nº 23.867, inscrito no CPF sob o n.º 036.572.919-11, para exercer o cargo de Gerente do Contencioso Trabalhista da Procuradoria Geral do Município, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º O nomeado perceberá gratificação de 75% (setenta e cinco por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 37, § 2º, III da LC nº 4.161/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de abril de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 211/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 211, de 18 de abril de 2013.
Dispõe sobre a nomeação de Gerente do Contencioso Tributário da Procuradoria Geral do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear EUCLIDES DE OLIVEIRA PORTO, brasileiro, Advogado OAB/SC nº 28.613, inscrito no CPF sob o n.º 578.638.069-68, para exercer o cargo de Gerente do Contencioso Tributário da Procuradoria Geral do Município, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º O nomeado perceberá gratificação de 75% (setenta e cinco por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 37, § 2º, III da LC nº 4.161/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de abril de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 212/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 212, de 18 de abril de 2013.
Dispõe sobre a nomeação de Procurador, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, MARLON TESTONI BATISTI, brasileiro, Advogado - OAB/SC nº 32.631, inscrito no CPF sob o nº 010.075.639-58, para exercer o cargo de Procurador, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 1º de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de abril de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 213/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 213, de 18 de abril de 2013.
Dispõe sobre a nomeação de Gerente de Gestão de Pessoas, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANDREZA BARCELOS CARVALHO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 051.581.209-94, para exercer o cargo de Gerente de Gestão de Pessoas junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º A nomeada perceberá gratificação de 75% (setenta e cinco por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 37, § 2º, III da LC nº 4.161/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de abril de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 29/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 36/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 03 de maio de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de empresa para aquisição de material didático e de expediente e escolar para atender as escolas da rede pública municipal de ensino e secretaria da educação, cultura e esporte. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 22 de abril de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Edital SEAGP Nº 013/2013

EDITAL SEAGP Nº 013/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO
Nº 01/2010.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 01/2010, divulgado através do Edital nº 01/2010, de 12 de novembro de 2010, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2010, de 07 de fevereiro de 2011, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 01/2010, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 19 de Abril a 18 de Maio de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 19 de abril de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

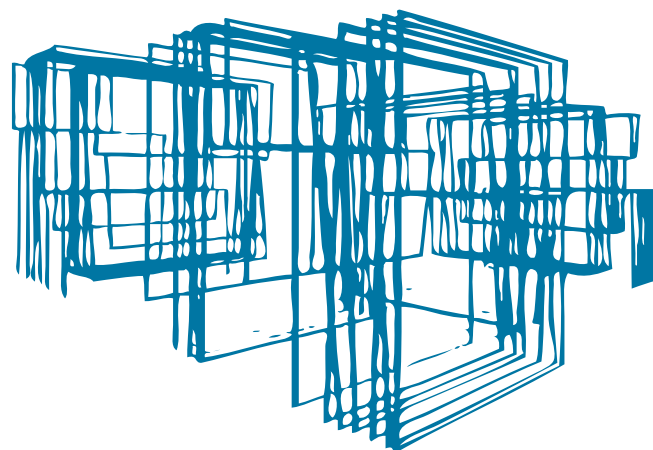
EDITAL SEAGP Nº 013/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

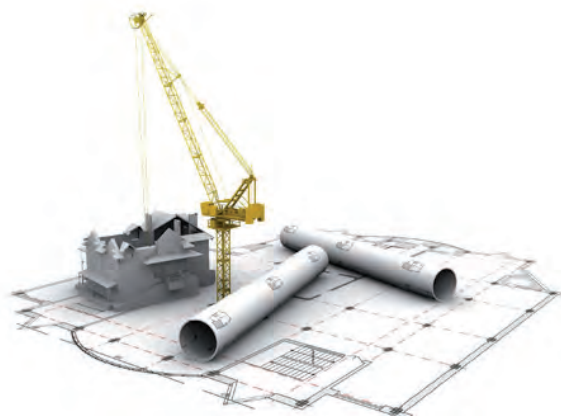
Enfermeiro

Michelle Minikowski Atallah



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ipumirim

PREFEITURA

Processo de Licitação Nº 22/2013, Carta Convite Nº 4/2013

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº 4/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2013

Valdir Zanella - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de CARTA CONVITE, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 03/05/2013, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 03/05/2013. Objeto da licitação: Contratação de Banda, Orquestra ou Grupo Musical para acompanhamento dos participantes do VI Festival Municipal da Canção de Ipumirim-SC, e o IV Festival Regional da Canção de Inverno de Ipumirim-SC, a ser realizado nos dias 20, 21 e 22 de Junho de 2013. Interessados poderão se autoconvocar em até 24 (vinte e quatro) horas antes do prazo fixado para a apresentação das propostas nos termos do § 3º do art. 22 da Lei 8.666/93. O local e horário para retirada do Edital e para esclarecimentos e informações aos interessados, poderá ser obtido junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico a ser enviado por fax através do número sobredito ou e-mail compras@ipumirim.sc.gov.br.

Ipumirim - SC, 19/04/2013

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 10/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 10/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2009, Processo de Licitação nº 50/2009, homologado em 21 de outubro de 2009.

Objeto: SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 88/2009 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2013, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA TS TRANSPORTES COLETIVOS LTDA.

Valor: R\$ 193,36 (Cento e Noventa e Três Reais e Trinta e Seis Centavos)

Assinatura: 04/04/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: TS TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, situada na RUA DOM PEDRO II Nº 44, Bairro centro, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.800.470/0001-46.

Extrato de Contrato Nº 11/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 11/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2011, Processo de Licitação nº 84/2011, homologado em 12 de janeiro de 2012

Objeto: QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO nº 11/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2013, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA TRANSPORTES ALESSI LTDA.

Valor: R\$ 851,78 (Oitocentos e Cinquenta e Um Reais e Setenta e Oito Centavos)

Assinatura: 04/04/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: TRANSPORTES ALESSI LTDA, situada na RUA SETE DE SETEMBRO, S/N, Bairro CENTRO, cidade de LINDOIA DO SUL-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.297.012/0001-21.

Extrato de Contrato Nº 12/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 12/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2009, Processo de Licitação nº 50/2009, homologado em 21 de outubro de 2009.

Objeto: OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO nº 87/2009 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2013, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA NEIVOR MARCOS ZONTA & CIA LTDA.

Valor: R\$ 223,11 (Duzentos e Vinte e Três Reais e Onze Centavos)

Assinatura: 04/04/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: NEIVOR MARCOS ZONTA & CIA LTDA, situada na RUA 7 DE SETEMBRO, Bairro CENTRO, cidade de LINDOIA DO SUL-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.788.333/0001-90.

Extrato de Contrato Nº 13/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 13/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2012, Processo de Licitação nº 46/2012, homologado em 14 de maio de 2012.

Objeto: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 50/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA NEIVOR MARCOS ZONTA & CIA LTDA, PARA O ANO LETIVO DE 2013.

Valor: R\$ 575,84 (Quinhentos e Setenta e Cinco Reais e Oitenta e Quatro Centavos)

Assinatura: 04/04/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: NEIVOR MARCOS ZONTA & CIA LTDA, situada na RUA 7 DE SETEMBRO, Bairro CENTRO, cidade de LINDOIA DO SUL-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.788.333/0001-90.

Extrato de Contrato Nº 13/2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 13/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2013, Processo de Licitação nº 8/2013, homologado em 04 de abril de 2013

Objeto: O presente contrato tem por objeto aquisição de equipamentos hospitalares destinados à Unidade Básica de Saúde, em atendimento ao repasse efetuado pelo Ministério da Saúde, nos termos da proposta 82814.575000/1100-04.

Valor: R\$ 13.851,00 (Treze Mil Oitocentos e Cinquenta e Um Reais)

Assinatura: 05/04/2013 Vigência: 05/04/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA, situada na RUA URUGUAI, 1123-E SALA 01, Bairro CENTRO, cidade de CHAPECO-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.756.441/0001-43.

Extrato de Contrato Nº 14/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 14/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2012, Processo de Licitação nº 46/2012, homologado em 14 de maio de 2012.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 51/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA - ME, PARA O ANO LETIVO DE 2013.

Valor: R\$ 265,67 (Duzentos e Sessenta e Cinco Reais e Sessenta e Sete Centavos)

Assinatura: 04/04/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA-ME, situada na RUA BARÃO DO RIO BRANCO Nº 259, Bairro CENTRO, cidade de LINDÓIA DO SUL-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.484.311/0001-72.

Extrato de Contrato Nº 14/2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 14/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2013, Processo de Licitação nº 8/2013, homologado em 04 de abril de 2013.

Objeto: O presente contrato tem por objeto aquisição de equipamentos hospitalares destinados à Unidade Básica de Saúde, em atendimento ao repasse efetuado pelo Ministério da Saúde, nos termos da proposta 82814.575000/1100-04.

Valor: R\$ 7.099,00 (Sete Mil e Noventa e Nove Reais)

Assinatura: 05/04/2013 Vigência: 05/04/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: SILME'S COMÉRCIO DE PROD. ODONT. LTDA - ME, situada na Rua AVENIDA OSCAR BARCELOS, Nº 380, Bairro CENTRO, cidade de Rio do Sul-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.989.294/0001-87.

Extrato de Contrato Nº 15/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 15/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2011, Processo de Licitação nº 78/2011, homologado em 02 de janeiro de 2012.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 07/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2013, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA VALDECIR FALABRETTI ME.

Valor: R\$ 237,52 (Duzentos e Trinta e Sete Reais e Cinquenta e Dois Centavos)

Assinatura: 04/04/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: VALDECIR FALABRETTI ME, situada na BOM SUCESO, Bairro RURAL, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.025.975/0001-53.

Extrato de Contrato Nº 15/2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 15/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2013, Processo de Licitação nº 8/2013, homologado em 04 de abril de 2013.

Objeto: O presente contrato tem por objeto aquisição de equipamentos hospitalares destinados à Unidade Básica de Saúde, em atendimento ao repasse efetuado pelo Ministério da Saúde, nos termos da proposta 82814.575000/1100-04

Valor: R\$ 420,00 (Quatrocentos e Vinte Reais)

Assinatura: 05/04/2013 Vigência: 05/04/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA, situada na RUA PROF. EDWALDO CANEZIN TOSCHI Nº 435, Bairro VILA FELIZ, cidade de Apucarana-PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.918.622/0001-08.

Extrato de Contrato Nº 16/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 16/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2012, Processo de Licitação nº 66/2012, homologado em 20 de julho de 2012.

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 68/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2013, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA WELLITUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME.

Valor: R\$ 704,54 (Setecentos e Quatro Reais e Cinquenta e Quatro Centavos)

Assinatura: 04/04/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: WELLITUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA-ME, situada na ESTRADA LINHA DO MEIO S/N, Bairro INTERIOR, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.569.819/0001-89.

Extrato de Contrato Nº 16/2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 16/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2013, Processo de Licitação nº 8/2013, homologado em 04 de abril de 2013.

Objeto: O presente contrato tem por objeto aquisição de equipamentos hospitalares destinados à Unidade Básica de Saúde, em atendimento ao repasse efetuado pelo Ministério da Saúde, nos termos da proposta 82814.575000/1100-04

Valor: R\$ 24.752,80 (Vinte e Quatro Mil Setecentos e Cinquenta e Dois Reais e Oitenta Centavos).

Assinatura: 05/04/2013 Vigência: 05/04/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, situada na ESTRADA BOA ESPERANCA, 2320, Bairro FUNDO CA-NOAS, cidade de Rio do Sul-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.802.002/0001-02.

Extrato de Contrato Nº 17/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 17/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2011, Processo de Licitação nº 78/2011, homologado em 02 de janeiro de 2012.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 04/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2013, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA TRANSPORTES POZZA LTDA ME.

Valor: R\$ 241,19 (Duzentos e Quarenta e Um Reais e Dezenove Centavos)

Assinatura: 04/04/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: TRANSPORTES POZZA LTDA ME, situada na BOM SUCESSO, Bairro RURAL, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.447.836/0001-39.

Extrato de Contrato Nº 17/2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 17/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2013, Processo de Licitação nº 8/2013, homologado em 04 de abril de 2013.

Objeto: O presente contrato tem por objeto aquisição de equipamentos hospitalares destinados à Unidade Básica de Saúde, em atendimento ao repasse efetuado pelo Ministério da Saúde, nos termos da proposta 82814.575000/1100-04.

Valor: R\$ 500,00 (Quinhentos Reais)

Assinatura: 05/04/2013 Vigência: 05/04/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LTDA, situada na RUA ANTONIO GRAVATÁ Nº 136 A, Bairro Betânia, cidade de Belo Horizonte-MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.897.039/0001-00.

Extrato de Contrato Nº 18/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 18/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2011, Processo de Licitação nº 78/2011, homologado em 02 de janeiro de 2012.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 08/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2012, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA ODAIR CAGLIARI ME.

Valor: R\$ 348,73 (Trezentos e Quarenta e Oito Reais e Setenta e Três Centavos)

Assinatura: 04/04/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: ODAIR CAGLIARI ME, situada na RUA FORTUNATO ZOLET, 148, Bairro SANTA CRUZ, cidade de CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.268.319/0001-53.

Extrato de Contrato Nº 19/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 19/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2011, Processo de Licitação nº 25/2011, homologado em 12 de abril de 2011.

Objeto: QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 54/2011, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA MARCOS MAURICIO HELBING ME.

Valor: R\$ 145,48 (Cento e Quarenta e Cinco Reais e Quarenta e Oito Centavos)

Assinatura: 04/04/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: MARCOS MAURICIO HELBING ME, situada na RUA BENTO GONÇALVES, 20, Bairro CENTRO, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.168.725/0001-03.

Extrato de Contrato Nº 20/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 20/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2009, Processo de Licitação nº 20/2009, homologado em 08 de abril de 2009.

Objeto: OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 44/2009 QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA MARCOS MAURICIO HELBING ME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2.013.

Valor: R\$ 96,59 (Noventa e Seis Reais e Cinquenta e Nove Centavos)

Assinatura: 04/04/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: MARCOS MAURICIO HELBING ME, situada na RUA BENTO GONÇALVES, 20, Bairro CENTRO, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.168.725/0001-03.

Extrato de Contrato Nº 21/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 21/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2011, Processo de Licitação nº 78/2011, homologado em 02 de janeiro de 2012.

Objeto: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 05/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2013, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA MARCOS MAURICIO HELBING ME.

Valor: R\$ 123,25 (Cento e Vinte e Três Reais e Vinte e Cinco Centavos)

Assinatura: 04/04/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: MARCOS MAURICIO HELBING ME, situada na RUA BENTO GONÇALVES, 20, Bairro CENTRO, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.168.725/0001-03.

Extrato de Contrato Nº 22/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 22/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2011, Processo de Licitação nº 25/2011, homologado em 12 de abril de 2011.

Objeto: QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 53/2011, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA ODAIR CAGLIARI ME.

Valor: R\$ 199,39 (Cento e Noventa e Nove Reais e Trinta e Nove Centavos)

Assinatura: 04/04/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: ODAIR CAGLIARI ME, situada na RUA FORTUNATO ZOLET, 148, Bairro SANTA CRUZ, cidade de CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.268.319/0001-53.

Extrato de Contrato Nº 23/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 23/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CARTA CONVITE Nº 2/2013, Processo de Licitação nº 13/2013, homologado em 09 de abril de 2013.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços em regime de empreiteira global de (material mão de obra), para execução de reforma de passarelas sobre o Rio Engano, situada no acesso à Creche Municipal Pedacinho do Céu e acesso ao Bairro Industrial (empresa Agrofrango) no Município de Ipumirim, conforme memorial descritivo e planilha orçamentária anexa ao edital.

Valor: R\$ 49.856,68 (Quarenta e Nove Mil Oitocentos e Cinquenta e Seis Reais e Sessenta e Oito Centavos)

Assinatura: 10/04/2013 Vigência: 10/10/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: ESQUADRIAS METALICAS SB LTDA, situada na RUA ANTONIO JOSE TECHIO, Bairro CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.482.477/0001-00.

Extrato de Contrato Nº 24/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 24/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade PREGRÃO ELETRÔNICO Nº 72/2011b, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23034.025047/2011-55.

Objeto: cont. de solução integrada interativa de computador e projeção, denominada Computador Interativo e Solução de Lousa Digital, para o atendimento das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades autorizadas a aderir ao prog. de acordo com a legislação específica vigente, para atender ao Prog. Nacional de Tec. Educ.(PROINFO) do Ministério da Educ., ref. ao item 01 COMP. INTERATIVO, do Pregão Eletrônico nº72 /2011b,FNDE/MEC,Proc. Adm. nº23034.025047/2011-55.

Valor: R\$ 9.125,00 (Nove Mil Cento e Vinte e Cinco Reais)

Assinatura: 10/04/2013 Vigência: 10/04/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM.

Contratado: DARUMA TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S/A, situada na AV INDEPENDENCIA, Bairro LOTEAMENTO INDUSTRIA, cidade de Taubaté-SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.170.289/0001-25.

Extrato de Contrato Nº 9/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 9/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2011, Processo de Licitação nº 78/2011, homologado em 02 de janeiro de 2012.

Objeto: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 06/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2013, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA TS TRANSPORTES COLETIVOS LTDA.

Valor: R\$ 1.810,24 (Um Mil Oitocentos e Dez Reais e Vinte e Quatro Centavos)

Assinatura: 04/04/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: TS TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, situada na RUA DOM PEDRO II Nº 44, Bairro centro, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.800.470/0001-46.

Irineópolis

PREFEITURA

Lei Complementar N.º 065/2013

LEI COMPLEMENTAR N.º 065/2013.

"ALTERA VALORES DO ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR N.º 035/2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1.º - Fica alterado no Anexo I, da Lei Complementar n.º 035/2007, que "Autoriza o Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina a implantar o Programa Saúde da Família (PSF), o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS), o Programa de Saúde Bucal e o Programa de Combate a Endemias, Cria o Quadro de Empregos para Programas Descentralizados na Área da Saúde", o salário Mensal do Médico para ESF, que passa a vigorar com o seguinte valor:

ANEXO I
QUADRO DE PESSOAL

PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

Grupo	Carga Horária Semanal	Número de Vagas	Categoria Funcional	Salário Mensal (R\$)	Habilitação
	40 horas	04	Médico para ESF	13.200,00	Diploma de Curso Superior na área de atuação, com registro no respectivo Conselho de Classe do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 01/04/2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, em 19 de abril de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Lei Complementar 066/2013

LEI COMPLEMENTAR 066/2013.

"ALTERA O ANEXO VI DA LEI COMPLEMENTAR N.º 057/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Fica alterado o Anexo VI da Lei Complementar n.º 057/2012 – QUADRO DEFUNÇÕES GRATIFICADAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, que passa a vigorar com a redação constante do quadro anexo, parte integrante da citada Lei.

ANEXO VI**QUADRO DEFUNÇÕES GRATIFICADAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS**

Denominação	Número de Vagas	Valor
Direção	5	400,00
Chefia I	10	400,00
Chefia II	5	200,00
Assessoramento	2	400,00
Responsável pela Direção Técnica do Corpo Clínico da Secretaria Municipal de Saúde (Unidade Sanitária central e Postos de Saúde)	01	1.000,00
Responsável pela Direção Técnica do Corpo Clínico do Hospital Municipal Bom Jesus	01	1.000,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos vigentes a partir de 01 de abril de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Irineópolis, (SC), em 19 de abril de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 167/2013

PORTARIA N º 167/2013

REDUZ CARGA HORÁRIA DE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - REDUZIR a pedido, a contar da data de 15/04/2013, a carga horária de trabalho temporário de 40h/sem para 20h/sem, objeto da Portaria n º 084/2013 de 20/02/2013, que contrata a servidora ROSMARI KASTCHUK, nascida em 25/05/1970, portadora do CPF n º 950.915.809-72, RG. n º 3.770.030, SESP/SC, para até a data de 17/12/2012, exercer as atividades de Professora ACT, conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação Edital n º 009/2012, homologado em 31/12/2012.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15/04/2013.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 19 de abril de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º 168/2013

PORTARIA N º 168/2013

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR a carga horária do contrato de trabalho temporário da servidora JULIANA NOGARA DO CARMO, nascida em 05/08/1977, portadora do CPF n º 027.770.959-81, RG n º 3.362.587-5, SESP/SC, contratada para as atividades de Professora ACT, através da Portaria n º 103/2013, de 20/02/2013 e Contrato de Trabalho Temporário n º 020/2013, passando de 20 para 40 h/sem, para no período de 15/04/2013 à 17/12/2013, atuar em vaga excedente de 2º Professor junto ao GE Dalmo Edson Sfair, em virtude da redução de carga horária à pedido da professora Rosmari Kastchuk.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15/04/2013.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 19 de abril de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Extrato de Homologação 15/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 15/2013
TOMADA DE PREÇOS Nº. 05/2013

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: LJ-AUD Escritório Contábil S/C Ltda.

Irineópolis, 17 de abril de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Extrato Processo Licitatorio 25/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 25/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2013

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 06 de maio de 2013, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a Aquisição de 19.000 toneladas de Pedra brita nº 2, 5.000 toneladas de pedrisco (pedra brita nº 1), 20.000 toneladas de pedregulho sujo e 5.000 toneladas de areia media, para uso diversos, com entrega parcelada. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 19 de abril de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Extrato Revogação 20/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATORIO 20/2013
TOMADA DE PREÇOS 07/2013
REVOGAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação resolve em razão do recebimento da Impugnação ao Edital, na data do dia 16/04/2013, REVOGAR o presente Processo.

Com fulcro no artigo 49, da Lei Federal 8666/93, considerando a necessidade superveniente de readequação do edital e do objeto licitado. Tão logo seja possível, será aberto novo processo, com suas devidas alterações.

Irineópolis, 18 de abril de 2013.
Comissão Permanente de Licitação

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS**Extrato de Chamada Pública**

Chamada Pública nº 01/2013 - Objeto: Habilitar pessoas jurídicas para a prestação de serviços de confecção de próteses dentárias, para a SMS, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de Itaiópolis. Período de inscrição: 01 a 15 de maio de 2013; Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 04 de Junho de 2013 na Prefeitura Municipal de Itaiópolis-SC; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª a 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas, fone 47 3652 1787.

Itaiópolis, 19/04/2013.
JUCEMARA SCHMITZ,
Secretária Municipal da Saúde.

PREFEITURA**Adiamento da Abertura de Licitação**

Processo Licitatório nº 20/2013 - Pregão Presencial nº 15/2013 - Objeto: registro de preços para aquisição de peças para as máquinas. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 07 de maio de 2013, até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 07 de maio de 2013, às 09hs20min. DISPUTA DOS LANCES: no dia 09 de maio de 2013, às 09:00 horas O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaipolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 18 de abril de 2013.
GERVÁSIO UHLMANN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2013. OBJETO: registro de preços para aquisição de madeira de eucalipto, para reforma de pontes e pontilhões. CONTRATO nº 46/2013. CONTRATADA: Marcio Luis Groskopf ME. VALOR TOTAL: R\$ 164.000,00.

Itaiópolis, 08 de abril de 2013.
GERVÁSIO UHLMANN
Prefeito Municipal.

Extrato de Rescisão Contratual

Processo Licitatório nº 29/2012 - Pregão Eletrônico nº 19/2012. OBJETO: rescisão do Contrato nº 80/2012, de aquisição de peças para as máquinas Motoniveladoras: Huber 140/205, Caterpillar 120 B/140B; Pá Carregadeira Case W 20, 930 T; Rolo Compacto Muller; Retroescavadeira Massey Ferguson 86, Case 580 M, New Holland LB 90, LB 110 e JCB C 3. Contratada: Trator Vally Comércio de Peças Ltda. ME.

Itaiópolis, 11/04/2013.
GERVÁSIO UHLMANN
Prefeito Municipal.

Extratos de Contratos

Extratos de Contratos - Processo Licitatório nº 10/2013 - Pregão Presencial nº 8/2013 - Objeto: contratação de empresas para prestação de serviços de Transporte Escolar de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino do Município. CONTRATO Nº 42/2013. Aristeu Olsen ME. R\$ 11.475,00. CONTRATO Nº 43/2013. Trans Pinotti Ltda. EPP. R\$ 43.928,00. Período de: 1º/04/2013 a 20/12/2013.

Itaiópolis, 28 de março de 2013.

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preços

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2013. OBJETO: registro de preços para aquisição de madeira de eucalipto, para reforma de pontes e pontilhões. PROPONENTE: Marcio Luis Grosskopf ME. VALOR TOTAL: R\$ 164.000,00.

Itaiópolis, 08 de abril de 2013.

ANGELITA PUCHALSKI.

Pregoeira

Itapoá**PREFEITURA****Leilão Nº 01/2013 - Processo Nº 40/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 07/05/2013 às 10h:00min, em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges, n.º201, Licitação na modalidade Leilão nº 01/2013 - Processo nº 40/2013, objetivando a Venda de bens móveis considerados inservíveis, com objetivo de subsidiar a renovação da frota municipal, caracterizados por (02) dois veículos tipo Fiat/Fiorino, 02 (dois) Fiat/Uno Mille Fire, 01 (um) VW gol Special, conforme especificações constantes em Edital. O Edital contendo especificações, poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, no qual estão disponíveis nos horários das 08h:00min às 14h:00min.

Itapoá, 19 de abril de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Tomada de Preço Nº 02/2013 - Processo Nº 42/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (Art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 08/→05/2013 às 09h:30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 09h:00min estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º201, Licitação na modalidade Tomada de Preço nº 02/2013 - Processo nº 42/2013, para a Contratação de empresa com mão de obra especializada para a execução de recapeamento asfáltico na Av. Dom Henrique II, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital. O Edital contendo especificações em partes poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, e www.diariomunicipal.sc.gov.br, para retirada da complementação

do edital que se dará na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos, será cobrado uma taxa de R\$ 12,00 (Doze reais). O horário disponível para retirada é das 08h:00min às 14h:00min.

Itapoá, 19 de abril de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

Prefeito Municipal

Joaçaba**PREFEITURA****Extrato Homologação PL 30 PP 17/2013**

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2013/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

- 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 30/2013/PMJ,
- Modalidade: PP 17/2013/PMJ.

Objeto: a aquisição de 01 (um) trator agrícola de pneus destinado a manutenção das atividades da Intendência de Agricultura de Joaçaba (SC).

- Empresa Vencedora:

COOPERATIVA AGROPECUARIA TANGARÁ - COOTAN

Valor total: R\$ 104.900,00

- 2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 18 de abril de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

SIMAE**Ata de Registro de Preços JHL 0001/2013 - Asfalto**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0001/2013

Aos vinte e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e treze (21/01/2013), no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, o Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0067/2012, na Ata de julgamento de preços, homologada em 17/01/2013, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Asfalto Quente e Emulsão para utilização no preenchimento de valas onde o SIMAE realiza reparos, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0067/2012.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - ASFALTO (CBUQ), Quantidade - 200 (duzentas), Unidade de medida - toneladas.

1º. Colocado - Empresa SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA, no valor de R\$ 190,00;

Item 02 - EMULSÃO ASFALTO RR - 1C, Quantidade - 1.200 (Hum mil e duzentos), Unidade de medida - litros.

1º. Colocado - Empresa SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA, no valor de R\$ 1,80.

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de Asfalto Quente e Frio e Granilha, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0067/2012 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 O Asfalto quente deverá ser retirado na usina conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Autorização de Retirada.

4.2 O asfalto a frio e a granilha deverão ser entregues, conforme a necessidade do SIMAE, que procederá Solicitação de Entrega, na Rua Francisco Sartori em Herval do Oeste, próximo a Lagoa de Tratamento de Esgoto.

4.3 No ato da entrega dos materiais a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.4 Fica aqui estabelecido que os materiais serão recebidos:

a) provisoriamente, para verificação da quantidade efetivamente entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do material com a especificação e a consequente aceitação.

4.4.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da entrega.

4.5. O Material que for recusado (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.6. Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na LEI.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será:

5.1.1. Em até 05 (cinco) dias após entrega, de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br.

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia subsequente a entrega do material, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos combustíveis correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2061 2062

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 3390.30.51.00

6. RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade

dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

- 1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
- 2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
- 3- Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da

reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), 21 de janeiro de 2.013.

ANA PAULA PEREIRA

Pregoeiro

Equipe de Apoio

PATRÍCIA CALLEGARI WARKEN

LIGIA ADRIANE DAROLD DA SILVA

VOLNEI JORVANI FABRÍCIO

SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA

Lauro Muller

PREFEITURA

Decreto Nº 021/2013

DECRETO Nº 021/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER/SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Educação, os membros das entidades representantes, conforme abaixo:

REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

EFETIVO: ANALU MATTOS CESCONETTO

SUPLENTE: ALAN JUNG CROSETTA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

EFETIVO: JULIANA ZANIN PIUCO

SUPLENTE: REJANE VASIELEVSKI MIRANDA

SECRETARIA DE AGRICULTURA

EFETIVO: EDUARDO RIGUETTO

SUPLENTE: IRIVAN DE MELLO GARCIA

SECRETARIA DA SAÚDE

EFETIVO: MELANE VARGAS INÁCIO

SUPLENTE: BRUNA HILBERT

SECRETARIA DA FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL

EFETIVO: CÉLIA DO NASCIMENTO

SUPLENTE: ADRIANA ANTUNES RITA

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS

EFETIVO: JAILSON NORDI
SUPLENTE: JORGE ARAUJO

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS

DIRETORAS DA REDE MUNICIPAL

EFETIVO: ARISTELA DE OLIVEIRA VIEIRA
SUPLENTE: ROSANE BUSS

PROFESSORAS DA REDE MUNICIPAL

EFETIVO: FLORA GOMES DA SILVA MADEIRA
SUPLENTE: MARILZA BETT MARTINS

APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LAURO MÜLLER

EFETIVO: HILDELENA DA SILVA MIRANDA
SUPLENTE: SELDIRENE CAMACHO DA ROSA

CONSELHO TUTELAR

EFETIVO: TATIANI CRISTINA DA SILVA
SUPLENTE: MARIA ALICE MENDES MACHADO

APPS REDE ESTADUAL

EFETIVO: RILDO DO NASCIMENTO
SUPLENTE: JUCÉLIA MARIA GASOLA SALVADOR

APPS REDE MUNICIPAL

EFETIVO: LARISSA DIAS DURANT
SUPLENTE: MARIA LUIZA CORREIA PANDINI

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

EFETIVO: AGENOR VIEIRA
SUPLENTE: JOÃO BATISTA GONÇALVES

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos até 09 de Abril de 2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Decreto Nº 022/2013
D E C R E T O Nº 022/2013

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DA COMISSÃO MUNICIPAL PARA O SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO E PRESENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e

de conformidade com as Leis Federais nº 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/2002, com suas respectivas alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica substituída a Senhora Gabriela Martinhago Fernandes, membro da Comissão Municipal Permanente de Licitação e da Comissão Municipal para o Sistema de Pregão Eletrônico e Presencial pelo Senhor Alan Jung Crocetta (CPF nº 063.454.109-93), ficando assim constituídas:

I - Comissão Municipal Permanente de Licitação:

- a) FÁBIO LEAL (CPF: 033.182.109-51) - PRESIDENTE
- b) ALEXANDRE RIGHETTO (CPF: 596.411.269-20) - SECRETÁRIO
- c) EMERSON BORGES (CPF: 773.894.419-68) - MEMBRO
- d) ALAN JUNG CROCETTA (CPF: 063.454.109-93) - MEMBRO
- e) CAMILLA PIAVA PIZZOLATTI (CPF: 052.453.769-03) - MEMBRO

II - Comissão Municipal para o Sistema de Pregão Eletrônico e Presencial:

- a) Pregoeiro - FÁBIO LEAL (CPF: 033.182.109-51)
- b) Equipe de Apoio - CAMILA PIAVA PIZZOLATTI (CPF: 052.453.769-03)
- EMERSON BORGES (CPF: 773.894.419-68)
- ALEXANDRE RIGHETTO (CPF: 596.411.269-20)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE ABRIL DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

1ª Errata - Pregão Presencial Nº 18/2013 - Pmlm
ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2013

A Prefeitura Municipal de Lauro Müller, com sede Rua Walter Vetterli, 239 - Centro em Lauro Müller/SC, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados que houveram alterações no edital do pregão presencial n.º 18/2013.

O edital retificado encontra-se no site www.lauromuller.sc.gov.br.

A data de abertura do Pregão Presencial fica mantida para o dia 30 de abril de 2013 às 09:00 horas.

Lauro Müller, 19 de abril de 2013.

FÁBIO LEAL
Pregoeiro

Lebon Régis

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 1.425/2013

Lei Municipal Nº 1.425/2013 - de 18 de abril de 2013.
Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Agricultores das Comunidades Rio do Meio, Caçador Grande, Serra da Esperança e Perdizinhos e dá outras providências.

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, no âmbito administrativo deste município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina a Associação dos Pequenos Agricultores das Comunidades Rio do Meio, Caçador Grande, Serra da Esperança e Perdizinhos pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 15.697.456/0001-20 com atividades de organizações associativas voltadas ao interesses dos pequenos agricultores, a fim de buscar recursos e firmar convênios que beneficiem os associados, com sede na comunidade do Rio do Meio neste município de Lebon Régis.

Art. 2º. Revogam-se contrárias disposições.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de abril de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Lei Municipal Nº 1.426/2013

Lei Municipal Nº 1.426/2013 - de 18 de abril de 2013.
Declara de utilidade pública a Associação de Agricultores da Comunidade de Linha Anta Gorda e dá outras providências.

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, no âmbito administrativo deste município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina a Associação de Agricultores da Comunidade de Linha Anta Gorda pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 15.613.099/0001-74 com atividades de organizações associativas voltadas ao interesses dos agricultores, a fim de buscar recursos e firmar convênios nas três esferas que beneficiem os associados, com sede na comunidade de Linha Anta Gorda neste município de Lebon Régis.

Art. 2º. Revogam-se contrárias disposições.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de abril de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Homologação de Processo Licitatório Nº 25/2013 - Inexigibilidade de Licitação Nº 2/2013

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/13

HOMOLOGAÇÃO: 18/04/13

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: Locação de softwares denominados EDUCAÇÃO WEB e ESCOLA WEB para atendimento da Secretaria Municipal de Educação, Escolas e Centros de Educação Infantil do Município de Lebon Régis.

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.005,00 (dezesesseis mil e cinco reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso CAPUT da Lei de Licitações.

DATA: 18/04/13

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Revogação de Cessão de Uso

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

REVOGAÇÃO DE CESSÃO DE USO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, diante dos fatos constatados em processo administrativo, torna pública a REVOGAÇÃO da cessão de uso do lote 13 da quadra 127 do Parque Industrial Roberto Carlos Pierdoná, cuja beneficiada era a empresa Nilcéia Fátima das Neves Cavalheri ME (conforme Lei n. 1.170/2004) e faculta à empresa que no prazo de 60 (sessenta) dias desocupe o referido imóvel e levante as benfeitorias por ela construídas no local, cientificando-lhe que a não desocupação no prazo legal ensejará o ajuizamento da ação de reintegração de posse ou outra equivalente.

Lebon Régis, 18 de abril de 2013.

Luzerna

PREFEITURA

Extrato Homologação PML.016.2013 - Enfermagem

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 0016/2013 - FMS

Pregão nº 0013/2013 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0016/2013-FMS, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão para Registro de Preço

- Objeto: Aquisição de material de enfermagem destinado à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna.

- Empresa(s) Vencedora(s):
- ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA;
- DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA;
- METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA;

- Valor Homologado: R\$ 132.290,69

Luzerna (SC), 19 de abril de 2013.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
Gestor do FMS

Extrato de Contrato PML.29.13

EXTRATO DE CONTRATO

PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.29.13

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº pml.0002/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

OBJETO: contratação da Empresa Joaçabense de Transporte Coletivos Ltda, para aquisição de passagens rodoviárias para atender necessidades da Administração Pública de Luzerna e Fundos Especiais.

VALOR: R\$ 33.288,75 (trinta e três mil duzentos e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos);

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2013, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

DOTAÇÃO:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

3.3.90.39.99 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Empenhamento Ordinário

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Reduzido: 057

Fonte: 01 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos Educação

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

3.3.90.39.99 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Empenhamento Ordinário

13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Reduzido: 005

Fonte 01.02 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

3.3.90.39.99 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Empenhamento Ordinário

12.FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA/ FMAS

Atividade: 1201.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS

Reduzido: 014

Fonte 01.52 - Transferências do FNAS - Acessuas

Luzerna(SC), 05 de abril de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

EITOR HOPPEN

EMP. JOAÇABENSE TRANSP.COLETIVOS LTDA

CONTRATADA

EXTRATO DE CONTRATO

PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.29.13

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº pml.0002/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

OBJETO: contratação da Empresa Joaçabense de Transporte Coletivos Ltda, para aquisição de passagens rodoviárias para atender necessidades da Administração Pública de Luzerna e Fundos Especiais.

VALOR: R\$ 33.288,75 (trinta e três mil duzentos e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos);

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2013, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

DOTAÇÃO:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

3.3.90.39.99 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Empenhamento Ordinário

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Reduzido: 057

Fonte: 01 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos Educação

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

3.3.90.39.99 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Empenhamento Ordinário

13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Reduzido: 005

Fonte 01.02 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

3.3.90.39.99 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Empenhamento Ordinário

12.FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA/ FMAS

Atividade: 1201.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS

Reduzido: 014

Fonte 01.52 - Transferências do FNAS - Acessuas

Luzerna(SC), 05 de abril de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

EITOR HOPPEN

EMP. JOAÇABENSE TRANSP.COLETIVOS LTDA

CONTRATADA

Extrato de Contrato PML.30.13

EXTRATO DE CONTRATO

PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.30.13

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 0014/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

OBJETO: contratação de empresa de transporte rodoviário de passageiros para realizar viagens especiais destinadas ao transporte de alunos para participação de atividades pedagógicas, educativas, culturais e esportivas, previstas no calendário do Setor de Educação, Cultura e Esporte de Luzerna.

VALOR: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais);

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

Luzerna(SC), 10 de abril de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

EITOR HOPPEN

EMP. JOAÇABENSE TRANSP.COLETIVOS LTDA

CONTRATADA

Macieira**PREFEITURA****Publicação Resumida - Assessoria Projetos**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0021/2013.

Pregão Presencial nº 0014/2013.

Contrato Administrativo nº 0035/2013.

Contratada: RI SOLUÇÕES EM PLANEJAMENTOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL LTDA.

Objeto: Contratação de serviços técnicos profissionais de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria e assessoria para a gestão de convênios firmados junto ao Governo Federal, Estadual e outras fontes, com o objetivo de promover a realização de obras e serviços para a população do Município de Macieira, sempre em conformidade com as sistemáticas estabelecidas pelos diversos órgãos dos entes convenientes a serem prestados conforme estabelecido no Termo de Referência (anexo I do Edital).

Pagamento: Até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, conforme a prestação dos serviços e apresentação de nota fiscal.

Vigência do Contrato: 31/12/2013, podendo ser prorrogado havendo interesse das partes.

Valor estimado do contrato: R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), dividido em 9 parcelas de 3.000,00 (três mil reais) mensais para os itens descritos na Ata de Julgamento e Termo de Homologação.

Macieira - SC, 17 de abril de 2013.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Publicação Resumida - Credenciamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0019/2013.

Credenciamento nº 0001/2013.

Contrato Administrativo nº 0034/2013.

Contratada: ARTE EDITORA JORNALÍSTICA LTDA.

Objeto: Credenciamento de jornais categoria "jornal local diário e regional" de acordo com os termos da Portaria nº 2942 de 11 de março de 2013, com fornecimento de exemplares diários, publicações legais e demais publicações, para veiculação na forma impressa de publicidade governamental, em especial a publicidade de utilidade pública e a publicidade institucional, conforme especificado na proposta de preço.

Pagamento: Até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após a prestação dos serviços e apresentação de nota fiscal.

Vigência do Contrato: 31/12/2013, podendo ser prorrogado havendo interesse das partes.

Valor estimado do contrato: R\$ 19.950,00 (dezenove mil novecentos e cinquenta reais), para os itens descritos na Ata de Julgamento e Termo de Homologação.

Macieira - SC, 12 de abril de 2013.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Maracajá**PREFEITURA****Lei 921/2013**

LEI Nº 921 DE 17 DE ABRIL DE 2013.

FIXA O ÍNDICE DE REVISÃO ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2013, DE QUE TRATA O INCISO X DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O índice de revisão geral dos vencimentos, dos subsídios e demais formas de remuneração prevista na legislação municipal, extensivo aos agentes políticos, aos admitidos em caráter temporário, aos Conselheiros Tutelares e demais formas de remuneração prevista na legislação municipal, da administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal, a ser aplicado no mês de abril de 2013, compreendendo o período de março de 2012 a fevereiro de 2013, será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado em 6,77% (seis inteiros e setenta e sete centésimos por cento).

Parágrafo único. Para os agentes políticos e secretários municipais que tiveram seus subsídios fixados para vigorar a partir de janeiro de 2013 a revisão será de 1,44% (um inteiro e quinze centésimos por cento), proporcional aos meses de janeiro e fevereiro de 2013.

Art. 2º Os vencimentos e demais formas de remuneração prevista na legislação municipal dos servidores públicos municipais, dos admitidos em caráter temporário, e dos Conselheiros Tutelares, ficam reajustados em 1,23% (um inteiro e vinte e três centésimos), a partir 1º de abril de 2013, tomando por base os valores vigentes no mês de fevereiro de 2013.

Parágrafo único. Somando-se a revisão de que trata o art. 1º e o reajuste de que trata o art. 2º chega-se ao acréscimo de 8% (oito

por cento) sobre os vencimentos de que trata esta lei municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do mês de abril de 2013.

Município de Maracajá, em 17 de abril de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria Municipal de Administração em 17 de Abril de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Lei 922/2013

LEI Nº 922 DE 17 DE ABRIL DE 2013.

REGULAMENTA O INCISO X DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, QUE DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL E ANUAL DAS REMUNERAÇÕES E SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO, DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º As remunerações e os subsídios dos servidores públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, de suas autarquias e fundações, serão revistos, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, no mês de Abril, sem distinção de índices, extensivos aos proventos dos inativos e pensionistas.

Art. 2º A revisão geral anual de que trata o art. 1º observará as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias;

II - definição do índice em lei específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na lei orçamentária anual;

IV - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição Federal e a Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá, em 17 de Abril de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 17 de Abril de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Lei 923/2013

LEI Nº 923 DE 17 DE ABRIL DE 2013.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA PARA REPASSE A ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEM DE ARARANGUÁ-SC, OBJETIVANDO A ABRIGAGEM DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Maracajá, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar

convênio de cooperação financeira com a Associação Irmã Carmem de Araranguá/SC, Casa Lar, no valor a subvencionar de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) a ser realizado em 9 (nove) pagamentos, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada parcela a serem pagas até 31/12/2013.

Art. 2º O repasse será feito mensalmente até o dia 30 (trinta) de cada mês.

Art. 3º A Associação Irmã Carmem de Araranguá/SC, Casa Lar, prestará contas dos repasses nos termos da legislação vigente, até 15 (quinze) dias após o pagamento da parcela.

Art. 4º As despesas correrão por conta das dotações do Orçamento do ano de 2013 do fundo de assistência social.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá, em 17 de Abril de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria Municipal de Administração em 17 de Abril de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Lei 924/2013

LEI Nº 924 DE 17 DE ABRIL DE 2013.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º A Rua nº 109, medindo 120 metros de extensão, na comunidade de Vila Beatriz, Município de Maracajá passa a denominar-se Rua "JORGE HILÁRIO (SABIA)."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá, em 17 de Abril de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 17 de Abril de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Lei 925/2013

LEI Nº 925 DE 17 DE ABRIL DE 2013.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º A Rua nº 121, medindo 132 metros de extensão, na comunidade de Vila Beatriz, Município de Maracajá passa a denominar-se Rua "HILDEBRANDO MANOEL DA ROCHA."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá, em 17 de Abril de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 17 de Abril de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 239/2013

Portaria Nº 239, de 10 de abril de 2013.
EXONERA, A PEDIDO, O SERVIDOR PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor público nomeado para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, JAIME VENÂNCIO CPF 167.678.539-68, matrícula Nº 1580, nascido em 5 de junho de 1954.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 202/2013.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 10 de abril de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 10 de abril de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 241/2013

Portaria Nº 241, de 10 de abril de 2013.
EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir do dia 10 de abril de 2013, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, GISELE DE MEDEIROS MESQUITA CPF 009.197.939-08, matrícula Nº 1597, nascida em 8 de julho de 1981.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 229/2013.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 10 de abril de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 10 de abril de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 245/2013

Portaria Nº 245 de 12 de abril de 2013.

Nomeia Maiara Leandro para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de sua competência que lhe confere a Lei Nº 814 de 8 de setembro de 2010,

Considerando que no Processo Seletivo 005/2010 de 26 de novembro de 2010, todos os aprovados para o cargo de Agente Comunitário de Saúde já foram chamados;

Considerando a necessidade em caráter de urgência da contratação de Agente Comunitário de Saúde para atuar junto ao PSF, RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir do dia 10 de abril de 2013, em caráter temporário MAIARA LEANDRO, brasileira, maior, nascida em 17 de maio de 1993, portadora da Cédula de Identidade nº 5.929.877, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº 080.707.909-03, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde - PSF, do Quadro Temporário de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10 de abril de 2013.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 12 de abril de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretária de Administração, em 12 de abril de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 246/2013

Portaria nº 246 de 12 de abril de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir do dia 12 de abril de 2013, CRISLAINE DONDOSSOLA DA SILVA, brasileira, maior, nascida em 24 de julho de 1987, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 062.666.339-30, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, ref. MAG-80%, no período de 12 de abril de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 12 de abril de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 12 de abril de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 247/2013

Portaria nº 247 de 12 de abril de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear AMILTON SOUZA DA CRUZ, brasileiro, maior, nascido em 10 de junho de 1954, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 172.874.130-00, para exercer o cargo de Pedreiro - ACT, 40 horas, no período de 1º de abril de 2013 podendo vigorar até 27 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de abril de 2013.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 12 de abril de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 12 de abril de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Portaria 248/2013

PORTARIA Nº 248 DE 12 DE ABRIL DE 2013.

NOMEIA TIAGO HERCILIO DE SOUZA, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA.

O PREFEITO WAGNER DA ROSA, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 e 427 de 7 de outubro de 1997, e de conformidade com os incisos V e VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir do dia 1º de abril de 2013, TIAGO HERCILIO DE SOUZA, brasileiro, maior, nascido em 9 de abril de 1948, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 345.018.439-34, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Agricultura, símbolo CC-2, com gratificação mensal de 80% (oitenta por cento) do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º Ao servidor contratado nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme legislação federal pertinente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de abril de 2013.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 12 de abril de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 12 de abril de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 1.500/2013 - Modalidade de Tomada n. 001/2013

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços n. 001/2013, para contratação de empresa para execução de restauração asfáltica em parte da Avenida Anita Garibaldi e parte da Rua Silvio Noronha, no Município de Maravilha, SC, tipo menor preço global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas no dia 08 de maio de 2013, às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 22 de abril de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

Portaria 095/2013

Portaria nº095/2013 de 01/03/2013

DESIGNA MARCOS PEDRO BATISTEL, PARA RESPONDER COMO ORDENADOR PRIMÁRIO E GESTOR DO FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64 VI de Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Designar MARCOS PEDRO BATISTEL, para responder como ordenador primário e Gestor do FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Município de Marema.

Parágrafo Único - A nomeação não será remunerada.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 01 de março de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Recursos Humanos

Portaria 096/2013

Portaria nº096/2013

de 04/03/2013

NOMEIA POR TANSPOSIÇÃO ELISANDRA ALVES DOS SANTOS, DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM PARA O CARGO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64 VI de Lei Orgânica Municipal, c/c Lei Municipal n. 998/2013 de 28/01/2013 e CONSIDERANDO a extinção do cargo de Auxiliar de Enfermagem; CONSIDERANDO a necessidade do aproveitamento em cargo vago; CONSIDERANDO que as atribuições do cargo de Técnico em Enfermagem é equivalentes ou compatível com o cargo de Auxiliar de Enfermagem; CONSIDERANDO a compatibilidade entre os cargos, relativamente aos requisitos para investidura, como mesmo grau de escolaridade, habilitação idêntica e carga horária.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear por transposição ELISANDRA ALVES DOS SANTOS do Cargo de Auxiliar de Enfermagem para o Cargo de Técnico em Enfermagem. - Cód:15 - Cargo de Provimento efetivo - 40 horas semanais, - Quadro de Pessoal Efetivo da Lei Complementar Municipal n. 027/2005 de 12.12.2005, para exercer suas funções junto ao Departamento de Saúde, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 04 de março de 2013.

VALDOMITO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Recursos Humanos

Portaria 097/2013

Portaria nº097/2013 De 04/03/2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELIZANDRO PAGANI DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal ELIZANDRO PAGANI - Cód: 548, por um período de 30 dias, de 15 de fevereiro de 2013 a 16 de março de 2013.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 15 de março de 2011 a 14 de março de 2012.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de 15 de fevereiro de 2013.

Gabinete do Prefeito em 04 de março de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Recursos Humanos

Portaria 098/2013

Portaria nº 098/2013 De 06/03/2013

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL LUCELIA CAREGNATTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 115 DA Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO Drº Jean Tissiani CRM(SC) 11665, dando conta da necessidade de afastamento de suas atividades.

D E C I D E

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de doença a Servidora Pública Municipal LUCELIA CAREGNATTO, de 06 de março a 15 de março de 2013.

Art. 2º - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 06 de março de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Servidor Designado

Portaria 099/2013

Portaria nº099/2013

de 06/03/2013

DESIGNA TEMPORARIAMENTE MARCOS PEDRO BATISTEL, PARA RESPONDER PELO FMAS- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64 VI de Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Designar MARCOS PEDRO BATISTEL, para responder como ordenador primário do FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL do Município de Marema, no período de 05 a 12 de março de 2013, tendo principalmente as seguintes funções:

- Responder como ordenador primário;
- Responder pela abertura e encerramento de contas;
- Movimentação financeira On-Line;
- Movimentação financeira com emissão de cheques;
- Pagamento, transferências, DOC, TED e outros atos bancários;
- Demais atos que envolva movimentação financeira.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 06 de março de 2013.
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR
Servidor Designado

Portaria 100/2013

Portaria nº100/2013
de 06/03/2013

DESIGNA TEMPORARIAMENTE MARCOS PEDRO BATISTEL, PARA RESPONDER PELO FMS- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64 VI de Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Designar MARCOS PEDRO BATISTEL, para responder como ordenador primário do FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE do Município de Marema, no período de 05 a 12 de março de 2013, tendo principalmente as seguintes funções:

- Responder como ordenador primário;
- Responder pela abertura e encerramento de contas;
- Movimentação financeira On-Line;
- Movimentação financeira com emissão de cheques;
- Pagamento, transferências, DOC, TED e outros atos bancários;
- Demais atos que envolva movimentação financeira.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 06 de março de 2013.
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR
Servidor Designado

Portaria 101/2013

Portaria nº 101/2013
De 07/03/2013

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL VALDETE CARMEN BAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 115 DA Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO Drº Alexandre A. Koerich CRM(SC) 8519, dando conta da necessidade de afastamento de suas atividades.

D E C I D E

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de doença a Servidora Pública Municipal VALDETE CARMEN BAU, de 05 de março a 19 de março de 2013.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor em 05 de março de 2013.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 07 de março de 2013.
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR
Servidor Designado

Portaria 102/2013

Portaria nº102/2013
de 07/03/2013

DESIGNA IARA MENDES DOS SANTOS, COM O RESPECTIVO CARGO, PARA REALIZAR SUAS ATIVIDADES JUNTO A DELEGACIA MUNICIPAL DE MAREMA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64 VI de Lei Orgânica Municipal CONSIDERANDO Art. 48 § 1º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; CONSIDERANDO que a Administração Pública pode suprimir, transformar e alterar os cargos públicos ou serviços independentemente da anuência de seu titular, não possuindo o servidor direito adquirido à imutabilidade de suas atribuições, nem à continuidade de suas funções originárias, sendo permitida a remoção ou transferência, como também o remanejamento do horário desempenhado pelo servidor, desde que não haja arbitrariedade e ilegalidade. CONSIDERANDO que o servidor não possui direito de permanecer sempre lotado em um mesmo local ou no mesmo horário de trabalho, reconhecendo-se à autoridade competente da Administração Pública o direito de proceder a alteração das suas condições de trabalho, mas de forma motivada, considerando-se a conveniência, a razoabilidade, a necessidade e a oportunidade do ato, que deve espelhar o interesse público, que é pressuposto de toda atividade administrativa; CONSIDERANDO a necessidade do ajustamento do quadro de pessoal às necessidades do serviço público municipal, o que vem justificar o interesse público

RESOLVE

Art. 1º - Designar IARA MENDES DOS SANTOS com o respectivo cargo, para realizar suas atividades de Assistente de Administração junto a Delegacia Municipal de Marema, sem prejuízos de salário.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir do dia 01 de fevereiro de 2013.

Gabinete do Prefeito em 07 de março de 2013.
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR
Recursos Humanos

Portaria 103/2013

Portaria nº 103/2013
De 08/03/2013

REDISTRIBUI DE DEPARTAMENTO O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL JUÇARA BALDIN GOMES DA LIMA SIQUEIRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c Art. 48 § 1º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDO que a quantidade de Auxiliar de Serviços Gerais junto ao Departamento de Assistência Social é insuficiente para atender a demanda em virtude de aumento no atendimento a população; CONSIDERANDO que a Administração Pública pode suprimir, transformar e alterar os cargos públicos ou serviços independentemente da anuência de seu titular, não possuindo o servidor direito adquirido à imutabilidade de suas atribuições, nem à continuidade de suas funções originárias, sendo permitida a remoção ou transferência, como também o remanejamento do horário desempenhado pelo servidor, desde que não haja arbitrariedade e ilegalidade. CONSIDERANDO que o servidor não possui direito de permanecer sempre lotado em um mesmo local ou no mesmo horário de trabalho, reconhecendo-se à autoridade competente da Administração Pública o direito de proceder a alteração das suas condições de trabalho, mas de forma motivada, considerando-se a conveniência, a razoabilidade, a necessidade e a oportunidade do ato, que deve espelhar o interesse público, que é pressuposto de toda atividade administrativa; CONSIDERANDO a necessidade do ajustamento do quadro de pessoal às necessidades do serviço público municipal, o que vem justificar o interesse público

RESOLVE

Art. 1º - Redistribuir de Departamento o Servidor Público Municipal JUÇARA BALDIN GOMES DA LIMA SIQUEIRA com o respectivo cargo ocupado, do Departamento Municipal de Administração, para o Departamento Municipal de Assistência Social, sem prejuízo do salário, de acordo com as considerações acima.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 08 de março de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Funcionária Designada

Portaria 104/2013

Portaria nº 104/2013

De 08/03/2013

REDISTRIBUI DE DEPARTAMENTO O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL INDIAMARA SIMONETTI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c Art. 48 § 1º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; CONSIDERANDO que a quantidade de Auxiliar de Serviços Gerais junto ao Departamento de Saúde é insuficiente para atender a demanda em virtude de aumento no atendimento a população; CONSIDERANDO que a Administração Pública pode suprimir, transformar e alterar os cargos públicos ou serviços independentemente da anuência de seu titular, não possuindo o servidor direito adquirido à imutabilidade de suas atribuições, nem à continuidade de suas funções originárias, sendo permitida a remoção ou transferência, como também o remanejamento do horário desempenhado pelo servidor, desde que não haja arbitrariedade e ilegalidade. CONSIDERANDO que o servidor não possui direito de permanecer sempre lotado em um mesmo local ou no mesmo horário de trabalho, reconhecendo-se à autoridade competente da Administração Pública o direito de proceder a alteração das suas condições de trabalho, mas de forma motivada, considerando-se a conveniência, a razoabilidade, a necessidade e a oportunidade do ato, que deve espelhar o interesse público, que é pressuposto

de toda atividade administrativa; CONSIDERANDO a necessidade do ajustamento do quadro de pessoal às necessidades do serviço público municipal, o que vem justificar o interesse público

RESOLVE

Art. 1º - Redistribuir de Departamento o Servidor Público Municipal INDIAMARA SIMONETTI com o respectivo cargo ocupado, do Departamento Municipal de educação, para o Departamento Municipal de Saúde, sem prejuízo do salário, de acordo com as considerações acima.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 08 de março de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Funcionária Designada

Portaria 105/2013

Portaria nº105/2013

De 08/03/2013

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LAURO CREMONESE POZZATTI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 91 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema e CONSIDERANDO a apresentação de certificado de nível escolar de Pós graduação/especialização devidamente registrado no órgão competente

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Servidor Publico Municipal LAURO CREMONESE POZZATTI, gratificação por grau de instrução de nível de Pós graduação/especialização, num percentual de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o vencimento do servidor.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 08 de março de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Servidora Designada

Portaria 106/2013

Portaria nº106/2013

De 08/03/2013

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANA PAULA ZMIJWSKI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 91 do Estatuto dos Funcionários Públicos

Municipais de Marema e CONSIDERANDO a apresentação de certificado de nível escolar de Pós graduação/especialização devidamente registrado no órgão competente

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Servidor Publico Municipal ANA PAULA ZMI-JVSKI, gratificação por grau de instrução de nível de Pós graduação/especialização, num percentual de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o vencimento do servidor.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito 08 de março de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Servidora Designada

Portaria 107/2013

Portaria nº107/2013

De 08/03/2013

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CRISTIANE MULINARI SGUÁRIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 91 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema e CONSIDERANDO a apresentação de certificado de nível escolar de Pós graduação/especialização devidamente registrado no órgão competente

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Servidor Publico Municipal CRISTIANE MULINARI SGUÁRIO, gratificação por grau de instrução de nível de Pós graduação/especialização, num percentual de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o vencimento do servidor.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito 08 de março de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Servidora Designada

Portaria 108/2013

Portaria nº108/2013

De 08/03/2013

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARISTELA RAMPAZZO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 91 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema e CONSIDERANDO a apresentação de

certificado de nível escolar de Pós graduação/especialização devidamente registrado no órgão competente

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Servidor Publico Municipal MARISTELA RAMPAZZO, gratificação por grau de instrução de nível de Pós graduação/especialização, num percentual de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o vencimento do servidor.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito 08 de março de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Servidora Designada

Portaria 109/2013

Portaria nº109/2013

De 08/03/2013

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROSANI BUSSOLARO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 91 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema e CONSIDERANDO a apresentação de certificado de nível escolar de Pós graduação/especialização devidamente registrado no órgão competente

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Servidor Publico Municipal ROSANI BUSSOLARO, gratificação por grau de instrução de nível de Pós graduação/especialização, num percentual de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o vencimento do servidor.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito 08 de março de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Servidora Designada

Portaria 110/2013

Portaria nº 110/2013

De 13/03/2013

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL VALDETE CARMEN BAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 115 DA Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO Drº Juliano R. Pereira CRM(SC) 19007, dando conta da necessidade de afastamento de suas atividades.

D E C I D E

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de doença a Servidora Pública Municipal VALDETE CARMEN BAU, de 13 de março a 11 de maio de 2013.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor em 13 de março de 2013.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 13de março de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Servidor Designado

Portaria 111/2013

Portaria n. 111/2013

18/03/2013

CONCEDE LICENÇA GESTANTE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL LUCELIA CAREGNATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c art. 116 do Estatuto dos Funcionários Público Municipal

CONSIDERANDO o atestado médico firmado pelo Dr. Jean Tissiani - CRM/SC n. 11.665, datado de 18/03/2013 dando conta da necessidade de agastamento de suas atividades, para fins de licença maternidade a partir da presente data

RESOLVE

Art. 1º - Conceder licença Gestante a Servidor(a) Público(a) Municipal LUCELIA CAREGNATTO, pelo período de 18 de março de 2013 a 15 de julho de 2013, de acordo com a solicitação médica (atestado médico) arquivado junto a sua pasta funcional.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 18 de março de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Recursos Humanos

Portaria 114/2013

Portaria nº114/2013

De 18/03//2013

CONCEDE AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL FRANCIELE GERMIA, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSE PARTICULAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c art. 122 da Lei Municipal n. 307/95 de 10 de agosto de 1995

CONSIDERANDO o pedido de licença do respectivo servidor

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal FRANCIELE

GEREMIA, licença sem remuneração, para tratamento de interesses particulares, pelo prazo de até 02 anos, com início em 01 de abril de 2013 a 31 de março de 2015.

Parágrafo único - Nos termos do art. 122 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos, a respectiva licença poderá a qualquer tempo ser suspensão, devendo o servidor reassumir o exercício no prazo de trinta dias da comunicação, findo os quais a sua ausência é computada como falta ao serviço.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 18de março de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Servidora Responsável

Portaria 115/2013

Portaria nº115/2013

De 18/03/2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALMOR PERUZZO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal VALMOR PERUZZO, por um período de 30 dias, de 01 de abril a 30 de abril de 2013.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 05 de março de 2011 a 05 de agosto de 2012.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 18 de março de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Recursos Humanos

Portaria 116/2013

Portaria nº 116/2013

De 18/03/2013

PRORROGA PORTARIA QUE CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL VALDETE CARMEN BAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 DA Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO

o deferimento por parte do INSS.

D E C I D E

Art. 1º - Prorrogar licença para tratamento de doença a Servidora Pública Municipal VALDETE CARMEN BAU, de 11 de maio de 2013 a 21 de agosto de 2013

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 18 de março de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Servidor Designado

Portaria 112/2013

Portaria nº 112/2013

de 18 de março de 2013.

CONSTITUI A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2013, DESIGNA SEUS MEMBROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdomiro Bevilaqua, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e Considerando os princípios basilares que norteiam os atos da Administração Pública, notadamente, aqueles destacados no caput do art. 37 da Constituição Federal; Considerando as disposições do Edital do Processo Seletivo nº 001/2013, que objetiva a seleção de interessados para o provimento, em caráter temporário, para atender à necessidade de excepcional interesse público, especialmente, nas áreas da Educação e da Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo nº 001/2013, com a finalidade de coordenar e acompanhar o cumprimento das normas estabelecidas no Edital do referido processo de seleção pública.

Art. 2º A Comissão instituída nos termos do art. 1º desta Portaria é constituída por:

I - JOVANA LUZZI;

II - FABIANO VIACELLI;

III - PATRICK PABLO CASSOL;

Art. 3º A Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, nos termos desta Portaria, praticará todos os atos necessários ao fiel cumprimento de suas atribuições, prezando pela observância e cumprimento dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

Parágrafo único. Os serviços de execução do Processo Seletivo serão realizados por empresa especialmente contratada para esta finalidade, cabendo à Comissão o acompanhamento para exigir, em todas as etapas do processo, a obediência às normas legais pertinentes e às normas do Edital da referida seleção pública.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 18 de março de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Recursos Humanos

Portaria 113/2013

Portaria nº113/2013

De 18/03/2013

PRORROGA CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL IDIANE BETTU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMITO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 DA Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o deferimento por parte do INSS.

D E C I D E

Art. 1º - Prorrogar a licença para tratamento de doença ao Servidor Público Municipal IDIANE BETTU, até de 30/06/2013.

Art. 2º - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 11/03/2013.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 18 de março de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Setor Recursos Humanos

Meleiro

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N.º 006/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 006/2013

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 07/05/2013, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 006/2013, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA MANter ATIVIDADES DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2013. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-537-8400.

Meleiro, 18 de abril de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Notificação

NOTIFICAÇÃO

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Março de 2013 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
03.2013	Federal	Fundo Especial do Petróleo – PEP	6.766,82
03.2013	Federal	DNPM – CEFEM	2.354,98
03.2013	Federal	SE – Salário Educação	22.722,44
03.2013	Federal	PNAE – Merenda Escolar	8.382,00
03.2013	Federal	PBF – Programa Bolsa Família	801,06
03.2013	Federal	PAB – Fixo - Programa Atenção Básica	13.405,17
03.2013	Federal	PSF – Programa Saúde da Família	64.170,00
03.2013	Federal	PACS – (Programa de Agente Comunitário de Saúde)	51.940,00
03.2013	Federal	PSB - Programa Saúde Bucal	6.690,00
03.2013	Federal	DENGUE - (Programa de Epidemiologia e Controle de Doenças)	4.223,88
03.2013	Federal	MAC (Gestão Plena do SUS – Média Alta Complexidade)	4.614,42
03.2013	Federal	PAFB (Assistência Farmacêutica)	3.001,78
03.2013	Federal	SAMU - (Serviço Atendimento Móvel Urgente)	37.500,00
03.2013	Estadual	PAFB (Assistência Farmacêutica)	2.917,50
03.2013	Estadual	OT (Outras Transferências)	7.000,00
03.2013	Estadual	TE – Transporte Escolar	15.071,00
03.2013	Federal	Receita de Convênio (Convênio nº 0372933-38/2011)	73.475,00
		Total	325.036,05

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

ADAIR PASINI
Cont. CRC/SC 0022984/0-3

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 51/2013 PMN ----Repblicado----

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2013 PMN

-REPUBLICADO- DEVIDO A 1º SESSÃO TER SIDO DESERTA

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAGEM DE SOLO, ATRAVÉS DE CPT (CONE PENETRATION TEST), PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE EDIFICAÇÕES DE OBRAS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 15:50 hs do dia 07/05/2013. Abertura envelopes: às 16:00 hs do dia 07/05/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 19 de abril de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 61/2013 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2013 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE FLORES, GRAMAS E INSUMOS PARA USO NOS PRÉDIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 13:50 hs do dia 06/05/2013. Abertura envelopes: às 14:00 hs do dia 06/05/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 19 de abril de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 29/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 029/2013.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : ENGEMAIS CONSTRUTORA LTDA EPP

Valor : 14.307,01 (quatorze mil trezentos e sete reais e um centavo)

Vigência : Início: 19/04/2013 Término: 29/07/2013.

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 53/2012.

Recursos : Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00.

Objeto : TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO 078/2012, CONCORRENCIA PÚBLICA 053/2012, REFERENTE À OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS EM CONCRETO E DRENAGEM PLUVIAL DAS RUAS: ROSA COUTO, JOSÉ EDUARDO CARDOSO, ALDO JOÃO MENDES, SANTOS MACARINI, 1º DE MAIO E RUA PEDRO COSTA, CELEBRADO ENTRE

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA ENGEMAIS CONSTRUTORA LTDA.

Navegantes, 19 de abril de 2013.

Relação de Processos Cancelados

Relação de Processos de Compras Cancelados.

A Prefeitura Municipal de Navegantes informa que os processos relacionados abaixo foram cancelados devido a inconsistências nas solicitações de abertura ou a pedido da Secretaria Solicitante, sendo que os mesmos não chegaram à fase de publicação do acontecimento da licitação.

Processos : 113/2012 PMN, 165/2011PMN, 02/2012 FUNREBOM, 194/2011 PMN, 67/2011FMS, 108/2012 PMN, 30/2012 FMS.

BENILDE PERÃO

Secretária de Administração

Navegantes, 18 de Abril de 2013

Paial

PREFEITURA

Abertura de Proposta Tomada de Preços Nº 005/2013 - PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2013 - PM

Objeto: Contratação de empresa(s) do ramo de engenharia e/ou construção civil para Execução de Obra de Pavimentação de passeio público com Paver em parte da Av. Julio Bender, conforme disposto no Anexo "E" deste edital.

EXTRATO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de propostas de preços da licitação em epígrafe, nos seguintes termos a licitante CABER ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, sagrou-se vencedora da presente licitação com o valor global de R\$ 90.760,80 (noventa mil setecentos e sessenta reais e oitenta centavos), a licitante CONSTRUCÓRDIA CONSTRUÇÕES LTDA, ficou na segunda colocação com o valor global de R\$ 101.220,47 (cento e um mil duzentos e vinte reais e quarenta e sete centavos), a licitante EDERSON JOSÉ DALLAZEN & CIA LTDA, após sorteio, ficou na terceira colocação com o valor global de R\$ 101.626,87 (cento e um mil seiscentos e vinte e seis reais e oitenta e sete centavos) e a licitante CONSTRUTORA NC LTDA, após sorteio, ficou na quarta colocação com o valor global de R\$ 101.626,87 (cento e um mil seiscentos e vinte e seis reais e oitenta e sete centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório, caso se sintam prejudicadas, para interposição de recurso.

Paial, SC, 19 de abril de 2013.

ANTONIO SOSTER

Presidente da C.P.L.

Abertura de Propostas Tomada de Preços Nº 006/2013 - PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2013 - PM

Objeto: Contratação de empresa(s) do ramo de engenharia e/ou construção civil para Execução de obra para Melhoria de Praça Central- Avelino Auler no centro de Paial, conforme disposto no Anexo "E" deste edital.

EXTRATO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de propostas de preços da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: a licitante EDERSON JOSÉ DALLAZEN & CIA LTDA, sagrou-se vencedora da presente licitação com o valor global de R\$ 101.618,20 (cento e um mil seiscentos e dezoito reais e vinte centavos), a licitante LEANDRO PAGLIARI ME, ficou na segunda colocação com o valor global de R\$ 102.186,18 (cento e dois mil cento e oitenta e seis reais e dezoito centavos), a licitante CONSTRUCÓRDIA CONSTRUÇÕES LTDA, ficou na terceira colocação com o valor global de R\$ 103.005,64 (cento e três mil e cinco reais e sessenta e quatro centavos) e a licitante CONSTRUTORA NC LTDA, ficou na quarta colocação com o valor global de R\$ 103.419,32 (cento e três mil quatrocentos e dezenove reais e trinta e dois centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório, caso se sintam prejudicadas, para interposição de recurso.

Paial, SC, 19 de abril de 2013.

ANTONIO SOSTER

Presidente da C.P.L.

Abertura de Propostas Tomada de Preços Nº 008/2013 - PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2013 - PM

Objeto: Contratação de empresa(s) do ramo de engenharia e/ou construção civil para Execução de obra para Pavimentação com Pedras Irregulares c/ Meio Fio e Drenagem, de parte da Rua Minas Gerais, conforme disposto no Anexo "E" deste edital.

EXTRATO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de propostas de preços da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: a licitante EDERSON JOSÉ DALLAZEN & CIA LTDA, sagrou-se vencedora da presente licitação com o valor global de R\$ 106.568,50 (cento e seis mil quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos), a licitante CABER ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, ficou na segunda colocação com o valor global de R\$ 108.238,37 (cento e oito mil duzentos e trinta e oito reais e trinta e sete centavos), e a licitante CONSTRUTORA NC LTDA, ficou na terceira colocação com o valor global de R\$ 110.665,25 (cento e dez mil seiscentos e sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório, caso se sintam prejudicadas, para interposição de recurso.

Paial, SC, 19 de abril de 2013.

ANTONIO SOSTER

Presidente da C.P.L.

Palhoça

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 141, de 17 de Abril de 2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

VENCIMENTOS. Reposição de perdas salariais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, aos servidores públicos efetivos, reposição salarial de 8 % (oito por cento), a ser calculado sobre a remuneração do mês de março de 2013, de conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, art. 37, inciso X da Constituição Federal, observado o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Aplica-se o disposto no artigo 1º desta Lei Complementar aos servidores ativos e inativos, aos pensionistas previdenciários e aos professores contratados por tempo determinado.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta de dotações específicas do orçamento vigente do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de abril de 2013.

Palhoça, em 17 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.847, de 17 de Abril de 2013

LEI Nº 3.847, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao Senhor José Luiz Spricigo. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedido o "TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA DE PALHOÇA", ao Senhor José Luiz Spricigo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 17 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.848, de 17 de Abril de 2013

LEI Nº 3.848, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. A Senhora Cicléia de Souza. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedido o "TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA DE PALHOÇA", a Senhora Cicléia de Souza.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 17 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.849, de 17 de Abril de 2013

LEI Nº 3.849, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. A Senhora Maria Aparecida Bittencourt. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedido o "TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA DE PALHOÇA", a Senhora Maria Aparecida Bittencourt.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 17 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.850, de 17 de Abril de 2013

LEI Nº 3.850, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao Senhor Amaury Osório de Christo. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedido o "TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA DE PALHOÇA", ao Senhor Amaury Osório de Christo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 17 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.851, de 17 de Abril de 2013

LEI Nº 3.851, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao Senhor José Carlos Dezanet. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedido o "TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA DE PALHOÇA", ao Senhor José Carlos Dezanet.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 17 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.852, de 17 de Abril de 2013

LEI Nº 3.852, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao Senhor Júlio Eduardo Di Lullo. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedido o "TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA DE PALHOÇA", ao Senhor Júlio Eduardo Di Lullo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 17 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.853, de 17 de Abril de 2013

LEI Nº 3.853, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. A Senhora Júlia de Macedo Knabben Zacchi. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedido o "TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA DE PALHOÇA", a Senhora Júlia de Macedo Knabben Zacchi.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 17 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.854, de 17 de Abril de 2013

LEI Nº 3.854, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao Senhor Valdeci Motta. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedido o "TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA DE PALHOÇA", ao Senhor Valdeci Motta.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 17 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.855, de 17 de Abril de 2013

LEI Nº 3.855, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. A Senhora Maria da Rosa Bernardo. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedido o "TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA DE PALHOÇA", a Senhora Maria da Rosa Bernardo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 17 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.856, de 17 de Abril de 2013

LEI Nº 3.856, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao Senhor Jeferson José da Silva. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedido o "TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA DE PALHOÇA", ao Senhor Jeferson José da Silva.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 17 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº. 3.836, de 17 de Abril de 2013.

LEI Nº. 3.836, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATTOS. A Senhora Zaide Jovina da Silva. Concede.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedida a "Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos", a Senhora Zaide Jovina da Silva, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 17 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº. 3.837, de 17 de Abril de 2013

LEI Nº. 3.837, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATTOS. A Senhora Maria Fagundes Leonel. Concede.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedida a "Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos", a Senhora Maria Fagundes Leonel, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 17 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº. 3.838, de 17 de Abril de 2013

LEI Nº. 3.838, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATTOS. Ao Senhor Luiz Paulo de Campos. Concede.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedida a "Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos", ao Senhor Luiz Paulo de Campos, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 17 de abril de 2013.

Lei Nº. 3.839, de 17 de Abril de 2013

LEI Nº. 3.839, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATTOS. Ao Senhor Jair João Pereira. Concede.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedida a "Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos", ao Senhor Jair João Pereira, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 17 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº. 3.840, de 17 de Abril de 2013.

LEI Nº. 3.840, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATTOS. Ao Senhor Laudir Schmitt. Concede.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedida a "Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos", ao Senhor Laudir Schmitt, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 17 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº. 3.841, de 17 de Abril de 2013

LEI Nº. 3.841, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATTOS. Ao Senhor Edson João da Silva. Concede.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedida a "Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos", ao Senhor Edson João da Silva, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 17 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº. 3.842, de 17 de Abril de 2013

LEI Nº. 3.842, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATTOS. Ao Senhor João Batista Pamplona. Concede.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedida a "Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos", ao Senhor João Batista Pamplona, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 17 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº. 3.843, de 17 de Abril de 2013.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATTOS. Ao Senhor Fábio Sebastião Ribeiro. Concede.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedida a "Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos", ao Senhor Fábio Sebastião Ribeiro, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 17 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº. 3.844, de 17 de Abril de 2013

LEI Nº. 3.844, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATTOS. Ao Senhor Nilo Argemiro de Quadros. Concede.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedida a "Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos", ao Senhor Nilo Argemiro de Quadros, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 17 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº. 3.845, de 17 de Abril de 2013

LEI Nº. 3.845, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATTOS. A Senhora Marciane da Rosa Silveira. Concede.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedida a "Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos", a Senhora Marciane da Rosa Silveira, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 17 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº. 3.846, de 17 de Abril de 2013

LEI Nº. 3.846, DE 17 DE ABRIL DE 2013.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATTOS. Ao Senhor Sérgio Gutilha. Concede.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedida a "Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos", ao Senhor Sérgio Gutilha, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 17 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 77-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº. 77/2013

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 77/2013, no dia 10 de maio de 2013, às 14:00hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL que tem como objeto a aquisição de roçadeiras a serem utilizadas pelos funcionários do Horto Florestal, Abatedouro Municipal e Secretaria de Obras, para a Secretaria de Infraestrutura. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoça.sc.gov.br.

Palhoça, 18 de abril de 2013. PREGOEIRO (A).

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º067/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º067/2012 – Pregão Presencial 038/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA.
OBJETO: aquisição de materiais de consumo odontológico para

os consultórios das Unidades Básicas de Saúde e para CEO – Centro de Especialidade Odontológica deste Município. DATA: 20/07/2012 a 19/07/2013.

Item	Quant.	Unid.	Especificação do Produto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	150	UND	Ácido fosfórico a 37% em gel (em seringa com 5ml)	Villevie	R\$ 3,8000	R\$ 570,00
2	100	FRS	Adesivo com primer para resina fotopolimerizável em 01 só frasco com 06 ml, primer a base de água tipo single bond.	Single Bond	R\$ 71,0000	R\$ 7.100,00
3	200	CX	Agulha gengival descartável curta para carpule, caixa com 100 unidades.	Injecta	R\$ 11,0000	R\$ 2.200,00
6	50	FRS	Anestésico em gel tópico c/ aminobenzoato de etila em base hidrossolúvel sabor tuti fruti/ morango frasco com 12gr.	Benzotop	R\$ 4,0000	R\$ 200,00
9	30	UND	Broca cirúrgica alta rotação esférica nº 02	Quimidrol	R\$ 6,5000	R\$ 195,00
10	30	UND	Broca cirúrgica alta rotação esférica nº 04	Quimidrol	R\$ 6,5000	R\$ 195,00
11	30	UND	Broca cirúrgica alta rotação esférica nº 06	Quimidrol	R\$ 6,5000	R\$ 195,00
12	30	UND	Broca cirúrgica alta rotação esférica nº 08	Quimidrol	R\$ 6,5000	R\$ 195,00
16	100	UND	Broca de alta rotação carbide nº ½	Medin	R\$ 3,5000	R\$ 350,00
17	100	UND	Broca de alta rotação carbide nº 2	Medin	R\$ 3,5000	R\$ 350,00
18	100	UND	Broca de alta rotação carbide nº 330	Medin	R\$ 3,5000	R\$350,00
19	100	UND	Broca de alta rotação carbide nº 4	Medin	R\$ 3,5000	R\$ 350,00
20	100	UND	Broca de alta rotação carbide nº 6	Medin	R\$ 3,5000	R\$ 350,00
21	100	UND	Broca de alta rotação carbide nº 8	Medin	R\$ 3,5000	R\$ 350,00
28	50	UND	Broca endo z	Medin	R\$ 18,5000	R\$ 925,00
30	20	UND	Broca lentulo de 25-40, 25mm, caixa com 04 unidades	Injecta	R\$ 20,0000	R\$ 400,00

31	50	UND	Broca zecrya 23mm haste curta	Medin	R\$ 17,8000	R\$ 890,00
32	50	UND	Broca zecrya 28mm haste longa	Medin	R\$ 17,8000	R\$ 890,00
35	10	FRS	Cimento cirúrgico líquido, com 20 ml.	Technew	R\$ 7,0000	R\$ 70,00
36	10	FRS	Cimento cirúrgico pó, com 50 grs.	Technew	R\$ 11,8000	R\$ 118,00
37	10	FRS	Cimento de fosfato de zinco em pó, frasco com 28g	Ls	R\$ 7,60000	R\$ 76,00
38	10	FRS	Cimento de fosfato de zinco líquido, frasco com 10ml.	Ls	R\$ 5,3000	R\$ 53,00
39	80	FRS	Cimento de óxido de zinco líquido, eugenol, frs com 18 ml .	Iodonto-sul	R\$ 6,0000	R\$ 480,00
42	100	CX	Cone de guta percha auxiliar b7	Injecta	R\$ 10,5000	R\$ 1.050,00
43	100	CX	Cone de guta percha auxiliar b8	Injecta	R\$ 9,8000	R\$ 980,00
53	30	CX	Cone de papel absorvente 1. ^a série, 15-40, caixa com 120 unidade.	Injecta	R\$ 8,5000	R\$ 255,00
54	30	CX	Cone de papel absorvente 2. ^a série, 45-80, caixa com 120 unid.	Injecta	R\$ 8,5000	R\$ 255,00
59	30	UND	Disco de lixa para acabamento e polimento dental, com 19,05 mm de diâmetro, granulação grossa, média, fina e super fina, tipo SOF-LEX, caixa com 50 unidades.	Tdv	R\$ 17,0000	R\$ 510,00
60	10	FRS	Edta tri ssódico frasco 10 ML.350,00	Biodonamica	R\$ 4,7000	R\$ 47,00
61	50	UND	Escova de aço p/ limpeza de brocas	Iodonto-sul	R\$ 3,9000	R\$ 195,00
62	500	UND	Escova de robson pequena, cerdas macias, cor branca.	Preven	R\$ 0,7000	R\$ 350,00
63	500	UND	Escova de robson, pequena, cerdas macias, cor preta.	Preven	R\$ 0,7000	R\$ 350,00

64	6000	UND	Escova dental adulto com aproximadamente 38 tufos, cerdas macias, cabeça arredondada, embalagem com 01 unidade.	Medfio	R\$ 0,4000	R\$ 2.400,00
65	11000	UND	Escova dental infantil com 25 a 32 tufos, cerdas macias, cabeça arredondada, embaladas individualmente.	Floppy	R\$ 0,3200	R\$ 3.520,00
66	50	CX	Esponja hemostática de colágeno liofilizado embalado individualmente em caixa com 10 unidades .	Hemos-pon	R\$ 14,0000	R\$ 700,00
67	3	FRS	Eucaliptol, liquido limpido, incolor ou amarelo pálido, de odor aromático, canforáceo, característico de e sabor picante. Praticamente insolúvel na água, miscível com o álcool, clorofórmio, sulfeto de carbono, ácido acético glacial, óleos vegetais e essências, frasco com 10mL.	Biodinamica	R\$ 6,4800	R\$ 19,44
68	50	CX	Extirpanervos 25 mm, cx com 10 unidades.	Medin	R\$ 16,0000	R\$ 800,00
69	20	CX	Filme periapical insight ip, velocidade rápida (f), uso infantil, caixa com 150 unidades.	Kodak	R\$ 148,0000	R\$ 2.960,00
70	110	CX	Filme periapical insight ip, velocidade rápida(f), uso adulto, caixa com 150 unidades.	Kodak	R\$ 110,0000	R\$ 12.100,00
75	10000	ROLO	Fio dental com 25m, embalagem individual.	Medfio	R\$ 0,7200	R\$ 7.200,00
77	50	UND	Fita matriz nº 0,7 mm em estojo plástico.	Preven	R\$ 0,8800	R\$ 44,00
79	100	FRS	Flúor fosfato acidulado a 1,23%, gel, sabor tutti fruti, frasco com 200 ml.	Dfl	R\$ 2,3000	R\$ 230,00

81	11000	UND	Gel dental com até 1100ppm de flúor, sabor de tuti-fruti ou morango, embalagem com 90 gramas.	Contente	R\$ 1,5900	R\$ 17.490,00
85	20	CX	Hidróxido de cálcio radiopaco, contendo 01 tubo de pasta catalizadora (11 g), 01 tubo de pasta base (13 g) e 01 bloco de mistura	Technew	R\$ 9,0000	R\$ 180,00
87	150	CX	Ionômero de vidro para restauração, embalagem contendo frasco com 10 grs de pó e 08 ml de líquido, 01 concha dosadora, 01 bloco de papel para espatulação.	Maxxion	R\$ 11,0000	R\$ 1.650,00
92	10	CX	Lençol de borracha, caixa com 26 unidades	Biosani	R\$ 9,8000	R\$ 98,00
93	10	CX	Liga para amálgama, com alto conteúdo de cobre, sem fase gama ii, em capsulas c/ 01 porção, cx com 50 unidades	Gs80	R\$ 53,8000	R\$ 538,00
94	20	CX	Liga para amálgama, com alto conteúdo de cobre, sem fase gama ii, em capsulas c/ 02 porção, cx com 50 unidades	Gs80	R\$ 70,0000	R\$ 1.400,00
95	10	CX	Lima 3ª série, 25 mm, 90-140, caixa com 6 unidades	Injecta	R\$ 13,8000	R\$ 138,00
96	70	CX	Lima tipo flexo file 2ª série 45-80, 21 mm, caixa com 06 unid.	Kerr Optimum	R\$ 19,0000	R\$ 1.330,00
97	60	CX	Lima tipo flexo file 2ª série 45-80, 25 mm, caixa com 06 unid.	Kerr Optimum	R\$ 19,0000	R\$ 1.140,00
98	10	CX	Lima tipo flexo file 2ª série 45-80, 31 mm, caixa com 06 unid.	Kerr Optimum	R\$ 19,0000	R\$ 190,00

99	70	CX	Lima tipo flexo-file 1 série 15-40, 21 mm, caixa com 06 unid.	Injecta	R\$ 18,5000	R\$ 1.295,00
100	60	CX	Lima tipo flexo-file 1ª série 15-40, 25mm, caixa com 6 unid.	Injecta	R\$ 18,5000	R\$ 1.110,00
101	20	CX	Lima tipo K-file 1ª série, 15-40, 31mm, caixa com 6 unidades.	Injecta	R\$ 14,0000	R\$ 280,00
102	40	CX	Lima tipo K-File nº 06, com 21 mm, caixa com 06 unidades.	Injecta	R\$ 14,0000	R\$ 560,00
103	40	CX	Lima tipo K-File nº 06, com 25 mm, caixa com 06 unidades.	Injecta	R\$ 14,0000	R\$ 560,00
104	40	CX	Lima tipo K-File nº 08, com 21 mm, caixa com 06 unidades.	Injecta	R\$ 14,0000	R\$ 560,00
105	40	CX	Lima tipo K-File nº 08, com 25 mm, caixa com 06 unidades.	Injecta	R\$ 14,0000	R\$ 560,00
106	40	CX	Lima tipo K-File nº 10, com 21 mm, caixa com 06 unidades.	Injecta	R\$ 14,0000	R\$ 560,00
107	40	CX	Lima tipo K-File nº 10, com 25 mm, caixa com 06 unidades.	Injecta	R\$ 14,0000	R\$ 560,00
111	50	pct	Moldeira de cera infantil, tamanho pequeno, com arcada inferior e superior, pacote com 100 unidades.	Preven	R\$ 27,0000	R\$ 1.350,00

112	20	UND	Óculos de proteção, com lente incolor de policarbonato, para proteção aos olhos contra partículas volantes, produtos químicos e fluidos corpóreos e contra raios UVA/UVB. Lentes com tratamento anti-embacante nos lados interno e externo. Ponte nasal de policarbonato injetada na mesma peça da lente, com escudo lateral de policarbonato, ângulo das lentes ajustável e com cordão de segurança. Embalados individualmente em saco plástico. Produto registrado no Ministério da Saúde.	3M	R\$ 37,2700	R\$ 745,40
113	60	UND	Óleo lubrificante para caneta de alta rotação óleo mineral de baixa velocidade para prevenir oxidação não contendo clorofluorcarbono com 100 ml. embalagem pressurizada.	Maqspray	R\$ 10,0000	R\$ 600,00
114	60	UND	Óleo lubrificante para caneta de baixa rotação, óleo mineral de baixa velocidade para prevenir oxidação não contendo clorofluorcarbono com 100 ml. Embalagem pressurizada.	Maqspray	R\$ 10,0000	R\$ 600,00
117	50	UND	Pasta profilática sabor tuti-fruti, com 30 ml.	Microdont	R\$ 3,6000	R\$ 180,00
120	50	CX	Pincel aplicador c/ dobra em 2 pontos fino cx c/ch 100 und	Cavibrus-ch	R\$ 7,5000	R\$ 375,00

121	100	CX	Pincel aplicador com dobra em 2 pontos, permitindo alcançar angulações superior a 180°, embalagem com 100 unidades.	Cavibrus-ch	R\$ 7,5000	R\$ 750,00
122	15	UND	Placa de vidro, espessura média para manipulação de materiais odontológicos.	Medfio	R\$ 4,7000	R\$ 70,50
144	30	KIT	Pontas de borracha p/ acabamento tipo enhance (kit)	Vigodent	R\$ 20,0000	R\$ 600,00
161	30	UND	Resina fotopolimerizável opaca	Opallis	R\$ 28,0000	R\$ 840,00
162	20	CX	Revelador de placa bacteriana em pastilha, caixa com 20 blister com 06 unidades cada.	Eviplac	R\$ 19,0000	R\$ 380,00
165	20	CX	Selante fotopolimerizável, cor matizado com 02 tubos de selante 5G, e 01 seringa condicionadora dental e acessórios.	Dfi	R\$ 38,0000	R\$ 760,00
169	20	UND	Taça de borracha pequena	Preven	R\$ 0,6000	R\$ 12,00

VALOR TOTAL R\$ 88.279,34

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º068/2012
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º068/2012 – Pregão Presencial 038/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa OTRIALA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA EPP. OBJETO: aquisição de materiais de consumo odontológico para os consultórios das Unidades Básicas de Saúde e para CEO – Centro de Especialidade Odontológica deste Município. DATA: 20/07/2012 a 19/07/2013.

Item	Quant.	Unid.	Especificação do Produto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
4	60	CX	Agulhas hipodérmicas para irrigação metálicas nº. 04.	Konnen	R\$ 4,5100	R\$ 270,00
5	300	CX	Anestésico cloridrato de prilocaina a 3% / vaso constritor oc-tapressin, tubetes c/1.8ml caixa com 50 unidades.	Citanest	R\$20,0000	R\$ 6.000,00

7	300	CX	Anestésico injetável lidocaina a 2% com vaso constritor. Tubetes com 1,8 ml, caixa com 50 unidades.	Lidoste-sin	R\$ 19,0000	R\$ 5,700,00
8	100	CX	Anestésico injetável mepivacaina 3% s/ vaso constritor, tubete c/1,8 ml, caixa com 50 unidades.	Mepiva-lem	R\$ 22,3400	R\$ 2.234,00
13	30	UND	Broca cirúrgica pm 701 L	Mk Dent	R\$ 7,1400	R\$ 214,20
14	30	UND	Broca cirúrgica pm 702	Mk Dent	R\$ 7,1400	R\$ 214,20
15	30	UND	Broca cirúrgica pm 703 L	Mk Dent	R\$ 7,1400	R\$ 214,20
33	25	FRS	Cariostatic Frasco com 10ml	Iodonto-sul	R\$ 10,8000	R\$ 270,00
34	50	PCT	Cartela para 02 RX odontológico periapical, pacote com 100 unidades.	Odonto-graf	R\$ 4,3200	R\$ 216,00
41	60	FRS	Cimento provisório, fechamento temporário de cavidades dentais em tratamentos restauradores e endodônticos, prevenindo contaminações, endurecimento químico, com coloração semelhante a do dente, normal, frs. C/ até 25 gr.	Coltosol	R\$ 8,91,00	R\$ 534,60
44	20	CX	Cone de guta percha principal nº 30 cxa c/ 120 und	Dentsply	R\$ 19,0000	R\$ 380,00
45	30	CX	Cone de guta percha principal nº 35 cxa c/ 120 und	Dentsply	R\$ 19,0000	R\$ 570,00
46	30	CX	Cone de guta percha principal nº 40 cxa c/ 120 und	Debtsply	R\$ 19,0000	R\$ 570,00
47	30	CX	Cone de guta percha principal nº 45 cxa c/ 120 und	Dentsply	R\$ 19,0000	R\$ 570,00

48	30	CX	Cone de guta percha principal nº 50 cxa c/ 120 und	Dentsply	R\$ 19,0000	R\$ 570,00
49	30	CX	Cone de guta percha principal nº 55 cxa c/ 120 und	Dentsply	R\$ 19,0000	R\$ 570,00
50	20	CX	Cone de guta percha principal nº 60 cxa c/ 120 und	Dentsply	R\$ 19,0000	R\$ 380,00
51	20	CX	Cone de guta percha principal nº 70 cxa c/ 120 und	Dentsply	R\$ 19,0000	R\$ 380,00
52	20	CX	Cone de guta percha principal nº 80 cxa c/ 120 und.	Dentsply	R\$ 19,0000	R\$ 380,00
55	5	UND	Cuba de borracha de manipulação de silicato	Maquira	R\$ 3,3800	R\$ 16,90
56	10	CX	Cunha cervical de madeira, anatômicas, sortidas, com 4 tamanhos diferentes codificados por cores, cx c/ 100 und.	Tdv	R\$ 17,0000	R\$ 170,00
58	50	UND	Dedal de borracha	Jon	R\$ 1,3500	R\$ 67,50
73	100	CX	Fio de sutura nylon, c/ agulha 4-0, caixa com 24 unidades.	Procare	R\$ 16,2000	R\$ 1.620,00
74	20	CX	Fio de sutura nylon, c/ agulha 5-0, caixa com 24 unidades.	Procare	R\$ 16,200	R\$ 324,00
76	50	UND	Fita matriz nº 0,5 mm em estojo plástico.	Preven	R\$ 0,9000	R\$ 45,00
78	100	FRS	Fixador para processamento radiográfico, uso odontológico-frasco com 475ml- contendo água(85 a 90%), sulfeto de sódio (1 a 5%), dietilenoglicol(1 a 5%) e hidroquinona(1 a 5%).	Kodak	R\$ 4,3000	R\$ 430,00
80	30	FRS	Formocresol, frasco 10 ml	Aaf	R\$ 3,3200	R\$ 99,60

83	15	UND	Grampo unitário para radiografia periapical (colgadura)	Tchno-dent	R\$ 1,6000	R\$ 24,00
84	25	UND	Hidróxido de cálcio em pó, frasco com 10g	Aaf	R\$ 3,3000	R\$ 82,50
89	10	CX	Lamina para bisturi nº. 13, caixa com 100 unidades.	Solidor	R\$ 12,1500	R\$ 121,50
90	30	CX	Lamina para bisturi nº. 15, caixa com 100 unidades.	Solidor	R\$ 12,1500	R\$ 364,50
91	10	CX	Lamina para bisturi nº. 21, caixa com 100 unidades.	Solidor	R\$ 12,1500	R\$ 121,50
109	100	UND	Mandril para disco de lixa.	Preven	R\$ 1,6600	R\$ 166,00
110	400	CX	Mascarã odontológica descartável atóxica, hipoalérgica, filtro antibacteriano, tripla com tiras, cor branca, caixa com 50 unidades.	Descar-pack	R\$ 3,9200	R\$ 1.568,00
118	15	UND	Pedra p/ amolar instrumentos odontológicos	Jon	R\$ 20,2500	R\$ 303,75
119	20	UND	Pedra pomes em pó, frasco com 10g	Maquira	R\$ 3,3600	R\$ 67,20
145	50	UND	Pote dappen plástico	Preven	R\$ 1,4600	R\$ 73,00
146	40	UND	Resina foto-polimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor A1 dentina	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 324,00
147	40	UND	Resina foto-polimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor A2 dentina	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 324,00
148	50	UND	Resina foto-polimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor A3 dentina	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 405,00

149	40	UND	Resina foto-polimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor B1 dentina	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 324,00
150	40	UND	Resina foto-polimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor B2 dentina	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 324,00
151	20	UND	Resina foto-polimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor C2 esmalte	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 162,00
152	40	UND	Resina foto-polimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor A 3,5 dentina	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 324,00
153	40	UND	Resina foto-polimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor A2 esmalte	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 324,0
154	50	UND	Resina foto-polimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor A3 esmalte	Llis	R\$,1000	R\$ 405,00
155	40	UND	Resina foto-polimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor A3,5 esmalte	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 324,00
156	40	UND	Resina foto-polimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor B1 esmalte	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 324,00
157	40	UND	Resina foto-polimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor B2 esmalte	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 324,00

158	20	UND	Resina foto-polimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor C2 dentina	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 162,00
159	20	UND	Resina foto-polimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor C3 esmalte	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 162,00
160	40	UND	Resina foto-polimerizável, nano híbrida ou nano particulada, tubo com 4 g, cor A1 esmalte	Llis	R\$ 8,1000	R\$ 324,00
163	100	FRS	Revelador para processamento radiográfico, uso odontológico, contendo água (85 a 90%), sulfito de sódio (1 a 5%), dietilenoglicol (1 a 5%) e hidroquinona (1 a 5%), frasco com 475 ml.	Kodak	R\$ 4,3000	R\$ 430,00
166	25	FRS	Spray refrigerante para teste de vitalidade dental, temperatura de -50°C, inodoro, atóxico e sem CFC, frasco 200 ml.	Maquira	R\$ 13,3500	R\$ 333,75
170	25	FRS	Tricresol Formalina, frasco com 10ml	Aaf	R\$ 3,2000	R\$ 80,00
VALOR TOTAL R\$ 31.282,50						

Item	Quant.	Unid.	Especificação do Produto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
22	200	UND	Broca de baixa rotação nº 1	Injecta	R\$ 1,9300	R\$ 386,00
40	80	FRS	Cimento de óxido de zinco pó, frs com 50 gramas .	Iodontosul	R\$ 3,2200	R\$ 257,60
57	50	PCT	Cursores de silicone 1 mm, pacote com 10 unidades.	Injecta	R\$ 15,2000	R\$ 760,00
71	15	CX	Fio de seda para sutura 3-0 com agulha 1,7 cm, estéril, não absorvível, caixa com 24 unidades.	Procare	R\$ 15,8000	R\$ 237,00
72	200	CX	Fio de seda para sutura 4-0 com agulha 1,7 cm, estéril, não absorvível, caixa com 24 unidades.	Procare	R\$ 15,8000	R\$ 3.160,00
82	6000	UND	Gel dental com flúor com até 1500ppm de flúor, embalagem com 90 gramas.	Icefresh over	R\$ 1,0700	R\$ 6.420,00
86	50	FRS	Hipoclorito de sódio 1%, frasco com 1 litro	Ciclofarma	R\$ 1,8400	R\$ 92,00
108	20	CX	Lixa p/ polimento e acabamento dental, com abrasivo a base de óxido de alumínio e costado em poliéster cx c/ 50 und	Maquira	R\$ 1,2000	R\$ 24,00
116	12	UND	Pasta maisto, pote plástico com 10 gramas.	Iodontosul	R\$ 9,6100	R\$ 115,32
123	200	UND	Ponta diamantada de alta rotação nº 1011, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 1.340,00
124	50	UND	Ponta diamantada de alta rotação cone invertido nº 1033, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 335,00

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º069/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º069/2012 – Pregão Presencial 038/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de consumo odontológico para os consultórios das Unidades Básicas de Saúde e para CEO – Centro de Especialidade Odontológica deste Município. DATA: 20/07/2012 a 19/07/2013.

125	200	UND	Ponta diamantada de alta rotação nº 1012, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 1.340,00
126	250	UND	Ponta diamantada de alta rotação nº 1013, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 1.675,00
127	300	UND	Ponta diamantada de alta rotação nº 1014, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 2.010,00
128	300	UND	Ponta diamantada de alta rotação nº 1016, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 2.010,00
129	250	UND	Ponta diamantada de alta rotação nº 1019, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 1.675,00
130	50	UND	Ponta diamantada de alta rotação nº 1151, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 335,00

131	150	UND	Ponta diamantada de alta rotação nº 2082, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 1.005,00
132	50	UND	Ponta diamantada de alta rotação nº 2135, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 335,00
133	50	UND	Ponta diamantada de alta rotação nº 2135f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 335,00
134	100	UND	Ponta diamantada de alta rotação nº 2135ff, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 670,00
135	100	UND	Ponta diamantada de alta rotação nº 3118, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 670,00
136	100	UND	Ponta diamantada de alta rotação nº 3118f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 670,00

137	100	UND	Ponta diamantada de alta rotação nº 3118ff, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 670,00
138	100	UND	Ponta diamantada de alta rotação nº 3168, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 670,00
139	100	UND	Ponta diamantada de alta rotação nº 3168f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 670,00
140	100	UND	Ponta diamantada de alta rotação nº 3168ff, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 670,00
141	100	UND	Ponta diamantada de alta rotação nº 3195, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 670,00
142	100	UND	Ponta diamantada de alta rotação nº 3195f, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 670,00

143	100	UND	Ponta diamantada de alta rotação nº 3195ff, produzidas em aço inoxidável grau cirúrgico, com hastes diamantadas através de processo eletroquímico e com garantia de esterilização de no mínimo 4 anos.	KG	R\$ 6,7000	R\$ 670,00
168	1000	PCT	Sugador descartável, confeccionado em PVC virgem transparente e atóxico, arame em aço especial para fixação imediata, desenho anatômico, para proporcionar uma excelente sucção sem agredir o tecido. Ponteira soldadas ao tubo, confeccionada em PVC macio, atóxico e vazada. Pacote com 40 unidades.	Ssplus	R\$ 1,9900	R\$ 1.990,00
171	20	FRS	Verniz com flúor para aplicação tópica 5% de fluoreto de sódio, frasco com 10 ml de verniz e frasco de 10 ml de solvente.	Fgm Duoflorid	R\$ 10,8500	R\$ 217,00

VALOR TOTAL R\$ 32.753,92

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º070/2012
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º070/2012 – Pregão Presencial 038/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de consumo odontológico para os consultórios das Unidades Básicas de Saúde e para CEO – Centro de Especialidade Odontológica deste Município. DATA: 20/07/2012 a 19/07/2013.

Item	Quant.	Unid.	Especificação do Produto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
23	200	UND	Broca de baixa rotação nº 2	Medin	R\$ 1,9300	R\$ 386,00
24	200	UND	Broca de baixa rotação nº 3	Medin	R\$ 1,9300	R\$ 386,00
25	350	UND	Broca de baixa rotação nº 4	Medin	R\$ 1,9300	R\$ 675,50

26	350	UND	Broca de baixa rotação nº 5	Medin	R\$ 1,9300	R\$ 675,50
27	350	UND	Broca de baixa rotação nº 6	Medin	R\$ 1,9300	R\$ 675,50
29	30	CX	Broca gaites de 01 à 06, caixa com 06 unidades	Injecta	R\$ 31,5100	R\$ 945,30
88	10	CX	Lamina para bisturi nº. 11, caixa com 100 unidades.	Embra-mac	R\$ 11,5000	R\$ 115,00
164	1500	PCT	Roletes de algodão, produzido com fibras naturais, 100% puro algodão hidrófilo, levemente gomado, possuir grande poder de absorção e maciez, sendo perfeito para o uso em tratamento dentário. Pacote com 100 unidades.	SS Plus	R\$ 1,0700	R\$ 1.605,00
167	80	CX	Sugador cirúrgico odontológico, descartável, atóxico, esterilizado, embalados individualmente, caixa com 20 unidades.	Maquira	R\$ 21,5900	R\$ 1.727,20
VALOR TOTAL 7.191,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º071/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º071/2012 – Pregão Presencial 040/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios para os usuários do CAPS II. DATA: 23/07/2012 a 22/07/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
01	30	lata	Abacaxi em calda, peso drenado com aproximadamente 500 gramas.	Olé	R\$ 5,9000	R\$ 177,00
03	100	pcte	Arroz parboilizado, longo, fino, tipo I, amarelo características técnicas: Arroz beneficiado, parboilizado, logo, fino tipo I. Umidade máxima de 14%. Embalagem, saco de polietileno transparente, pacote de 5Kg.	Kika	R\$ 7,1000	R\$ 710,00
04	300	pct	Biscoito doce tipo maria, 1ª qualidade, embalado em embalagem plástica descartável com aproximadamente 500 gramas.	Diana	R\$ 2,7000	R\$ 810,00
05	300	pct	Biscoito salgado, 1ª qualidade, embalado em embalagem plástica descartável com aproximadamente 500 gramas.	Diana	R\$ 2,5300	R\$ 759,00
06	100	pct	Café em pó torrado e moído, de 1ª qualidade, tipo extra forte, embalagem aluminizada a vácuo, com selo de pureza ABIC, top de linha, embalagem de 500G, validade de 01 ano.	Itamaraty	R\$ 5,8000	R\$ 580,00
11	40	pct	Coco ralado, branco, flocado, pacote com 100 gramas	Sococo	R\$ 2,4000	R\$ 96,00
12	250	un	Creme de leite, embalagem com aprox. 300 gramas.	Itambé	R\$ 2,9700	R\$ 742,50

14	30	kg	Farinha de Milho - Produto obtido pela ligeira torração do grão de milho, desgerminado ou fina, pura, previamente macerado e peneirado, 100% milho. Deverão ser efetuadas determinações de microorganismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados adicionais sobre o estado higiênico-sanitário, dessa classe de alimentos, ou quando ocorrer toxinfecções alimentares. Não deverá conter sujidade, parasitos e larvas, conforme Resolução C.N.N. P A . 12/78 NTE 12/18, de 24/07/78. Embalagem: A embalagem primária do produto deverá se de saco de polietileno transparente, atóxico, resistente, lacrado, pacotes de 01 Kg.	Sinha	R\$ 1,7300	R\$ 51,90
16	50	Kg	Feijão preto comum. Tipo 1, isento de matérias estranhas, impurezas, insetos vivos ou mortos. Umidade máxima de 15%. Embalagem primária: saco de polietileno transparente, atóxico, pacotes de 1 kg.	Urbano	R\$ 3,4000	R\$ 170,00
17	50	un	Fermento biológico seco, com aproximadamente 100g	Fleischmann	R\$ 2,0200	R\$ 101,00
18	50	Frs	Fermento em pó químico, frasco com aprox. 100 gramas	Fleischmann	R\$ 1,7900	R\$ 89,50
20	100	Unid.	Leite condensado, embalagem com aprox. 395 gramas	Itambé	R\$ 2,1800	R\$ 218,00
21	900	Unid.	Leite de vaca, longa vida integral, embalagem tetrapack de 1 litro.	Terra Viva	R\$ 1,8300	R\$ 1.647,00
22	70	lata	Leite em pó integral, instantâneo. Embalagem: lata com 400 gramas	Maxul	R\$ 6,8300	R\$ 478,10

23	100	kg	Macarrão tipo espaguete, enriquecido com ferro e ácido fólico, com ovos, vitaminado, composto de matéria prima de primeira qualidade e limpas, isento de material terroso, parasitas, embalado em pacote com 500 gramas.	Ogliare	R\$ 2,8000	R\$ 280,00
24	10	Unid.	Maionese tradicional, embalagem com 500 gr	Hellmans	R\$ 4,3500	R\$ 43,50
25	80	Unid.	Margarina vegetal, com sal 1ª qualidade, embalagem com aprox. 500 gramas.	Primor	R\$ 2,1300	R\$ 170,40
28	200	Frs	Óleo de soja, 1ª qualidade, frs com 1000 ml	Soya	R\$ 3,4800	R\$ 696,00
31	10	kg	Sal refinado de mesa iodado. Não deve apresentar sujidade e misturas, Umidade máxima de 02% Embalagem primária: sacos polietileno transparente, pacotes de 1 kg.	Marfim	R\$ 1,0000	R\$ 10,00

HORTIFRUTI

33	50	kg	Banana Branca cat.1, classe 16 (16 a 18cm) de conformidade com a Portaria M.A nº. 126 de 15/05/81. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.	In natura	R\$ 2,0000	R\$ 100,00
35	50	Kg	Cebola de cabeça: classe (4) quatro, tipo: especial, de conformidade com a Portaria M. A nº 529 de 18/03/97. coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	In natura	R\$ 2,3000	R\$ 115,00

36	50	Kg	Cenoura sem folhas, classe: 14 (14 a 18 cm) ou cat 1 . Tipo: especial, conforme adesão voluntária CEAGESP Composição das raízes de 14 a 18 cm. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, não lenhosa, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, praga e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	In natura	R\$ 2,5000	R\$ 125,00
37	100	Kg	Laranja Pêra: grupo I - Classe: 04 A (de 60 a 85 mm) - Tipo: especial - Grupo C4, Classe 81 (81 a 85mm). Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	In natura	R\$ 1,4000	R\$ 140,00
38	50	kg	Maçã nacional, gala, grupo rajada classe de 70 a 80mm, tipo ou categoria 2. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. OBS: Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitida apenas as tolerâncias previstas em lei.	In natura	R\$ 1,7800	R\$ 89,00

39	50	kg	Tomate, grupo oblongo ou redondo, subgrupo rosado, classe: médio ou grande, tipo especial, de conformidade com a portaria M.A nº 533 de 30/08/95. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, com superfície praticamente lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Obs: Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitido apenas as tolerâncias previstas em lei.	In natura	R\$ 3,0000	R\$ 150,00
40	50	un	Repolho verde: deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitida apenas as tolerâncias previstas em lei. Peso aproximado 1 a 1 e meio quilo.	In natura	R\$ 2,2000	R\$ 110,00
41	300	Molho	Couve Manteiga, molho com aproximadamente 10 folhas frescas, apresentando tamanho e coloração uniformes, devendo ser desenvolvida, firme e intacta, isenta de enfermidade, material terroso, livre de resíduos e de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos.	In natura	R\$ 1,0000	R\$ 300,00

CÁRNEOS, LATICÍNIOS E GRANJEIRO

42	150	Kg	Carne bovina inteira: fraldinha, congelado, sem osso, limpa, sem nervos, sem tendões, sem aponervoses e sem gorduras com características organolépticas (cor, sabor, odor característicos). Apresentar Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem: embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a Legislação vigente e especificação de prazo de validade.	CCS	R\$ 11,2900	R\$1.639,50
43	100	dz	Ovos de galinha fresco tipo especial, vermelho. De 55 a 60 gramas de peso por unidade, conforme Decreto Lei 3.748 de 12/07/93, artigo 687, Embalagem: com rótulo, descartável, aberta com 30 unidades. Deve apresentar a data de produção e validade.	Ovos Becker	R\$ 3,0500	R\$ 305,00
44	100	Kg	Peito de frango, com osso, embalagem individualizada de 01 kg.	Morgana	R\$ 5,1800	R\$ 518,00
45	50	Kg	Presunto cozido fatiado, sem gordura, embalagem com 150 gramas.	JCW	R\$ 12,8000	R\$ 640,00
46	50	kg	Queijo tipo mussarela, fatiado, embalagem com 150 gramas	Predileto	R\$ 17,5000	R\$ 875,00
47	50	kg	Salsicha hot dog congelada, carne bovina de uma ou mais espécies de animais, adicionado de ingredientes e condimentos (exceto de pimenta e derivados) embutido em envoltório natural ou artificial ou por processo de extrusão e submetido a um processo térmico adequado. Permitido até 2% de amido e até 2% de sódio.	Agro-gem	R\$ 4,2000	R\$ 210,00

VALOR TOTAL R\$ 13.200,40

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º072/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º072/2012 – Pregão Presencial 040/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GEORGEA FILÉTI ESTEDILE DE OLIVEIRA ME. OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios para os usuários do CAPS II. DATA: 23/07/2012 a 22/07/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
02	150	kg	Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor: própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverão ser efetuadas determinações de microorganismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados adicionais sobre o estado higiênico sanitário, dessa classe de alimentos ou quando ocorrer toxinfecções alimentares. Deverá ser isento de sujidades, parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "açúcar refinado". Embalagem: plástica com 05 Kg.	Caravelas	R\$ 10,8500	R\$ 1.627,50
07	10	kg	CALDO DE CARNE EM PÓ. Ingredientes: sal, amido, açúcar, gordura vegetal, carne bovina, cebola, realçadores de sabor. Embalagem de 01 kg.	Qualimax	R\$ 6,0500	R\$ 60,50

08	10	Kg	Caldo de Galinha em Pó. Ingredientes: sal, amido, açúcar, gordura vegetal, carne de galinha, cebola, realçadores de sabor. Embalagem de 01 kg.	Qualimax	R\$ 6,0500	R\$ 60,50
09	10	emb	Canela em pó fina homogênea; acondicionada em saco plástico transparente, atóxico, contendo 40 gramas	Tell	R\$ 1,6300	R\$ 16,30
10	100	Cx	Chá sabores diversos, embalados em pacotinhos individuais, caixa com aproximadamente 30 gramas, com 15 pacotinhos.	Mate leão	R\$ 2,7600	R\$ 276,00
13	200	Lata	Ervilha em conserva, lata c/ aprox. 300 gr.	Lar	R\$ 1,1100	R\$ 222,00
15	50	Pcte	Farinha de trigo: Deverá ser fabricada a partir de grãos de trigo sãos e limpos, isentos de matéria terrosa. pacote com 5 kg.	3 coroas	R\$ 5,8600	R\$ 293,00
19	50	Unid.	Gelatina em pó, sabores variados, pct com aprox. 50 gr	Bretzke	R\$ 0,7200	R\$ 36,00
26	200	lata	Milho verde em conserva, lata c/ aprox. 300 gr.	Coni	R\$ 1,2400	R\$ 248,00
27	100	emb	Molho de tomate sugo, embalagem sache com aproximadamente 340 gramas	Fugini	R\$ 1,4600	R\$ 146,00
29	40	lata	Pêssego em calda, peso drenado com aproximadamente 500 gramas.	Olé	R\$ 5,4000	R\$ 216,00
30	300	un	Refresco - preparo sólido para refresco, nos sabores: laranja, abacaxi, maracujá, uva e morango, adoçado, embalagem com aproximadamente 35 gramas.	Golly	R\$ 0,5900	R\$ 177,00

32	200	Unid.	Achocolatado em pó, 1ª qualidade, embalagem com aprox. 400 gramas.	Nescau	R\$ 5,1000	R\$ 1.020,00
----	-----	-------	--	--------	------------	--------------

HORTIFRUTI

34	50	kg	Batata Inglesa: suja. classe 02, tipo: especial, de conformidade com a Portaria M.A . 69 de 21/02/95 e Portaria M.A . 523 de 28/08/96. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Obs: Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em Lei.	In natura	R\$ 1,4000	R\$ 70,00
----	----	----	--	-----------	------------	-----------

VALOR TOTAL R\$ 4.468,80

Papanduva

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº 071/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA. Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2013. Objeto: Aquisição de Reagentes Químicos para o uso nos trabalhos do SAMAE Tipo: Menor Preço por item e Presencial; Entrega dos envelopes: até o dia 06 de maio de 2013 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 06/05/2013 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009, e demais



legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0**47) 3653-2166.

Papanduva, 18 de abril de 2013
ILARIO SCHULKA
Diretor Presidente SAMAE

Ata de Registro de Preços 031/2013 **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 031/2013**

Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 055/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 05/04/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa ITAQUI PNEUS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 01.758.249/0001-23, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de pneus, protetores internos, câmaras de ar novos bem como a contratação de serviços de recapagens e vulcanização de pneus para os veículos e máquinas da frota municipal, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do produto/serviço licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 2º colocado, para fornecimento deste material/serviço e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preço é de R\$ 15.960,00 (quinze mil e novecentos e sessenta reais), relativos aos itens 70, 75, 76, 82, 91 e 93, do anexo I do Edital de Licitação nº 055/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para os produtos/serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 055/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os produtos/serviços deverão ser entregues parceladamente, conforme necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

4.2 - Os materiais deverão ser entregues, nas quantidades solicitadas, e dentro do prazo definido no item anterior desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 dias após o fornecimento dos produtos/serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções;

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 055/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a conseqüente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal;

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva, SC 05 de abril de 2013.

FÁBIO JOSÉ PADILHA - Pregoeiro

MARCIO WISNIEVSKI - Equipe de Apoio

SILVANA FREDERICO - Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES - Equipe de Apoio

JOÃO LATAUCZESKI

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Visto e aprovado pela assessoria jurídica

ORLANDO MARCELO VIEIRA

Assessor Jurídico

OAB/SC 14035B

Ata de Registro de Preços 037/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 037/2013

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 048/2013 - Registro de Preços, na Ata

de julgamento de preços, homologada em 10/04/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa ABI COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 05.438.785/0001-00 nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando objetivo a aquisição de materiais esportivos diversos, incluindo uniformes, redes de proteção, entre outros para o uso do Departamento Municipal de Esportes, conforme especificações constantes na Relação dos Itens Adjudicados ao fornecer acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 2º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de preço é de R\$ 7.396,00 (sete mil e trezentos e noventa e seis reais), relativos aos itens 01, 03, 04, 05, 09, 13, 19, 25, 26, 29 e 30, do anexo I do edital de licitação nº 048/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Presencial nº 048/2013 e seus anexos;

b) Proposta da (s) Proponente(s).

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente, conforme necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, em até 10 (dez) dias após a emissão da Autorização de Fornecimento, no Departamento Municipal de Esportes, anexo ao Ginásio Municipal de Esportes, sito à Rua Severo de Almeida, 570, - Centro - Papanduva -SC, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros,

transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado até 30 dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções;

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 048/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;

b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal;

10.2. Eleggem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva, SC 10 de abril de 2013.

FABIO JOSÉ PADILHA - Pregoeiro

MÁRCIO WISNIEVSKI - Equipe de Apoio

SILVANA FREDERICO - Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES - Equipe de Apoio

DILNEI BITENCOURT

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 011/13 de 18 de Abril de 2013

PORTARIA Nº 011/13 DE 18 DE ABRIL DE 2013

“EXONERA A SENHORA MARIÂNGELA SILVEIRA SENNA, DO CARGO DE ASSESSORA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA.”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir de 16 de abril de 2013, a Senhora MARIÂNGELA SILVEIRA SENNA, Brasileira, Casada, portadora do CPF nº. 568.369.379-91, PIS nº. 125.42334.25-2, residente e domiciliada à Rua Tenente Ary Rauen, 846, Centro, Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, do cargo de Assessora Jurídica da Câmara de Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de abril de 2013.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva, em 18 de abril de 2013.

JACINTA MIKALOVICZ

Presidente da Mesa

ADENIZ HUMENHUKA

Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI

1ª Secretária

VALDECIR VANESKI

2º Secretário

Passos Maia

PREFEITURA

Lei Nº 700/2013

LEI Nº 700/2013

"AUTORIZA SUBVENÇÃO SOCIAL À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, A FIM DE VIABILIZAR O PROGRAMA DE EQUOTERAPIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSOS MAIA, SANTA CATARINA, SENHOR IVANDRE BOCALON, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Passos Maia/SC, aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do poder executivo autorizado a conceder nova Subvenção Social à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Passos Maia, no importante de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) por mês, até o dia 31 de dezembro de 2016, para custear o Programa de equoterapia.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de abril de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Registrado publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Lei Nº 701/2013

LEI Nº 701/2013

"AUTORIZA CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL E CESSÃO DE SERVIDORES PARA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSOS MAIA, SANTA CATARINA, SENHOR IVANDRE BOCALON, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Passos Maia/SC, aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do poder executivo autorizado a conceder Subvenção Social à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Passos Maia, para serem destinados ao atendimento de alunos portadores de necessidades especiais, por meio de trabalhos pedagógicos, terapia ocupacional, trabalhos manuais, artesanato, aula de artes, educação física, culinária e outras atividades afins.

Parágrafo único: O valor mensal da Subvenção Social de que trata

o caput, será de um salário mínimo e meio por mês.

Art. 2º - Fica, ainda, o chefe do poder executivo autorizado a ceder até 4 (quatro) servidores do seu quadro funcional, à Associação De Pais e Amigos dos Excepcionais de Passos Maia - APAE, para exercer as funções de professor, motorista e auxiliar de serviços gerais, para atendimento de suas atividades educacionais e operacionais.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 2 de janeiro de 2013.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de abril de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Registrado publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Paulo Lopes

PREFEITURA

Decreto Nº 09/2013

DECRETO Nº 09/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 146.950,00 (cento e quarenta e seis mil novecentos e cinquenta reais), de acordo com as especificações seguintes:

0801 - SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 146.950,00
26.782.0031.1.031 - Pavimentação de Ruas R\$ 146.950,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.24.001102 - Aplicações Diretas R\$ 146.950,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 146.950,00 (cento e quarenta e seis mil novecentos e cinquenta reais) da fonte 0.1.24.001102 - Convênio Min. Das Cidades.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 19 de abril de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios em 22 de abril de 2013.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretaria Municipal de Administração

Porto Belo

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 2.038

LEI MUNICIPAL Nº 2.038, DE 15 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a autorização de concessão de subvenção social com celebração de Convênio entre o Município de Porto Belo e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, e dá outras providências.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, inscrito no CNPJ sob o nº 79.424.255/0001-31, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, nº 3016, Bairro Centro, neste Município.

Art. 2º O objeto do Convênio consiste na manutenção da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Porto Belo.

Parágrafo Único. O repasse de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), divididos em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas, no valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), que será depositada até o décimo dia do mês subsequente na conta da instituição.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária municipal:

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação

Unidade: 08.01 - Fundo Municipal de Educação

Funcional: 12.367.0019 - Educação Especial

Projeto/Atividade: 2.029 - Manutenção do Programa de Educação Especial

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.0500.0 - Transferência a instituições privadas sem fins lucrativos

Código reduzido: 000052.

Art. 4º O presente convênio vigorará até 31 de dezembro de 2013, podendo, a critério do Município, ser renovado para o exercício financeiro seguinte, nos mesmos moldes, forma e condições do primitivo.

Art. 5º O convênio poderá ser rescindido unilateralmente pelo Município, caso não seja efetuada a prestação de contas dentro de 30 (trinta) dias contados do pagamento da parcela.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a ceder professores e monitores já existentes no quadro de servidores de acordo com a necessidade e objetivo da APAE, enquanto perdurar a necessidade.

Parágrafo Único. A Cessão de servidores de que trata o caput deste artigo, dar-se-á a requerimento por parte da APAE, sempre que houver a necessidade.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a janeiro do ano em curso.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 15 dias do mês de abril de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Decreto Nº 1071

DECRETO Nº 1071, DE 22 DE MARÇO DE 2013.

ALTERA O ARTIGO 2º DO DECRETO 1069/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, Considerando a alteração realizada pelo Conselho Estadual das Cidades com relação aos temas a serem trabalhados na Conferência Estadual,

DECRETA:

Art. 1º - Altera o artigo 2º do Decreto 1069/2013 que passará a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - A Conferência convocada será precedida por 4 (quatro) pré-conferências municipais, a serem realizadas no período de 06 a 15 de maio de 2013, no mesmo local e horário, que tratarão dos seguintes temas:

I - Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;

II - Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;

III - Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;

IV - Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial".

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo, aos 22 dias do mês de março de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

Decreto Nº 1073

DECRETO Nº 1073, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

CONVOCA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a Conferência Municipal de Meio a ser realizada no dia 29 de abril de 2013, das 18:30 horas às 22:00 horas, no Espaço Cultural Pira-ique, anexo à Fundação de Turismo, localizado na Avenida Governador Celso Ramos, nº 1492, Bairro Centro, Porto Belo - SC, tendo como tema central: "Política Nacional de Resíduos Sólidos".

Art. 2º A Conferência Municipal é parte integrante, preparatória e eletiva da 4ª Conferência Estadual e Nacional de Meio Ambiente.

Art. 3º A Conferência Municipal, como Etapa Preparatória da 4ª Conferência Estadual e Nacional de Meio Ambiente, visa contribuir para a implementação da Lei nº 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), e terá como foco os seguintes temas:

I - Produção e Consumo Sustentáveis;

II - Redução dos Impactos Ambientais;

III - Geração de Emprego e Renda;

IV - Educação Ambiental.

Art. 4º São objetivos da Conferência Municipal do Meio Ambiente:

I - Divulgar a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

II - Contribuir para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com foco nos eixos dispostos no art. 3º deste Decreto;

III - Estabelecer a responsabilidade compartilhada entre governo, setor privado e sociedade civil;

IV - Difundir práticas positivas que possam contribuir para desenhos de políticas públicas locais e regionais;
V - Eleger e indicar os delegados do município para a etapa estadual da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente;
VI - Eleger os representantes da Sociedade Civil para compor o Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Art. 5º Somente serão elegíveis para compor o Conselho Municipal do Meio Ambiente, eleitores de Porto Belo que comprovem, formalmente, a indicação pela entidade ou órgão que representem.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo, ao 1º dia do mês de abril de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

Decreto N° 1074

DECRETO N° 1074, DE 02 DE ABRIL DE 2013.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor a Junta Médica Oficial do Município de Porto Belo:

I - Dra. Isabel Menin, inscrita no CRM/SC sob o nº 9493;

II - Dra. Rosaura Rodrigues Drischel, inscrita no CRM/SC sob o nº 9145;

III - Dra. Márcia Edler Gaspary, inscrita no CRM/SC sob o nº 5995.

Art. 2º Para proceder ao agendamento da respectiva perícia, os funcionários deverão comparecer ao Posto de Saúde Central.

Art. 3º As perícias serão realizadas no Posto de Saúde Central em horário a ser definido pela Secretaria de Saúde e Saneamento Básico do Município Porto Belo.

Art. 4º Os servidores agendados para perícia deverão ser examinados pela Junta Médica Oficial do Município de Porto Belo.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo, aos 02 dias do mês de abril de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

Decreto N° 1075

DECRETO N° 1075, DE 3 DE ABRIL DE 2013

"Atualiza o valor da UFM-PB, conforme específica."

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto nas Leis Municipais nº 1.071/98 - Código Tributário e nº 1889/2011 e na Lei Municipal Complementar nº 21/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor da UFM-PB, com uma correção de 0,21% (zero, vinte e um por cento), considerando o IGP-M do mês de março de 2013, que passará a vigorar a partir de 1º de maio de 2013.

Art. 2º O valor da UFM-PB passará a ser de R\$ 2,02.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 3 dias do mês de abril de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

Gabinete do Prefeito

Decreto N° 1079

DECRETO N° 1079, DE 18 DE ABRIL DE 2013.

ALTERA E ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 1º DO DECRETO 1073 DE 01º DE ABRIL DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Altera e acrescenta parágrafo único ao artigo 1º do Decreto 1073 de 1º de abril de 2013, que passará a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica convocada a Conferência Municipal de Meio Ambiente a ser realizada no período compreendido entre os dias 03 a 09 do mês de junho de 2013, diariamente das 18:30 horas às 22:00 horas, no Espaço Cultural Pira-ique, anexo à Fundação de Turismo, localizado na Avenida Governador Celso Ramos, nº 1492, Bairro Centro, Porto Belo - SC, tendo como tema central: "Política Nacional de Resíduos Sólidos".

Parágrafo Único. O Fórum Municipal para a escolha dos representantes da Sociedade Civil que comporão o Conselho Municipal do Meio Ambiente será realizado no dia 29 de abril de 2013, das 18:30 horas às 22:00 horas, no Espaço Cultural Pira-ique, anexo à Fundação de Turismo, localizado na Avenida Governador Celso Ramos, nº 1492, Bairro Centro, Porto Belo - SC".

Art. 2º Os demais artigos do Decreto 1073 de 01º de abril de 2013 permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo, aos 18 dias do mês de abril de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

Aviso de Edital de Pregão N° 011/2013-Pmpb

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N° 011/2013-PMPB

Registro de Preço

Modalidade de licitação: Pregão Presencial

Tipo de licitação: Menor Valor por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de grades, lâminas, cabo de aço e afins, para atender as necessidades da secretaria de transportes e obras do município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Data de entrega dos envelopes, credenciamento, abertura das propostas de preço e início da sessão de disputa: 03/05/2013 às 09:30 horas;

Local da Audiência Pública: Prefeitura Municipal de Porto Belo - sala de Licitações-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500-Centro-Porto Belo- SC

Aquisição do Edital: Site: www.portobelo.sc.gov.br

Informações: Telefone: (0XX47) 3369-4111.

Porto Belo, 19 de abril de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Aviso de Edital de Pregão Nº 012/2013-Pmpb

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 012/2013-PMPB

Modalidade de licitação: Pregão Presencial

Tipo de licitação: Menor Valor Global

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de um veículo 0Km, ano/modelo 2013/2013, para atender as necessidades da Secretaria de Transportes e Obras do município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Data de entrega dos envelopes, credenciamento, abertura das propostas de preço e início da sessão de disputa: 07/05/2013 às 14:00 horas;

Local da Audiência Pública: Prefeitura Municipal de Porto Belo - sala de Licitações-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500-Centro-Porto Belo- SC

Aquisição do Edital: Site: www.portobelo.sc.gov.br

Informações: Telefone: (0XX47) 3369-4111.

Porto Belo, 19 de abril de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Porto União

PREFEITURA

Extrato de Retificação do Edital de Pregão Presencial 035/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 045/2013 - CARONA

Extrato de Retificação do Edital de Pregão Presencial 035/2013

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública a retificação do Edital de Processo Licitatório nº 045/2013, conforme consta a seguir, da - se nova redação ao anexo III do edital e altera - se a data da abertura da sessão para 03/05/2013, as 09:00 horas. Maiores informações e cópia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone 042 3523 1155, email liciteportouniao@yahoo.com.br, site www.portouniao.sc.gov.br, email licitacao@portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 19 de Abril de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria N. 0516/RH

PORTARIA N. 0516/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor GEOMAR FINARDI NASCIMENTO, matrícula n. 29130/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal do PROCON, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de abril de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de abril de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 0517/RH

PORTARIA N. 0517/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor JAIR LEANDRO FERREIRA, matrícula n. 1252/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve, a quarta Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de abril de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de abril de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 0518/RH

PORTARIA N. 0518/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora JUREMA LANZMASTER, matrícula n. 1406/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II, a quarta Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de abril de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de abril de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 0519/RH
PORTARIA N. 0519/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora IVANIR SCHLEMPER NEVES, matrícula n. 566/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, a quarta Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de abril de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de abril de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 0520/RH
PORTARIA N. 0520/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora LILIANE SERAPHIM, matrícula n. 29254/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de abril de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de abril de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Contrato Administrativo 266/2013
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 266/2013

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e

de outro lado o(a) Sr.(a) TAISE BUSARELLO, portador(a) do CPF nº 010.163.499-47 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Prefeito Wenceslau Borini, 1799 Bairro Santa Galo - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Tia Bea, em substituição a Patrícia Mello Sordi, em licença maternidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.763,34 (mil, setecentos e sessenta e três reais e trinta e quatro centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 16/04/2013 e encerrando-se em 01/07/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho

de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 16 de abril de 2013.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

TAISE BUSARELLO
Contratado (a)

Contrato Administrativo 267/2013
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 267/2013

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JAQUELINE DA LUZ DEMETRIO, portador(a) do CPF nº 082.962.939-43 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na BR 470 KM 139, Bairro Barra da Itoupava - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Tia Bea, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.763,34 (mil, setecentos e sessenta e três reais e trinta e quatro centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 16/04/2013 e encerrando-se em 15/08/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 16 de abril de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JAQUELINE DA LUZ DEMETRIO

Contratado (a)

Contrato Administrativo 268/2013**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 268/2013**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA NEIDE MACHADO, portador(a) do CPF nº 041.247.739-43 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Alfredo Swarowsky, S/N, Bairro Bela Aliança - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Tia Bea, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.763,34 (mil, setecentos e sessenta e três reais e trinta e quatro centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 16/04/2013 e encerrando-se em 15/08/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho

de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 16 de abril de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JULIANA NEIDE MACHADO

Contratado (a)

Contrato Administrativo 269/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 269/2013

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSELENE BAGATOLI, portador(a) do CPF nº 399.351.759-87 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Visconde de Maua, 406, Bairro Centro - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, suprimindo as necessidades de substituição aos afastamentos de professores decorrentes das licenças de concessão obrigatória, durante o ano letivo de 2013. O contratado ficará à disposição da Secretaria Municipal de Educação que definirá local de trabalho, de acordo com as necessidades surgidas.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.116,00 (dois mil, cento e dezesseis reais) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 16/04/2013 e encerrando-se em 15/08/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do

Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho

de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 16 de abril de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ROSELENE BAGATOLI

Contratado (a)

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Resumo de Dispensa de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL/SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 29/2013 - Dispensa de Licitação 29/2013

Do Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA ÁREA DE TERRA COM 1.305,00 M² (UM MIL, TREZENTOS E CINCO METROS QUADRADO) COMPOSTO PELOS LOTES DE Nº. 06 À 09, QUADRA 104, MATRÍCULAS NºS 1.605, 1.617, 1.591 E 1.632, PRÓXIMO À ESCOLA MUNICIPAL GOV. PEDRO IVO CAMPOS, NESTE MUNICÍPIO, abaixo descritos:

PROPRIETÁRIO: Nadir de Souza Pereira

Lotes: Lote nº 06, com área de 330,00 m², matrícula nº 1.605, do CRI desta Comarca;

Lote nº 07, com área de 330,00 m², matrícula nº 1.617, do CRI desta Comarca;

Lote nº 08, com área de 315,00 m², matrícula nº 1.591, do CRI desta Comarca.

PROPRIETÁRIO: Nadia Elânia Santos de Souza

Lote: Lote nº 09, com área de 315,00 m², matrícula nº 1.632, do CRI desta Comarca.

DO Valor: R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)

Da Justificativa do Preço: Os preços estão de conformidade com os valores de mercado conforme confirma o laudo de avaliação expedido pelo corretor de imóveis Francisco dos Santos Farias, inscrito no CRECI: 010968.

Do Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso X, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

WILFRIED HEMMER

Presidente da CPL

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal.



Resumo de Dispensa de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL/SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2013 -DL 28/2013

CONTRATADO : COOPERATIVA MISTA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTA ROSA DO SUL-COOPERSOL.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar rural destinado ao atendimento do Programa nacional de Alimentação Escolar/PNAE para os alunos da rede Municipal de ensino, até 31 de dezembro de 2013, conforme ata de credenciamento ao processo de chamada publica nº 01/2013.

Valor total: R\$ 34.716,50 (Trinta e quatro mil, setecentos e dezesseis reais e cinquenta centavos)

VIGENCIA: 15/04/2013 à 31/12/2013.

WILFRIED HEMMER

Presidente da CPL

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

São Bento do Sul**PREFEITURA****Decreto Nº 0118/2013**

DECRETO Nº 0118, DE 19 DE ABRIL DE 2013

ALTERA O DECRETO Nº 0111 DE 17 DE ABRIL DE 2013 QUE ESTABELECE FINALIDADE E COMPETÊNCIA DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESIGNA MEMBROS REPRESENTANTES

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º O Item I do art. 2º do Decreto nº 0111, de 17 de abril de 2013, passa a ter a seguinte redação:

"I - convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação, bem como divulgar suas deliberações;"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de abril de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Inexigibilidade Nº 104/2013

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 104/2013

OBJETO: Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural conforme as ações descritas no Plano Anual de Trabalho em anexo.

CONTRATADO: Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

VALOR: R\$ 32.145,00.

SÃO BENTO DO SUL, 25 de março de 2013.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS - DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

ROBERTO SCHWEITZER DE ALBUQUERQUE - SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Justificativa Inexigibilidade de Licitação Nº 104/2013**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural conforme as ações descritas no Plano Anual de Trabalho em anexo.

II - Contratado: Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica no plano de trabalho que tem por finalidade definir as ações do Escritório Municipal da Epagri no Município no exercício de 2013, focando os projetos prioritários, as atividades a serem desenvolvidas e metas a serem alcançadas, a necessidade de capacitação dos técnicos e de agricultores, dentre outros.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: Os serviços, objeto do contrato, só podem ser prestados pela empresa contratada, nas condições do plano de trabalho apresentado, portanto há inviabilidade de competição referida no caput do artigo 25 da Lei 8.666/93.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 32.145,00, divididos em 10 (dez) parcelas de R\$ 3.214,50 é compatível com o praticado no mercado, para serviços similares de assessorias técnicas.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação no Diário Oficial dos Municípios e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

ROBERTO SCHWEITZER DE ALBUQUERQUE
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Edital de Processo Seletivo 006/2013

EDITAL 006/2013 - PROCESSO SELETIVO

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais abre inscrições para Seleção Pública de Contratação de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, conforme dispõe a Lei Municipal 2.525, de 07 de abril de 2010 e a Lei Federal 11.350 de 05 de outubro de 2006 regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.



1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo será regido por este edital, organizado e executado pela SOCIESC - Sociedade Educacional de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 84.684.182/0001-57, com sede à rua Albano Schmidt, 3333, Bairro Boa Vista, na cidade de Joinville-SC;

1.2 O Processo Seletivo destina-se a formação de cadastro reserva técnica das 50 (cinquenta) vagas de emprego público existentes atualmente e das que ocorrerem dentro do prazo de validade do Processo Seletivo, indicadas no Quadro I deste Edital, o qual contém os empregos, quantidade de vagas, vencimentos mensais, escolaridade mínima exigida e pré-requisitos:

Quadro I

Emprego Público	Vagas	Vencimento Mensal	Escolaridade e Pré-requisitos
Agente de Combate às Endemias	01	R\$ 678,00	Ensino Fundamental Completo e Carteira Nacional de Habilitação Categoria "AB".
Agente Comunitário de Saúde para Estratégia de Saúde de Família (ESF), divididos pelos bairros abaixo relacionados:			
Cruzeiro	04	R\$ 678,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área de abrangência em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo.
Mato Preto	03	R\$ 678,00	
Urca	02	R\$ 678,00	
Serra Alta	02	R\$ 678,00	
Alpino	03	R\$ 678,00	
Vila São Paulo	03	R\$ 678,00	
Centenário	01	R\$ 678,00	
Agente Comunitário de Saúde para Estratégia de Agente Comunitário de Saúde (EACS), tendo como referência a Unidade Sanitária do Centro (23 vagas), composta pelos bairros abaixo relacionados:			
Progresso	07	R\$ 678,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área de abrangência em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo. *Para o bairro/localidade Rio Vermelho Povoador, inclui-se como pré-requisito: Carteira Nacional de Habilitação Categoria "A".
Rio Vermelho Povoador*	01	R\$ 678,00	
Centro	03	R\$ 678,00	
25 de julho	04	R\$ 678,00	
Boehmerwald	06	R\$ 678,00	
Agente Comunitário de Saúde para Estratégia de Agente Comunitário de Saúde (EACS), tendo como referência a Unidade Sanitária Vila 1º de Maio (16 vagas), composta pelos bairros abaixo relacionados:			
1º de Maio	06	R\$ 678,00	Ensino Fundamental Completo e Residir na área de abrangência em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público.
Rio Vermelho Estação	01	R\$ 678,00	
Lençol	01	R\$ 678,00	
Bela Aliança	01	R\$ 678,00	
Vila Pilz	01	R\$ 678,00	

1.3 A quantidade de vagas oferecidas por bairros foram estimadas devido a área territorial, podendo haver o remanejamento das

mesmas no total geral de cada referência;

1.4 Atribuições dos Empregos:

1.4.1 O Emprego de Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor de cada ente federado;

1.4.2 O Emprego de Agente Comunitário de Saúde tem como atribuições as seguintes atividades:

- a) cadastrar e atualizar as fichas A sobre sua responsabilidade, bem como as fichas de acompanhamento dos grupos de risco;
- b) a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;
- c) o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;
- d) o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;
- e) a realização de visitas domiciliares mensais (uma visita/família/mês) para monitoramento de situações de risco à família (gestantes, hipertensos, diabéticos e crianças);
- f) a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

1.5 A jornada de trabalho é de 40 (quarenta) horas semanais, conforme portaria MS nº 2488 de 21 de outubro de 2011;

1.6 O inteiro teor do Edital estará disponível na Internet no endereço eletrônico <http://www.sociesc.org.br/concursos>, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato à obtenção desse documento.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 O período das inscrições será das 10h00min do dia 22 de abril até às 23h59min do dia 13 de maio de 2013, horário oficial de Brasília;

2.2 O Processo de Inscrição previsto neste Edital dar-se-á através da Internet, devendo o candidato proceder conforme descrito a seguir:

2.2.1 Para inscrever-se, o candidato deverá acessar na Internet o endereço eletrônico <http://www.sociesc.org.br/concursos>, durante o período de inscrições, preencher o Formulário Eletrônico de Inscrição e imprimir o Comprovante de Inscrição e o Boleto Bancário para o pagamento do valor da taxa de inscrição;

2.2.2 É de fundamental importância que o candidato preencha de forma correta todos os dados ali solicitados e até o dia 14 de maio de 2013 efetue o pagamento do boleto bancário, em qualquer banco, casa lotérica ou pela própria Internet, utilizando o código de barras;

2.2.3 O correto preenchimento do formulário eletrônico de inscrição será de total responsabilidade do candidato;

2.2.4 A SOCIESC não se responsabiliza por solicitações de inscrição não-recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados;

2.2.5 Não haverá inscrição condicional e nem por correspondência. Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos, será ela cancelada.

2.3 O valor da taxa de inscrição é de R\$ 40,00 (quarenta reais);

2.3.1 O pagamento da importância correspondente à inscrição poderá ser efetuado em dinheiro ou em cheque, e somente será considerada efetuada após a compensação;

2.3.2 Se por qualquer razão, o cheque for devolvido, a inscrição do candidato será automaticamente tornada sem efeito;

2.3.3 Não serão aceitos pagamento de inscrições por depósito em caixa eletrônico, via postal, transferência eletrônica, DOC, DOC eletrônico, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, condicional e/ou extemporânea ou por qualquer outra via que não a especificada neste Edital;

2.3.4 São considerados desistentes os candidatos que tenham

realizado sua inscrição via internet e não pago o respectivo boleto bancário nos termos do item 2.2.2;

2.3.5 O valor da inscrição, uma vez pago, não será restituído;

2.3.6 A partir de 16 de maio de 2013, o candidato deverá conferir, na Internet no endereço eletrônico <http://www.sociesc.org.br/> concursos, se a inscrição efetuada pela Internet foi confirmada. Em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato com a SOCIESC pelo telefone (47) 3461-0525, para verificar o ocorrido. Tais providências deverão ser tomadas impreterivelmente até as 17h00min do dia 20 de maio de 2013.

2.4 O candidato deverá inscrever-se para apenas 01 (um) dos empregos deste Processo Seletivo;

2.4.1 Havendo mais de uma inscrição em desacordo com o item 2.4, serão canceladas as mais antigas, permanecendo a última inscrição realizada.

2.5 São requisitos legais para contratação nos empregos previstos neste edital, devendo o candidato atender e comprovar cumulativamente no ato da convocação, apresentando prova de:

a) ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do § 1º, artigo 12, da Constituição Federal;

b) não ter antecedentes criminais e encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

c) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

d) ter capacidade física para a função e sanidade mental;

e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data da contratação;

f) estar legalmente habilitado para o exercício da função (ensino fundamental completo);

g) haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada, para Agente Comunitário de Saúde (com exceção do cargo de Agente de Combate às Endemias);

h) possuir Carteira Nacional de Habilitação Categoria "AB", para Agente de Combate às Endemias e Carteira Nacional de Habilitação Categoria "A" para os Agentes Comunitários de Saúde dos bairro/localidade Rio Vermelho Povoado;

i) não possuir acumulação proibida de cargo ou função pública;

j) não ter sido demitido a bem do serviço público, de acordo com o art. 137 da Lei nº 8.112/90.

k) Residir na área de abrangência em que irá atuar.

2.6 Ao preencher seu Formulário Eletrônico de Inscrição e efetuar o pagamento do respectivo boleto, o candidato está declarando formalmente que atende os requisitos legais relacionados no item 2.5 deste Edital;

2.7 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto à identificação do candidato ou quanto ao emprego e/ou função escolhidos;

2.7.1 Os eventuais erros de digitação de informações pessoais, ocorridos quando da inscrição, deverão ser corrigidos em formulário específico (disponível no site), que deverá ser entregue na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, São Bento do Sul-SC no horário de expediente;

2.7.2 O candidato que não solicitar as correções dos dados será o único responsável pelas consequências advindas de sua omissão.

2.8 O candidato que necessitar de condições especiais para a realização de provas deverá, até o dia 14 de maio de 2013, protocolar na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, São Bento do Sul-SC no horário de expediente, requerimento indicando as condições especiais de prova que necessita e os fundamentos;

2.8.1 Não haverá prova em braille. Os candidatos deficientes visuais poderão requerer prova ampliada ou o auxílio de um fiscal leitor para realizar sua prova;

2.8.2 A candidata que tiver a necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá indicar um adulto responsável, que ficará em sala reservada para essa finalidade e será responsável pela guarda da criança. A candidata nessa condição que não levar

o acompanhante não realizará as provas. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

2.9 As inscrições somente serão confirmadas após a comprovação do pagamento do valor da inscrição;

2.10 A Inscrição do candidato importa no conhecimento e na aceitação tácita das condições estabelecidas no presente Edital;

2.11 A lista de inscrições homologadas será tornada pública a partir do dia 21 de maio de 2013 na Internet no endereço eletrônico <http://www.sociesc.org.br/concursos> e no mural da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

3. DAS PROVAS OBJETIVAS

3.1 O Processo Seletivo constará das provas objetivas de Conhecimentos Gerais composta de 15 (quinze) questões e de Conhecimentos Específicos composta de 15 (quinze) questões;

3.2 Os conteúdos programáticos exigidos para cada emprego estão descritos a seguir:

Prova de Conhecimentos Gerais composta por 15 (quinze) questões a partir do seguinte programa:

Língua Portuguesa: Interpretação de textos. Ortografia básica oficial. Acentuação gráfica. Separação de sílabas. Substantivo, adjetivo e pronome. Sinônimos e antônimos. Singular, plural, masculino, feminino.

Matemática: Números inteiros, racionais (fracionários e decimais) e reais: operações e propriedades. Números e grandezas proporcionais; razões e proporções, divisão proporcional, regras de três simples e composta. Porcentagem, juros simples e compostos. Sistemas de medida: área, volume, massa, capacidade, tempo, sistema monetário brasileiro. Funções algébricas. Equações e inequações: de 1º e 2º graus.

Temas Contemporâneos e conhecimentos sobre Santa Catarina: Tópicos atuais e relevantes de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança e ecologia, e suas vinculações históricas. A ocupação, exploração e povoamento do território catarinense. Economia, política, quadro social. As regiões geoeconômicas de Santa Catarina. A arte e a cultura catarinense.

Prova de Conhecimentos Específicos composta por 15 (quinze) questões a partir dos seguintes programas:

a) Conhecimentos Específicos para o emprego de Agente de Combate às Endemias:

Atribuições do emprego de Agente de Combate às Endemias. Legislação: Lei Federal nº 11.350 de 05/10/2006; Lei Federal nº 8.080 de 19/09/1990. Microbiologia, vírus, bactérias e protozoários; Sistema imunológico; Doenças endêmicas (prevenção, transmissão, aspectos clínicos, tratamento e regiões endêmicas); Dengue (prevenção, transmissão, aspectos clínicos, tipos e respectivos tratamentos); Controle da qualidade da Água; Avaliação de Risco Ambiental e Sanitário; Ética e cidadania; e Vigilância em saúde.

b) Conhecimentos Específicos para o emprego de Agente Comunitário de Saúde:

Atribuições do emprego de Agente Comunitário de Saúde. Legislação: Lei Federal nº 11.350 de 05/10/2006; Lei Federal nº 8.080 de 19/09/1990; Ministério da Saúde - Portaria MS/GM nº 2488 de 21 de outubro de 2011. As principais doenças de interesse para a Saúde Pública (Diarreia, Cólera, Dengue, Doença de Chagas, Esquistossomose, Febre Tifoide, Meningite, Tétano, Sarampo, Tuberculose, Hepatite Hanseníase, Difteria, Diabete, Hipertensão Arterial, Raiva, Leishmaniose e outras); Higiene Corporal, Higiene da Água e Higiene dos Alimentos; Saúde Bucal; Vacinas, Vacinação, Imunização, Período de Incubação, Hospedeiro, Portador e Transmissibilidade; Reprodução Humana (Planejamento familiar, Puberdade e adolescência, Gestação, Parto, Aborto, Puerpério e Pré-Natal); Desenvolvimento Humano (Nutrição e Aleitamento Materno); Direito e saúde do Idoso; Saneamento básico; Lixo (coleta, tratamento, reciclagem e classificação); e Meio ambiente

(água, solo e poluição).

4. DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

4.1 A aplicação das provas está prevista para o dia 26 de maio de 2013 em horário e local a ser divulgado conforme item 4.3 deste edital;

4.2 Havendo alteração da data prevista, as provas poderão ocorrer em sábados ou domingos ou feriados;

4.3 O candidato deverá consultar a partir do dia 21 de maio de 2013 na Internet no endereço eletrônico <http://www.sociesc.org.br/concursos> o local, data e horário das provas;

4.4 Somente será admitido para realizar a prova o candidato que estiver munido de documento original de identidade;

4.4.1 Serão considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores ou por Ordens e Conselhos de Classe e Carteira Nacional de Habilitação (com foto);

4.4.2 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento original de identidade por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar o registro original de Boletim de Ocorrência expedido por Órgão Policial no prazo máximo de 30 (trinta) dias, devendo o candidato ser identificado em formulário específico com coleta de sua assinatura e impressão digital e Boletim anexo;

4.4.3 Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins, Boletim de Ocorrência expedidos a mais de 30 (trinta) dias, Protocolos, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação (sem foto), Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada e/ou qualquer outro documento não especificado no item 4.4.1;

4.4.4 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

4.5 Ao candidato só será permitida a realização da prova na data, no local e horário constantes no Edital;

4.5.1 Os candidatos deverão comparecer aos locais de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao início das mesmas. O horário fixado será o horário oficial Brasília. Será vedada a admissão em sala de provas ao candidato que se apresentar após o início das mesmas;

4.5.2 Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, para justificar o atraso ou a ausência do candidato;

4.5.3 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova objetiva munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta de material transparente e comprovante de inscrição que é a via do Boleto Bancário, bem como do documento original de identidade, conforme disposto no item 4.4.1;

4.5.4 A prova terá duração máxima de 3 (três) horas. Não será concedido tempo adicional seja qual for o motivo alegado.

4.6 Durante as provas não serão permitidas consultas bibliográficas de qualquer espécie, nem a utilização ou porte de calculadora, relógio, pager, telefone celular ou qualquer outro equipamento eletroeletrônico;

4.7 No ato da realização das provas objetivas, serão fornecidos o Caderno de Questões e a Folha Definitiva de Respostas. O candidato não poderá retirar-se da sala de prova levando qualquer um desses materiais, sem autorização e acompanhamento do fiscal;

4.7.1 O candidato lerá as questões no Caderno de Questões e marcará suas respostas na Folha Definitiva de Respostas;

4.7.2 Ao terminar seu preenchimento, o candidato entregará ao fiscal o Caderno de Provas e a Folha Definitiva de Respostas;

4.7.3 Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o desempenho do candidato;

4.7.4 Os candidatos somente poderão se retirar do local das provas objetivas, após 1h30min (uma hora e trinta minutos) do início

das mesmas;

4.7.5 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização da prova levando o caderno de provas quando faltarem menos de 30 (trinta) minutos para o término das mesmas;

4.7.6 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de prova somente poderão entregar as respectivas provas e se retirarem do local, simultaneamente.

4.8 Será excluído do Processo Seletivo o candidato que, além das hipóteses previstas neste Edital:

a) Se apresentar após o horário estabelecido para a realização da prova;

b) Se apresentar para a prova em outro local que não seja o previsto no edital;

c) Não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;

d) Não apresentar um dos documentos de identidade exigidos nos termos deste edital, para a realização da prova;

e) Se ausentar da sala de prova sem o acompanhamento de um fiscal;

f) Se ausentar do local de prova antes de decorrido o prazo mínimo de 1h30min (uma hora e trinta minutos) do início da prova;

g) For surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de calculadoras, livros, notas ou impressos não permitidos;

h) Estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletroeletrônico (calculadora, relógio, pager, telefone celular, etc.);

i) Lançar mão de meios ilícitos para execução da prova;

j) Não devolver integralmente o material solicitado;

k) Recusar-se a proceder a autenticação digital do cartão resposta ou de outros documentos;

l) Tornar-se culpado de incorreções e/ou descortêsias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;

m) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

4.9 O gabarito preliminar das provas, será publicado na Internet no endereço eletrônico <http://www.sociesc.org.br/concursos> em até 24 horas após o horário do término das mesmas;

4.10 Uma cópia dos cadernos de prova será disponibilizada nos 2 (dois) dias úteis subsequentes ao da aplicação das mesmas, para retirada exclusivamente pelos candidatos na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, São Bento do Sul-SC no horário de expediente;

4.11 Os cadernos de prova não serão disponibilizados pela Internet.

5. DO JULGAMENTO DAS PROVAS

5.1 A Prova Objetiva terá caráter eliminatório e classificatório. Será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, expressos em até 2 (duas) casas decimais, conforme a seguinte fórmula:

Pontos da Prova Objetiva = $NACG \times 2,6666 \text{ NACE} \times 4$

Onde:

NACG = Número de Acertos na Prova de Conhecimentos Gerais

NACE = Número de Acertos na Prova de Conhecimentos Específicos

5.2 Será considerado aprovado o candidato que obtiver no mínimo 40 (quarenta) pontos na prova objetiva.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

6.1 Os candidatos aprovados serão classificados em ordem decrescente da nota final, em listas de classificação para cada emprego;

6.2 Na hipótese de igualdade de nota final terá preferência, sucessivamente, na ordem de classificação, o candidato que:

a) obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

b) possuir maior número de dependentes (são considerados dependentes: o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho menor de vinte e um anos ou inválido);

c) possuir idade mais elevada (Art. 27 - Parágrafo único da Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003).

7. DOS PEDIDOS DE REVISÃO E DOS RECURSOS

7.1 É admitido pedido de revisão quanto:

- a) à formulação das questões objetivas e respectivos quesitos;
- b) à opção considerada como certa nas provas objetivas.

7.2 É admitido pedido de recurso quanto à Lista de Inscrições Homologadas e aos resultados finais do Processo Seletivo;

7.3 O candidato que desejar interpor pedido de revisão quanto à formulação das questões e respectivos quesitos ou quanto à opção considerada como certa na prova objetiva deverá fazê-lo, na forma do item 7.4, em até 2 (dois) dias úteis após a publicação dos gabaritos preliminares das provas objetivas, devendo protocolá-los junto a Prefeitura Municipal de São Bento do Sul à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, São Bento do Sul-SC no horário de expediente, com a menção expressa que se relacionam a este Edital;

7.4 O pedido de revisão deverá obedecer ao padrão estabelecido na Internet no endereço eletrônico <http://www.sociesc.org.br/concursos>, devendo ser observados, entre outros, os seguintes requisitos:

- a) ser digitado e assinado em duas vias;
- b) ser fundamentado, com argumentação lógica e consistente;
- c) ser apresentado em folhas separadas, para questões diferentes, quando for o caso.

7.5 Não serão aceitos pedidos de revisão interpostos por fac-símile, telex, internet, ou qualquer meio postal, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o modelo, constante na Internet no endereço eletrônico <http://www.sociesc.org.br/concursos>, serão indeferidos;

7.6 No caso de alteração na indicação da resposta correta de uma questão no gabarito preliminar, o mesmo será alterado para a forma correta no gabarito definitivo;

7.7 Em caso de anulação de questão(ões), os pontos a ela(s) correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos;

7.8 Após a avaliação pela Banca de Provas os resultados dos mesmos será expresso como "Deferido" ou "Indeferido";

7.9 A listagem com os resultados dos Pedidos de Revisão será publicada na Internet, no endereço eletrônico <http://www.sociesc.org.br/concursos>, e dela constará as seguintes informações: emprego, número da questão, número de inscrição e resultado;

7.10 Os recursos relativos ao item 7.2 deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, São Bento do Sul-SC no horário de expediente, em até 2 (dois) dias úteis após a publicação e/ou ciência do respectivo aviso ou ato, com a menção expressa que se relacionam a este Edital;

7.11 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem, bem como tiverem indicados o nome do candidato, número de sua inscrição e emprego;

7.12 O pedido de revisão ou recurso interposto fora do respectivo prazo não será avaliado, sendo para tanto considerada a data do respectivo protocolo;

7.13 Serão preliminarmente indeferidos:

- a) Pedidos de revisão ou recursos que o teor seja desrespeitoso com a Banca de Provas;
- b) Pedidos de revisão ou recursos impetrados em desacordo com as regras e procedimentos deste Capítulo do Edital;
- c) Pedidos de revisão ou recursos com fundamentação incoerente;
- d) Pedidos de revisão ou recursos intempestivos.

8. DO CURSO INTRODUTÓRIO DE FORMAÇÃO INICIAL

8.1 O candidato ao cargo de Agente Comunitário de Saúde aprovado neste Processo Seletivo, deverá obrigatoriamente participar do Curso Introdutório de Formação Inicial para Agente Comunitário de Saúde a ser desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul;

8.2 A convocação para o Curso Introdutório de Formação Inicial dar-se-á em conjunto com a publicação de Lista Preliminar de Classificação na Internet no endereço eletrônico <http://www.sociesc.org.br/concursos> e no mural da Prefeitura Municipal de São

Bento do Sul.

8.3 A realização do referido curso está prevista para o período de 10 a 14 de junho de 2013 no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min;

8.3.1 É facultada à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul a alteração das datas e horários do curso de formação, bem como a distribuição do grupo de aprovados em mais de uma turma, conforme conveniência administrativa.

8.4 O candidato que não comparecer, ou não atingir a frequência mínima de 90% (noventa por cento) das aulas, seja qual for o motivo alegado, será desclassificado do certame;

8.5 O candidato que por ventura já tenha participado do Curso Introdutório de Formação Inicial, deverá requer em até 2 (dois) dias úteis da data de início do curso a validação do mesmo, apresentando o referido certificado em via original ou cópia autenticada em cartório.

9. DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

9.1 Os candidatos classificados no Processo Seletivo serão admitidos sob o regime da CLT, Lei Federal 11.350, de 05 de outubro de 2006 e da Lei Municipal 2.525, de 07 de abril de 2010;

9.2 O candidato classificado será notificado a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar a documentação exigida e dar início ao exercício funcional, o não comparecimento neste prazo acarretará na desistência automática, sendo convocado o próximo candidato de acordo com a classificação;

9.3 Após a convocação, o candidato aprovado para a nomeação deverá apresentar a seguinte documentação ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul:

- a) 01 foto 3x4;
 - b) carteira de trabalho;
 - c) exame pré-admissional;
 - d) declaração negativa de que não exerce cargo ou emprego público;
 - e) declaração de que não percebe aposentadoria ou benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, do Regime Geral de Previdência Social, relativo a emprego público;
 - f) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art.151 da Lei 228/2001;
 - g) declaração de bens que constituem o seu patrimônio;
 - h) certidões negativas expedidas pelo no site www.tj.sc.gov.br;
 - i) certidão, emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, de que o candidato aprovado no Processo Seletivo concluiu com êxito o curso introdutório de formação inicial e continuada;
 - j) fotocópia cédula de identidade;
 - k) fotocópia do C.P.F.;
 - l) fotocópia do título de eleitor e comprovante de votação da última eleição;
 - m) fotocópia da certidão de nascimento, e ou, casamento;
 - n) fotocópia da certidão de nascimento e da carteira de vacinação dos filhos menores de 14 anos;
 - o) fotocópia do atestado de frequência escolar dos filhos entre 06 e 14 anos;
 - p) fotocópia do certificado de alistamento militar;
 - q) fotocópia do comprovante de residência do MÊS ATUAL;
 - r) fotocópia do diploma de conclusão do ensino fundamental (autenticado), ou cópia com apresentação do original no ato da admissão;
 - s) fotocópia da carteira de vacina contra Rubéola (para candidatas do sexo feminino);
 - t) fotocópia do cartão PIS/PASEP e sua data de cadastro;
 - u) fotocópia da carteira de trabalho onde constam a foto e os dados pessoais;
 - v) fotocópia da Carteira Nacional de Habilitação Categoria "AB", para Agente de Combate às Endemias e Categoria "A" para os Agentes Comunitários de Saúde do bairro/localidade Rio Vermelho Povoado,
- Observação: As declarações devem ser feitas separadamente,

sendo uma em cada folha.

9.4 Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima, serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para a admissão;

9.5 A constatação a qualquer tempo de que o candidato prestou qualquer informação imprecisa ou fraudulenta acarretará sua eliminação deste Processo Seletivo. No caso de já estar contratado, será dispensado, sem prejuízo das demais medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis ao caso;

9.6 O não cumprimento dos requisitos descritos neste capítulo impede a admissão do candidato.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital;

10.2 O(a) candidato(a) convocado(a) para a realização de qualquer fase vinculada a este Processo Seletivo e que não a atender, no prazo estipulado pela Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, será considerado(a) desistente, sendo automaticamente excluído(a) deste processo seletivo;

10.3 O candidato aprovado deverá manter junto à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, durante o prazo de validade deste Processo Seletivo, seu endereço atualizado, visando à convocação para admissão. Não lhe caberá qualquer reclamação por fatos decorrentes da falta dessa atualização;

10.4 A atualização de endereço deverá ser enviada para a Prefeitura Municipal de São Bento do Sul - através de carta registrada com AR, onde deverá constar os seguintes dados: nome completo do candidato, nº de inscrição, cópia de comprovante de residência, além de novo telefone para contato;

10.5 A inexistência de afirmativas e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificada posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição;

10.6 Sem prejuízo das sanções criminais cabíveis, poderá ser anulada a inscrição ou a prova do candidato, se verificada falsidade de declaração ou irregularidade na prestação da prova;

10.7 A homologação do resultado deste Processo Seletivo será efetuada por emprego ou por grupo, a critério da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul;

10.8 Este Processo Seletivo terá validade de 2 (dois) anos a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período;

10.9 Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Processo Seletivo, valendo para esse fim, a portaria de homologação do Processo Seletivo;

10.10 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado;

10.11 A aprovação do candidato neste Processo Seletivo não implicará na obrigatoriedade da sua contratação, cabendo à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul o direito de preencher somente o número de vagas estabelecido neste edital;

10.12 Todos os avisos e resultados do Processo Seletivo serão publicados na Internet no endereço eletrônico <http://www.sociesc.org.br/concursos>, e/ou no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina;

10.13 Os casos não previstos, no que tange a realização deste Processo Seletivo serão resolvidos, conjuntamente, pela SOCIESC e pela Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

São Bento do Sul, 19 de abril de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal de São Bento do Sul

São Domingos

PREFEITURA

Processo Licitatório Prefs N. 024/2013 Pregão Presencial Para Registro de Preços Prefs N. 015/2013 MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

O Pregoeiro Oficial do Município, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 06 de maio de 2013, estará recebendo as propostas dos interessados para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais futuras aquisições de materiais de construção e materiais hidráulicos a serem destinados às pessoas em situação de vulnerabilidade social, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 16 de abril de 2013.

FLAVIO CELESTE LORENZI

Pregoeiro Oficial.

São João do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº 068 de 04 de Março de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

PORTARIA Nº 068 DE 04 DE MARÇO DE 2013.

"NOMEAR SERVIDOR"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso I do artigo 55, da Lei Orgânica do Município em conformidade com a Lei nº 1385, de 02 de fevereiro de 2007;

R E S O L V E:

Nomear Sr. JAILSON BORTOLIN DA ROSA, para exercer o cargo em Comissão de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com carga horária de 40 horas semanais, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 04 de março de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês março do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 070 de 06 de Março de 2013.

PORTARIA Nº 070 DE 06 DE MARÇO DE 2013.

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

c/c o artigo 95 da Lei Complementar nº 005 de 23 de dezembro de 2009 - Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Municipal e artigo 80 da Lei nº 1063, de 01 de novembro de 2002 - Estatutos dos Servidores Públicos Municipais;

R E S O L V E:

Prorrogar Licença para Tratar de Assuntos Particulares da servidora ALEXANDRA CARDOSO DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo Escolar, por mais 02 (dois) anos, no período de 07/03/2013 a 06/03/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 06 de março de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 072 de 25 de Março de 2013

PORTARIA Nº 072 DE 25 DE MARÇO DE 2013.

Constitui a Comissão Preparatória Municipal, define e aprova o Regimento da Conferência Municipal da Cidade e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso V, Art. 55, da Lei Orgânica do Município; e do art. 4º do Decreto Municipal nº 042 de 25 de março de 2013;

RESOLVE:

Art. 1o - Constituir a Comissão Preparatória Municipal e definir e aprovar o Regimento da Conferência Municipal da Cidade, etapa preparatória da 5a Conferência Estadual e da 5a Conferência Nacional das Cidades.

Parágrafo Único - O Regimento segue apenso é parte integrante desta portaria.

Art. 2o - Cabe à Comissão Preparatória Municipal organizar e realizar a Conferência Municipal da Cidade.

Art. 3o - A composição da Comissão Preparatória Municipal contará com representantes titulares e respectivos suplentes dos segmentos indicados no art. 15 do Regimento da 5a Conferência Estadual das Cidades, segundo a proporcionalidade ali constante e como determina o art. 17 do mesmo Regimento.

PODER PÚBLICO

Secretaria Municipal de Obras e Serviços, Sr. Edson Borba Martins
Câmara de Vereadores de São João do Sul, Sr. Ronivon Santos de Matos

SOCIEDADE CIVIL

Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sr. Valdeci de Andrada Pereira
Câmara dos Dirigentes Lojistas de São João do Sul, Sr. Rodinei Possamai Della

Associação dos Clubes de Mães de São João do Sul, Sra. Natalina da Silva Cândido.

Art. 4o - Fica designado como Coordenador Geral da Comissão Municipal o Senhor Edson Borba Martins, Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços.

Art. 5o - As atividades da Comissão encerrar-se-ão em dezembro de 2013.

Art. 6o - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 25 de março de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês março do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. 069 de 04 de Março de 2013.

PORTARIA Nº. 069 DE 04 DE MARÇO DE 2013.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

R E S O L V E:

Conceder Férias para a Servidora CRISTIANE CARDOSO MACHADO DE BORBA, ocupante do cargo o efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, no período de 04/03/2013 a 02/04/2013, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 04 de março de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de março de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. 071 de 25 de Março de 2013.

PORTARIA Nº. 071 DE 25 DE MARÇO DE 2013.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

R E S O L V E:

Conceder Férias para a Servidora NELCI DA SILVA LUMMERTZ, ocupante do cargo efetivo de Professora, no período de 25/03/2013 a 23/04/2013, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 25 de março de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração e Finanças

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.615, de 19 de Abril de 2013.

DECRETO Nº 4.615, DE 19 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a homologação do resultado do Processo Seletivo nº 003/2013, para seleção de Educador Social IV, para atuar no Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente (NACA) e demais programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2013 e,

CONSIDERANDO a conclusão de todas as fases do Processo Seletivo de nº 003/2013;

CONSIDERANDO o encerramento dos prazos para recursos em fase administrativa;

CONSIDERANDO também a formalidade e a regularidade de todos os atos que constituem o Processo Seletivo nº 003/2013 e levando-se em consideração o fato de que houve apenas uma inscrição, o que permitiu antecipar algumas etapas do presente Processo Seletivo;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Seletivo Edital nº 003/2013, de 04 de abril de 2013, para seleção de Educador Social IV, para atuar no Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente (Naca) e demais programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, mediante admissão, em caráter temporário, conforme classificação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º A partir da homologação do resultado, após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Poder Público preencherá a vaga conforme necessidade dos programas sociais da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de abril de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 4.615, de 19 de abril de 2013)

RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2013

CARGO: EDUCADOR SOCIAL IV:

CLASS.	Nº INSCR.	CANDIDATO	PONTOS CURSO ESPECIALIZ.	PONTOS APERF. ÁREA	PONTOS TEMPO DE SERVI- ÇO REDE ENS.	TOTAL DE PONTOS
1º	001	NILCE BATISTA DA SILVA	100	00	00	100

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de abril de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.616, de 19 de Abril de 2013.

DECRETO Nº 4.616, DE 19 DE ABRIL DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013 e inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 1,13 (um real e treze centavos), na seguinte dotação orçamentária:

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0024 145
Aplicação Direta R\$ 1,13

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013 e inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de abril de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.617, de 19 de Abril de 2013.

DECRETO Nº 4.617, DE 19 DE ABRIL DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar, anulação de dotações, adicionando-se o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

11.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SDS
01.01 MAN. DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL
11.01.08.244.4509.2.029 3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000 121
Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013 e o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964:

11.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SDS
01.01 MAN. DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

SOCIAL

11.01.08.244.4509.2.029 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 119
Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de abril de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.618, de 19 de Abril de 2013.

DECRETO Nº 4.618, DE 19 DE ABRIL DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar - anulação de dotações - adicionando-se o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
06.01.04.122.4503.2.006 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 14
Aplicação Direta R\$ 100.000,00

08.00

SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.2.012 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0001 29
Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro 2013 e o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964:

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
06.01.04.122.4503.2.006 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 13
Aplicação Direta R\$ 100.000,00

08.00

SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.2.012 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0001 28
Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de abril de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Schroeder**PREFEITURA****Decreto Nº 2.631/2013, de 18 de Abril de 2013**

DECRETO Nº 2.631/2013, de 18 de abril de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto nos artigos 27 e 28, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, que trata da Progressão por Capacitação Profissional;

Considerando a avaliação realizada pelo Conselho Municipal de Educação (COMED), em 17 de abril de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, do funcionário abaixo relacionado, conforme disposto no art. 27 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Amanda Risso dos Santos	C-2	C-2-I
Caroline Rafaela Cabral Fossile	B-1	B-1-I
Claudiane Maria Ehlke Vieira	A-1	A-1-I
Edna Maria da Rocha	B-1	B-1-I
Enilda Cristiane Lopes Diogo	A-Inicial	A-Inicial-I
Ivanete Barbosa	B-2	B-2-I
Livaneyde Maria Lins	C-1	C-1-I
Maritânia Zambon Kistenmacher	C-Inicial	C-Inicial-I
Sheila Cristina T. L. Souza	B-2	B-2-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 18 de abril de 2013.

OSVALDO JURCK MAYKEL ROBERTO LAUBE

Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Termo de Homologação da Chamada Pública No 02/2013-PMS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA No 02/2013-PMS

PROCESSO Nº. 39/2013-PMS

O Prefeito Municipal OSVALDO JURCK no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei nº. 11947/09, de 16 de junho de 2009 e Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR o

credenciamento do grupo formal de agricultores familiares:

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, sendo:

SIDINEI JAIR STREIT, CPF nº 986.563.849-53.

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO
17	POLPA DE FRUTA CONCENTRADA PARA CONFEÇÃO DE SUCO, DIVERSOS SABORES - SEM RESÍDUOS DE IMPUREZA, EMBALADO EM RECIPIENTE DE 1 QUILO	KG	11,50

SELMA DRAEGER, CPF nº 824.371.819-20.

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO
02	AIPIM - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	KG	3,00

JOÃO LUIS BRUMULLER, CPF nº 928.655.269-68.

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO
05	BANANA CATURRA - produto CLIMATIZADO e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	KG	0,55

ENIO ELDO SCHEIDT, CPF nº 384.331.099-87.

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO
03	ALFACE - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	PEÇA	2,12
04	BETERRABA - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	KG	2,55
07	ESPINAFRE - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	KG	2,00
14	PEPINO MÉDIO PARA SALADA - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	KG	2,80
16	TOMATE - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	KG	3,32

18	VAGEM - produtos frescos e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica	KG	3,99
----	---	----	------

Schroeder, 19 de abril de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 60/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 60/2013 - PMS

Processo Licitatório nº. 33/2013-PMS - Pregão Presencial Registro de Preço nº. 13/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: G. MAIOCHI & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 84.091.974/0001-18, estabelecida na BR 280, KM 58, nº 13.354, no Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Ailton Maiochi, inscrito no CPF sob o nº. 219.040.229-87 e Carteira de Identidade nº 1/R 201.164 expedida pela SSP/SC,.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde e Assistência Social, Gabinete, polícia Militar e Civil da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, compreendendo: mecânica, elétrica e lanternagem em geral, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria e pintura, com fornecimento não-exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho), conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Lote	Descrição do Serviço		
01	Serviço de mão de obra mecânica, em geral com fornecimento de peças para frota de veículos Linha Leve. Serviços como: revisão em geral, suspensão, freio, embreagem, mangueiras, embuchamento, câmbio, radiadores, caixa de direção, afinação e retífica de motores, troca de peças e acessórios. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)	Custo por hora (R\$)	Total de Horas	Custo Total (R\$)
	29,50	800	23.600,00
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE	ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO	VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE, APÓS DESCONTO ¹
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG	DPG x 1,00	10%	45.000,00
Desconto sobre peças - Peças Originais	DPGx1,50	15%	42.500,00
Desconto sobre peças - Outras Peças	DPGx2,25	22,5%	38.750,00
VALOR TOTAL DO LOTE 1 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			68.600,00

*DPG: Desconto para Peças Genuínas que deverá ser informado pelo proponente.

1 - O Valor a ser lançado neste campo é igual ao desconto multiplicado pelo Valor Máximo de Referência (R\$) para aquisição de peças genuínas, para o Lote específico

Lote	Descrição do Serviço		
02	Serviço de manutenção elétrica para toda a frota da prefeitura municipal de Schroeder. Serviços como: revisão de chicote elétrico, alternadores, motor de arranque, motor de pará-brisa, troca de lâmpadas, capas, baterias, faróis, recuperar fiação elétrica, revisar painéis, trocar fusíveis, sensores, relógios de temperatura, entre outros serviços. Para máquinas, caminhões, microônibus e linha leve. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)	Custo por hora (R\$)	Total de Horas	Custo Total (R\$)
	29,50	300	8.850,00
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE	ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO	VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE, APÓS DESCONTO ¹
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG	DPG x 1,00	1%	14.850,00
Desconto sobre peças - Peças Originais	DPGx1,50	1,5%	14.775,00
Desconto sobre peças - Outras Peças	DPGx2,25	2,25%	14.662,50
VALOR TOTAL DO LOTE 2 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			23.700,00

Valor do Contrato: R\$ 92.300,00 (noventa e dois mil e trezentos reais).

Data da Assinatura: 19/04/2013 – Vigência: 19/04/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 61/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 61/2013 - PMS

Processo Licitatório nº. 33/2013-PMS - Pregão Presencial Registro de Preço nº. 13/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ELETRO DIESEL JARAGUÁ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.844.869/0001-84, estabelecida na Avenida Waldemar Grubba, nº 3635, Bairro Vieira, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89256-500.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde e Assistência Social, Gabinete, polícia Militar e Civil da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, compreendendo: mecânica, elétrica e lanternagem em geral, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria e pintura, com fornecimento não-exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho), conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Lote	Descrição do Serviço		
03	Serviço de mão de obra de manutenção injeção a diesel, Caixas de Direção e Direção Hidráulica, manutenção eletrônica a diesel com fornecimento de peças para a linha de caminhões, microônibus, máquinas pesadas e agrícolas da prefeitura municipal. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)	Custo por hora (R\$)	Total de Horas	Custo Total (R\$)
	59,00	200	11.800,00
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE	ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO	VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE, APÓS DESCONTO ¹
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG	DPG x 1,00	7%	27.900,00
Desconto sobre peças - Peças Originais	DPGx1,50	10,5%	26.850,00
Desconto sobre peças - Outras Peças	DPGx2,25	15,75%	25.275,00
VALOR TOTAL DO LOTE 3 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			39.700,00

Valor do Contrato: R\$ 39.700,00 (Trinta e nove mil e setecentos reais).

Data da Assinatura: 19/04/2013 – Vigência: 19/04/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 62/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 62/2013 - PMS

Processo Licitatório nº. 33/2013-PMS - Pregão Presencial Registro de Preço nº. 13/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: G. MAIOCHI & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 84.091.974/0001-18, estabelecida na BR 280, KM 58, nº 13.354, no Município de Guarimir, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Ailton Maiochi, inscrito no CPF sob o nº. 219.040.229-87 e Carteira de Identidade nº 1/R 201.164 expedida pela SSP/SC,.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde e Assistência Social, Gabinete, polícia Militar e Civil da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, compreendendo: mecânica, elétrica e lanternagem em geral, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria e pintura, com fornecimento não-exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho), conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Lote	Descrição do Serviço		
04	Serviço de mão de obra de manutenção de parte rotante para máquinas com Esteira. Fornecimento de peças como: roletes, correntes, sapatas, parafusos, preenchimento de roda motriz, recuperação de sapatas, pino e buchas. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)	Custo por hora (R\$)	Total de Horas	Custo Total (R\$)
	52,00	250	13.000,00
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE	ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO	VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE, APÓS DESCONTO ¹
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG	DPG x 1,00	-	35.000,00
Desconto sobre peças - Peças Originais	DPGx1,50	-	35.000,00

Desconto sobre peças - Outras Peças	DPGx2,25	-	35.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE 4 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			48.000,00

*DPG: Desconto para Peças Genuínas que deverá ser informado pelo proponente.

1 - O Valor a ser lançado neste campo é igual ao desconto multiplicado pelo Valor Máximo de Referência (R\$) para aquisição de peças genuínas, para o Lote específico

Lote	Descrição do Serviço		
05	Serviço de solda com soldador incluindo eletrodos, com fornecimento de chapas de aço para conchas, facas de concha e suportes de concha. Para máquinas, caminhões e microônibus. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência..		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)	Custo por hora (R\$)	Total de Horas	Custo Total (R\$)
	44,80	500	22.400,00
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE	ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO	VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE, APÓS DESCONTO ¹
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG	DPG x 1,00	42%	11.600,00
Desconto sobre peças - Peças Originais	DPGx1,50	63%	7.400,00
Desconto sobre peças - Outras Peças	DPGx2,25	94,5%	1.100,00
VALOR TOTAL DO LOTE 5 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			34.000,00

*DPG: Desconto para Peças Genuínas que deverá ser informado pelo proponente.

1 - O Valor a ser lançado neste campo é igual ao desconto multiplicado pelo Valor Máximo de Referência (R\$) para aquisição de peças genuínas, para o Lote específico

Valor do Contrato: R\$ 82.000,00 (Oitenta e dois mil reais).

Data da Assinatura: 19/04/2013 – Vigência: 19/04/2014
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Timbé do Sul

PREFEITURA

Extrato do Contrato 63/2013

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 63/2013
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Betha Sistemas Ltda

Objeto: disponibilização do sistema FLY TRANSPARÊNCIA, na modalidade Software como Serviço, por meio de conexão via internet, a seguir denominado simplesmente de APLICATIVO, de propriedade da CONTRATADA.

Valor: R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais)
Vigência: de 16/04/2013 até 31/08/2013

Timbó

PREFEITURA

Decisão Tomada de Preço N.º 02 2013 - Reforma Complexo Esportivo

TOMADA DE PREÇO Nº. 02/2013

No dia 18/04/2013, a comissão de licitação reuniu-se no setor de licitações para avaliação dos pareceres contábeis e técnicos emitidos acerca da documentação de habilitação das empresas participantes da tomada de preço nº. 02/2013.

Dos pareceres contábeis verificou-se que as empresas licitantes, CONSTRULACER COM. E CONST. LACERDÓPLOIS LTDA ME, SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA e CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA ME, estão todas de acordo com o exigido no edital no item 7.1.4.

A engenheira Luciana Hartmann emitiu parecer técnico informando que o acervo apresentado pela empresa Construlacer não comprova sua capacidade técnica a nenhum dos itens exigidos no edital da licitação. A Construtora Possamai Ltda. não apresentou acervo técnico de pintura em piso e execução de piso em concreto e também não apresentou os códigos e as respectivas ART's. sendo que a única empresa que apresentou acervo técnico conforme o exigido no edital foi a empresa Soberana.

Analisada toda documentação juntada aos autos aliado com o parecer técnico, e atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, e considerando os fundamentos acima apresentados bem como os já constantes na ata de 05/04/2013, decidimos pela habilitação da empresa SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, e pela inabilitação da empresa CONSTRULACER COM. E CONST. LACERDÓPLOIS LTDA ME.

Fica aberto prazo de recurso nos termos da lei.

Intimem-se.

Timbó - SC, 18 de abril de 2013.
CARMELINDE BRANDT
Presidente da Comissão de Licitações

BARBARA HOCHHEIM ALINEBUERGER
Secretário(a) Membro

Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 04 2013 FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2013 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura de Timbó

OBJETO: Aquisição de alimentos, não perecíveis, frutas, verduras, destinados aos usuários do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.
EMPRESA FORNECEDORA: Frigorífico Menestrina LTDA
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 2.938,00 (dois mil novecentos e trinta e oito reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial
ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria de Saúde
VALIDADE DA ATA: 19/04/2014

Timbó, 19 de abril de 2013
ALFREDO BERRI
Secretário de Saúde

Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 05 2013 FMS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2013 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura de Timbó

OBJETO: Aquisição de fraldas geriátricas para usuários atendidos na política de saúde no setor de Serviço social.

EMPRESA FORNECEDORA: Efetive Produtos Médico-Hospitares LTDA ME

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 26.091,00 (vinte e seis mil e noventa reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria de Saúde

VALIDADE DA ATA: 18/04/2014

Timbó, 18 de abril de 2013

ALFREDO BERRI

Secretário de Saúde

Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 35 2013 PMT
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2013

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura de Timbó

OBJETO: Registro de preço para aquisição de materiais gráficos utilizados pela Administração na sua comunicação para com a comunidade e servidores públicos municipais.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Sevega Gráfica e Impressão Digital LTDA ME; Gráfica Guaramirim LTDA; e Gráfica Alta Definição LTDA EPP.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 57.170,00 (cinquenta e sete mil cento e setenta reais)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 18/04/2014

Timbó, 18/04/2013

JAIME AVENDANO

Assessor Institucional de Comunicação Social



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 390/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAA6267	8756026218	6050/3	18/11/2012	R\$ 191,53	208
ABB5362	8756027416	7455/0	30/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
AEJ9536	8756024738	5673/2	16/10/2012	R\$ 85,12	183
AFJ2579	8756027458	7455/0	24/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
AFP3484	8756025624	6050/3	10/11/2012	R\$ 191,53	208
AMQ2353	8756025607	7455/0	08/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
APG5282	8756026103	7455/0	23/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
APS0135	8756027574	6050/3	06/01/2013	R\$ 191,53	208
ARN0576	8756026220	6050/3	20/11/2012	R\$ 191,53	208
CCM2604	8756025738	7463/0	15/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
CVU2404	8756026128	7455/0	20/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
GXC6326	8756024458	5673/2	11/10/2012	R\$ 85,12	183
LWR0455	8756025325	7455/0	28/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXI9337	8756027431	6050/3	24/12/2012	R\$ 191,53	208
LXM2513	8756026570	7455/0	04/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXP0850	8756025769	7463/0	11/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
LXR2835	8756026921	7455/0	11/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXW8331	8756025708	7455/0	15/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYI6771	8756026060	5673/2	19/11/2012	R\$ 85,12	183
LYJ2998	8756026331	5673/2	27/11/2012	R\$ 85,12	183
LYS1725	8756025339	7463/0	28/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
LYU6854	8756025676	7455/0	10/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZC2557	8756026160	6050/3	18/11/2012	R\$ 191,53	208
LZL0213	8756026257	6050/3	23/11/2012	R\$ 191,53	208
LZR6584	8756026366	7455/0	01/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZS7828	8756027289	6050/3	25/12/2012	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZZ0844	8756026101	7455/0	22/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAS8375	8756027587	7463/0	06/01/2013	R\$ 127,69	218 * II
MBC3801	8756026152	7455/0	18/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBE9021	8756024991	7455/0	16/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBL4104	8756025627	7455/0	10/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBO9615	8756027489	7455/0	26/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBP1604	8756027601	7455/0	02/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCB1321	8756026124	7455/0	24/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCJ7997	8756024866	7455/0	20/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCT5558	8756025696	6050/3	14/11/2012	R\$ 191,53	208
MCX8375	8756028498	7455/0	26/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCY5327	8756027477	7455/0	25/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCY9832	8756025291	7455/0	28/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDE1119	8756025426	6050/3	03/11/2012	R\$ 191,53	208
MDE3090	8756025328	7455/0	01/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDF8918	8756024878	6050/3	17/10/2012	R\$ 191,53	208
MDI3324	8756025602	7455/0	07/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDJ4066	8756025604	7455/0	08/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDJ4066	8756025659	7463/0	08/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDJ4066	8756026200	7471/0	23/11/2012	R\$ 574,61	218 * III
MDJ4066	8756026256	7463/0	23/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDJ4066	8756026404	7455/0	25/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDJ4066	8756026445	7455/0	01/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDT9549	8756027628	7455/0	03/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDU4426	8756025540	7463/0	08/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
MEC0765	8756025032	7455/0	19/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEF5857	8756024831	7463/0	15/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
MEH2511	8756025511	6050/3	08/11/2012	R\$ 191,53	208
MEI7667	8756027473	7455/0	25/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEN6883	8756027665	7455/0	01/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEP4791	8756025766	6050/3	11/11/2012	R\$ 191,53	208
MEW3837	8756026535	5673/2	07/12/2012	R\$ 85,12	183
MEX6680	8756025888	7463/0	15/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
MEY6699	8756025041	5673/2	21/10/2012	R\$ 85,12	183
MFJ8389	8756024989	7463/0	16/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
MFV0070	8756027364	7455/0	23/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFV9433	8756025616	7455/0	09/11/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFY6211	8756026564	7455/0	05/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFZ9436	8756026151	7455/0	18/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGC8916	8756026334	5673/2	28/11/2012	R\$ 85,12	183
MGG8882	8756026315	7455/0	25/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGI3793	8756027004	6050/3	14/12/2012	R\$ 191,53	208
MGK6727	8756027856	7455/0	13/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGK9307	8756027075	7455/0	17/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGL4883	8756025671	6050/3	09/11/2012	R\$ 191,53	208
MGS3837	8756025759	7455/0	11/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGU1667	8756025363	7455/0	29/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGZ8118	8756025874	7455/0	13/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHK8309	8756025476	7455/0	02/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHL3441	8756024833	7455/0	16/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHO0658	8756025736	7463/0	15/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
MHP4488	8756025011	7455/0	19/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHS9257	8756028418	7455/0	25/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHV4765	8756024720	7455/0	16/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHX3222	8756025418	6050/3	28/10/2012	R\$ 191,53	208
MIB3329	8756028413	7455/0	24/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MID0161	8756026113	7463/0	18/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
MIJ5139	8756025401	7455/0	02/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIJ5139	8756025462	7455/0	30/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIJ7075	8756025528	7463/0	10/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
MIM2721	8756025151	7455/0	22/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIU3473	8756024912	7463/0	16/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
MJC9843	8756026332	5673/2	27/11/2012	R\$ 85,12	183
MJE4037	8756027180	6050/3	20/12/2012	R\$ 191,53	208
MJG7343	8756025680	7455/0	10/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJJ8015	8756028341	7455/0	25/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJJ9914	8756025048	6050/3	26/10/2012	R\$ 191,53	208
MJS2082	8756025628	7455/0	10/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJS5815	8756025623	7455/0	10/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJW8714	8756025296	7463/0	02/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
MKL0133	8756026408	7463/0	26/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
NT00156	8756026182	7455/0	20/11/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 19 DE ABRIL DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 392/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHL6378	8756027268	5673/2	25/12/2012	R\$ 85,12	183
AJV1998	8756023876	6050/3	17/09/2012	R\$ 191,53	208
CAC0323	8756028058	7455/0	18/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
CHS3246	8756025527	7455/0	10/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
CHY1939	8756020820	5673/2	15/07/2012	R\$ 85,12	183
DER3750	8756028095	5673/2	17/01/2013	R\$ 85,12	183
HLJ0485	8756027352	7455/0	27/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
IAR3501	8756027667	7455/0	01/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYF2931	8756026787	6050/3	09/12/2012	R\$ 191,53	208
LYI6771	8756026303	6050/3	26/11/2012	R\$ 191,53	208
LYK3262	8756025717	7455/0	13/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAO4396	8756026114	7455/0	22/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBT6001	8756026322	7455/0	28/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBT6642	8756026499	7455/0	01/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBY1870	8756026835	7455/0	15/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCE5608	8756027090	7455/0	22/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCP6350	8756025322	7471/0	02/11/2012	R\$ 574,61	218 * III
MDC3641	8756027558	7455/0	01/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDI1784	8756025894	7455/0	16/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDK0773	8756025310	7463/0	02/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDP6608	8756026891	7455/0	13/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDQ7268	8756025960	7455/0	14/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDS5654	8756027609	7463/0	01/01/2013	R\$ 127,69	218 * II
MDZ7288	8756027387	7463/0	25/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MEF7872	8756024813	7455/0	14/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEF7872	8756025173	7455/0	25/10/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEF8987	8756026229	7463/0	18/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
MEI7810	8756025686	5673/2	12/11/2012	R\$ 85,12	183
MFP4332	8756026720	6050/3	05/12/2012	R\$ 191,53	208
MFY8589	8756027241	7455/0	22/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGJ3822	8756025092	7455/0	27/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGP5081	8756027646	7455/0	06/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGP6580	8756027542	7455/0	31/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGV1258	8756024721	7455/0	17/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGV1258	8756024869	7455/0	20/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGV1258	8756025394	7455/0	02/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHB8938	8756027599	7455/0	01/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHT7375	8756028075	7455/0	18/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIG4021	8756027982	7455/0	15/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIK9200	8756025690	7455/0	14/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIM9323	8756026448	6050/3	28/11/2012	R\$ 191,53	208
MIY0640	8756023779	6050/3	17/09/2012	R\$ 191,53	208
MJQ4574	8756025444	7455/0	28/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKD5396	8756024802	7455/0	14/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKL0133	8756025523	5673/2	09/11/2012	R\$ 85,12	183
MKO6096	8756027691	7455/0	05/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MOP9071	8756027563	7455/0	03/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MWE7349	8756026313	6050/3	29/11/2012	R\$ 191,53	208
NHN6359	8756027603	7455/0	05/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
NT00156	8756025931	7463/0	13/11/2012	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 19 DE ABRIL DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1452/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAC5707	55371931D	6920/0	28/01/2013	R\$ 127,69	233
ADZ3773	54768573C	6599/2	13/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
AGQ0547	55370671D	6920/0	10/11/2012	R\$ 127,69	233
MAV1270	55370218D	6610/2	13/11/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MEF8987	55643033D	6637/1	29/11/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MFA6425	55371948D	6920/0	28/01/2013	R\$ 127,69	233
MGW2220	55371941D	6920/0	28/01/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 19 DE ABRIL DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1453/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKR5338	55642996D	5185/1	19/11/2012	R\$ 127,69	167
CSN3022	55370929D	5185/1	08/11/2012	R\$ 127,69	167
LYB3431	55371964D	5185/1	01/12/2012	R\$ 127,69	167
LYB3431	55371965D	5207/0	01/12/2012	R\$ 53,20	169
LYO2639	55643098D	5185/1	20/12/2012	R\$ 127,69	167
LZI3122	55642993D	6122/0	19/11/2012	R\$ 191,53	214 * I
MAJ0976	55371572D	5185/2	24/01/2013	R\$ 127,69	167
MAJ0976	55371573D	6947/1	24/01/2013	R\$ 127,69	235
MCI3247	55643157D	5185/1	15/01/2013	R\$ 127,69	167
MCI8019	55643100D	5185/1	20/12/2012	R\$ 127,69	167
MFF8802	55643029D	5185/1	28/11/2012	R\$ 127,69	167
MFI3566	55642998D	7366/2	19/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MGF5748	55643027D	7366/2	28/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MHT3261	55370607D	5185/1	14/11/2012	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 19 DE ABRIL DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1456/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BJI6526	55370696D	6920/0	10/12/2012	R\$ 127,69	233
BZT9009	55370673D	6920/0	10/11/2012	R\$ 127,69	233
MGP8294	55370528D	6920/0	28/08/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 19 DE ABRIL DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1457/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYC7161	55643121D	5185/1	08/01/2013	R\$ 127,69	167
MAO3791	55643112D	5185/1	08/01/2013	R\$ 127,69	167
MFY2956	55643229D	5967/0	22/01/2013	R\$ 191,53	203 * V
MGC9006	55642913D	5835/0	13/09/2012	R\$ 127,69	195
MKD8186	55643115D	7366/2	08/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MLA8298	55643137D	7366/2	10/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 19 DE ABRIL DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1451/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGW5931	55643286D	5185/1	28/01/2013	167
DQP4821	55643437D	5541/1	06/03/2013	181 * XVII
LXM6751	55643452D	5185/1	07/03/2013	167
LYB3431	55643354D	5185/1	13/02/2013	167
LZR1821	55643166D	5185/1	15/01/2013	167
MBB0903	55643322D	5967/0	05/02/2013	203 * V
MEG3022	55643362D	7366/2	14/02/2013	252 * VI
MKP6378	55643318D	5967/0	05/02/2013	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 19 DE ABRIL DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 389/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACD5534	8756029055	6050/3	10/02/2013	208
AFC8011	8756020776	7455/0	05/07/2012	218 * I
AGO6183	8756029160	7455/0	13/02/2013	218 * I
AIM3066	8756029171	7455/0	13/02/2013	218 * I
ALJ5206	8756028985	7455/0	14/02/2013	218 * I
ALS4519	8756028764	5673/2	05/02/2013	183
BIJ9958	8756029602	7455/0	02/03/2013	218 * I
BOM9469	8756029459	7455/0	25/02/2013	218 * I
BVR6127	8756029576	7455/0	01/03/2013	218 * I
CTH5738	8756030114	7455/0	13/03/2013	218 * I
CTH5738	8756030154	7455/0	12/03/2013	218 * I
CZG5510	8756028775	6050/3	05/02/2013	208
DAU7825	8756029787	7455/0	11/03/2013	218 * I
DEZ0521	8756028953	5673/2	14/02/2013	183
DON6615	8756029798	7455/0	11/03/2013	218 * I
IOJ8140	8756028532	7455/0	28/01/2013	218 * I
JWR8821	8756028507	7455/0	28/01/2013	218 * I
LXK3782	8756030005	7463/0	12/03/2013	218 * II
LXL6752	8756029066	7455/0	12/02/2013	218 * I
LXV0016	8756028980	7455/0	16/02/2013	218 * I
LXV8964	8756029842	5673/2	07/03/2013	183
LYU4766	8756029082	6050/3	15/02/2013	208
LYX0234	8756029781	7455/0	11/03/2013	218 * I
LZE2020	8756029054	7455/0	10/02/2013	218 * I
LZG7993	8756028330	5673/2	24/01/2013	183
LZH3641	8756029297	5673/2	18/02/2013	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAE3856	8756029099	6050/3	16/02/2013	208
MAM5040	8756028546	7463/0	28/01/2013	218 * II
MAN9503	8756029009	7455/0	11/02/2013	218 * I
MCL0168	8756028993	7455/0	16/02/2013	218 * I
MCR4007	8756028935	5673/2	10/02/2013	183
MDP4042	8756028966	7455/0	12/02/2013	218 * I
MDV2850	8756029464	7455/0	27/02/2013	218 * I
MEF5857	8756029018	7455/0	12/02/2013	218 * I
MEF6690	8756029683	7455/0	25/02/2013	218 * I
MEI7667	8756028713	7455/0	27/01/2013	218 * I
MEI7667	8756028849	7455/0	03/02/2013	218 * I
MEL4837	8756029062	7455/0	12/02/2013	218 * I
MEM6306	8756029807	7471/0	11/03/2013	218 * III
MET1456	8756029277	6050/3	18/02/2013	208
MEW4607	8756029116	7455/0	05/02/2013	218 * I
MFB6582	8756029891	7463/0	04/03/2013	218 * II
MFL5428	8756029204	7455/0	19/02/2013	218 * I
MFO4355	8756028813	7455/0	06/02/2013	218 * I
MFY6211	8756029589	7455/0	25/02/2013	218 * I
MGA3107	8756029114	7455/0	05/02/2013	218 * I
MGB3153	8756028856	6050/3	04/02/2013	208
MGD5805	8756028924	7455/0	07/02/2013	218 * I
MGL3363	8756029396	7455/0	17/02/2013	218 * I
MGR4945	8756030098	7455/0	10/03/2013	218 * I
MGT3678	8756029164	7455/0	13/02/2013	218 * I
MGU1667	8756029033	7455/0	15/02/2013	218 * I
MGV8180	8756029104	7455/0	05/02/2013	218 * I
MGW8927	8756029272	7463/0	22/02/2013	218 * II
MGX0374	8756029540	5673/2	01/03/2013	183
MGZ2468	8756028947	5673/2	10/02/2013	183
MHD0341	8756028778	7455/0	03/02/2013	218 * I
MHF4608	8756029352	7463/0	18/02/2013	218 * II
MHF4608	8756029431	7455/0	22/02/2013	218 * I
MHF5387	8756028951	5673/2	14/02/2013	183
MHG1388	8756029452	7455/0	25/02/2013	218 * I
MHR3606	8756028786	7455/0	05/02/2013	218 * I
MHR3606	8756028881	7455/0	09/02/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHX0184	8756029051	7455/0	10/02/2013	218 * I
MHX1436	8756029949	6050/3	04/03/2013	208
MIJ0601	8756029060	7455/0	11/02/2013	218 * I
MJD8888	8756029276	6050/3	17/02/2013	208
MJU5574	8756028992	7455/0	15/02/2013	218 * I
MJV1210	8756029581	7455/0	26/02/2013	218 * I
MJW8714	8756028791	5673/2	09/02/2013	183
MTM9653	8756029712	6050/3	02/03/2013	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 19 DE ABRIL DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 391/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABJ2599	8756023711	7455/0	22/09/2012	218 * I
AER1368	8756028967	7455/0	13/02/2013	218 * I
AFG9809	8756029889	7455/0	08/03/2013	218 * I
AHM1867	8756029771	7455/0	11/03/2013	218 * I
AIN8564	8756029092	7455/0	16/02/2013	218 * I
AOI6329	8756028984	7455/0	14/02/2013	218 * I
AOI6329	8756029405	7455/0	17/02/2013	218 * I
ATJ4110	8756029391	6050/3	21/02/2013	208
BMS3724	8756029026	7455/0	13/02/2013	218 * I
CRF7754	8756030136	6050/3	15/03/2013	208
CTP3699	8756029737	7455/0	07/03/2013	218 * I
CZG5510	8756029211	7455/0	19/02/2013	218 * I
DFR4726	8756029809	7463/0	11/03/2013	218 * II
DME6233	8756028740	7455/0	30/01/2013	218 * I
DPF1128	8756029178	7463/0	13/02/2013	218 * II
HBS7389	8756029765	7455/0	11/03/2013	218 * I
HFN3688	8756030170	7455/0	14/03/2013	218 * I
IJM3186	8756030146	7455/0	10/03/2013	218 * I
IKD0156	8756029311	7455/0	20/02/2013	218 * I
IKS8992	8756028527	7463/0	28/01/2013	218 * II
JTU2871	8756023690	5673/2	17/09/2012	183
LWS8681	8756030131	6050/3	11/03/2013	208
LXA5753	8756029778	7455/0	11/03/2013	218 * I
LXD4750	8756030151	7455/0	12/03/2013	218 * I
LXG3908	8756029769	7455/0	11/03/2013	218 * I
LXH4339	8756023808	7455/0	20/09/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXM2513	8756029851	7455/0	07/03/2013	218 * I
LXM5979	8756029023	7455/0	13/02/2013	218 * I
LXM5979	8756029986	7455/0	08/03/2013	218 * I
LXN9011	8756029730	7455/0	07/03/2013	218 * I
LYF5071	8756023849	6050/3	21/09/2012	208
LYN0831	8756030060	7463/0	12/03/2013	218 * II
LYN0831	8756030078	7471/0	10/03/2013	218 * III
LYN0831	8756030081	7471/0	11/03/2013	218 * III
LYN0831	8756030087	7471/0	14/03/2013	218 * III
LYN0831	8756030091	7463/0	13/03/2013	218 * II
LYN0831	8756030094	7463/0	14/03/2013	218 * II
LYR1632	8756029812	7455/0	11/03/2013	218 * I
MAI9383	8756029835	5673/2	07/03/2013	183
MAJ6746	8756030020	7455/0	13/03/2013	218 * I
MAT3010	8756030043	5673/2	10/03/2013	183
MAU4126	8756030006	7455/0	12/03/2013	218 * I
MAU7224	8756029016	7455/0	12/02/2013	218 * I
MAZ3480	8756029873	7455/0	07/03/2013	218 * I
MBG7153	8756029733	7455/0	07/03/2013	218 * I
MBM7002	8756029833	7455/0	11/03/2013	218 * I
MBV0932	8756029085	7463/0	16/02/2013	218 * II
MCC3873	8756030124	7455/0	14/03/2013	218 * I
MCK1327	8756029190	7455/0	14/02/2013	218 * I
MCL8921	8756029880	7455/0	03/03/2013	218 * I
MCO2586	8756029939	7455/0	08/03/2013	218 * I
MCV3211	8756029365	7455/0	20/02/2013	218 * I
MCW0032	8756029115	7455/0	05/02/2013	218 * I
MCX7015	8756029203	7455/0	14/02/2013	218 * I
MDM7579	8756030056	7455/0	13/03/2013	218 * I
MDP7868	8756029860	6050/3	08/03/2013	208
MDR2211	8756023825	7455/0	22/09/2012	218 * I
MDU5651	8756029803	7463/0	11/03/2013	218 * II
MDW4716	8756029992	6050/3	09/03/2013	208
MDY5604	8756030119	7455/0	14/03/2013	218 * I
MED7652	8756029834	5673/2	06/03/2013	183
MEF5418	8756029424	7455/0	21/02/2013	218 * I
MEF7872	8756029000	7455/0	10/02/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEL4844	8756030003	7463/0	12/03/2013	218 * II
MEO7187	8756029028	7455/0	13/02/2013	218 * I
MER6938	8756029822	7455/0	11/03/2013	218 * I
MET5252	8756029847	7455/0	03/03/2013	218 * I
MEY9147	8756029952	7455/0	07/03/2013	218 * I
MFG9793	8756029285	7455/0	19/02/2013	218 * I
MFL7433	8756030157	7455/0	13/03/2013	218 * I
MFN4959	8756029721	7455/0	06/03/2013	218 * I
MFS4784	8756029955	7455/0	03/03/2013	218 * I
MFS9001	8756028717	7455/0	27/01/2013	218 * I
MFT6953	8756030009	7463/0	12/03/2013	218 * II
MFZ5857	8756029846	6050/3	09/03/2013	208
MGE0547	8756023863	7455/0	16/09/2012	218 * I
MGJ2409	8756029005	7463/0	10/02/2013	218 * II
MGJ9445	8756029050	7455/0	10/02/2013	218 * I
MGM2809	8756029918	7455/0	04/03/2013	218 * I
MGM2809	8756029919	7455/0	05/03/2013	218 * I
MGM2809	8756029963	7455/0	03/03/2013	218 * I
MGP5733	8756029804	7455/0	11/03/2013	218 * I
MGs7682	8756023660	6050/3	20/09/2012	208
MGS8445	8756030055	7455/0	12/03/2013	218 * I
MGS9109	8756029442	7455/0	23/02/2013	218 * I
MGX2933	8756030101	7455/0	10/03/2013	218 * I
MGZ0997	8756030123	7455/0	14/03/2013	218 * I
MHA4056	8756029930	7455/0	07/03/2013	218 * I
MHA4056	8756029941	7455/0	08/03/2013	218 * I
MHB6648	8756029237	7455/0	21/02/2013	218 * I
MHI8674	8756030088	7455/0	15/03/2013	218 * I
MHL4980	8756029954	7455/0	03/03/2013	218 * I
MHN3759	8756029347	7455/0	17/02/2013	218 * I
MHP2507	8756029882	7455/0	07/03/2013	218 * I
MHP4488	8756029078	7455/0	14/02/2013	218 * I
MHW1184	8756029826	7455/0	11/03/2013	218 * I
MIE1859	8756030129	6050/3	10/03/2013	208
MIE8229	8756029084	7455/0	15/02/2013	218 * I
MIJ3229	8756029251	7455/0	21/02/2013	218 * I
MIJ5139	8756029001	7455/0	10/02/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIQ2308	8756029892	7455/0	05/03/2013	218 * I
MIQ2308	8756029893	7463/0	06/03/2013	218 * II
MIW9668	8756029739	7455/0	07/03/2013	218 * I
MIX0997	8756029913	7455/0	04/03/2013	218 * I
MJD7657	8756029911	7455/0	03/03/2013	218 * I
MJL5606	8756023870	7471/0	17/09/2012	218 * III
MJP9586	8756028994	7455/0	10/02/2013	218 * I
MJU6525	8756029973	7455/0	04/03/2013	218 * I
MKB0569	8756028351	7455/0	23/01/2013	218 * I
MKB0569	8756028589	7455/0	29/01/2013	218 * I
MKE2893	8756029052	6050/3	10/02/2013	208
MLA7000	8756029942	7455/0	09/03/2013	218 * I
MLD0179	8756028900	6050/3	03/02/2013	208
MML2368	8756029113	7455/0	05/02/2013	218 * I
MMM6663	8756029995	7455/0	09/03/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 19 DE ABRIL DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1450/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGW5499	55371502D	6920/0	15/02/2013	233
MHG1356	55371501D	6920/0	15/02/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 19 DE ABRIL DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1454/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALB7413	55371515D	6920/0	15/02/2013	233
HMC5799	55371517D	6920/0	15/02/2013	233
MBT3893	55371503D	6920/0	15/02/2013	233
MEI0637	55371539D	6920/0	05/03/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 19 DE ABRIL DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1455/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BED0032	55643498D	5967/0	22/03/2013	203 * V
DAS6695	55643491D	5185/1	22/03/2013	167
LIR1196	55371753D	5452/2	07/03/2013	181 * VIII
LIR1196	55371754D	7293/0	07/03/2013	251 * I
LIR1196	55371755D	5185/1	07/03/2013	167
LYM0635	55643500D	5738/0	22/03/2013	186 * II
MAZ2079	55643441D	5185/1	06/03/2013	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 19 DE ABRIL DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 15/2013**

Portaria Nº 15/2013

Concede férias à servidora Giani Zaira Seidel ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista Legislativa da Câmara Municipal de Timbó.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 50, § 3º, I, do Regimento Interno, art. 16, III da Lei Orgânica e art. 84 do Estatuto do Servidor Público, RESOLVE:

Art. 1º Conceder dez dias de férias à servidora Giani Zaira Seidel, ocupante do cargo de Analista Legislativa da Câmara Municipal de Timbó, relativas ao período aquisitivo 28/05/2011 a 27/05/2012.

§ 1º Convento as férias ora concedidas em abono pecuniário, de acordo com o que preceitua o art. 80 do Estatuto de Servidor Público Municipal de Timbó.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 18 de Abril de 2013.

RUBENS BORCHARDT

Presidente

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar.

DOM/SC nº _____ de ____/____/2013.

Timbó(SC), ____ de _____ de 2013.

Três Barras**PREFEITURA****Aviso de Licitação**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 51/2013.

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 02/2013.

A Prefeitura Municipal de Três Barras - SC torna publico que sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações da 8.883/94 receberá até as 09 h e 00 min. do dia 10 de maio de 2013, a Documentação e Propostas para PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, sendo:

LOTE 01: pavimentação asfáltica na Rua Canoinhas com valor orçado de R\$ 263.366,99 localizada no Distrito São Cristovão. Recursos Financeiros: R\$ 196.400,00 provenientes do Contrato de Repasse nº. 366.419-81/2011 (Gestão da Política de Desenvolvimento) e saldo com recursos próprios.

LOTE 02: pavimentação asfáltica nas ruas: Andrea Max Muller e Augustinho Kornatsky com valor orçado de R\$ 203.849,01 localizadas no Bairro Km 02. Recursos Financeiros: R\$ 98.200,00 provenientes do Contrato de Repasse nº. 372.926-46/2011 (Gestão da Política de Desenvolvimento) e saldo com recursos próprios.

Abertura: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 10 de maio de 2013. Cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações da Prefeitura Municipal, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Três Barras - SC mediante apresentação da guia de pagamento / depósito, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta Reais) na conta nº. 1273-4 - Banco do BRASIL - Agência nº. 5278-7 - Três Barras - SC. Maiores informações poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 - Centro - Fone / Fax: 47 3623-0121 - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 11 de abril de 2013.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

SALVADOR DE MAIO DE NETO

JURIDICO

Tunápolis**PREFEITURA****Lei Complementar Nº 36/2013 de 19 de Abril de 2013.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 36/2013 de 19 de abril de 2013.

Altera a Lei Complementar nº 13/2006 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tunápolis e adota outras providências".

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Capítulo V, Seção X, artigo 73, da Lei Complementar nº 13/2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CAPÍTULO V**DAS LICENÇAS****Seção X****Da Licença Prêmio**

Art. 73. Após cada quinquênio de serviço público no Município, o servidor efetivo, fará jus a uma licença com remuneração integral, como prêmio, pelo período de 60 dias.

§ 1º Não será concedida licença prêmio a servidor que tenha, no respectivo período aquisitivo:

I - sofrido qualquer penalidade disciplinar;

II - faltado ao serviço sem justa causa.

§ 2º A concessão do gozo da licença prêmio fica subordinada aos critérios da conveniência e oportunidade da Administração.

§ 3º A requerimento do servidor, havendo interesse público, um terço da licença prêmio poderá ser convertido em pecúnia.

§ 4º A contagem do quinquênio é suspensa nos períodos em que estiver em licença de qualquer natureza, com exceção da licença gestante.

§ 5º As licenças não usufruídas pelos servidores poderão ser acumuladas e transformadas em pecúnia no momento da exoneração por motivo de aposentadoria ou licença do servidor no serviço público municipal, nos casos previstos no inciso I - por motivo de doença em pessoa da família e no inciso VII - para tratamento de saúde, ambos do art. 62 da LC 13/2006.

§ 6º Somente terá direito a proporcionalidade do período aquisitivo

da licença em curso, o Servidor que for exonerado do serviço público municipal pelo motivo de aposentadoria, devendo este período ser convertido em pecúnia."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Prefeito Municipal, em 19 de abril de 2013.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Lei Nº 1.107/2013 de 19 de Abril de 2013.

Lei nº 1.107/2013 de 19 de abril de 2013.

Dispõe sobre o programa de incentivos para a Indústria, Comércio e Prestadoras de Serviço do Município-Pró Empresa e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído o programa de incentivos para a Indústria, Comércio e Prestadoras de Serviço do Município de Tunápolis - Pró Empresa, através da concessão de subsídios de juros em Instituições Financeiras e Cooperativas de Crédito, visando apoiar todas as empresas estabelecidas no Município sem limite de faturamento anual, tendo sua atividade comprovada, atendidas em ordem de prioridade as seguintes empresas:

1º - empresas estabelecidas e com atividade comprovada no Município de no mínimo 03 (três) anos;

2º - empresas estabelecidas e com atividade comprovada no Município de no mínimo 02 (dois) anos;

3º - empresas estabelecidas e com atividade comprovada no Município de no mínimo 01 (um) ano;

Art. 2º A Administração Municipal firmará convênio com as Instituições Financeiras e Cooperativas de Crédito, selecionadas através de concorrência pública, subsidiando os juros dos financiamentos, tomadas pelas Empresas até o percentual mensal de 1,1% (um vírgula um por cento), sendo assim classificadas:

I - para Indústrias até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
II - para Comércio até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);
III - para Prestadores de Serviço até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
IV - Micro Empreendedor Individual - MEI até R\$ 3.000,00 (três mil reais).

§ 1º Para empresas que são prestadores de serviço com mais de 10 (dez) funcionários o valor do financiamento poderá ser concedido para o item do comércio previsto no inciso II.

§ 2º O valor poderá ser utilizado na sua totalidade para investimentos, como aquisição de máquinas, construções ou equipamentos, ou a empresa poderá utilizar 40% (quarenta por cento) do valor para Capital de Giro, sendo que fica vedada a exigência da comprovação de contrapartida pela Instituição Financeira ou Cooperativa de Crédito conveniada.

§ 3º Para usufruir dos benefícios previstos no caput deste artigo,

as Empresas interessadas deverão protocolar seu pedido, apresentando um Plano de Trabalho dos investimentos e/ ou despesas de custeio, além de apresentar ainda a seguinte documentação:

- a) Relatório do faturamento dos últimos 12 (doze) meses devidamente assinado pela Contabilidade responsável da empresa e do gerente ou representante legal da mesma;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro Geral de Contribuinte (CNPJ);
- c) Contrato Social com a última alteração consolidada;
- d) Prova de Regularidade para com as fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- e) Prova de Regularidade relativa com a Seguridade Social (INSS, FGTS);
- f) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da LEI.

Art. 3º O Município constituirá uma comissão para análise das solicitações encaminhadas pelas empresas, sendo esta comissão será composta de no mínimo cinco elementos, sendo dentre eles um (a) economista, um (a) administrador (a), um (a) contador (a) e demais servidores municipais. As empresas aprovadas pela comissão receberão uma Certidão de Aptidão da Municipalidade, a qual será encaminhada junto a Instituição Financeira ou Cooperativa de Crédito conveniada, para que a mesma também faça a análise do financiamento requerido.

Art. 4º O prazo dos empréstimos realizados pelas empresas junto às Instituições Financeiras ou Cooperativas de Crédito deverá ser de 36 (trinta e seis) meses, sendo somente concedido novamente o presente subsídio para a mesma empresa num intervalo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 5º O Município somente subsidiará os juros com taxas pré fixadas, das empresas aprovadas pelo Município e pelas Instituições Financeiras ou Cooperativas de Crédito.

Art. 6º Será de total responsabilidade das empresas beneficiadas o capital financiado, bem como possíveis juros e multas decorrentes de atrasos de pagamentos das parcelas mensais.

Art. 7º As despesas previstas para a execução do referido programa, correrão por conta dos orçamentos anuais previstas nas Leis Orçamentárias anuais.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei 963/2009 de 17 de dezembro de 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,
Em, 19 de abril de 2013.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Lei Nº 1109/2013 de 19 de Abril de 2013.

LEI Nº 1109/2013 DE 19 DE ABRIL DE 2013.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A SUBSIDIAR ATÉ 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO VALOR PARA VACINAÇÃO CONTRA A GRIPE DOS SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a

seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a subsidiar até 50% (cinquenta por cento) do valor para a vacinação contra a gripe dos servidores e agentes políticos do Município de Tunápolis.

Parágrafo único. A vacinação deverá ser aplicada aos servidores por uma Clínica especializada e contratada para este fim e a vacina deverá ser do tipo trivalente, ou seja, que previne contra o vírus da gripe comum, o vírus H1N1 e também contra o vírus H3N2.

Art. 2º O cronograma de vacinação será elaborado e coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, a qual fica responsável também por toda a divulgação e campanha de adesão para que os servidores compreendam a importância da vacinação.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do prefeito Municipal de Tunápolis
aos 19 de Abril de 2013.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Lei Nº. 1108/2013 de 19 de Abril de 2013.

LEI Nº. 1108/2013 DE 19 DE ABRIL DE 2013.

Altera a redação do § 4º do artigo 17 da Lei 230/93, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, acrescentado pela Lei 984/2010 de 31 de maio de 2010 e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - O Artigo 17 da Lei Municipal 230/1993 de 11 de outubro de 1993, que Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e contém outras providências, passa a ter com a seguinte redação:

Art. 17 - Nenhum lote poderá ter área inferior a 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) com o mínimo de 12,00 metros de testada para a via pública.

§ 1º - Os lotes poderão ter área e testada inferiores aos estabelecidos neste artigo, quando o loteamento for de iniciativa pública e se destinar à edificação de conjuntos habitacionais de interesse social.

§ 2º - O desdobramento de lotes urbanos pertencentes a loteamentos ou desmembramentos aprovados até a data da entrada em vigor desta Lei, poderá ser efetuado com área mínima de 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e testada mínima de 9,50 metros para a via de circulação.

§ 3º - Poderá ainda ser aprovada servidão particular, para os casos previstos no parágrafo anterior, desde que esta tenha no mínimo 3,00 metros de largura.

§ 4º O desdobramento de lotes urbanos destinados para construções de fins comerciais, poderá ser efetuado com área mínima de 180 m² (cento e oitenta metros quadrados), com no mínimo de 9,00 (nove) metros para pelos menos uma via de circulação, sendo permitida a construção a partir do segundo piso para fins residenciais".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Lei 984/2010 de 31 de maio de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,
Em, 19 de abril de 2013.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Turvo

PREFEITURA

Decreto 18/2013

DECRETO No 018/13, de 17 de Abril de 2013.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL ESCOLAR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL PROFESSORA MARIA DAS DORES CORDEIRO ANGELONI.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado o Conselho Municipal Escolar do Centro de Educação Integral Professora Maria das Dores Cordeiro Angeloni, conforme segue:

I - Diretora do Estabelecimento de Ensino - MARIETI MONTEIRO RODRIGUES

II - Representante da Equipe Administrativa - ROSELI APARECIDA F. DA SILVA

III - Representante dos Professores dos Alunos da Educação Infantil - IVANIR FERMO CARVALHO

IV - Representante dos Professores dos Alunos da 1º ao 5º ano - MARIA CLADIR DAL PONT FAVARO

V - Representante dos Pais de Alunos da Educação Infantil - FLAVIA LIMA SILVANO CARARO

VI - Representantes dos Pais de Alunos da 1º ao 5º ano - DENISE LIMA DE SOUZA MATTOS

VII - Representante do Clube de Mães - MARIA CATARINA DANDOLINE

VIII - Representante da Associação de Moradores - VALMIR RODRIGUES

Art. 2º - O Conselho será presidido pela Diretora do Estabelecimento de Ensino.

Art. 3º - A duração do mandato deste Conselho será pelo prazo de 02 (dois) anos, permitida a recondução pelo menos uma vez.

Art. 4º - O exercício da Função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 17 de abril de 2013.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Vargem Bonita

PREFEITURA

Aquisição de Medicamentos Para Distribuição Gratuita

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 006/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2013

O MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, representado por sua Gestora, TORNA PÚBLICO, que será realizada LICITAÇÃO, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como OBJETO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS, para distribuição gratuita. Data limite para entrega dos Envelopes será às 08h30min do Dia 03/05/2013, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Vagem Bonita, à Rua Coronel Vitório No. 966, Centro. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Compras e Licitações ou através do endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br, ou telefone: 49-35483000.

Vargem Bonita, 18 de Abril de 2013.
LENIR RADAPELLI
GESTORA DO FMS DE VARGEM BONITA

Videira

PREFEITURA

Extrato do Contrato N. 0092/2013

Extrato do Contrato n. 0092/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DORACI MARIA DE MORAIS
CPF: 400.696.309-25

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA APOSENTADA ANA MARIA PADILHA
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0331/2013

Extrato do Contrato n. 0331/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JANAINA DE MORAIS MENDONÇA
CPF: 054.731.639-98

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA EXONERADA EM FACE DE FALECIMENTO MARIA TEREZA RIBEIRO
VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 a 28 de junho de 2013
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0332/2013

Extrato do Contrato n. 0332/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: EVANIR OLIVEIRA DE MATTOS
CPF: 045.861.499-81

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0333/2013

Extrato do Contrato n. 0333/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FLAVIANE MARAFON BALEM
CPF: 043.41.479-73

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 a 28 de junho de 2013
FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0334/2013

Extrato do Contrato n. 0334/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELIZABETE MAZIERO
CPF: 024.309.749-24

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 a 28 de junho de 2013
FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0335/2013

Extrato do Contrato n. 0335/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDREA JULIANA GOMES DE OLIVEIRA TITON

CPF: 018.416.369-24

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 05 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0336/2013

Extrato do Contrato n. 0336/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: NEIVA PALHANO

CPF: 765.785.009-44

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA EXONERADA ANDREA JULIANA GOMES DE OLIVEIRA TITON

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 a 28 de junho de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0337/2013

Extrato do Contrato n. 0337/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ALEX BRUNO GASPARELLO RIZZOLLI

CPF: 007.952.469-94

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 a 28 de junho de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0366/2013

Extrato do Contrato n. 0366/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LORINÊS TEREZINHA REOLON

CPF: 025.510.349-22

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2013 a 28 de junho de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0367/2013

Extrato do Contrato n. 0367/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSELI DE ASSIS HAUPT

CPF: 763.155.099-91

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0368/2013

Extrato do Contrato n. 0368/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOCENEIA MARIA GELINSKI BORGES

CPF: 009.139.189-03

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 a 28 de junho de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.074,00 (dois mil e setenta e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0372/2013

Extrato do Contrato n. 0372/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: CLAUDINEI PAULO OSS

CPF: 056.072.079-35

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 05 de fevereiro de 2013 a 15 de maio de 2013

FUNÇÃO: MOTORISTA I - VEÍCULOS DE PASSEIO, VANZ E UTILITÁRIOS PEQUENOS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.364,91 (um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato N. 0377/2013

Extrato do Contrato n. 0377/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULIANA BENEDETTI

CPF: 058.638.899-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.866,60 (um mil, oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0380/2013

Extrato do Contrato n. 0380/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSENEI KRIEGER PEREIRA

CPF: 847.951.319-53

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA ELVIRA ZAGO BELXIOR EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 04 de março de 2013 a 19 de maio de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0383/2013

Extrato do Contrato n. 0383/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SANDRA IARA BAVARESCO SANDRI

CPF: 825.025.529-15

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IRACILDA CAON PIROLLIEM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 04 de março de 2013 a 02 de maio de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0384/2013

Extrato do Contrato n. 0384/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CARLA TERCIA WUERZIUS

CPF: 060.354.419-39

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA APOSENTADA MARINES DE ALMEIDA

VIGÊNCIA: de 04 de março de 2013 a 30 de junho de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0386/2013

Extrato do Contrato n. 0386/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CIRLEI VERANA BIRNFELD

CPF: 006.180.179-84

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 04 de março de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.866,60 (um mil, oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0387/2013

Extrato do Contrato n. 0387/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MIRIAN LUIZA PELLIN BERTUOL

CPF: 008.623.349-18

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA CÁTIA TERESINHA FERREIRA BARAÚNA EM GOZO DE LICENÇA-PRÊMIO
VIGÊNCIA: de 05 de março de 2013 a 05 de junho de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0390/2013

Extrato do Contrato n. 0390/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ISABELA GAMBATO

CPF: 077.978.579-70

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 04 de março de 2013 a 30 de junho de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0391/2013

Extrato do Contrato n. 0391/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILVANA LINS BERGAMO

CPF: 020.227.769-09

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 04 de março de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.037,00 (um mil e trinta e sete reais)

Extrato do Contrato N. 0392/2013

Extrato do Contrato n. 0392/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIANE CRISTINA ANTUNES SALLES

CPF: 016.388.729-29

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARLI REGINATO ZONTA EM LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

VIGÊNCIA: de 04 de março de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ARTES ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.074,00 (dois mil e setenta e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0395/2013

Extrato do Contrato n. 0395/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULIANA MARIA DIAS

CPF: 088.030.459-61

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SUELI MEZAROBIA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 08 de março de 2013 a 30 de abril de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0400/2013

Extrato do Contrato n. 0400/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSILDA OLIVEIRA DA SILVA

CPF: 070.833.059-27

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA EXONERADA EM FACE DE FALECIMENTO SCHIRLEY SALETE BRANDO

VIGÊNCIA: de 08 de março de 2013 a 30 de junho de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0404/2013

Extrato do Contrato n. 0404/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIMARI ALVES DOS SANTOS VALIERI

CPF: 049.178.499-69

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 19 de março de 2013 a 30 de junho de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0405/2013

Extrato do Contrato n. 0405/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: NILSON JOSE DE OLIVÉRIO

CPF: 347.886.629-49

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 21 de março de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0406/2013

Extrato do Contrato n. 0406/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: JEFERSON DA SILVA

CPF: 042.725.309-84

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 21 de março de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0407/2013

Extrato do Contrato n. 0407/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIELI RIBEIRO DE LIMA

CPF: 078.099.619-42

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 21 de março de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0408/2013

Extrato do Contrato n. 0408/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ADRIANI DA SILVA DE LIMA

CPF: 094.155.929-74

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 21 de março de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0409/2013

Extrato do Contrato n. 0409/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: LEANDRO MARCELO SCHNEIDER

CPF: 812.096.909-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 21 de março de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0411/2013

Extrato do Contrato n. 0411/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: RAMIRES ZAGO

CPF: 749.878.019-49

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 21 de março de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.364,91 (um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato N. 0412/2013

Extrato do Contrato n. 0412/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: EDENILSO SERAFINI

CPF: 949.606.589-91

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 21 de março de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: MOTORISTA IV - CAMINHÕES E CAMINHONETES

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.364,91 (um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato N. 0413/2013

Extrato do Contrato n. 0413/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: MARIO SEBASTIÃO LAGOS

CPF: 220.856.889-34

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 21 de março de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0414/2013

Extrato do Contrato n. 0414/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: DORCELINO ADELAR DE OLIVEIRA

CPF: 304.859.919-34

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 20 de março de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0415/2013

Extrato do Contrato n. 0415/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: NILSON DA MOTTA JUNIOR

CPF: 081.591.479-29

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 21 de março de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0416/2013

Extrato do Contrato n. 0416/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ALBARTI MARTINS

CPF: 626.643.109-25

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 21 de março de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: CARPINTEIRO

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.491,47 (um mil, quatrocentos e noventa e um centavos e quarenta e sete centavos)

Extrato do Contrato N. 0417/2013

Extrato do Contrato n. 0417/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: CLEBER GRIGOLO

CPF: 060.201.659-22

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 22 de março de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: OPERADOR DE TRATOR DE PNEUS, MÁQUINAS DE VARRIÇÃO E CAPINA MECÂNICA

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.364,91 (um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato N. 0418/2013

Extrato do Contrato n. 0418/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: LEONIR RAIMUNDO DEON

CPF: 685.543.629-34

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 22 de março de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: OPERADOR DE TRATOR DE PNEUS, MÁQUINAS DE VARRIÇÃO E CAPINA MECÂNICA

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.364,91 (um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato N. 0419/2013

Extrato do Contrato n. 0419/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: MOISÉS BUSS

CPF: 059.856.429-25

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 22 de março de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: OPERADOR DE TRATOR DE PNEUS, MÁQUINAS DE VARrição E CAPINA MECÂNICA

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.364,91 (um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos)

www.ciga.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Anexo IV Gastos com Saúde
ANEXO IV GASTOS COM SAÚDE - MARÇO 2013

DECRETO 8.766/07

ANEXO IV

CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE MARÇO DE 2013

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE	
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO	
1.1 - IPTU	13.491,82
1.2 - ITBI	394.539,00
1.3 - ISS	1.655.477,40
1.4 - IRRF	366.164,06
1.5 - FPM	4.776.356,49
1.6 - ITR	266,21
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO	0,00
1.8 - ICMS	8.111.681,38
1.9 - IPVA	1.195.764,29
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO	129.177,46
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS	102.362,41
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS	64.504,39
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS	16.809.784,91

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	ACUMULADO ATÉ O MÊS
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)	2.521.467,74
2.2 - RECURSOS PAB	295.579,99
2.3 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS - PAB	2.974,20
2.4 - SUPERÁVIT FINANCEIRO DO PAB	123.087,84
2.5 - CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE	1.024.866,99
2.6 SUPERÁVIT FINANCEIRO DE CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE	3.006.651,43
TOTAL	6.974.628,19

3. APLICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	LIQUIDADA	DIFERENÇA
3.1 - Ações básicas de Saúde - Próprios	2.521.467,74	2.730.481,48	209.013,74
3.2 - Ações básicas de Saúde - PAB/Convênios (2.2+2.3)	4.453.160,45	849.411,36	-3.603.749,09
TOTAL	6.974.628,19	3.579.892,84	-3.394.735,35

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 17 de Abril de 2.013.

Juliane M.C.Wartha
Contadora CRC-SC 024015/O-6

Lauri Pigozzo
Secretário Mun. de Saúde e Ação Social

Lourenço Becker
Prefeito Municipal Interino

Vitor Meireles

PREFEITURA

Aviso de Licitação Tomada de Preços 16/2013

Processo de Licitação 16/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES - SC

Modalidade: Tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade Tomada de Preços, para Obras e Serviços de Engenharia, objetivando aquisição serviços para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária e reaterro dos passeios da Rua Santa Catarina, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 07 de maio de 2013 em sessão pública, no mesmo dirigido pela comissão permanente de licitações, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 22 de abril de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Consórcios

CIGA

Dispensa de Licitação Nº 10/2013

ATO DE DISPENSA Nº 10/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2013

OBJETO: seleção e contratação de agência de viagens para a compra de passagens aéreas relativas ao deslocamento do Diretor Executivo, Gilsoni Lunardi Albino, de Florianópolis/SC para Chapecó/SC (ida dia 25 de abril e retorno no dia 26 de abril de 2013).

CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S.A.

CNPJ: 04.176.082/0001-80

VALOR: R\$ 621,35 (seiscentos e vinte um reais e trinta e cinco centavos)

Florianópolis, 18 de abril de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 121 - Rateio - Paial

Extrato de Contrato nº 121/2013

Contrato de Rateio - Paial

CONTRATANTE: Município de Paial

CNPJ: 01.614.376/0001-59

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 28/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Paial e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 011/2010.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 312,00 (trezentos e doze reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 22 de março de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CINCO

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0005/2013A - Materiais de Expediente

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0005/2013A

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de materiais de expediente, para uso dos Órgãos Participantes: Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Caçador, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Matos Costa, Pinheiro Preto e Salto Veloso, durante o período de 18/04/2013 a 31/08/2013.

FORNECEDORES:

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT13CINCO386;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT13CINCO387;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT13CINCO388;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT13CINCO389;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT13CINCO390;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT13CINCO391;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT13CINCO392;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT13CINCO393;
LINK TELEINFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT13CINCO394;
LINK TELEINFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT13CINCO395;
LINK TELEINFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT13CINCO396;
LINK TELEINFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT13CINCO397;
LINK TELEINFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT13CINCO398;
LINK TELEINFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT13CINCO399;
LINK TELEINFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT13CINCO400;
LINK TELEINFORMÁTICA LTDA ME - Ata nº AT13CINCO401;
PIRAMIDE PAPELARIA LTDA- Ata nº AT13CINCO402;
PIRAMIDE PAPELARIA LTDA- Ata nº AT13CINCO403;
PIRAMIDE PAPELARIA LTDA- Ata nº AT13CINCO404;
PIRAMIDE PAPELARIA LTDA- Ata nº AT13CINCO405;
PIRAMIDE PAPELARIA LTDA- Ata nº AT13CINCO406;
PIRAMIDE PAPELARIA LTDA- Ata nº AT13CINCO407;
PIRAMIDE PAPELARIA LTDA- Ata nº AT13CINCO408

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 18.04.2013 a 31.08.2013. PAL nº: 0006/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0005A. Registro de Preços nº: 0006.

Fraiburgo (SC), 19 de abril de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

CIS/AMREC**Edital de Convocação 001/2013**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2013

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da AMREC- CISAMREC, Senhor VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito do município de Forquilha, no uso de suas atribuições legais, e visando as disposições do Contrato de Consórcio Público, CONVOCA:

Os senhores prefeitos dos municípios consorciados ao CISAMREC, para a ASSEMBLEIA GERAL, a realizar-se no dia 25 de abril de 2013, às 16:00 horas, tendo como local o Plenarinho da Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC, sito à Rua Santos Dumont, 855, Bairro Milanese - Criciúma, com a seguinte ordem do dia:

1. Eleição e posse dos membros do Conselho Executivo
2. Eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal
3. Apreciação e votação da Proposta Orçamentária para 2013
4. Assuntos Gerais.

Criciúma, 18 de abril de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Presidente do CISAMREC

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br